

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)
CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 08/2023
09 a 23 de maio de 2023



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 25 de maio de 2023



SUMÁRIO

04 Apresentação - *Paulo M. Buss e Pedro Burger (com Erica Kstrup)*

Sistema Nações Unidas

- 12 Discurso do Presidente Lula em sessão de trabalho do G7
- 14 Saúde global: O que vem por aí? *Paulo Buss e Santiago Alcázar*
- 24 Diagnósticos contundentes, (In)ações Unidas e outras palavras vãs - *Santiago Alcázar e Paulo Buss*
- 29 Saúde para todos, mantendo a promessa dos 75 anos da Organização Mundial da Saúde - *Guto Galvão, Paula Reges, Luana Bermudez e Paulo Buss*
- 39 Discurso da Ministra da Saúde do Brasil, Nísia Trindade Lima, na 76ª Assembleia Mundial da Saúde (MAS) e Carta do Presidente Lula à AMS
- 41 Educando nosso olhar prospectivo: Agenda preliminar da 53ª Sessão e notícias do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas - *Armando De Negri Filho*
- 58 Meio-termo do Marco de Sendai e El Niño no horizonte - *Danielly Magalhães e Luiz Augusto Galvão*
- 69 Sobre o esgotamento da arquitetura financeira internacional injusta e novos caminhos para financiar os ODS - *Erica Kastrup e Rômulo Paes de Sousa*
- 72 Antecipando destaques da agenda da 111ª Conferência Internacional do Trabalho (OIT), Genebra, 5 a 11 de junho - *René Mendes*
- 84 Migrações, refúgio e saúde global - *Rafael Gomes França, Caio Murta, Harim Baek, Júlia Moraes, Marina Sujkowski, e Deisy de Freitas Lima Ventura*
- 87 Relatórios sobre a Prematuridade Global e o Progresso do Primeiro Ano do Plano Estratégico da ONU Mulheres (2022-2025) - *Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Mendes Gomes*
- 94 Desafios na construção de uma agenda única para a prevenção das doenças crônicas associadas à alimentação e combate à insegurança alimentar e nutricional entre OMS, FAO, Unicef e PMA - *Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell, Juliana Ubarana*
- 102 O cenário educacional brasileiro e o direito à educação em sexualidade e relações de gênero- *Vitor Rodrigues, Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard*
- 105 Instituições Financeiras Multilaterais, Saúde e Diplomacia - *Isis Pillar Cazumbá*
- 110 Brasil indica Representante Permanente junto à OMC, OMPI e UNCTAD - *Claudia Chamas*

Movimentos sociais globais e saúde

- 113 A sociedade civil na 76ª Assembleia Mundial da Saúde: ecoar as vozes da resistência e enfrentar as iniquidades na saúde global - *Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas,*

Laurenice Pires, Marciglei Brito Morais, Maria Christina Silva Carneiro Nobre, Patrícia Lewis, Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza

- 134 Os desafios frente a uma governança global focada na saúde e a 76ª. Assembleia Mundial da Saúde - *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

- 139 Diplomacia da saúde no Sul Global: UNOSSC, G-77, MNA, Centro Sul - *Regina Ungerer*
- 151 A Cúpula do G7 se realiza em Hiroshima, com participação especial da *troika* do G20 - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Vitória Kavanami, Nina Bouqvar e Paulo Buss*
- 168 A Cúpula do G7 com Brasil e Índia convidados e China como o elefante que atravança a sala - *Claudia Hoirisch*
- 173 Turbulência derruba avião? Impasses e oportunidades para América Latina e Caribe: Mercosul-CELAC-União Europeia - *Sebastian Tobar, Miryam Minayo e Samia de Brito*
- 183 Lideranças globais alertam para o risco de estagnação global na implementação da Agenda 2030 - *Rômulo Paes de Sousa e Paulo Gadelha*
- 186 Acordo Mercosul- União Europeia: uma introdução - *Adhemar Bahadian*
- 189 Os Ministros da Saúde da CEDEAO preocupados com a crise de recursos humanos - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 201 The Health System in Malawi: An Overview – *Chifundo Msokera*
- 207 The Health System in Sudan: A Brief Summary – *Hams Bashir*
- 213 A Europa submersa - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 215 Três cúpulas estratégicas para a diplomacia da Ásia, do Pacífico e da região árabe - *Lúcia Marques*
- 227 Balanço da Administração Nacional de Seguros Médicos da China - *André Costa Lobato*

Autores deste Caderno - 228

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 234

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 235

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ
Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Nº 08/2023 – 9 a 23 de maio de 2023

Apresentação

A 76ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS) e a Cúpula do G7 dominaram a cena da saúde global, nesta quinzena que cobrimos neste fascículo 8 do Caderno CRIS de Saúde Global e Diplomacia da Saúde.

Para a saúde global, a **Assembleia Mundial da Saúde (AMS)**, que se realiza nesta semana (21-26 de maio) na sede da OMS em Genebra, marca um divisor de águas no ano internacional no campo da saúde em 2023. Como colegiado dos ministros da saúde de todos os Estados-membros da OMS, a AMS define, por meio das resoluções e decisões aprovadas, políticas globais e recomendações a países sobre os principais temas da saúde global. A OMS é a principal estrutura da *governança da saúde global*. O artigo de **Galvão, Reges, Bermudez e Buss** sobre a 76ª AMS reporta e comenta as novas políticas globais, definidas pelo colegiado de ministros, assim como avaliações de progresso e/ou renovações de políticas aprovadas em assembleias progressas. Destaques para a situação dos debates do *Órgão Intergovernamental Negociador sobre Pandemias* e da revisão do *Regulamento Sanitário Internacional*, além da resolução sobre *Saúde dos Povos Indígenas*, apresentadas à consideração da Assembleia. A mensagem central do Brasil se encontra registrada no *discurso proferido pela Ministra da Saúde, Nísia Trindade*, logo no primeiro dia de debates, e publicado neste fascículo dos Cadernos.

O artigo registra também os lançamentos da **Rede Internacional de Vigilância de Patógenos (IPSN)** e do **Relatório Final do Conselho de Economia da Saúde para Todos da OMS**. A **Rede** fornecerá uma plataforma para conectar países e regiões, melhorando os sistemas de coleta e análise de amostras, usando os dados para orientar a tomada de decisões em saúde pública e compartilhando essas informações de maneira mais ampla. O **Conselho**, criado em novembro de 2020, foi liderado pela professora Mariana Mazzucato (de quem transcrevemos artigo sobre o tema no fascículo 7 dos Cadernos) para repensar como a política e a prática econômica poderiam ser colocadas a serviço da Saúde para Todos. Para isso examinou quatro áreas-chave da política econômica: medindo a produção econômica; financiar a saúde para todos; inovando para a saúde e o benefício público; e criando capacidades do setor público para alcançar Saúde para Todos, visando alcançar uma mudança de paradigma na relação entre bem-estar e economia.

Contudo, a agenda da saúde global é conformada também por **outros atores globais no âmbito das Nações Unidas**, que se debruçam sobre objetos que definitivamente são determinantes sociais da saúde, ou seja, inscrevem-se no ‘conceito de saúde ampliada’. A agenda se completa no âmbito dos **grupos de países** como **G7, G20, BRICS, G77 + China, Movimento dos Não-Alinhados**, entre outros, que ainda se reúnem neste ano, e nos quais o tema da saúde passou a ter relevância, a partir da grande crise produzida em todas as esferas pela pandemia de Covid-19.

No artigo “*Saúde Global: O que vem por aí*”, **Buss**, com a contribuição de **Alcázar**, aborda o **calendário da saúde global no período maio-dezembro de 2023**. O primeiro grande momento político da saúde global no período, inaugurado pela **Assembleia Mundial da Saúde** (Genebra, 21-30 de maio), foi a **Cúpula do G7**, ator crucial na definição das agendas globais, que se realizou em Hiroshima (19-21 de maio), sob a presidência do Japão, com convites à países chave para os

esforços do Grupo de influenciar na agenda política global e da saúde. São também referidos: 1) o **HLPF** no âmbito do **ECOSOC** (Nova York, julho de 2023); a **Cúpula de BRICS** (África do Sul, agosto); a **Cúpula do G20** (Nova Delhi, setembro), concluindo com a **Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU)** e seus dois **High-Level Meetings (HLM)** com temas de saúde. O artigo menciona também a **Cúpula da CPLP** (Luanda, 21-22 de agosto); e a **Cúpula da Amazônia** (Belém, 5-7 de agosto) e a **presidência pro tempore do Brasil no Mercosul** (julho-dezembro de 2023), na região das Américas.

Tocando na nossa região, é imprescindível registrar a crise da emigração aos EUA; o desdobramento da crise política da Colômbia, com o presidente Petro acusando militares reformados de conspiração golpista; a crise político institucional no Equador, com o golpe ‘constitucional’ da morte cruzada do presidente Lasso; e a anunciada reunião do que seria a ‘retomada da UNASUL’, convocada por Lula para Brasília, a 30 de maio, mas agora com o risco de não se realizar ou de restringir seus debates às ameaças à democracia na região.

Com a verve conhecida – e com o instigante título *Diagnósticos contundentes, (In)ações Unidas e outras palavras vãs – Alcázar*, com a contribuição de **Buss**, analisa o recente ‘draft zero’ da proposta de declaração do HLPF a meio caminho para 2030, em realização no âmbito do ECOSOC (Nova York, julho de 2023), assim como as declarações e documentos do Secretário-Geral, que alimentarão as discussões, até chegar à AGNU. As ‘inações’ das Nações Unidas são ressaltadas pelos autores, assim como ‘outras palavras vãs’, proferidas no relatório final do *Conselho da OMS sobre a Economia da Saúde para Todos* e no contexto da *inação do G7*, o grupo dos mais ricos do mundo, embora aplaudindo o contundente discurso crítico do presidente Lula na Cúpula de Hiroshima.

Por sua importância, o **discurso de Lula na Cúpula do G7** está reproduzido neste fascículo dos Cadernos, assim como o **discurso de ‘retorno do Brasil à OMS’**, proferido pela ministra **Nisia Trindade** na **Assembleia Mundial da Saúde**.

De Negri Filho aborda a agenda da 53ª. sessão do **Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH)** (Genebra, 19/06-14/07 de 2023), que permite identificar a redução importante de destaques transversais relacionados à pandemia ou a saúde fora dos seus campos próprios de expressão, conforme já tinha registrado o autor ao longo do último ano e meio. Contudo, há um conjunto de temas que merecerão atenção por seu impacto na saúde, como: direitos de mulheres e meninas, pessoas com hanseníase, migrantes, direitos humanos e mudanças climáticas, usos da inteligência artificial e outros. Além da análise da situação de vários países em crise e os exames periódicos universais. Em destaque as notícias relacionadas ao Conselho no mês de maio: crise no Sudão, execução de manifestantes no Irã, informe do relator especial sobre racismo e a situação nos Estados Unidos da América, e os anúncios do exame periódico dos direitos humanos de Israel, Emirados Árabes e Liechtenstein.

Magalhães e Galvão, no seu informe sobre **ambiente e saúde**, trazem os resultados de meio período do *marco de Sendai*, bem como os pontos importantes de discussão e as recomendações para a próxima metade do termo. Chamamos a atenção para os impactos previstos para a saúde do próximo *El Niño* no final do ano. Na reunião dos especialistas para o ODS de energia fica acordada a prioridade em melhorar as fontes de energia para cocção, o que poderá ajudar a reduzir o número de mortes anuais por poluição indoor. Termina a *Convenção Tríplice de Roterdã, Basiléia e Estocolmo*. Roterdã termina sem definição para uma série de substâncias que representam perigos para o meio ambiente e a saúde humana, apenas 1 das sete substâncias propostas foi inserida no Anexo III. A Convenção de Basiléia estabeleceu uma

diretriz técnica para o gerenciamento ambientalmente seguro de resíduos plásticos - que pode orientar o acordo juridicamente vinculativo sobre plástico de 2026 - bem como para resíduos eletrônicos e outros poluentes. Estocolmo inseriu mais 3 substâncias e reviu os impedimentos com relação ao banimento do PCB até 2025. Em todos esses momentos, preocupações unânimes, a necessidade de financiamento e capacitação técnica para avançar em todas essas agendas por parte dos países em desenvolvimento.

Kastrup e Paes de Sousa, refletem sobre o esgotamento da arquitetura financeira internacional injusta e novos caminhos para financiar os ODS, apresentando e analisando documentos do **PNUD**.

A **111ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT)**, promovida pela **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, realiza-se de 5 a 16 de junho, em Genebra. Por ser tripartite, a Conferência Internacional do Trabalho reúne delegações nacionais que representam governos, empregadores e trabalhadores, cujo total ultrapassa a 4 ou 5 mil participantes deste grande evento; destes, 142 são integrantes da delegação brasileira, que será chefiada pelo Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, contando neste ano também com a presença do Ministro de Direitos Humanos e Cidadania, Silvío de Almeida, cuja participação é muito emblemática e, por certo, importante. **Mendes** apresenta aos leitores dos Cadernos uma breve prospecção dos temas oficialmente pautados pela Organização, em resposta a mandatos dos corpos diretivos e de edições anteriores da própria CIT, e aqueles que têm o foco nos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, incluído o direito ao trabalho digno, com proteção social e com saúde e segurança assegurados. De toda a vasta e fascinante agenda, Mendes pinçou para analisar o tema “Não deixando ninguém para trás: construindo uma proteção laboral inclusiva em um mundo do trabalho em mutação”.

Neste Informe, o **Grupo de Trabalho de Migração Refúgio e Saúde Global** destaca o apelo do **ACNUR** por mais de apoio aos países da América Latina e do Caribe, uma vez que a maior parte dos deslocados à força está na região. O informe do **Observatório das Migrações** contabiliza as entradas e saídas de migrantes através das fronteiras brasileiras no mês de março. Por último, coloca luz ao tema das migrações causadas pelas mudanças climáticas.

Em todo o mundo, 1 em cada 10 bebês nasce prematuro (<37 semanas de gestação), o que corresponde a um bebê a cada dois segundos. As taxas de parto prematuro quase não mudaram durante a última década e, em alguns lugares, as taxas estão subindo. **Massari e Gomes** analisam o relatório **Born Too Soon (Nascido Cedo Demais)**, publicado pela **Organização Mundial da Saúde**, em parceria do programa de **Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente (PMNCH)** com **UNICEF e UNFPA**, que apresenta a última década de ações para prevenção do parto prematuro e estabelece uma agenda para reduzir seus impactos, abordando fatores dentro e fora do sistema de saúde.

O artigo das autoras também aborda o primeiro relatório do Conselho Executivo sobre o progresso na implementação do **Plano Estratégico ONU Mulheres 2022-2025** e sua contribuição para alcançar a Agenda 2030. O relatório destaca os primeiros resultados e mostra um progresso positivo no primeiro ano de implementação do Plano.

Nilson, Oliveira e Silva, Ell e Ubarana discutem as oportunidades perdidas na construção de uma agenda única para a prevenção das doenças crônicas associadas à **alimentação e combate à insegurança alimentar e nutricional** entre os organismos internacionais, que utilize as abordagens dos sistemas alimentares e dos direitos para promover mudanças estruturantes para enfrentar a fome, as doenças e as mudanças climáticas.

O artigo de **Rodrigues, Gaspar e Sanglard** refere-se ao ODS 5 (Equidade de Gênero) e foi produzido pela **UNESCO Brasil**. O documento recentemente publicado fornece diretrizes e fundamentos normativos internacionais e brasileiros para o desenvolvimento de planos educacionais que promovam os direitos humanos de crianças e adolescentes. A UNESCO reconhece que a educação em sexualidade desempenha um papel crucial na prevenção da violência sexual, doenças sexualmente transmissíveis, bullying e gravidez entre meninas.

Cazumbá traz-nos informações sobre o **BID**, que lança um novo relatório sobre a América Latina e o Caribe, em parceria com a CEPAL e a OCDE. Do **Banco Mundial** ressalta a aprovação de recomendação para estabelecer um *mecanismo de crise* para apoiar os países vulneráveis. Do **FMI**, destaca a linha de crédito estendida para ajudar economias nacionais em crise.

Em 4 de abril de 2023, o governo brasileiro designou o Guilherme de Aguiar Patriota, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, como Delegado Permanente do Brasil junto à **Organização Mundial do Comércio (OMC)**. Além da OMC, o Embaixador Patriota cuidará da representação das seguintes organizações econômicas sediadas em Genebra: Organização Mundial da Propriedade Intelectual (**OMPI**); Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (**UNCTAD**, do inglês); União Internacional das Telecomunicações (**UIT**); Centro Sul (**South Centre**); Centro para o Comércio Internacional (**ITC**); União Internacional para a Proteção de Novas Variedades de Plantas (**UPOV**); Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (**UNECE**); Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (**WSIS**); e **Fórum Econômico Mundial** (Itamaraty, 2023). A designação foi aprovada pelo Senado Federal. Uma excelente nova para a política exterior brasileira, dadas a experiência e a combatividade de Patriota, como **Chamas** sinaliza para os leitores em seu informe quinzenal sobre **OMC, OMPI e UNCTAD**.

O informe sobre **sociedade civil global**, do grupo coordenado por **Souza**, sintetiza manifestações de 32 Organizações da Sociedade Civil (OSC) de interesse público e privado, dentre as 40 que foram monitoradas nesta quinzena. As OSC questionam, denunciam, alertam, atuam, observam e colocam em evidência temas conectados às suas agendas específicas e aos problemas que desvelam um mundo em múltiplas crises, marcado pelas desigualdades sociais e pelas assimetrias de poder político, econômico e simbólico. As OSC desenvolvem esforços para atuar em problemas que afetam a saúde em todo o planeta. As temáticas são múltiplas, embora alguns temas tenham presença constante como as iniquidades em saúde, os problemas ambientais e as crises humanitárias. Vale mencionar que as novas tecnologias digitais têm ganhado espaço nas manifestações recentes.

As **OSC de interesse público** estiveram, nesta quinzena, atentas à realização da 76ª Assembleia Mundial da Saúde, aproveitando a ocasião para impulsionar pautas que defendem, em tom de alerta e denúncias, a fim de sensibilizar os diversos atores que atuam nas articulações multilaterais. Não é possível dimensionar o impacto dessas manifestações e tampouco sua repercussão junto ao sistema multilateral. As **OSC de interesse privado** não repercutem a Assembleia Mundial da Saúde de igual maneira. Trazem muitos temas em comum com as OSC de interesse público, mantendo uma característica discursiva pautada na divulgação de relatórios.

Notícias e artigos de atores da **sociedade civil global** que dialogam com a agenda da 76ª Assembleia Mundial da Saúde foram selecionados e comentados por **De Negri e De Negri Filho**, entre os quais o discurso de abertura do DG da OMS na Assembleia; e o posicionamento do editor do Lancet, Richard Horton, sobre a saúde global.

Ungerer apresenta-nos os destaques sobre **cooperação sul-sul** e as movimentações do **G77, Movimento dos Não-alinhados (MNA) e Centro Sul**. A diretora do **UNOSSC** tem se reunido com diversas autoridades e em diversos fóruns ressaltando que somente através da Cooperação Sul-Sul e Triangular é que os países conseguirão alcançar um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Destaque para a importância da Cooperação Sul-Sul e Triangular em ciência, tecnologia e inovação, assim como o aprofundamento de diálogos políticos para o intercâmbio de conhecimento entre os países em desenvolvimento. Já os *fundos Índia-UN e IBSA* têm contribuído com diversas iniciativas em países do Sul Global, reportados pela analista. Além disso, o *South-South Galaxy* destacou o empoderamento econômico das mulheres para a implementação de políticas para acabar com a pobreza nos países da ASEAN e em como aproveitar a Cooperação China-África na Recuperação Pós-Covid-19 para o Desenvolvimento da Indústria Farmacêutica da África.

O **G-77 e a China** lançaram seu primeiro boletim com as ações realizadas pelo grupo em abril de 2023 e em reuniões da AGNU discutiram os aspectos administrativos e orçamentários do financiamento das operações de paz e como melhorar a situação financeira da própria ONU. Foram bastante enfáticos na reunião de alto nível para lembrar o 75º aniversário da Nakba Palestina, apelando à comunidade internacional para assumir suas responsabilidades e oferecer proteção ao povo palestino, de acordo com o direito internacional e as resoluções da ONU.

O maior destaque é o avanço na organização da **3ª Cúpula do Sul**, que será realizada em janeiro de 2024, em Uganda. Para tal, o representante especial e Coordenador da Presidência do G-77 esteve com o Ministro de Relações Exteriores ugandês para discutir as prioridades e desafios do Sul no atual contexto global. Importante recordar que Uganda assumirá a presidência do Movimento dos Não-Alinhados no final deste ano e realizará a primeira reunião do MNA sob o comando do país durante a Cúpula do Sul, reforçando a importância internacional e a convergência destes dois grupos (G77 e MNA).

Considerando o 60º aniversário da União Africana, o **MNA** organizou uma conferência dedicada ao Dia da África, com o objetivo de reunir políticos e especialistas de países africanos e países membros do Movimento para discutir estratégias e promover o multilateralismo atual.

O **Centro Sul**, durante o painel da AGNU sobre Prevenção Pandêmica, Preparação e Resposta, declarou que a resposta à Covid-19 foi incapaz de garantir a equidade nos impactos econômicos e sociais na saúde e muitos países em desenvolvimento perderam grande parte do que haviam conquistado na realização dos ODS. Durante a 24ª Sessão do Grupo de Trabalho da ONU sobre o Direito ao Desenvolvimento, o **Centro Sul** reiterou seu apoio para promover o direito ao desenvolvimento, registrando que mesmo depois de 30 anos da adoção da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, bilhões de pessoas em todo o mundo ainda não viram tal direito materializado.

Os Ministros da Saúde dos **BRICS** realizaram uma reunião no dia 24/5, em Genebra, às margens da Assembleia Mundial da Saúde (AMS), sem emitir comunicado oficial. Simultaneamente à AMS, o presidente brasileiro foi convidado a participar da Cúpula do G7 em Hiroshima. Segundo *Hoirisch*, como o poderio econômico do G7 está declinando, o grupo tem buscado novos amigos influentes e convidou países do Sul Global (Ásia, África e AL) para a Cúpula com o aparente objetivo de enfraquecer os laços complexos desses países com Rússia e China, dos BRICS. A autora tece outras considerações sobre a participação de Lula no G7. O Banco dos BRICS convidou o ministro da Economia da Argentina para participar da reunião anual da instituição nos dias 30 e 31 de maio, em Xangai, na qual será discutida a modificação de um

artigo do estatuto da entidade que permita avançar com o compromisso assumido pelo presidente Lula com o governo de Alberto Fernández de pré-financiar as importações do Brasil, o que servirá para fortalecer as reservas do Banco Central Argentino.

A **Cúpula do G7**, liderada pelo Japão, realizou-se em Hiroshima de 19 a 21 de maio. O Comunicado Oficial deu destaque para a área da saúde, refletindo os resultados da reunião dos ministros da saúde do grupo, ocorrida em Nagasaki. A *troika* do G20 foi convidada a participar das reuniões de Hiroshima, em busca de maior aproximação e influência sobre o Grupo dos 20, pelo ocidente. No entanto, o tom diferente e mesmo crítico dos emergentes se evidenciou, inclusive no discurso do presidente Lula. Ainda nas observações do grupo de analistas liderado por **Burger e Esteves**, no **G20**, a agenda sustentável figurou como uma das principais temáticas nesta quinzena, fazendo parte dos encontros sobre cultura e transição energética. Na esfera política, o Brasil pressiona a comunidade internacional por uma maior e melhor representação nos órgãos de governança global, e o G20, sob presidência indiana, sofre constrangimentos pela escolha de realizar um evento na região em conflito da Caxemira. A **OCDE** apresentou e adicionou diversas publicações de variados temas ao seu acervo: estudo sobre igualdade de gênero, atualizações de taxas de renda real familiar e de desemprego, relatório de tributos da América Latina e Caribe, tendências em administração pública e em cooperação para o desenvolvimento e análise sobre sistemas de saúde integrados e centrados no paciente. Ao autores também apresentam uma atualização da relação do Brasil com a OCDE e também o adiamento, por parte do governo, da adesão brasileira ao grupo devido ao Carf.

No seu informe quinzenal sobre **América Latina e Caribe**, os analistas **Tobar, Minayo e Brito** trazem como destaque o *Acordo UE-MERCOSUL* e a futura reunião entre representantes do bloco europeu e a CELAC, em julho de 2023, em Bruxelas. Fazem uma análise sobre os impasses (turbulências de céu claro?) relativos ao acordo, abordando o contexto de ambas as regiões. Em seguida, relatam o *XXXV Seminário Regional de Política Fiscal da CEPAL*; o lançamento do novo *portal Somos Ibero-américa da SEGIB* e um documento com as 5 prioridades de inovação pública elaborado a partir da *XXVIII Cúpula Ibero-americana de Santo Domingo*; a reunião *ORAS-CONHU - OIM* para início dos trabalhos com migrantes na região andina; a comemoração dos 13 anos da negociação conjunta *COMISCA* para acesso a medicamentos e insumos; a reunião sobre saúde dos povos indígenas entre *OTCA*, Ministério dos Povos Indígenas e a Secretaria Especial de Saúde Indígena do MS do Brasil; e *IX Cúpula de Chefes de Estado da AEC*, na qual diversos mecanismos de integração acordaram em trabalhar em três eixos centrais para abordar a redução de riscos de desastres e cambio climático na região. Por fim, trazemos uma breve análise sobre a crise cambial e o cenário político na *Argentina* e sobre a instabilidade política e o decreto “morte cruzada” no *Equador*.

O embaixador **Adhemar Bahadian** volta a colaborar com o Caderno, refletindo sobre os limites e possibilidades do **Acordo União Europeia – Mercosul**, algumas vantagens e muitas desvantagens que pode trazer ao bloco do cone sul, inclusive no espaço da saúde. Sua experiência como negociador brasileiro à época do Tratado do Livre Comércio das Américas (ALCA), cuja proposta foi rechaçada, confere alta credibilidade aos alertas levantados pelo embaixador.

Paes de Sousa e Gadelha sintetizam e analisam no artigo “*Lideranças globais alertam para o risco de estagnação global na implementação da Agenda 2030*” documentos, discussões e conclusões da **6ª. Reunião do Fórum de Países da ALC sobre o Desenvolvimento Sustentável**, promovido pela CEPAL, em Santiago, de 25 a 28 de abril deste ano. Um excelente roteiro crítico sobre o evento orientador dos países da região para a implementação dos ODS.

A **União Africana** e a GAVI assinam Memorando de Entendimento para aumentar o acesso, acelerar a adoção de vacinas e prestar assistência técnica e de aprendizagem e reforço dos sistemas de saúde. O governo moçambicano comprometeu-se a continuar a colaborar com o SAMIM na implementação de programas de género. O Zimbabwe torna-se o quarto Estado Membro a assinar o Memorando de Entendimento Intergovernamental para estabelecer o Centro de Operações Humanitárias e de Emergência da SADC. O crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável em África registaram declínios nos últimos 10 anos. A II Convenção Africana sobre Comunicação Social reuniu-se na Zâmbia tido como modelo de país que melhor propicia ambiente para o exercício do jornalismo livre e independente. Para fortalecer os sistemas de saúde em África, é importante que se mude o foco da dependência da ajuda externa e se priorize a construção de fortes parcerias africanas criando espaço para a colaboração com outros intervenientes globais. Reuniu-se em Bissau, a 24ª Assembleia de Ministros da Saúde da OOAS-CEDEAO para redefinir políticas de integração regional no domínio de saúde. Estes os destaques sobre diplomacia da saúde no continente africano, na visão dos nossos analistas **Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg**.

Chifundo Msokera é uma jovem estudante malawiana de pós-graduação da Oxford University que realiza estágio no CRIS/Fiocruz. Desafiada, produziu o artigo especial intitulado **The Health System in Malawi: An Overview**, que permite ao nosso leitor conhecer um pouco sobre o país africano e seu sistema de saúde. **Hams Bashir** é uma jovem estudante sudanesa que também faz pós-graduação da Oxford University e que também realiza estágio no CRIS/Fiocruz. Para este fascículo do Caderno produziu o artigo especial intitulado **The Health System in Sudan: A Brief Summary**, que nos dá a conhecer o Sudão e seu sistema de saúde.

As chuvas no norte da Itália e na Europa central são os destaques de **Freire** no informe sobre a **Europa**, que também aborda as eleições parlamentares na Grécia e presidenciais na Turquia. Também relevante foi a sessão especial do *Comitê Regional da OMS para a Europa*, que aprovou o fechamento do Escritório Europeu de Prevenção e Controle de Doenças Não Transmissíveis da OMS, localizado em Moscou, na Rússia, para transferi-lo para Copenhague, na Dinamarca.

Três cúpulas de líderes importantes para a **Ásia, Pacífico e região árabe** aconteceram no período: Cimeira China e Ásia Central, Cúpula da ASEAN e Cúpula da Liga Árabe. Segundo **Marques**, os três encontros envolveram decisões estratégicas para a economia e para a diplomacia das regiões. Na primeira, China tenta se posicionar como um parceiro alternativo à Rússia de comércio e segurança. A escolha da cidade de Xian, ponto de partida oriental da antiga Rota da Seda, foi estratégica. Xi Jinping convidou os líderes embarcar no trem rápido do desenvolvimento da China e, juntos, “criar um futuro brilhante”. Na Cúpula da ASEAN, as 10 nações do sudeste asiático avançaram em questões estratégicas para o Indo Pacífico, cujo foco é dar prioridade ao pilar sociocultural regional, com o objetivo de reforçar a cooperação na proteção dos trabalhadores migrantes, na arquitetura regional de saúde e no reforço do desenvolvimento das regiões rurais. Os planos da ASEAN também envolvem aumentar sua autonomia monetária para reduzir a dependência de certas moedas e sistemas de pagamento estrangeiros, refletindo o processo de desdolarização em curso. A Cúpula da Liga Árabe contou com a participação da Síria, depois de 12 anos de suspensão, e do presidente ucraniano, como convidado de honra. A cúpula histórica testa o realinhamento da política externa da Arábia Saudita. Por fim, embora não seja tema da analista, **Marques** traz para a discussão as prioridades da Cúpula do G7, fazendo contra ponto às prioridades das três cúpulas asiáticas, principalmente

da Cúpula China Asia Central, um exemplo de diplomacia, e cuja declaração conjunta é um verdadeiro plano de trabalho.

Lobato, faz menções ao fórum diplomático regional da **China** com países fronteiriços da Ásia Central e ao Index da *Nature* sobre revistas de ciências naturais de alta qualidade, pelo qual a China supera os EUA pela primeira vez. Em saúde, o autor mostra os números impressionantes sobre os seguros de saúde, apresentados pela Administração Nacional de Seguros Médicos da China. Vale a pena conferir.

Uma quinzena cheia, que dominou a cena da saúde global no primeiro semestre do ano. Tivemos a satisfação de mostrar com exclusividade e no calor dos acontecimentos as análises, documentos, imagens da quinzena para que nossos leitores estejam entre os primeiros a receber informações relevantes e do seu interesse no campo da saúde global e da diplomacia da saúde. Boa leitura.

Rio de Janeiro, Manguinhos, 25 de maio de 2023

Paulo M. Buss e Pedro Burger (com Erica Kstrup)

Coordenação do CRIS/Fiocruz

Discurso do Presidente Lula em sessão de trabalho do G7¹

Presidente participou da sessão "*Trabalhando Juntos para Enfrentar Múltiplas Crises*"



Quero agradecer ao primeiro-ministro Kishida pelo convite para que o Brasil participasse do segmento ampliado da Cúpula de Hiroshima. Esta é a 7ª vez que sou convidado de uma reunião do G-7.

Quando aqui estive pela última vez, na Cúpula de L'Áquila em 2009, enfrentávamos uma crise financeira global de proporções catastróficas, que levou à criação do G-20 e expôs a fragilidade dos dogmas e equívocos do neoliberalismo.

O ímpeto reformador daquele momento foi insuficiente para corrigir os excessos da desregulação dos mercados e a apologia do Estado mínimo.

A arquitetura financeira global mudou pouco e as bases de uma nova governança econômica não foram lançadas.

Houve retrocessos importantes, como o enfraquecimento do sistema multilateral de comércio. O protecionismo dos países ricos ganhou força e a Organização Mundial do Comércio permanece paralisada. Ninguém se recorda da Rodada do Desenvolvimento.

Os desafios se acumularam e se agravaram. A cada ameaça que deixamos de enfrentar, geramos novas urgências.

O mundo hoje vive a sobreposição de múltiplas crises: pandemia da Covid-19, mudança do clima, tensões geopolíticas, uma guerra no coração da Europa, pressões sobre a segurança alimentar e energética e ameaças à democracia.

Para enfrentar essas ameaças é preciso que haja mudança de mentalidade. É preciso derrubar mitos e abandonar paradigmas que ruíram.

O sistema financeiro global tem que estar a serviço da produção, do trabalho e do emprego. Só teremos um crescimento sustentável de verdade direcionando esforços e recursos em prol da economia real.

¹ Ver: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/05/discurso-do-presidente-lula-em-sessao-de-trabalho-do-g7>

O endividamento externo de muitos países, que vitimou o Brasil no passado e hoje assola a Argentina, é causa de desigualdade gritante e crescente, e requer do Fundo Monetário Internacional um tratamento que considere as consequências sociais das políticas de ajuste.

Desemprego, pobreza, fome, degradação ambiental, pandemias e todas as formas de desigualdade e discriminação são problemas que demandam respostas socialmente responsáveis.

Essa tarefa só é possível com um Estado indutor de políticas públicas voltadas para a garantia de direitos fundamentais e do bem-estar coletivo.

Um Estado que fomente a transição ecológica e energética, a indústria e a infraestrutura verdes.

A falsa dicotomia entre crescimento e proteção ao meio ambiente já deveria estar superada. O combate à fome, à pobreza e à desigualdade deve voltar ao centro da agenda internacional, assegurando o financiamento adequado e transferência de tecnologia.

Para isso já temos uma bússola, acordada multilateralmente: a Agenda 2030.

Não tenhamos ilusões. Nenhum país poderá enfrentar isoladamente as ameaças sistêmicas da atualidade.

A solução não está na formação de blocos antagônicos ou respostas que contemplem apenas um número pequeno de países.

Isso será particularmente importante neste contexto de transição para uma ordem multipolar, que exigirá mudanças profundas nas instituições.

Nossas decisões só terão legitimidade e eficácia se tomadas e implementadas democraticamente.

Não faz sentido conclamar os países emergentes a contribuir para resolver as “crises múltiplas” que o mundo enfrenta sem que suas legítimas preocupações sejam atendidas, e sem que estejam adequadamente representados nos principais órgãos de governança global.

A consolidação do G-20 como principal espaço para a concertação econômica internacional foi um avanço inegável. Ele será ainda mais efetivo com uma composição que dialogue com as demandas e interesses de todas as regiões do mundo. Isso implica representatividade mais adequada de países africanos.

Coalizões não são um fim em si, e servem para alavancar iniciativas em espaços plurais como o sistema ONU e suas organizações parceiras.

Sem reforma de seu Conselho de Segurança, com a inclusão de novos membros permanentes, a ONU não vai recuperar a eficácia, autoridade política e moral para lidar com os conflitos e dilemas do século XXI.

Um mundo mais democrático na tomada de decisões que afetam a todos é a melhor garantia de paz, de desenvolvimento sustentável, de direitos dos mais vulneráveis e de proteção do planeta.

Antes que seja tarde demais.

Muito obrigado.

Saúde global: O que vem por aí?

Paulo Buss e Santiago Alcázar

Para a saúde global, a Assembleia Mundial da Saúde, que se realiza nesta semana na sede da OMS em Genebra, marca um divisor de águas no ano internacional no campo da saúde em 2023. Como colegiado dos ministros da saúde de todos os Estados-membros da OMS, a AMS define, por meio das resoluções e decisões aprovadas, políticas globais e recomendações a países sobre os principais temas da saúde global. A OMS é a principal estrutura da *governança da saúde global*. Temos um artigo especial sobre a 76ª AMS nestes Cadernos.

Contudo, a agenda da saúde global é conformada também por outros atores globais no âmbito das Nações Unidas, que se debruçam sobre objetos que definitivamente são determinantes sociais da saúde, ou seja, inscrevem-se no ‘conceito de saúde ampliada’. Referimo-nos a própria Secretaria Geral, à Assembleia Geral, ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC), ao Conselho de Direitos Humanos, ao Escritório para a Cooperação Sul-Sul, além de outras agências, fundos e programas do sistema ONU, como UNITAIDS, UNICEF, OIT, FAO, PNUD, UNFPA, as agências ambientais, como o PNUMA, as instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, ou as de comércio e propriedade intelectual, como OMC, OMPI e UNCTAD e muitas outras.

De outro lado, a agenda se completa no âmbito dos grupos de países como G7, G20, BRICS, G77 + China, Movimento dos Não-Alinhados, entre outros, nos quais o tema da saúde passou a ter relevância, a partir da grande crise produzida em todas as esferas pela pandemia de Covid-19.

Os dois grandes grupos acima compõem a chamada *governança global para a saúde*, diferente da *governança da saúde global*, constituída pela OMS e suas regionais, além dos diversos interlocutores do ‘eixo sanitário’ das Nações Unidas.

Atores-chave do processo tem sido, também e cada vez mais, as organizações da sociedade civil, dentre as quais podemos destacar as que têm a saúde como objeto central, caso da World Federation of Public Health Associations (WFPHA), DNDI, People's Health Movement, Consortium of Universities for Global Health, e outras, que incidem sobre objetos que são determinantes sociais da saúde, casos da Oxfam, Human Rights Watch, Planetary Health Alliance entre muitas.

Por sua vez, a agenda de saúde da América Latina e Caribe é configurada fundamentalmente pela autoridade sanitária do hemisfério, a OPAS, que reúne anualmente os ministros da saúde de todos os países das Américas, e que tem hoje como diretor-geral o brasileiro Jarbas Barbosa. Entretanto, a saúde também é matéria substantiva para as multilaterais sub-regionais, como a CELAC, o Mercosul, a Comunidade Andina, o Sistema Centro-americano (SICA) e a Comunidade do Caribe.

Neste breve artigo apresentaremos considerações sobre os principais objetos das agendas da área da saúde no sistema das Nações Unidas, assim como nos blocos plurilaterais globais e das Américas, indagando sobre as estratégias para incidir na conformação dessas agendas, no curto período de formulação que vai de maio a dezembro de 2023.

NAÇÕES UNIDAS

No Caderno 4, pp. 12-15, comentamos os documentos básicos sobre o projeto central da ONU para o desenvolvimento e a saúde, a **Agenda 2030 e seus ODS**, entre os quais “*Nossa Agenda Comum (Our Common Agenda)*”²; ao qual se soma agora o balanço ‘oficial’ do SG sobre os ODS até aqui, no documento ‘*Progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Rumo a um Plano de Resgate para as Pessoas e o Planeta - Relatório do Secretário-Geral (Edição Especial)*’³. Uma importante contribuição aos debates do HLPF/ECOSOC vem da síntese dos documentos preparados pelas comissões funcionais do Conselho Econômico e Social e outros órgãos e fóruns intergovernamentais⁴. Estes documentos vão alimentar as discussões do HLPF no âmbito do ECOSOC, em julho, em Nova York, e depois a Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2023. Resta ainda um documento básico, em finalização, o *Relatório de Desenvolvimento Sustentável Global* de 2023, preparado por cientistas, referenciado e comparado ao Relatório de 2019, fornecendo evidências que possam ajudar os tomadores de decisão a acelerar a ação e superar os obstáculos que impedem o progresso no desenvolvimento sustentável. O foco será acelerar a transformação por meio de importantes pontos de entrada e permitir que a ciência apoie essa aceleração.

A importância da dimensão regional do desenvolvimento sustentável há muito tem sido reconhecida, o que levou à Assembleia Geral a convidar as Comissões Econômicas e Sociais das Nações Unidas (como a CEPAL na ALC) a contribuir com o trabalho do HLPF, inclusive por meio de reuniões regionais anuais, com o envolvimento de outras entidades regionais, grandes grupos e outras partes interessadas relevantes. Abaixo, os locais e datas de cada um dos fóruns e seus resultados nas respectivas referências bibliográficas:

- (a) África - Niamey, Níger, 27/02 a 02/03⁵
- (b) América Latina e Caribe - Santiago, Chile, 24 a 28 de abril^{6,7}
- (c) Europa, Genebra, Suíça - 29-30 de março⁸
- (d) Ásia-Pacífico - Bangkok, Tailândia, 27-30 de março⁹

² *Nossa Agenda Comum* foi preparado pelo Secretário-Geral e apresentado à Assembleia Geral ainda em 2021, mas desde então, e até hoje, tomado como referência pelas diversas instâncias da Organização <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N21/217/01/PDF/N2121701.pdf?OpenElement>

³ *Progress towards the Sustainable Development Goals: Towards a Rescue Plan for People and Planet Report of the Secretary-General (Special Edition)*. Ver: https://hlpf.un.org/sites/default/files/2023-04/SDG%20Progress%20Report%20Special%20Edition_1.pdf

⁴ *Synthesis of submissions by functional commissions of the Economic and Social Council and other intergovernmental bodies and forums*. Ver: <https://hlpf.un.org/sites/default/files/2023-04/HLPF%202023%20Synthesis%20Report.pdf>

⁵ Ver: https://hlpf.un.org/sites/default/files/2023-05/23-00975%202023%20ECA%20RFSO_English_Formatted_Revised.pdf

⁶ Ver: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/48823/S2300097_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y

⁷ Ver: https://foroalc2030.cepal.org/2023/sites/foro2023/files/23-00387_fds.6_conclusiones_y_recomendaciones.pdf

⁸ Ver: <https://hlpf.un.org/sites/default/files/2023-05/HLPF%202023%20Regional%20Report%20ECE.pdf>

⁹ Ver: https://hlpf.un.org/sites/default/files/2023-05/23-00983%202023%20ESCAP%20RFSO_Report_Formatted.pdf

(e) Região Árabe - Beirute, Líbano, 14-16 de março¹⁰

Depois da Assembleia Mundial da Saúde de maio de 2023, um dos mais importantes momentos da diplomacia da saúde global se materializa no momento político do HLPF no âmbito do ECOSOC, em julho de 2023, por abordar muitos dos ‘determinantes sociais da saúde’ que encontram materialidade nos ODS da Agenda 2030.

A **Assembleia Geral das Nações Unidas**, a se realizar em **setembro de 2023**, em Nova York, dará continuidade aos debates sobre a *Agenda 2030 e seus ODS*, com a realização da **Cúpula de ODS**, reunião de chefes de Estado e de governo, a meio caminho entre 2015 e 2030, já comentada no Caderno 4 e alimentada pelos documentos já referenciados acima.

A saúde global estará presente na AGNU não apenas pelos debates relativos à Agenda 2030, mas também por dois importantes **High-Level Meetings (HLM) (Reuniões de Alto Nível)** – prática conhecida para tratar de temas candentes da agenda global e que tem a participação de chefes de Estado que lá estão, e seus respectivos ministros da área. As **HLM** sobre saúde de 2023 serão sobre:

- **Cobertura universal de saúde** – Visa definir uma declaração concisa e orientada para a ação, com base em revisão abrangente da implementação da declaração de 2019, lições aprendidas com a Covid-19, lacunas identificadas e recomendações baseadas em evidências, para acelerar o progresso em direção ao alcance da cobertura universal de saúde até 2030. Na AGNU de 2019, a declaração foi adotada por meio da resolução A/RES/74/2¹¹ e previa revisar os avanços na AGNU de 2023.

- **Tuberculose** – A reunião ocorrerá dia 22 de setembro, para revisar os progressos da resolução adotada por ocasião do HLM sobre tuberculose em 2018¹². Uma série de encontros preparatórios estão sendo realizados para chegar a um ‘rascunho zero’ nas próximas semanas, material que pode ser acessado pelos interessados na página do **Stop TB** em: <https://www.stoptb.org/advocate-to-endtuberculosis/united-nations-high-level-meeting-tb>

Em **2024**, a UNGA se debruçará sobre **Resistência a Antimicrobianos**¹³, flagelo emergente de importância global.

G7, G20, BRICS, G77+China, Movimento dos Não-Alinhados: O multilateralismo global externo à ONU em ação

Ainda no plano global, a saúde tem tido presença robusta nos debates, declarações e deliberações em grupos de países, como o G7, o G77+China, BRICS, e o Movimento dos Não-alinhados (MNA). No segmento seguinte deste artigo vamos examinar a presença da saúde nas agendas destas estruturas políticas.

¹⁰ Ver: <https://hlpf.un.org/sites/default/files/2023-05/HLPF%202023%20Regional%20Report%20ESCWA.pdf>

¹¹ Ver: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N19/311/84/PDF/N1931184.pdf?OpenElement>

¹² Ver: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N18/315/53/PDF/N1831553.pdf?OpenElement>

¹³ Ver: https://apps.who.int/gb/MSPI/pdf_files/2023/03/Item1_22-03.pdf

O Grupo dos 7

O **G7**, composto pelos sete países que detêm as maiores economias e são os mais industrializados do mundo (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido), mais União Europeia, realizou sua Cúpula de 2023 em Hiroshima, no último fim-de-semana (19-21 de maio), sob a presidência do Japão. Convidado, o Brasil se fez presente com o presidente Lula, depois de o país ter sido ignorado nos últimos 4 anos. A importância do seu discurso na Cúpula fez-nos tomar a decisão de publicá-lo na íntegra neste Caderno 8.

O convite do G7 à Índia, Indonésia e ao Brasil para participar da Cúpula de Hiroshima não é mera casualidade, pois constituem a *troika* do G20, isto é, a PPT passada, atual e futura do grupo, cujas decisões o G7 pretende influenciar já na próxima Cúpula de setembro, em Nova Delhi, como também em 2024, sob a presidência do Brasil. Tampouco são aleatórias as diversas menções ao G20 no *Communiqué* do G7, inclusive em questões de saúde. E, finalmente, são lideranças muito importantes nas respectivas regiões e ‘neutras’ – a serem convencidas – no conflito da Ucrânia. Comores (representando a União Africana), Ilhas Cook (representando o Fórum das Ilhas do Pacífico), Vietnã, Coreia do Sul e Austrália completam a óbvia lista política.

O *G7 Hiroshima Leaders’ Communiqué*¹⁴, divulgado em 20 de maio, informa que o Grupo “está tomando medidas concretas” sobre: apoiar a Ucrânia; esforços de desarmamento e não proliferação, visando o objetivo final de um mundo sem armas nucleares; resiliência e segurança econômica; transição para economias de energia limpa; lançar a Declaração de Ação de Hiroshima para Segurança Alimentar Global Resiliente; e mobilizar até US\$ 600 bilhões em financiamento para infraestrutura, por meio da Parceria para Investimento em Infraestrutura Global (PGII).

No campo específico da **saúde**, o *Communiqué* estendeu-se por três longos e abrangentes parágrafos, reproduzidos no artigo sobre G7, G20 e OCDE deste fascículo.

A saúde esteve presente nas duas últimas presidências, de Reino Unido (2021) e Alemanha (2022), cujas Cúpulas aprovaram declarações contendo grandiosos compromissos do G7 com a saúde global e o controle da pandemia de Covid-19, mas que efetivamente não se realizaram^{15,16}. Esperamos que esta declaração dos líderes do G7 não caia na inocuidade das anteriores. Em 2024, a presidência de turno estará com a Itália.

Saúde no G7 2023, de Hiroshima, Japão

No **G7 do Japão**, poucos dias antes da Cúpula, em 13-14 de maio, em Nagasaki, outra das cidades japonesas bombardeadas em 1945, reuniram-se os **Ministros da Saúde do G7** afirmando que: “*rumo a ‘reconstruir melhor’ da pandemia de Covid-19, o G7 trabalhará em conjunto e apresentará direção e ação para fortalecer a prevenção, preparação e resposta (PPR) para emergências de saúde pública, a fim de contribuir para alcançar condições mais resilientes, equitativas e sustentáveis de cobertura universal de saúde e promover a inovação em saúde, que*

¹⁴ Ver: https://www.g7hiroshima.go.jp/documents/pdf/Leaders_Communique_01_en.pdf, com citações em tradução livre dos Cadernos

¹⁵ Buss PM; Alcázar, S. G7 decepciona no combate à Covid. *O Globo blog* [Internet], 15 jun. 2021. Acesso: <https://blogs.oglobo.globo.com/opiniaopost/g7-decepciona-no-combate-covid.html>

¹⁶ Buss, P; Alcázar, S. A Cúpula do G-7 ou a precariedade insustentável de seus resultados. *Centro de Estudos Estratégicos blog* [Internet], 18 jun 2021. Acesso: <https://cee.fiocruz.br/?q=A-Cupula-do-G-7-ou-a-precariedade-insustentavel-de-seus-resultados>

é essencial para apoiar o enfrentamento desses desafios”¹⁷. O primeiro-ministro publicou artigo no Lancet sobre as propostas do Japão para a área da saúde do G7¹⁸, que seriam segurança humana e cobertura universal de saúde. As últimas reuniões de MS do G7, antes do Japão, realizaram-se em Paris (2019), Oxford (2021) e Berlim (2022).

O *Communiqué* completo da reunião de Nagasaki pode ser acessado em: <https://www.mhlw.go.jp/content/10500000/001096403.pdf>. Constituído de 19 páginas e 49 parágrafos, detalham um pouco mais os conteúdos de saúde do comunicado dos líderes. Para detalhes, ver o artigo sobre G7, G20 e OCDE neste fascículo. A Cúpula também abordou a segurança alimentar global, tema crucial para a saúde humana, por meio da *Declaração de Ação de Hiroshima para Segurança Alimentar Global Resiliente*¹⁹. Manifestou-se também, com uma declaração, sobre a *Visão do G7 Hiroshima sobre acesso equitativo a insumos médicos (Medical Countermeasures)*²⁰.

Esperamos que desta vez o G7, nas ações concretas decorrentes da Cúpula de Hiroshima e respectiva reunião de Ministros da Saúde, seja mais efetivo, não restringindo-se apenas a uma retórica que, embora bela e coerente, tem sido inócua na esfera da saúde global.

O Grupo dos 20

O **G20** é o principal grupo da governança econômica global, reunindo as maiores economias desenvolvidas e emergentes. Em 2023 é presidido pela Índia e realizará sua Cúpula em Nova Delhi, em 9 e 10 de setembro. A governança do G20 é constituída pela *troika*, que reúne a presidência rotativa atual (Índia), a anterior (Indonésia), e a presidência futura (Brasil), cujo mandato inicia em 1º de dezembro de 2023, estendendo-se até 30 de novembro de 2024. Esta será a grande oportunidade para o governo Lula realmente retomar o protagonismo nos mais diversos temas da agenda global, inclusive na saúde.

As prioridades da presidência indiana para a saúde são: (i) prevenção, preparação e resposta a emergências de saúde com enfoque na abordagem de Saúde Única (*One Health*) e resistência antimicrobiana (RAM); (ii) fortalecimento da cooperação no setor farmacêutico no acesso e disponibilidade de vacinas, tratamentos e diagnósticos seguros, eficazes e de qualidade; e (iii) inovações e soluções em saúde digital para auxiliar na cobertura universal de saúde e melhorar a prestação de serviços.

Os próximos encontros na área da saúde preparatórios para a Cúpula são: 1) a Reunião Conjunta de Ministros da Saúde e das Finanças, em 1º de agosto, que visa abordar as crises econômica e de saúde, consideradas interligadas pela governança do grupo; e 2) o Grupo de Trabalho sobre Saúde (reunião de Ministros da Saúde do grupo), em 18 e 19 de agosto, ambas em Gandhinagar, Índia.

Uma proeminente presença da saúde no G20 foi alcançada na PPT da Itália (2021), com a Declaração de Roma²¹. Em 2022, iniciou o chamado ‘ciclo do Sul Global’ no G20, com a sequência de presidências da Indonésia (2022), Índia (2023), Brasil (2024) e África do Sul (2025).

¹⁷ Ver: https://www.g7hiroshima.go.jp/ministerialmeetings/pdf/nagasaki_en.pdf

¹⁸ Ver: https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202301/00009.html

¹⁹ Ver: https://www.g7hiroshima.go.jp/documents/pdf/session6_01_en.pdf

²⁰ Ver: https://www.g7hiroshima.go.jp/documents/pdf/session3_01_en.pdf

²¹ Alcázar, S. e Buss, PM. Saúde global na Cúpula do G20 em Roma. *Le Monde Diplomatique Brasil* [online], 01 nov. 2021. Acesso: <https://diplomatique.org.br/saude-global-na-cupula-do-g20-em-roma/>

O Brasil só voltará à presidência do G20 em 2043 ou depois, dependendo se novos membros ingressarem no grupo. Portanto, esta oportunidade não pode ser desperdiçada.

O Ministério das Relações Exteriores divulgou em 9 de maio a Nota nº 173²² sobre a Presidência brasileira do G20, cujo teor vem transcrito a seguir:

“O Brasil assumirá a presidência de turno do G20 em 1º de dezembro de 2023, pelo período de um ano. Estabelecido, em seu atual formato, em 2008, o G20 consolidou-se, desde então, como o principal foro global de diálogo e coordenação sobre temas econômicos, sociais, de desenvolvimento e de cooperação internacional.

Esta será a primeira ocasião em que o Brasil presidirá o G20 em seu atual formato. Trata-se de processo sem precedentes para o país e oportunidade única para que o Brasil apresente seus atributos e credenciais e projete prioridades de políticas públicas e relações externas nas áreas de atuação do grupo.

O G20 constitui-se atualmente de 21 grupos de trabalho, distribuídos em duas “trilhas” – uma coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores, com 13 grupos de trabalho; outra, pelo Ministério da Fazenda, com 8 grupos de trabalho –, além de 11 grupos de engajamento com a sociedade civil.

A programação da presidência de turno do G20 compreenderá mais de uma centena de reuniões oficiais em todo o território nacional, entre as quais a cúpula de líderes, cerca de 20 reuniões ministeriais, mais de 50 reuniões de altos funcionários, além de dezenas de eventos paralelos.

A Cúpula do G20 durante a presidência de turno brasileira está prevista para ocorrer na cidade do Rio de Janeiro, em novembro de 2024.”

O desafio da participação do Brasil em todo o imenso calendário político que trata da agenda do G20 é começar já a preparar-se para assumir a presidência do grupo daqui a 7 meses. Esta será a grande oportunidade para o país realmente mostrar que ‘está de volta’ e retomar o protagonismo nos mais diversos temas da agenda global, inclusive na saúde. Segundo analistas, consoante sua política interna e visão de política externa explicitada até aqui, o Brasil deverá priorizar no G20 o combate à crise alimentar global e o combate à fome; a inclusão social, que incluiria o acesso à saúde, educação e processos transferência de renda; questões ambientais, incluindo mudança climática, proteção ambiental, combate ao desmatamento, mercado de carbono e financiamento verde; e infraestrutura, envolvendo água, saneamento, energia renovável, conectividade, logística e transformação digital. Ademais, certamente o Brasil buscará fortalecer o multilateralismo e convidará países africanos para participar dos trabalhos do G20.

A enorme plataforma que conforma o G20, a quantidade de reuniões temáticas, de segmentos dos governos e da própria sociedade civil tradicionalmente é feita pelos países em diferentes cidades, para mostrar suas diversas paisagens e culturas. Muitas cidades brasileiras deverão se candidatar para sediar eventos. Como integrante do ministério da saúde, a Fiocruz se prepara para uma ativa participação na programação de saúde do G20 sob a presidência do Brasil.

²² Ver: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/presidencia-brasileira-do-g20

BRICS

A África do Sul assumiu a presidência do BRICS em 1º de janeiro de 2023 com o tema *BRICS e África: Parceria para Crescimento Mutuamente Acelerado, Desenvolvimento Sustentável e Multilateralismo Inclusivo* e enunciou as prioridades da presidência para este ano:

i) Fortalecer a recuperação socioeconômica pós-pandemia e encontrar soluções para a consecução da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável;

ii) Fortalecer o multilateralismo, incluindo uma reforma real das instituições de governança global. O BRICS tem uma visão comum de um sistema político, econômico e financeiro global mais equitativo, justo, equilibrado e representativo, mas enfrenta resistência global por parte de interesses de países desenvolvidos. As recentes conquistas de reforma servem como base para esforços contínuos para canalizar a voz do BRICS e influenciar onde houver possibilidade dessa voz fazer uma mudança.

iii) Desenvolver uma parceria para uma transição climática justa e equitativa. Não há uma só parte do mundo que não esteja sentindo as consequências das mudanças no clima; enfrentá-las requer mudanças urgentes e transformadoras em todos os setores da economia. As oportunidades precisam ser exploradas para gerenciar os riscos associados à mudança climática e, ao mesmo tempo, melhorar a vida e o futuro das pessoas.

iv) Transformar a educação e o desenvolvimento de habilidades para o futuro. A educação e o desenvolvimento contínuo de habilidades são soluções de longo prazo para o desenvolvimento e a saída da pobreza. A cooperação e as iniciativas existentes para a criação e troca de conhecimento devem ser fortalecidas para abrir oportunidades para o futuro.

Calendário de BRICS

Os destaques mais importante nos próximos meses são a **XV Cúpula de BRICS 2023**, de **22 a 24 de agosto**, em Gauteng, África do Sul; a reunião (extra) dos Ministros da Saúde, em Genebra, à margem da Assembleia Mundial da Saúde, em 23 de maio; e a **XIII Reunião (regular) de Ministros da Saúde**, em **3 de agosto**, em cidade da África do Sul a definir, possivelmente em North West/KZN, província daquele país, cuja capital é Mahikeng. A reunião do *Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas* ainda será marcada. O calendário completo encontra-se abaixo.

BRICS 2023 - CALENDÁRIO DE EVENTOS		
ATIVIDADES DO BRICS	LOCAL	DATA
BRICS Health Ministers meeting	Genebra (UN)	23 maio 2023
13 th BRICS Health Ministers meeting	TBD	3 agosto 2023
15 th BRICS Summit	Gauteng, AS	23 agosto 2023
BRICS Outreach and BRICS Plus	Gauteng, AS	24 agosto 2023
BRICS Leaders' Informal meeting on the margins of the G20 Summit	New Delhi, Índia	Setembro 2023 TBC
BRICS Ministers of Foreign Affairs and International Relations meeting on the margins of UNGA78 TBC <i>*Incoming Chair</i>	NY (UN)	Setembro 2023 TBC
1 st BRICS Vaccine Research and Development Centre meeting	TBD	TBD
2 nd BRICS Vaccine Research and Development Centre meeting	TBD	TBD
13 th BRICS STI Senior Officials meeting	Híbrido - Venue TBD	TBD by the STI Nodal Point
BRICS STI Steering Committee meeting	Híbrido - Venue TBD	TBD by the STI Nodal Points
BRICS WG meeting on Biotechnology and Biomedicine	Híbrido - Venue TBD	TBD by STI WG

G77 e MNA

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é facilitar que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)²³, Nairóbi (UNEP)²⁴, Paris (UNESCO)²⁵, Roma (FAO/IFAD)²⁶, Viena (UNIDO)²⁷ e Washington (G-24)²⁸. Em 2023, a presidência do G-77 está a cargo da República de Cuba, pela primeira vez.

O event político mais importante que vem pela frente no âmbito do G77 é a **III Cúpula do Sul**, em Kampala, quando Uganda assumirá a presidência do grupo. A cúpula dos países do Movimento dos Não-Alinhados também está agendada para janeiro de 2024, durante a Terceira Cúpula do Sul, o que assegura um poderoso momento político do Sul Global, que vamos acompanhar com muita prioridade.

Cooperação Sul-Sul

A cooperação Sul-Sul e triangular tem representado importante instrumento político e técnico nas relações entre países do Sul Global de

O **Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul** promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e apoio intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Co-criação e gestão do conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul.

A 21ª sessão do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul²⁹, que se encontra localizado no UNOSSC (Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul) será realizada de 30 de maio a 2 de junho de 2023 para revisar o progresso alcançado³⁰ na implementação do Plano de Ação de Buenos Aires para a Promoção e Implementação da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, a Estratégia Novas Direções para a Cooperação Sul-Sul, o documento final da Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul de Nairóbi, e o documento final da segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (BAPA+40), de Buenos Aires. O tema do evento será *“Acelerar a recuperação da pandemia de Covid-19 e a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável por meio da Cooperação Sul-Sul e Triangular”*.

Integrante do Sul Global e buscando firmar-se de novo como um ator importante na cooperação internacional, este evento interessa muito ao Brasil, e dada a composição e a participação (audiência) esperada, que inclui as agências de fomento à cooperação Sul-Sul e

²³ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

²⁴ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

²⁵ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

²⁶ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

²⁷ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

²⁸ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

²⁹ <https://unsouthsouth.org/our-work/policy-and-intergovernmental-support/high-level-committee-on-south-south-cooperation/21st-session/>

³⁰ https://unsouthsouth.org/wp-content/uploads/2023/04/HLC-21-Adm-Draft-Report_Advance-Unedited-Version.pdf

Triangular, podem ser construídos efetivos acordos para uma cooperação soberana e emancipatória. *Soft power* para tanto não falta ao Brasil, inclusive na saúde, com o invejável acervo de experiências e soluções propiciado pelo SUS, implementado em conjunturas progressas.

O *Seminário avançado do CRIS sobre Cooperação em Saúde Sul-Sul e Triangular* está agendado para 12 de julho de 2023.

MERCOSUL

O Mercosul desenvolve arranjos de governança regional que incorporam a saúde. Em 1996, a Resolução GMC 151/91 criou o **Subgrupo de Trabalho nº 11-Saúde**, que "*harmoniza parâmetros e padrões de qualidade de bens, serviços e fatores produtivos na área da saúde, promovendo mecanismos de controle sanitário dos Estados-partes em para eliminar barreiras técnicas ao comércio e fortalecer a integração regional*".

Ao mesmo tempo, ocorrem as **Reuniões de Ministros da Saúde** do bloco, que trabalham basicamente na "*priorização conjunta de questões de política de saúde e na futura harmonização de soluções ou ações compartilhadas para promover políticas de saúde, em áreas que os ministros considerem prioritárias*".

No percurso do tempo, estes dois fóruns regionais de governança em saúde, acumularam uma variedade de questões abrangentes relacionadas à compatibilidade de sistemas regulatórios para produtos de saúde, serviços e práticas profissionais; políticas de HIV-AIDS, medicamentos, entre outras.

Em **4 julho de 2023**, o Brasil assume a presidência *pro tempore* do Mercosul, na reunião de **Cúpula** do bloco em Puerto Iguazu, Argentina. Antes, em **23 de junho**, em Buenos Aires, ocorrerá a **Reunião de Ministros da Saúde**.

OMS / OPAS

O calendário da saúde no sistema ONU já vem sendo amplamente divulgado e comentado neste Caderno, inclusive neste fascículo. Apenas recordamos que a Assembleia Mundial da Saúde está se realizando nesta semana, e remetemos o leitor ao texto de Galvão, Reges, Bermudez e Buss, que contém detida análise dos principais itens que serão debatidos.

A **OPAS** tem sua reunião de definição das políticas de saúde para as Américas por ocasião da reunião do seu *Conselho Diretor*, que reúne os Ministros da Saúde dos seus 35 Estados-membros e 4 membros associados, em setembro de todos os anos. A agenda é preparada pelo **Comitê Executivo**, que este ano, sua 172ª. sessão, reunir-se-á de **26 a 30 de junho**, em Washington, DC, cuja agenda provisória e principais documentos podem ser encontrados em: <https://www.paho.org/pt/orgaos-diretores/comite-executivo/172a-sessao-do-comite-executivo> O Brasil ocupa um dos assentos do Comitê Executivo (assim como na OMS), o que lhe confere expressiva possibilidade de influenciar na agenda. No Caderno 6, pp. 45-48, os autores apresentam e discutem a agenda que estará em debate na OPAS.

O **Conselho Diretor da OPAS**, constituído pelos ministros da saúde de todos os Estados-membros reúne-se de **25 a 29 de setembro**, em Washington, DC. para definir o que será o *core* da agenda da saúde pan-americana.

Cúpula da Amazônia

O Brasil compartilha a floresta amazônica com outros sete países da América do Sul. Em função dos graves problemas sociais, econômicos, ambientais e sanitários que acometem a região, agravados nos anos de descaso e abandono do governo Bolsonaro, e que culminaram, no Brasil, com a tragédia do povo Yanomami, o presidente Lula decidiu convidar os **chefes de Estado da região amazônica** para uma **Cúpula** a se realizar em **Belém, de 5 a 7 de agosto de 2023**.

A agenda ainda está sendo definida pelo **Itamaraty**, com a **Organização do Tratado da Cooperação Amazônica (OTCA)**, e certamente incluirá o tema da **saúde**. Segurança alimentar e nutricional e saúde dos povos indígenas são dois temas com presença assegurada, e que foram discutidos, entre outros temas, no seminário organizado pelo MRE de 17 a 19 de maio último. Seguramente deverá constar dos temas da Cúpula também o tema das **doenças emergentes e re-emergentes** por todos os riscos existentes para o surgimento destas enfermidades nos biomas das florestas tropicais úmidas, como a Amazônia. A estruturação de **sistemas de saúde** em territórios complexos como a região também deverá compor o repertório temático da Cúpula.

A OTCA proporcionou a criação da *Rede de Institutos Nacionais de Saúde da Pan-amazônia*, que deverá ter papel relevante por ocasião dos debates sobre saúde na Cúpula.

Cúpula da CPLP

Próximo da data da Cúpula de BRICS, também no continente africano, possivelmente a **21 de setembro, em Luanda, Angola** (que ocupa a PPT da CPLP), **vai se realizar a Cúpula da CPLP**, com uma agenda que ainda está sendo definida. A saúde tem presença forte na CPLP, pelo seu **Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS CPLP) 2023-2027**³¹, aprovado pelos ministros da saúde do bloco em abril último, e que será apreciado pelos chefes de Estado reunidos na Cúpula.

Outros espaços políticos

Em próximos fascículos dos Cadernos trataremos de outros espaços políticos relevantes para a saúde, cujos eventos ocorrerão no transcorrer do segundo semestre de 2023. Apenas para exemplificar, fazemos menção à **COP do Clima** (Emirados Árabes Unidos, novembro) e à **COP da Biodiversidade**, com data e local a serem ainda definidos.

Importante registrar a realização da V Reunião Ordinária da RINSP-CPLP, com o tema: O Papel dos INSP na Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, Maputo, 6 a 9 de junho de 2023.

Seguimento da agenda

O compromisso dos Cadernos com seus leitores é acompanhar cada um dos momentos políticos relevantes da diplomacia da saúde global e regional acima enunciados, assim como realizar os **Seminários Avançados do CRIS**, que trarão os principais atores políticos que constroem esta agenda, tal como vimos fazendo ao longo dos últimos 4 anos.

³¹ Ver: <https://saude.cplp.org/plano-estrategico-pecs-cplp/pecs-cplp/>

Diagnósticos contundentes, (In)ações Unidas e outras palavras vãs

Santiago Alcázar e Paulo Buss

Ao chegar em casa tarde, Lindolfo, trôpego, tentou uma e mais vezes inserir a chave do carro na fechadura da porta de entrada. Uma e mais vezes tentou e em todas falhou. É questão de jeito, pensou, submerso em imagens líquidas da noite, que pareciam conspirar para que a sua mão, seu braço, seu tronco e suas pernas conspirassem contra a sua vontade de inserir a chave do carro na fechadura da porta de casa.

O *Foro Político de Alto Nível*, que é a instância no âmbito das Nações Unidas encarregada de acompanhar a implementação da Agenda 2030, deverá reunir-se este ano sob os auspícios da AGNU. Em 2015, quando os Estados-membros adotaram por consenso a Agenda, decidiu-se que todo ano o Foro Político deveria realizar-se sob patrocínio do ECOSOC, que conta com 54 membros e a cada quatro anos, ao amparo da AGNU, *con tutti*. Somente por esse fato, o Foro Político de Alto Nível deste ano, que coincide com a metade do caminho até 2030, terá importância singular. O que esperar? Pouco, a julgar da leitura do chamado “rascunho zero” do projeto de declaração política da Cúpula dos ODS³².

Com efeito, o rascunho zero mais parece um rosário de promessas alinhavadas às pressas para aligeirar consciências que naufragam em correntes de culpabilidade. O que são as locuções *renovar a nossa resolução, reafirmar o nosso compromisso, comprometemo-nos com, teremos urgência em* – se não boias lançadas ao mar dos afogados?

Convida ao sorriso evocar *ações ousadas, ambiciosas e transformadoras, ancoradas na solidariedade internacional, a responsabilidade compartilhada e a cooperação robusta em todos os níveis*. Onde esteve a solidariedade internacional durante a pandemia da Covid-19? Onde, as ações ousadas, ambiciosas e transformadoras efetivamente necessárias para alcançar o futuro que queremos, como ressaltado na Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20? Onde, a cooperação robusta e a responsabilidade compartilhada, que curiosamente costuma pesar mais do lado dos mais fracos?

Nada no rascunho zero aponta para pistas que poderiam sugerir que, desta vez, essas coisas evocadas efetivamente acudirão ao chamado. Por quê, caberia perguntar, desta vez será diferente? Que sentido tem reafirmar que estamos empenhados em defender a Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal de Direitos Humanos, o edifício inteiro dos acordos internacionais sobre esse tema, as condições de trabalho decente ou as múltiplas resoluções, decisões e declarações imaginadas para resgatar a dignidade humana – quando se tem presente o estado do mundo? Sem ruborizar?

Sem ruborizar, porque o Secretário-Geral, Antônio Guterres, em sua apresentação da edição especial do relatório de progresso dos ODS deixou claro que não devemos nos orgulhar da presente situação³³:

As inequidades, nunca tão imensas, continuam a aumentar;

26 pessoas detêm a mesma riqueza que a metade mais pobre do mundo;

³²<https://www.un.org/pga/77/wp-content/uploads/sites/105/2023/05/Zero-Final-SDG-PD-8-May-2023.pdf>

³³ <https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2023-04-25/secretary-generals-remarks-launch-the-special-edition-of-the-sustainable-development-goals-progress-report>

*Nossa guerra contra a Natureza agrava-se com o aumento inexorável das emissões;
Mais de uma espécie em cinco está ameaçada de extinção;
Países em desenvolvimento não conseguem investir nos ODS por conta do buraco negro do endividamento;
Em 2022, o FMI alocou US\$ 650 bilhões em Direitos Especiais de Saque, o principal mecanismo multilateral para injetar liquidez em tempos de crise financeira;
A União Europeia recebeu US\$ 150 bilhões, enquanto a África toda, que têm o triplo da população, apenas US\$ 34 bilhões;
Algo está fundamental errado com as regras e a governança do sistema que produz esses resultados.*

Sim, algo está muito errado, mas não se pense que se trata de algo novo, de um tropeço seguido de uma queda. Estávamos bem, mas tropeçamos e caímos. Só temos que nos levantar e seguir adiante. Tudo estará bem. Não.

É indiscutível que hoje mais pessoas têm reconhecidos benefícios sociais e laborais. Não há dúvida de que há avanço na percepção da importância dos direitos humanos e da gravidade da emergência climática. Por outro lado, não há como escamotear que *a meio caminho de 2030, estamos deixando mais da metade do mundo para trás*, nas palavras do SG naquela sua apresentação:

Bilhões continuam a viver na pobreza e são privados de dignidade. Inequidades em ascensão. Desafio intransponível para alcançar igualdade de gênero. Aumento do desemprego, particularmente entre jovens. Desastres naturais mais frequentes e mais intensos. Conflitos múltiplos. Espiral da violência. Esgotamento de recursos naturais e impactos da degradação ambiental. Deslocamentos forçados. Doenças emergentes e reemergentes. Crises na saúde.

As palavras acima constam da resolução 70/1 da AGNU – Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável³⁴. O diagnóstico de 2015 poderia ser aplicado, sem alteração, à atual situação ou a uma anterior. *Algo está fundamental errado com as regras e a governança do sistema que produz esses resultados.*

A economia está deixando de entregar a segurança e a prosperidade esperada por grande parte de nossas respectivas sociedades, teria afirmado Martin Wolf, o conceituado comentarista do Financial Times. E para ilustrar, teria apontado as seguintes falhas do atual modelo econômico: *aumento das inequidades, instabilidades financeiras, crescente insegurança pessoal e reduzido crescimento econômico.*

Cópia antecipada do esperado relatório do Conselho sobre a *Economia da Saúde para Todos*, criado a pedido do Diretor Geral da OMS com vistas a repensar a relação entre economia e saúde, traz à luz enunciados de natureza moral: *saúde para todos deve ser prioridade em toda as estruturas de governo, não somente dos ministérios da saúde; pessoas devem ser a meta principal das economias, não algo intermediário para outros objetivos; deve-se construir um mundo mais justo e equitativo, orientado à vida e à saúde de pessoas e planeta; a economia do bem-estar e saúde deve centrar-se na pessoas; deve-se mudar a percepção do financiamento em saúde como um investimento, não mais como um gasto; deve-se promover a colaboração entre*

³⁴https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_70_1_E.pdf

Estados de maneira a moldar mercados que priorizem a saúde humana e planetária; se a saúde é o objetivo último, então a economia deve ser reorientada para a servir.

Se, por um lado, os comentários do SG na apresentação da edição especial do relatório de progresso dos ODS, o diagnóstico constante da resolução 70/1 da AGNU e a opinião do articulista do Financial Times – constituem observações, i.e., reconhecimento de fatos ocorridos e compilados em estatísticas – os enunciados produzidos pelo Conselho sobre Economia da Saúde para Todos são, por outro, recomendações de caráter moral, no entendimento que se apoiam na categoria do dever.

Não é suficiente observar. É preciso dever agir, e isso, de maneira moral. O problema é que vivemos sob o signo de uma falência moral, como recordou o Secretário-Geral, Antônio Guterres, em sua alocação na 76ª AGNU³⁵:

Nosso mundo nunca esteve tão ameaçado, ou mais dividido

Vivemos crises em cascata

A crise do clima está triturando o Planeta

Os Direitos Humanos estão sob ataque

A solidariedade foi dada como desaparecida em combate

A maioria da população dos países ricos está vacinada

Enquanto 90% da população da África ainda aguarda a primeira dose

Estamos sendo reprovados em ética

Guterres também faz observações, mas não se limita a elas. Com efeito, as suas observações são ocasião para apresentar o seu documento “Nossa Agenda Comum”, que supostamente irá corrigir as falhas do sistema multilateral, bem como injetar estímulo para a necessidade da transformação. Não é evidente, no entanto, por que as coisas seriam diferentes com a Nossa Agenda Comum, nem com a Cúpula dos ODS, em setembro deste ano ou com aquela do Futuro, programada para setembro de 2024, ao abrigo da AGNU. Não é este o lugar para comentar a saída proposta pelo SG que, ao contrário do Conselho sobre a Economia da Saúde para Todos, não recorre ao dever moral, mas ao “tem que”, que soa um pouco autoritário. Talvez o “tem que” presente na fala do SG seja uma forma de expressar o dever moral, mas nesse caso parece um grito de desespero: “tem que”, porque de outra maneira estaremos fadados à catástrofe. É possível. Em todo caso, o “tem que” de Guterres parece indicar uma moral de último recurso ou, o que seria o mesmo, do desespero.

É importante ressaltar que em nenhum caso, sejam as observações de Guterres na edição especial do relatório de progresso dos ODS, o diagnóstico da resolução A/70/1, os comentários do economista do Financial Times, as recomendações do Conselho sobre a Economia da Saúde para Todos – em nenhum caso, dizia, há uma condenação explícita à causa dos males que afligem a maior parte do mundo, o neoliberalismo. Alguns, para não o nomear, falam do sistema, outros, da economia, como se esses termos fossem sinônimos daquele. Curiosamente, todos parecem ter consciência de que a raiz dos males que denunciam em observações, diagnósticos e comentários reside no simples exercício de privilegiar a busca do lucro. Sabem, mas não ousam fazer a denúncia, por medo talvez de serem excluídos do convívio nos círculos de poder. Por isso preferem sugerir correções, adaptações e pequenas

³⁵<https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2021-09-21/address-the-76th-session-of-general-assembly>

modificações, todas tímidas para as transformações anunciadas, prometidas e, em seguida descartadas porque supostamente não seriam economicamente viáveis. Curioso, porque todas as atividades causantes da mudança climática tampouco são economicamente sustentáveis a médio ou longo prazo. Tudo leva a crer que a evolução da mudança climática esteja próxima a um ponto de não retorno, com a consequente explosão de desastres naturais e de doenças emergentes e reemergentes que escapariam a qualquer tentativa de controle.

Algo está fundamental errado. Ou não. As 26 pessoas que detêm a metade da riqueza do mundo, seus familiares, amigos e associados talvez possam escapar ao anunciado desastre planetário. São impermeáveis aos males listados pela AGNU, a OMS ou as opiniões de articulistas de jornais, que a eles servem e obedecem. Que importa o quê conclui a Cúpula dos ODS, a AGNU, o Conselho de Segurança ou a OMS se as peças do tabuleiro não se mexem por arte e mágica de resoluções, decisões ou declarações logradas em foros multilaterais? Como Lindolfo bêbado constata, a chave na mão não abre a porta de casa.

Algo está errado, fundamentalmente errado, não tanto pelo lado dos impermeáveis que apenas se submetem naturalmente a seus instintos básicos, mas pelo lado dos que defendem o sistema sem, no entanto, gozarem de pisca que seja de poder de decisão ou de influência. Afinal de contas, por que são legião os que defendem o sistema que, cedo ou tarde, levará a todos, eles inclusive, como gado ao abatedouro?

Não há como evitar comparar a aparente cegueira que ocorre no campo da economia, talvez por conta do *curtoprazismo* dominante, com a atitude das lideranças europeias com respeito à guerra na Ucrânia. Henry Kissinger, que não pode ser acusado de desatenção com respeito à Realpolitik, em entrevista reproduzida na edição de 20 de maio na revista *The Economist*, manifestou a seguinte opinião: *O que os europeus estão dizendo agora (com relação à Ucrânia) é tremendamente perigoso. Não querem (os ucranianos) na OTAN, porque são um risco muito grande. Isso não obstante, armam o esse país com o que há de mais avançado. O resultado é que a Ucrânia é hoje o país mais bem armado e também o que tem menos experiência de liderança estratégica na Europa.*

A “visita de surpresa”, realizada na segunda semana de maio pelo Presidente ucraniano a Roma, Berlin, Paris e Chequers, a Residência de campo do Primeiro Ministro do Reino Unido, foi justamente para pedir mais armas para a guerra por procuração que ele trava contra a Rússia. Prontamente atendido por todos, sem exceção, como somente Hollywood é capaz de imaginar, as lideranças europeias pareciam afinadas com a insensatez sublinhada por Kissinger. Para aumentar um pouco a loucura, o giro europeu incluiu cerimônia de agradecimento das autoridades a Zelenski com a concessão do prêmio Charlemagne, em agradecimento por ter unido os europeus. Ursula von den Leyen, a Presidente da Comissão Europeia, teria manifestado na ocasião que a Ucrânia encarna tudo que a Europa representa: *coragem de convicções, luta por valores e liberdade e compromisso com a paz e a unidade.* É irônico que a unidade pregada pela Senhora von den Leyden seja em torno à guerra. A Europa é de fato o continente que historicamente mais empreendeu guerras. Na Europa, unir-se para guerrear parece atividade esportiva, com direito a fã clube e torcida organizada. Lindolfo, depois de várias tentativas, perdeu o equilíbrio, caiu e machucou a frente. A dor parecia somar-se aos seus infortúnios e não se sabe por quê Lindolfo desatou a rir.

Em Hiroshima, lançaram a *Little Boy* em 6 de agosto de 1945, aproximadamente às 08:15. Quinze segundos depois, explodiu, a uma altura de mais de mil quinhentos metros. A bola de pura energia alcançou mais de 7,700 graus Centígrados.

Na mesma cidade, em 21 de maio, o Presidente Lula pronunciou o que deve ser reconhecido como um dos mais importantes do século XXI. *Expos a fragilidade dos dogmas e equívocos do neoliberalismo. Queixou-se de que não obstante a crise financeira de 2007, a arquitetura financeira global mudou pouco. O mundo vive uma sobreposição de crises que somente podem ser enfrentadas mediante mudança de mentalidade.* Esse talvez seja o desafio mais importante. Mudar a mentalidade. Mudar para transformar, para abandonar a economia da exclusão e do descarte onde, por um lado, não é notícia que um ser humano em situação de rua morra de frio enquanto, do outro, manchetes de jornais dedicam espaços generosos à queda da bolsa de valores em dois pontos³⁶.

Ainda caído no chão, com dores no corpo e sangue na face, Lindolfo dirigia improperios contra Richard Horton, que em sua imaginação líquida havia enterrado a saúde para todos, ou assim lhe pareceu³⁷.

³⁶https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html

³⁷[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(23\)01005-X/fulltext?dgcid=raven_jbs_etoc_email](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(23)01005-X/fulltext?dgcid=raven_jbs_etoc_email)

Saúde para todos, mantendo a promessa dos 75 anos da Organização Mundial da Saúde³⁸

*Luiz Augusto Galvão, Paula Reges,
Luana Bermudez e Paulo M. Buss*



A Organização Mundial de Saúde (OMS) é uma agência especializada das Nações Unidas, fundada há 75 anos. Atualmente conta com mais de 7000 trabalhadores lotados nos 150 escritórios espalhados pelo mundo em repartições nos estados-membros, seis escritórios regionais e na sede.

A criação da Organização representa um marco na saúde global e é responsável pela formulação de normas sanitárias internacionais, pela produção de guias e materiais técnicos em prevenção e controle de doenças, manuais de boas práticas, criação e implementação de programas de controle e erradicação de doenças, promoção de cooperação técnica com os estados-membros, formulação de relatórios de situação e análises de risco, e, ainda, o fomento de pesquisas em saúde.

Durante os 75 anos de existência da OMS, desde 07 de abril de 1948 muito se fez para implementar o primeiro item do preâmbulo da Constituição de princípios da OMS que diz: "A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade."

Durante esse período a população global cresceu e mudou características, e ao conceito de saúde foi ampliado, agregando-se sua determinação social. O cenário do fim da década de 40 deu lugar ao que temos hoje: uma miscelânea política, econômica e social que forja a sociedade global.

Olhando para os próximos 75 anos, a OMS enfatiza o compromisso renovado com a equidade na saúde, chave para enfrentar os futuros desafios sanitários. À sombra da pandemia de COVID-19, o roteiro da OMS para a recuperação inclui uma mudança urgente de paradigma para promover a saúde e o bem-estar e prevenir doenças, abordando suas causas profundas e criando as condições para que a saúde prospere.

Nos últimos cinco anos, a OMS investiu em ciência e saúde digital, criando uma Divisão de Ciência liderada pela primeira Cientista Chefe da Organização. Isso ocorreu em um momento

³⁸ Publicado originalmente no blog do CEE Fiocruz, em 18/05/2023. Acesso: <https://cee.fiocruz.br/?q=Saude-para-todos-mantendo-a-promessa-dos-75-anos-da-Organizacao-Mundial-da-Saude>

em que a ciência está sob ataque constante todos os dias. Os países devem proteger o público contra desinformação. O futuro da saúde depende de quão bem potencializamos a saúde por meio da ciência, pesquisa, inovação, dados, tecnologias digitais e parcerias.

As decisões da Organização são tomadas pela Assembleia Mundial da Saúde (AMS), o órgão supremo da organização. A AMS é composta por delegações de todos os 194 Estados-Membros da OMS e se reúne-se anualmente em maio, em Genebra, Suíça.

As principais funções da AMS são:

- Determinar as políticas da OMS
- Nomear o Diretor-Geral
- Supervisionar as políticas financeiras
- Rever e aprovar a proposta de orçamento-programa
- Considerar relatórios da Conselho Executivo (Executive Board)
- Instruir a Diretoria Executiva em relação a assuntos sobre os quais possam ser necessárias outras ações, estudos, investigações ou relatórios

A AMS toma decisões por maioria de dois terços dos Estados-Membros presentes e votantes. Em alguns casos, é necessário o voto por maioria simples. É ainda apoiada pela Diretoria Executiva (Executive Board, em inglês), que é composta por 34 membros tecnicamente qualificados, indicados pelos estados-membros, eleitos para mandatos de três anos e que se reúnem duas vezes por ano.

A Diretoria Geral tem como principais atribuições:

- Preparar a agenda para a AMS
- Auxiliar a AMS no desempenho de suas funções
- Aconselhar o Diretor-Geral sobre a política e o programa de trabalho globais da OMS
- Supervisionar a implementação das decisões da AMS
- Elaborar relatório à AMS sobre suas atividades

A OMS também tem uma série de comitês técnicos e órgãos consultivos que fornecem aconselhamento e apoio à AMS, à Diretoria Executiva e ao Diretor-Geral. Estes comitês e organismos são compostos por peritos dos Estados-Membros e de outras organizações.

As decisões na OMS são tomadas por meio de um processo de negociação e construção de consensos. A AMS e a Diretoria Executiva esforçam-se para chegar a decisões que sejam aceitáveis para todos os Estados-Membros. A sociedade civil e outros organismos internacionais desempenham um papel muito importante nesse processo, promovendo inúmeras atividades antes, durante e depois das reuniões da Diretoria Executiva e da AMS.

Nos períodos intermediários, a secretaria da organização – composta de 6 organizações regionais, incluindo a OPS na região das Américas, e inúmeros departamentos técnicos – coordena a implementação das decisões da AMS.

Este ano ocorre a 76ª. sessão da Assembleia e terá como tema “*OMS em seus 75 anos: salvando vidas e levando saúde para todos*”. O evento ocorre de 21 a 30 de maio, no Palais des Nations, sede das Nações Unidas, em Genebra. Os temas da agenda estão divididos em 4 eixos principais definidos quando se estabeleceu o 13º Programa Geral de Trabalho da OMS (13 GPW), conhecidos como o “tripla bilhão” (triple billion) da OMS. O desenho proposto de ‘gestão de demandas’ visa tornar a arquitetura da saúde global mais eficiente e sustentável:

- Pilar 1: Mais um bilhão de pessoas se beneficiando da cobertura universal de saúde
- Pilar 2: Mais um bilhão de pessoas melhor protegidas de emergências de saúde
- Pilar 3: Mais um bilhão de pessoas desfrutando de melhor saúde e bem-estar
- Pilar 4: OMS mais eficaz e eficiente, fornecendo melhor apoio aos países

A [agenda provisória](#) prevista para a Assembleia é vasta; contudo, a agenda não se esgota em si. Sendo o evento mais esperado e que congrega diferentes atores do cenário da saúde global, as temáticas extrapolam o *Palais*. É o momento do ano que têm diferentes entidades, agências, organizações da sociedade civil e não-governamentais, ministros, diplomatas, representantes de organismos internacionais, manifestações científicas, dentre diversos outros participantes, para discutirem formalidades, chegarem a acordos e parcerias, fomentar trocas e buscar novas alianças em prol de um mundo mais saudável, além de interesses próprios.

Tratado sobre Pandemias e Revisão do Regulamento Sanitário Internacional

Entre os diversos temas dessa 76ª AMS, os mais importantes giram em torno da arquitetura global de preparação e resposta a emergências de saúde pública. Isto por meio da revisão do *Regulamento Sanitário Internacional (RSI)*, documento vinculante da OMS; e a construção da proposta de um *Instrumento sobre pandemias*, também vinculante, que indiretamente sentarão novas bases para a diplomacia da saúde global e para a governança global em saúde. Esse processo começou depois que o [relatório independente](#) encomendado pela AMS trouxe à baila as grandes fragilidades do sistema multilateral de saúde global. Alguns dos pontos críticos são a equidade em saúde, as consequências àqueles que compartilham informações, a propriedade intelectual e o acesso a tecnologias em saúde, a perda de credibilidade devido às notícias falsas, e as responsabilidades comuns entre os países, porém diferenciadas devido à respectivas capacidades de resposta.

Diante do comunicado recente do Diretor Geral (DG) da OMS, Tedros Adhanom, sobre o fim da fase emergencial da Covid-19 e da mpox, muito ainda precisa ser discutido sobre como garantir que erros não se repitam e que estejamos prontos para novos desafios. Nesta área, os dois processos mencionados caminham em paralelo: a revisão do RSI ([working group on International Health Regulations](#)) e o Órgão Intergovernamental de Negociações do Tratado Pandêmico ([Intergovernmental Negotiating Body](#)). Ambos, a partir de diferentes abordagens e obrigações, buscam traçar estratégias e criar mecanismos de garantia para um mundo mais resiliente e equitativo, sob a perspectiva da prevenção, preparo, resposta e recuperação frente às emergências de saúde pública. Para isso é necessário promover boa governança, com transparência, responsabilidade e participação inclusiva. É esperado que ambos os trabalhos finalizem em 2024, e apesar de ainda haver um caminho sinuoso a ser seguido, relatórios intermediários serão apresentados nesta AMS.

Ameaças contínuas de outras doenças zoonóticas, insegurança alimentar, desafios de resistência antimicrobiana, bem como a degradação do ecossistema e as mudanças climáticas, demonstram claramente a necessidade da resiliência de sistemas de saúde e ação global acelerada. Em um contexto global que combina maiores movimentações humanas, crise climática, maiores interações humana-animal, tragédias migratórias devido a conflitos e escassez de recursos, é instado que todos os países e as principais partes interessadas devam priorizar "*Saúde Única*" na agenda política internacional.

Em um mundo de tantas desigualdades, seria incoerente tratar países de acordo com suas diferentes demandas? Um dos eixos quentes de discussões, dá-se em torno do conceito de

responsabilidades comuns, porém diferenciadas, ou CBDR da sigla em inglês (*common but differentiated responsibilities*). Um princípio orientador no regime internacional ambiental funcionaria como base normativa para definir responsabilidades diferenciadas entre os países para enfrentar ameaças à saúde pública. A adaptação do princípio CBDR ao regime internacional de saúde tem o potencial de reforçar a governança global da saúde, fortalecer a preparação e resposta global à pandemias por meio da cooperação e solidariedade internacional e proteger o mundo de futuras pandemias.

Por um lado, os países desenvolvidos defendem que CBDR é contra o princípio de universalidade e que dividiria os países. Porém, os países em desenvolvimento, defendem que aqueles com mais capacidades devem agir para garantir que todos tenham as mesmas condições de resposta a uma futura pandemia. O posicionamento do governo brasileiro até o momento é de que se deve adotar o reconhecimento da importância de um tratamento diferenciado de acordo com as capacidades de cada país.

Cabe destacar que o Brasil, sob coordenação da *Divisão de Saúde Global do MRE*, vem fazendo uma série de reuniões interministeriais para definir o posicionamento brasileiro nas negociações do instrumento internacional sobre pandemias, principalmente nos temas de maior tensionamento. A Fiocruz tem participado destas reuniões através de expertos nas distintas áreas de interesse.

Equidade e determinantes sociais da saúde

O compromisso renovado com a *equidade na saúde* será a chave para enfrentar os futuros desafios da saúde. À sombra da pandemia de Covid-19, o roteiro da OMS para a recuperação inclui uma mudança urgente de paradigma para promover a saúde e o bem-estar e prevenir doenças, abordando suas causas profundas e criando as condições para que a saúde prospere. A OMS convoca os países a propiciar melhores condições de saúde, priorizando a atenção primária à saúde como base da cobertura universal de saúde.

Pela definição, *determinantes sociais de saúde (DSS)* são os fatores extra-setoriais à saúde que influenciam os resultados em saúde. São as condições nas quais as pessoas nascem, crescem, trabalham, vivem e envelhecem, e o conjunto mais amplo de forças e sistemas que moldam as condições da vida diária. Essas forças e sistemas incluem políticas e sistemas econômicos, agendas de desenvolvimento, normas sociais, políticas sociais e sistemas políticos.

Os DSS têm uma influência importante nas iniquidades em saúde - as diferenças injustas e evitáveis no estado de saúde observadas dentro e entre os países. E sobretudo sobre aqueles "à margem" como populações indígenas, grupos minoritários, pessoas em situações de vulnerabilidade, migrantes. E apesar da Covid-19 ter amplificado tais injustiças, existem diversos outros fatores interligados que colaboram nesse decréscimo de qualidade de vida, dos conflitos armados à crise climática, da insegurança alimentar ao alto custo de vida.

O trabalho tem se concentrado no desenvolvimento de um novo Quadro Operacional (Operational Framework, em inglês), que proporá um quadro para a medição, avaliação e abordagem dos determinantes sociais da equidade na saúde. Além disso, compartilhará os principais desafios e as formas de superá-los. Está vinculado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e outros esforços intersetoriais, uma vez que a governança e a colaboração multissetorial são fundamentais para abordar os determinantes sociais da equidade na saúde.

Saúde dos povos indígenas

Considerando tal âmbito de ações, a retomada brasileira com ativa participação nas discussões e no cenário internacional é exemplificada com a proposição de uma resolução sobre a *saúde dos povos indígenas*, tema nunca abordado diretamente pela Assembleia Mundial da Saúde. É sabido ser prioridade para o Brasil a busca pela garantia que estas populações gozem do seu direito à saúde, de acordo com suas próprias necessidades, especificidades e sob sua própria administração. Desde que a proposta foi apresentada em fevereiro deste ano, sete consultas informais foram feitas, com a participação dos Estados membros interessados na construção do documento final, que foi enviado ao Secretariado da OMS no dia 12 de maio para ser incluído entre os documentos que serão discutidos na Assembleia. A partir de um chamado de apoio aos Estados Membros, a OMS, bem como outras organizações internacionais e todos aqueles que se preocupam em não deixar ninguém para trás, o Brasil traz para essa AMS o tema, com ênfase em dar o devido reconhecimento a esta importante questão tantas vezes negligenciada.

Os chamamentos de renovação do compromisso pela equidade em saúde devem sempre estar presentes, e para todos. Nessa Assembleia, a proposição brasileira de resolução para saúde das populações indígenas será um marco para um avanço concreto nesse sentido. A situação de vulnerabilidade dos povos indígenas reflete a perversidade e exclusão social enfrentadas por essas populações, o que caracteriza um problema de saúde global, e não algo específico do país. Com base no envolvimento da OPAS nessa questão no passado, o Brasil ressaltou que agora é hora de também a OMS abordar o tema.

A proposta de resolução pede a elaboração de um *Plano Global para a Saúde dos Povos Indígenas*, em consulta com os Estados Membros; o fornecimento de apoio técnico para o desenvolvimento de planos nacionais com estratégias específicas voltadas para territórios e comunidades indígenas; a proteção e melhoria da saúde dos povos indígenas; o incentivo à pesquisas sobre a saúde dos povos indígenas; a incorporação de uma abordagem intercultural no desenvolvimento de políticas públicas; o fortalecimento dos sistemas tradicionais de saúde dos povos indígenas; e a promoção de mecanismos de consulta prévia aos povos indígenas para a tomada de decisões sobre questões que os afetem. O que deve ser feito em consulta com os Estados Membros, povos indígenas, atores relevantes da ONU e do sistema multilateral, bem como sociedade civil, academia e outras partes interessadas.

Outros temas

Outros temas importantes a serem discutidos durante a 76ª Assembleia Mundial da Saúde incluem:

- *Doenças não transmissíveis*: As doenças não transmissíveis (DCNT) são a principal causa de morte e incapacidade no mundo. A Assembleia se concentrará em formas de prevenir e controlar as DCNT, como doenças cardíacas, AVCs, câncer e diabetes. Os países discutirão como melhorar o acesso a alimentos saudáveis, atividade física e medicamentos essenciais.

- *Saúde mental*: A saúde mental é uma parte crítica da saúde geral. A Assembleia discutirá a importância da saúde mental, como lidar com o estigma associado à doença mental e como melhorar o acesso aos serviços de saúde mental.

• *Cobertura universal de saúde*: A cobertura universal de saúde (UHC) significa que todos têm acesso aos serviços de saúde de que precisam, quando precisam, sem dificuldades financeiras. A Assembleia analisará o progresso na meta da Agenda 2030 de alcançar a UHC.

• *Mudança climática e saúde*: As alterações climáticas são uma grande ameaça para a saúde. A Assembleia discutirá o impacto das mudanças climáticas na saúde e como mitigar os riscos. Os países também discutirão como se adaptar aos efeitos das mudanças climáticas.

• *Resistência antimicrobiana*: A resistência antimicrobiana (RAM) é a capacidade crescente de bactérias e outros micróbios de resistir às drogas projetadas para matá-los. A RAM é uma grande ameaça à saúde global. A Assembleia centrar-se-á na crescente ameaça da RAM e na forma de a prevenir. Os países discutirão como desenvolver novos antibióticos e outros antimicrobianos e como melhorar o uso dos antimicrobianos existentes.

Assim, o mês de maio é mais uma vez cenário catalisador para discussões que são fundamentais para todos nós. São pautas que guiam a saúde global na busca constante por um mundo mais equitativo e saudável.

OMS lança rede global para detectar e prevenir ameaças de doenças infecciosas³⁹

A OMS e parceiros estão lançando uma rede global para ajudar a proteger as pessoas contra ameaças de doenças infecciosas por meio do poder da genômica de patógenos. A **Rede Internacional de Vigilância de Patógenos (IPSN)** fornecerá uma plataforma para conectar países e regiões, melhorando os sistemas de coleta e análise de amostras, usando esses dados para orientar a tomada de decisões em saúde pública e compartilhando essas informações de maneira mais ampla.

A genômica de patógenos analisa o código genético de vírus, bactérias e outros organismos causadores de doenças para entender o quão infecciosos eles são, quão mortais eles são e como eles se espalham. Com essas informações, cientistas e autoridades de saúde pública podem identificar e rastrear doenças para prevenir e responder a surtos como parte de um sistema mais amplo de vigilância de doenças e desenvolver tratamentos e vacinas.

O IPSN, com uma secretaria hospedada pelo Centro de Inteligência Pandêmica e Epidêmica da OMS, reúne especialistas em todo o mundo na vanguarda da genômica e análise de dados, de governos, fundações filantrópicas, organizações multilaterais, sociedade civil, academia e setor privado. Todos compartilham um objetivo comum: detectar e responder a ameaças de doenças antes que elas se tornem epidemias e pandemias e otimizar a vigilância rotineira de doenças.

O objetivo dessa nova rede é ambicioso, mas também pode desempenhar um papel vital na segurança da saúde: dar a todos os países acesso ao sequenciamento e análise genômica de patógenos como parte de seu sistema de saúde pública”, disse o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus. “Como foi claramente demonstrado para nós durante a pandemia do COVID-19, o mundo é mais forte quando se une para combater ameaças de saúde compartilhadas.”

A COVID-19 destacou o papel crítico que a genômica de patógenos desempenha na resposta a ameaças pandêmicas. Sem o sequenciamento rápido do genoma do SARS-COV-2, as

³⁹ Transcrito para o português do site da OMS: <https://www.who.int/news/item/20-05-2023-who-launches-global-network-to--detect-and-prevent-infectious-disease-threats>

vacinas não teriam sido tão eficazes ou teriam sido disponibilizadas tão rapidamente. Variantes novas e mais transmissíveis do vírus não teriam sido identificadas tão rapidamente. A genômica está no centro da preparação e resposta efetivas a epidemias e pandemias, bem como parte da vigilância contínua de uma vasta gama de doenças, desde doenças transmitidas por alimentos e gripe até tuberculose e HIV. Seu uso no monitoramento da disseminação da resistência aos medicamentos do HIV, por exemplo, levou a regimes antirretrovirais que salvaram inúmeras vidas.

“A colaboração global na vigilância genômica de patógenos tem sido crítica enquanto o mundo luta contra o COVID-19 juntos”, disse o Dr. Rajiv J. Shah, presidente da Fundação Rockefeller. “A IPSN se baseia nessa experiência criando uma plataforma sólida para parceiros em todos os setores e fronteiras para compartilhar conhecimentos, ferramentas e práticas para garantir que a prevenção e a resposta à pandemia sejam inovadoras e robustas no futuro.”

Apesar do recente aumento da capacidade genômica nos países como resultado da pandemia de COVID-19, muitos ainda carecem de sistemas eficazes para coletar e analisar amostras ou usar esses dados para orientar a tomada de decisões em saúde pública. Não há compartilhamento suficiente de dados, práticas e inovações para construir uma arquitetura robusta de vigilância global da saúde. Orçamentos que dispararam durante a pandemia, permitindo um rápido aumento de capacidades, agora estão sendo cortados, mesmo nos países mais ricos.

“A Argentina está profundamente empenhada em desenvolver a capacidade de seu próprio país em genômica de patógenos e a capacidade de outros países”, disse Josefina Campos, diretora do Centro Nacional de Genômica e Bioinformática da ANLIS Malbrán, Argentina. “As doenças não respeitam fronteiras: uma ameaça de doença em um país também é uma ameaça para outros. Estamos ansiosos para colaborar com os membros da IPSN para alcançar nosso objetivo comum de prevenir doenças e salvar vidas”.

A IPSN enfrentará esses desafios por meio de uma rede global, conectando regiões geográficas e redes específicas de doenças, para construir um sistema colaborativo para detectar, prevenir e responder melhor às ameaças de doenças. Os membros trabalharão juntos em grupos dedicados com foco em desafios específicos, apoiados por financiamento através do IPSN para ampliar ideias e projetos em genômica de patógenos. Ao conectar países, regiões e partes interessadas mais amplas, o IPSN ajudará a aumentar a capacidade crítica, amplificar as vozes regionais e nacionais e fortalecer suas prioridades.

O IPSN foi lançado formalmente à margem da Assembleia Mundial da Saúde em Genebra. O evento de lançamento ocorreu no dia 20 de maio de 2023, e incluiu palestras de: Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, Diretor-Geral, Organização Mundial da Saúde; Dr. Mike Ryan, Diretor Executivo, Programa de Emergências de Saúde da OMS; e Dr. Chikwe Ihekweazu, Diretor-Geral Adjunto, Organização Mundial da Saúde, Centro de Inteligência Pandêmica e Epidêmica.

Sobre o IPSN

A IPSN é uma nova rede global de atores genômicos de patógenos, hospedada pelo Centro de Inteligência Pandêmica e Epidêmica da OMS, para acelerar o progresso na implantação da genômica de patógenos e melhorar a tomada de decisões em saúde pública. O IPSN prevê um mundo onde todos os países tenham acesso equitativo à capacidade sustentada de sequenciamento e análise genômica como parte de seu sistema de vigilância de saúde

pública. Ele se propõe a criar uma rede global de apoio mútuo de atores de vigilância genômica que amplie e acelere o trabalho de seus membros para melhorar o acesso e a equidade.



O presidente da Fiocruz, Mário Moreira, integrou o painel de alto nível, realizado por ocasião do lançamento da IPSN.

O IPSN consiste em três órgãos operacionais principais que reúnem diferentes conjuntos de partes interessadas, apoiados por uma Secretaria no Centro Pandêmico da OMS. Os parceiros colaboram em Comunidades de Prática (COPs) para resolver desafios comuns, com o objetivo de aumentar a harmonização e inovação em genômica de patógenos. No Acelerador de Expansão do País (CSUA), as partes interessadas trabalham juntas para alinhar esforços e permitir que o intercâmbio Sul-Sul aumente a capacidade do país. A COP e a CSUA reúnem organizações de vários setores, níveis de renda e geografias, com um compromisso com a cooperação internacional e a equidade, além de profunda especialização em genômica ou expansão nacional de sistemas de vigilância. O terceiro órgão é o Fórum de Financiadores para coordenar ações filantrópicas, doadores multilaterais e governamentais em torno de maior atenção política e eficiência de financiamento da vigilância genômica de patógenos. O Fórum de Financiadores também catalisa financiamento adicional para projetos de membros da IPSN. A criação do IPSN foi apoiada pelo financiamento do governo alemão para o Centro Pandêmico da OMS.

Sobre o Centro de Informações sobre Pandemias e Epidemias da OMS

Fazendo parte do Programa de Emergências em Saúde da OMS, o Centro da OMS para Inteligência Pandêmica e Epidêmica (Centro Pandêmico da OMS) facilita uma colaboração global de parceiros de vários setores que apoia países e partes interessadas a enfrentar futuros riscos pandêmicos e epidêmicos com melhor acesso aos dados, melhores capacidades analíticas e melhores ferramentas e insights para a tomada de decisões. Com o apoio do Governo da República Federal da Alemanha, o Centro Pandêmico da OMS foi estabelecido em setembro de 2021 em Berlim, em resposta à pandemia de COVID-19, que demonstrou deficiências em todo o mundo na forma como os países detectam, monitoram e gerenciam ameaças à saúde pública.

O Centro Pandêmico da OMS trabalha em estreita colaboração com os Estados Membros e os escritórios regionais e nacionais da OMS para fortalecer suas capacidades de compartilhamento de dados e permitir que parceiros de todo o mundo colaborem e criem

ferramentas para coletar e analisar dados para vigilância de alerta precoce. Com presença em mais de 150 países, seis escritórios regionais e sua sede em Genebra, o alcance da OMS nos dá a capacidade de tratar riscos pandêmicos, epidêmicos e de saúde pública com igual urgência e diligência em todo o mundo.

Ao vincular iniciativas locais, regionais e globais, o Centro Pandêmico da OMS promove um ambiente colaborativo para inovadores, cientistas e especialistas de um amplo espectro de disciplinas, permitindo-nos alavancar e compartilhar tecnologia de ponta e ancorar nosso trabalho nas necessidades de partes interessadas em todo o mundo.

Com base na experiência em disciplinas, setores e regiões, alavancará o poder de convocação da OMS para promover soluções globais construídas em uma arquitetura de colaboração e confiança globais.

Lançamento do Relatório Final do Conselho de Economia da Saúde para Todos da OMS

Dia 23 de maio, durante a AMS, foi lançado o *Relatório Final do Conselho de Economia da Saúde para Todos da OMS*⁴⁰. O Conselho foi criado pelo Diretor-Geral da OMS, em novembro de 2020, para repensar como a política e a prática econômica poderiam ser colocadas a serviço da #SaúdeParaTodos, e não o contrário. Para isso, passou os últimos dois anos examinando quatro áreas-chave da política econômica:

- Medindo a produção econômica
- Financiar a saúde para todos
- Inovando para a saúde e o benefício público
- Criando capacidades do setor público para alcançar a Saúde para Todos

O Conselho propôs-se a reformular a saúde para todos como um objetivo de política pública e garantir que as economias e finanças nacionais e globais sejam estruturadas de forma a cumprir essa meta ambiciosa. Tinha como objetivo criar um corpo de trabalho que visse o investimento em sistemas de saúde locais e globais como um investimento no futuro, não como um custo de curto prazo. O **relatório final** traz as principais recomendações e sugestões de direções que o mundo precisa seguir para alcançar essa mudança de paradigma na relação entre bem-estar e economia. Tedros Adhanom, a *chair* do Conselho, prof. Mariana Mazzucato, os membros do Conselho Professores Jayati Ghosh, Stephanie Kelton e Ilona Kickbusch; a ministra Nísia e o representante do Brasil no EB, Carlos Gadelha, participaram da mesa de lançamento, no dia 23 de maio, como mostra a foto abaixo, com Mazzucato e Kickbusch.



⁴⁰ Ver: https://cdn.who.int/media/docs/default-source/council-on-the-economics-of-health-for-all/council-eh4a_finalreport_web.pdf?sfvrsn=a6505c22_5&download=true

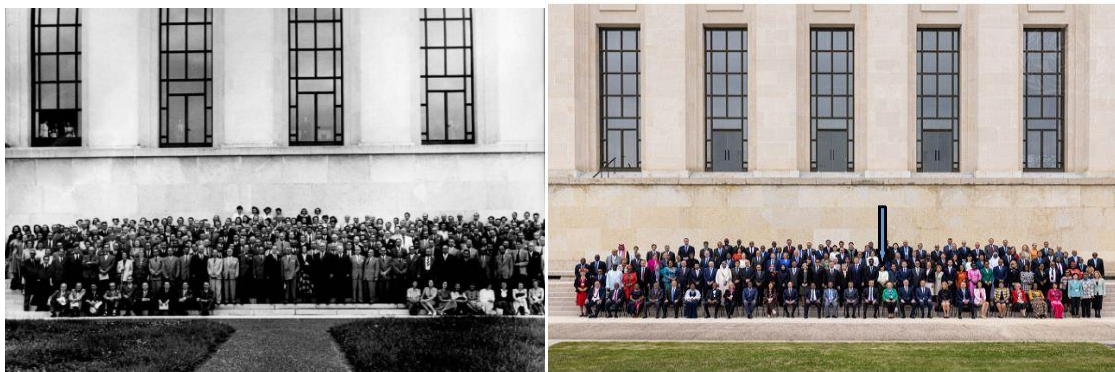
O acesso a todos os materiais produzidos pelo Conselho, encontra-se em: <https://www.who.int/groups/who-council-on-the-economics-of-health-for-all>



Ministra Nísia e Presidente da Fiocruz encontram o DG Tedros Adhanom

Fotos históricas

Para comemorar os 75 anos desde a primeira Assembleia Mundial da Saúde, a OMS tomou uma foto dos participantes da presente Assembleia, que reproduzimos abaixo, junto com a foto de 1948, no mesmo local (fundos do *Palais des Nations*, de frente para o jardim que se estende em direção ao Lago Léman). A ministra Nísia Trindade está presente na foto, que já entra para a história da OMS e da saúde global, indicada por uma flecha azul.



Em 1948, a OMS tinha 55 Estados Membros, hoje são 193. Olhos curiosos e atentos chamaram nossa atenção que a foto de 1948 é predominantemente de homens brancos. Em 2023, aumentaram os números de mulheres e negros. Até 1960 havia 102 países membros da ONU e durante a 15ª Assembleia Geral (1961), 17 países recém independentes foram aceitos como novos membros das Nações Unidas, o que contribuiu para o aumento de países africanos e asiáticos.

76ª. Assembleia Mundial da Saúde (AMS)
Discurso da Ministra da Saúde do Brasil, Nísia Trindade Lima
22 de maio de 2023, Genebra



Excelentíssimo Senhor Tedros Adhanon, Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde,
Excelentíssimo Senhor Presidente desta Assembleia,
Caros colegas, amigos,
Senhoras Ministras, Ministros,

É uma grande honra subir a este púlpito para, em nome do Brasil, celebrar o 75o aniversário da OMS. Trago também uma saudação do Presidente do Brasil, Presidente Lula, que cumprimenta a Organização pela sua história e pela liderança durante o tempo de pandemia.

O grande potencial da Organização está em sua capacidade de enfrentar os desafios contemporâneos e antecipar os futuros desafios. É imperioso neste momento aprendermos lições de uma pandemia que deixou 6 milhões de mortos, mais de 700 mil no Brasil, com grave impacto nos sistemas de saúde, na saúde mental, na economia e no tecido social. Precisaremos de sistemas nacionais de saúde mais preparados para as emergências que virão, e dar respostas a problemas latentes durante esta pandemia.

Quero também dizer que o Brasil está de volta, o que significa a retomada de nossa agenda em defesa da equidade em saúde, da cultura da paz e do multilateralismo, fundamentais neste tempo.

Precisaremos enfrentar os desafios da mudança do clima e seus impactos em saúde. Recordemos que mais da metade do tempo para realizar os ODS já transcorreu, e a despeito de alguns avanços como os demonstrados pelo Dr. Tedros hoje, estamos em grande parte do mundo em situação pior do que antes da Covid19.

Precisamos nesse momento fortalecer substancialmente os sistemas de vigilância e os sistemas de saúde como um todo. Necessitaremos mais inovação, transferência de tecnologia, financiamento, voltados para sistemas de saúde mais equitativos. Em tempos de inteligência artificial e avanços na saúde digital, é crucial que essas sejam ferramentas acessíveis e eticamente orientadas. Temos que descentralizar a produção de medicamentos, vacinas e insumos estratégicos para garantir o acesso equitativo em todo o mundo. Trabalhar para reduzir as desigualdades e diante e dentre elas a desigualdade de acesso aos benefícios do conhecimento científico e tecnológico. Desigualdade faz mal à saúde.

Precisamos nesse momento fortalecer substancialmente os sistemas de vigilância e os sistemas de saúde como um todo. Necessitaremos mais inovação, transferência de tecnologia, financiamento, voltados para sistemas de saúde mais equitativos. Em tempos de inteligência artificial e avanços na saúde digital, é crucial que essas sejam ferramentas acessíveis e eticamente orientadas. Temos que descentralizar a produção de medicamentos, vacinas e insumos estratégicos para garantir o acesso equitativo em todo o mundo. Trabalhar para reduzir as desigualdades e diante e dentre elas a desigualdade de acesso aos benefícios do conhecimento científico e tecnológico. Desigualdade faz mal a saúde.

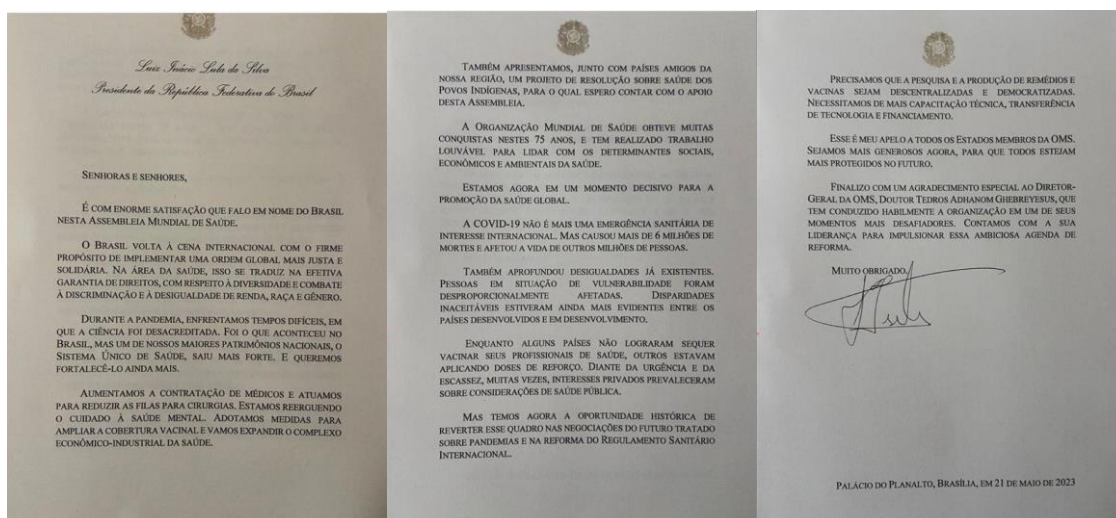
Isso nos exigirá um multilateralismo revigorado. Não alcançaremos esses objetivos sem uma reforma da arquitetura global da saúde que a torne mais ágil, coesa, com a OMS no centro desse processo e que reduza as desigualdades entre países e regiões. Temos de democratizar o sistema internacional de saúde, para que as vozes dos Estados e de suas populações, sobretudo as negligenciadas, possam ser ouvidas. A conclusão exitosa do instrumento sobre pandemias e a reforma do Regulamento Sanitário Internacional são elementos decisivos nesse momento.

Isso implica também ampliar nossa agenda: reduzir desigualdades e promover a equidade. Nesse sentido reforço a proposição que o Brasil traz a essa Assembleia de uma resolução com defesa do respeito às especificidades da saúde dos povos indígenas. Agradeço a todos que apoiam esse nosso pleito.

Confiamos no papel que a OMS possa exercer para realizar essas aspirações e na liderança do Dr. Tedros Adhanom. O Brasil voltou para somar sua voz e sua atuação em defesa da equidade em saúde, da paz e da solidariedade internacional.

Muito obrigada!

Abaixo, *fac símile* da carta do presidente Lula à Assembleia Mundial da Saúde, entregue pela ministra Nísia ao DG Tedros Adhanom, em Genebra, em 22 de maio de 2023



Nesta carta revelam-se os compromissos importantes do governo brasileiro com o multilateralismo na área da saúde, e com teses e orientações fulcrais do SUS.

Educando nosso olhar prospectivo – apresentação da agenda preliminar e notícias do CDH com vistas à 53ª Sessão do CDH de 19 de junho a 14 de julho de 2023

Armando De Negri Filho

O objetivo deste informe, algo formal neste período entre sessões, é chamar a atenção sobre a agenda da próxima sessão, a 53ª do CDH (permitindo identificar pontos de interesse para a saúde global em suas várias vertentes de direitos) e colocar em destaque as notícias relacionadas ao Conselho do mês de maio de 2023.

As notícias do CDH publicadas em maio 2023 destacam a crise no Sudão, a execução de manifestantes no Irã, o informe do relator especial sobre racismo sobre a situação nos Estados Unidos da América e os anúncios do exame periódico dos direitos humanos de Israel, Emirados Árabes Liechtenstein.

A Agenda tentativa para a 53ª Sessão do CDH a ser realizada entre 19 de junho e 14 de julho de 2023, permite identificar a redução importante de destaques transversais relacionados à Pandemia ou a saúde fora dos seus campos próprios de expressão, conforme já tínhamos anotado ao longo do último ano e meio. Mas há um conjunto de temas relacionados que merecerão nossa atenção por seu impacto na saúde, como podem ser os temas de direitos de mulheres e meninas, pessoas com Hansen, migrantes, direitos humanos e mudanças climáticas, usos da inteligência artificial e outros. Além da análise da situação de vários países em crise e os exames periódicos universais. Espero que esta apresentação de agenda preliminar os ajude a identificar temas de interesse para a saúde global e a diplomacia em saúde, com acesso a alguns documentos ou informes já disponibilizados.

1. Notícias do CDH no mês de maio 2023.

[Declaração da Missão Internacional Independente de Investigação sobre a República Islâmica do Irã sobre a execução de manifestantes, 19/05/2023](#)

Estabelecida desde novembro de 2022 pelo Conselho de Direitos Humanos para investigar as supostas violações dos direitos humanos de protestantes, em especial mulheres e crianças,

a Missão Internacional Independente de Apuração de Fatos na República Islâmica do Irã destacou as alarmantes e contínuas execuções de manifestantes, há também alegações de que eles foram condenados e sentenciados por meio de confissões obtidas sob tortura .

“A Missão de Investigação lembra a todas as autoridades estatais e indivíduos envolvidos neste processo que qualquer execução após a violação de um julgamento justo equivaleria a uma privação arbitrária da vida e a uma violação do direito internacional”.

[Conselho de Direitos Humanos pede ao Especialista Designado do Alto Comissariado para os Direitos Humanos no Sudão que documente todas as alegações de violações de direitos humanos desde 25 de outubro de 2021, incluindo as decorrentes do conflito atual, 11/05/2023](#)

“Na resolução sobre o impacto do conflito em curso no Sudão sobre os direitos humanos (A/HRC/36/L.1), conforme emendada oralmente, adotada por 18 votos a favor, 15 contra e 14 abstenções, o Conselho, saudando a nomeação pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos de Radhouan Nouicer como seu especialista designado em direitos humanos no Sudão em 16 de dezembro de 2022: expressou sua profunda preocupação com a grave eclosão do conflito e a escalada da violência no Sudão entre as Forças Armadas Sudanesas

e as Forças de Apoio Rápido, que podem minar o progresso feito em direção a uma transição pacífica para a democracia e a estabilidade no Sudão. O Conselho apelou à cessação imediata da violência por todas as partes, sem pré-condições, ao estabelecimento rápido de acesso humanitário pleno, seguro e sem entraves, à reabilitação de infra-estruturas básicas críticas, a uma resolução negociada e pacífica do conflito com base na inclusão diálogo e o novo compromisso de todas as partes com o povo do Sudão para retornar à sua transição para um governo liderado por civis.”

O CDH também condenou o ataque desenfreado a civis e trabalhadores humanitários e trabalhadores da saúde, e devido à escalada da crise humanitária, ampliou as investigações.

O Conselho decidiu que o mandato do Especialista designado do Alto Comissariado deve, com efeito imediato, também incluir monitoramento e documentação detalhados e relatórios ao Conselho de Direitos Humanos sobre todas as alegações de violações e abusos dos direitos humanos desde 25 de outubro de 2021, incluindo aqueles decorrentes diretamente do conflito atual, bem como um foco específico na prevenção de novas violações e abusos. A resolução solicitava ao Alto Comissário, com a assistência do especialista designado em direitos humanos no Sudão, que apresentasse ao Conselho de Direitos Humanos, em sua quinquagésima quarta e quinquagésima sétima sessões, uma atualização oral sobre a situação dos direitos humanos no Sudão.”

[Alto Comissariado para os Direitos Humanos condena veementemente a violência desenfreada no Sudão, enquanto Conselho de Direitos Humanos abre sessão especial sobre o impacto do conflito em curso no Sudão sobre os direitos humanos, 11/05/2023](#)

“O Sr. Türk disse que desde 15 de abril, pelo menos 487 civis foram mortos, principalmente em Cartum, El Geneina, Nyala e El Obeid; o valor real era muito maior. Mais de 154.000 pessoas fugiram do país e cerca de 700.000 foram deslocadas dentro das fronteiras do Sudão. Aqueles que permaneceram nas áreas afetadas pelo conflito continuaram em grave risco. Em Cartum, confrontos entre as duas forças armadas, bombardeios e ataques aéreos ocorreram em áreas residenciais densamente povoadas, e milhões de pessoas agora lutam para ter acesso a alimentos, combustível e dinheiro. Em partes de Darfur, bem como nas regiões do Nilo Azul e Kordofan, a violência entre grupos militares desencadeou confrontos interétnicos.

As negociações em andamento em Jeddah, que se concentravam na criação de um cessar-fogo, precisavam ser complementadas por compromissos para estabelecer uma trégua humanitária, permitir entregas de ajuda que salvassem vidas, permitir a passagem segura de civis de áreas de hostilidades e proteger suprimentos de saques. Também era crucial que as discussões se expandissem para respeitar o direito internacional humanitário, proteger os civis e pôr fim às violações dos direitos humanos.

O Sr. Türk disse que o Conselho de Direitos Humanos convocou esta sessão especial para expressar sua preocupação urgente com os direitos e a vida do povo do Sudão. Ele instou todos os Estados com influência na região a encorajar por todos os meios possíveis a resolução desta crise.”

[Conselho de Direitos Humanos realizará sessão especial sobre o Sudão em 11 de maio, 05/05/2023](#)

A sessão especial foi convocada pelo constante impacto que o conflito está representando para os Sudaneses - com prisões e execuções arbitrárias - e pela escalada de violência.

“Para que uma sessão especial seja convocada, é necessário o apoio de um terço dos 47 membros do Conselho – 16 ou mais – é necessário. Este pedido foi até agora apoiado pelos seguintes Estados membros do Conselho (19): Argentina, Bélgica, Chile, Costa Rica, República Tcheca, Finlândia, França, Geórgia, Alemanha, Quirguistão, Lituânia, Luxemburgo, México, Montenegro, Paraguai, Romênia, Ucrânia, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e Estados Unidos da América.

A solicitação também foi apoiada pelos seguintes 33 Estados observadores: Albânia, Austrália, Áustria, Bulgária, Canadá, Colômbia, Croácia, Chipre, Dinamarca, República Dominicana, Estônia, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Letônia, Liechtenstein, Malta, Mônaco, Holanda, Nova Zelândia, Macedônia do Norte, Noruega, Polônia, Portugal, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia, Suíça e Uruguai.”

[EUA: Liderança de todo o governo precisa lidar com legado da escravidão e redefinir policiamento, dizem especialistas da ONU, 05/05/2023](#)

“O Mecanismo Internacional de Especialistas Independentes da ONU para Avançar a Justiça Racial no Contexto da Aplicação da Lei encerrou uma visita de 12 dias aos Estados Unidos da América na sexta-feira, pedindo ao governo que aumente os esforços para promover a responsabilização por violações passadas e futuras.

Durante a visita (24 de abril a 5 de maio), o Mecanismo visitou Washington DC, Atlanta, Los Angeles, Chicago, Minneapolis e a cidade de Nova York e se reuniu com representantes da sociedade civil e das vítimas, bem como autoridades federais, estaduais e locais, inclusive de aplicação da lei, administrações municipais, atores judiciais, sindicatos de policiais e grupos de afinidade.

A delegação teve a satisfação de conhecer várias iniciativas promissoras, inclusive em nível estadual, que as autoridades desenvolveram para combater a discriminação racial que afeta os afrodescendentes. No entanto, o Mecanismo sente uma urgência e uma responsabilidade moral de ecoar a dor angustiante das vítimas e seus apelos retumbantes por responsabilidade e apoio, que ouviu ao longo de sua jornada.

“Vimos algumas iniciativas promissoras centradas nas vozes das vítimas e sobreviventes, bem como iniciativas de aplicação da lei que poderiam ser replicadas nos Estados Unidos. Saudamos as medidas reparatórias tomadas até agora, incluindo ordens executivas assinadas em 2021 e 2022, bem como iniciativas individuais de reparação por meio de acordo civil por danos”, disse Tracie Keese, membro especialista do Mecanismo. “Mas acreditamos fortemente que uma ação mais robusta, inclusive por parte das autoridades federais, é necessária para resultar em fortes medidas de responsabilização por violações passadas e futuras”.

“Isso inclui aumentar os mecanismos de supervisão com poder convincente; a alocação de recursos apropriados; e o fornecimento de reparação, apoio e reabilitação robustos e holísticos às vítimas, incluindo acesso à justiça e à saúde, incluindo serviços de saúde mental”, disse Keese.

A escravidão deixou um legado profundo e duradouro no país, que pode ser percebido através do trauma geracional. A discriminação racial permeia todos os contatos com a aplicação da lei, desde o primeiro contato – às vezes já na escola – por meio de caracterização racial, prisão, detenção, condenação e cassação em alguns Estados. Em cada um desses aspectos, os dados disponíveis apontam para um claro impacto desproporcional sobre os afrodescendentes.

Abordar e descompactar o impacto do círculo da pobreza nas pessoas de ascendência africana, incluindo a operação de uma mudança urgente de uma resposta da justiça criminal para uma resposta centrada nos direitos humanos à pobreza, falta de moradia, abuso de substâncias e doenças mentais, é visto pelo Mecanismo como uma prioridade imperativa.

Deve haver uma resposta em todo o estado, para levar a padrões federais de policiamento e envolver todas as reformas do governo, que redefinem a missão e o escopo da polícia.

“Embora reconheçamos que a maioria desses esforços precisaria ocorrer nos níveis estadual e local, pedimos ao governo federal e ao Congresso que continuem demonstrando liderança, principalmente alocando recursos federais para iniciativas de políticas estaduais, adotando padrões nacionais sobre o uso da força e realizando investigações criminais federais em casos de uso excessivo da força pela aplicação da lei”, disse Juan Méndez, outro especialista do Mecanismo.

O Mecanismo compartilhou suas conclusões preliminares com o governo e elaborará um relatório completo a ser publicado nos próximos meses e apresentado ao Conselho de Direitos Humanos em sua 54ª sessão (setembro-outubro de 2023).”

Pela sua importância, a nota foi traduzida na íntegra.

[Conferência de imprensa do Mecanismo Independente de Peritos das Nações Unidas sobre Racismo e Aplicação da Lei no final da sua visita aos Estados Unidos, 04/05/2023](#)

“O Mecanismo Internacional de Especialistas Independentes para Avançar na Justiça e Igualdade Racial no Contexto da Aplicação da Lei realizará uma coletiva de imprensa em Washington D.C. em 5 de maio de 2023 no final de sua primeira missão aos Estados Unidos da América para compartilhar as conclusões preliminares de sua visita.

A coletiva de imprensa acontecerá na sexta-feira, 5 de maio, a partir das 15h. às 16h (D.C. time/ EDT) no National Press Club, 529 14th Street NW, 13º andar – Zenger Room, Washington D.C. A participação remota será disponibilizada.

A mídia que deseja participar desta coletiva de imprensa deve expressar seu interesse enviando um e-mail para yasmine.hadjoudj@un.org e alan.mayo@un.org”

[Histórico de direitos humanos do Liechtenstein será examinado pela Revisão Periódica Universal, 04/05/2023](#)

“Liechtenstein é um dos 14 Estados a serem revisados pelo Grupo de Trabalho UPR durante sua 43ª sessão de 1 a 12 de maio de 2023. A primeira, segunda e terceira revisões UPR de Liechtenstein ocorreram em dezembro de 2008, janeiro de 2013 e janeiro de 2018, respectivamente.

Os documentos em que se baseiam as revisões são: 1) relatório nacional - informações fornecidas pelo Estado sob revisão; 2) informações contidas nos relatórios de especialistas e

grupos independentes de direitos humanos, conhecidos como Procedimentos Especiais, órgãos de tratados de direitos humanos e outras entidades da ONU; 3) informações fornecidas por outras partes interessadas, incluindo instituições nacionais de direitos humanos, organizações regionais e grupos da sociedade civil.

Os três relatórios que serviram de base à revisão do Liechtenstein de 9 de maio podem ser consultados [aqui](#).

A UPR é um processo único que envolve uma revisão periódica dos registros de direitos humanos de todos os 193 Estados membros da ONU. Desde que sua primeira reunião foi realizada em abril de 2008, todos os 193 Estados membros da ONU foram revisados três vezes no primeiro, segundo e terceiro ciclos UPR. Durante o quarto ciclo da Revisão Periódica Universal, espera-se novamente que os Estados descrevam as medidas que tomaram para implementar as recomendações formuladas durante suas revisões anteriores, as quais se comprometeram a acompanhar e destacar os recentes desenvolvimentos de direitos humanos no país.”

Gravação da sessão: <https://media.un.org/en/asset/k10/k10bh14xsv>

[Histórico de direitos humanos de Israel será examinado pela Revisão Periódica Universal](#), 04/05/2023

“Israel é um dos 14 Estados a serem revisados pelo Grupo de Trabalho UPR durante sua próxima 43ª sessão de 1 a 12 de maio de 2023. A primeira, segunda e terceira revisões UPR de Israel ocorreram em dezembro de 2008, janeiro de 2013 e janeiro de 2018, respectivamente.

Os documentos em que se baseiam as revisões são: 1) relatório nacional - informações fornecidas pelo Estado sob revisão; 2) informações contidas nos relatórios de especialistas e grupos independentes de direitos humanos, conhecidos como Procedimentos Especiais, órgãos de tratados de direitos humanos e outras entidades da ONU; 3) informações fornecidas por outras partes interessadas, incluindo instituições nacionais de direitos humanos, organizações regionais e grupos da sociedade civil.

Os três relatórios que serviram de base para a revisão de Israel em 9 de maio podem ser encontrados [aqui](#).

A UPR é um processo único que envolve uma revisão periódica dos registros de direitos humanos de todos os 193 Estados membros da ONU. Desde que sua primeira reunião foi realizada em abril de 2008, todos os 193 Estados membros da ONU foram revisados três vezes no primeiro, segundo e terceiro ciclos UPR. Durante o quarto ciclo da Revisão Periódica Universal, espera-se novamente que os Estados descrevam as medidas que tomaram para implementar as recomendações formuladas durante suas revisões anteriores, as quais se comprometeram a acompanhar e destacar os recentes desenvolvimentos de direitos humanos no país.”

Gravação da sessão: <https://media.un.org/en/asset/k1k/k1ko00rk0j>

[Histórico de direitos humanos dos Emirados Árabes Unidos será examinado pela Revisão Periódica Universal](#), 03/05/2023

“Os Emirados Árabes Unidos são um dos 14 Estados a serem revisados pelo Grupo de Trabalho UPR durante sua 43ª sessão de 1 a 12 de maio de 2023. A primeira, segunda e terceira

revisões UPR dos Emirados Árabes Unidos ocorreram em dezembro de 2008, janeiro de 2013 e janeiro de 2018, respectivamente.

Os documentos em que se baseiam as revisões são: 1) relatório nacional - informações fornecidas pelo Estado sob revisão; 2) informações contidas nos relatórios de especialistas e grupos independentes de direitos humanos, conhecidos como Procedimentos Especiais, órgãos de tratados de direitos humanos e outras entidades da ONU; 3) informações fornecidas por outras partes interessadas, incluindo instituições nacionais de direitos humanos, organizações regionais e grupos da sociedade civil.

Os três relatórios que serviram de base à revisão dos Emirados Árabes Unidos a 8 de maio podem ser consultados [aqui](#).

A UPR é um processo único que envolve uma revisão periódica dos registros de direitos humanos de todos os 193 Estados membros da ONU. Desde que sua primeira reunião foi realizada em abril de 2008, todos os 193 Estados membros da ONU foram revisados três vezes no primeiro, segundo e terceiro ciclos UPR. Durante o quarto ciclo da Revisão Periódica Universal, espera-se novamente que os Estados descrevam as medidas que tomaram para implementar as recomendações formuladas durante suas revisões anteriores, as quais se comprometeram a acompanhar e destacar os recentes desenvolvimentos de direitos humanos no país.”

Gravação da sessão: <https://media.un.org/en/asset/k1r/k1r2o5gdw1>

Após as 14 sessões - para cada país membro selecionado - haverá uma sessão para a exposição das resoluções sugeridas.

2. Conselho de Direitos Humanos. 53ª Sessão. 19 de junho a 14 de julho de 2023

Ponto 1 da ordem do dia. Questões organizacionais e processuais

[Human Rights Council News | OHCHR](#)

Agenda e anotações

Agenda

1. Questões organizacionais e processuais.
2. Relatório anual do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e relatórios do Gabinete do Alto Comissário e do Secretário-Geral.
3. Promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento.
4. Situações de direitos humanos que requerem a atenção do Conselho.
5. Órgãos e mecanismos de direitos humanos.
6. Revisão periódica universal.
7. Situação dos direitos humanos na Palestina e noutros territórios árabes ocupados.
8. Acompanhamento e aplicação da Declaração e do Programa de Ação de Viena.
9. Racismo, discriminação racial, xenofobia e formas conexas de intolerância: acompanhamento e aplicação da Declaração e do Programa de Ação de Durban.
10. Assistência técnica e reforço das capacidades.

1. Questões organizacionais e processuais

Data e local da sessão

O Conselho de Direitos Humanos realizará sua quinquagésima terceira sessão de 19 de junho a 14 de julho de 2023 no Escritório das Nações Unidas em Genebra.

Composição do Conselho de Direitos Humanos (data de término dos mandatos entre parênteses)

A composição do Conselho de Direitos Humanos em sua quinquagésima terceira sessão é a seguinte: Argélia (2025); Argentina (2024); Bangladesh (2025); Bélgica (2025); Benim (2024); Bolívia (⁴¹ Estado Plurinacional de) (2023); Camarões (2024); Chile (2025); China (2023); Costa Rica (2025); Costa do Marfim (2023); Cuba (2023); Rep. Tcheca (2023); Eritreia (2024); Finlândia (2024); França (2023); Gabão (2023); Gâmbia (2024); Geórgia (2025); Alemanha (2025); Honduras (2024); Índia (2024); Cazaquistão (2024); Quirguistão (2025); Lituânia (2024); Luxemburgo (2024); Malawi (2023); Malásia (2024); Maldivas (2025); México (2023); Montenegro (2024); Marrocos (2025); Nepal (2023); Paquistão (2023); Paraguai (2024); Catar (2024); Romênia (2025); Senegal (2023); Somália (2024); África do Sul (2025); Sudão (2025); Ucrânia (2023); Emirados Árabes Unidos (2024); Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (2023); Estados Unidos da América (2024); Uzbequistão (2023); e Vietnã (2025).

Mesa do Conselho de Direitos Humanos

Na sessão de organização do décimo sétimo ciclo do Conselho de Direitos Humanos, realizada em 9 de dezembro de 2022, o Conselho elegeu os seguintes membros da Mesa para o décimo sétimo ciclo, que vai de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023:

Presidente - Václav Bálek (República Checa)

Vice-Presidentes- Muhammadou M.O. Kah (Gâmbia), Asim Ahmed (Maldivas) e Marc Bichler (Luxemburgo)

Vice-Presidente e Relatora - Maira Mariela Macdonal Alvarez (Estado Plurinacional da Bolívia)

Seleção e nomeação dos titulares de mandatos

Em conformidade com o ponto 47 do anexo da Resolução 5/1 do Conselho dos Direitos do Homem, o ponto 22 do anexo da Resolução 16/21 do Conselho e os requisitos estabelecidos na Decisão 6/102 do Conselho e na Declaração do Presidente OS/14/2, o Grupo Consultivo, composto por Stuart Harold Comberbach (Zimbabuê), Abdul-Karim Hashim Mostafa (Irake), Andranik Hovhannisyan (Arménia), Iakovos Iakovidis (Grécia) e Álvaro Moerzinger Pagani (Uruguai), proporá ao Presidente do Conselho uma lista de candidatos para as seguintes vagas: a) O mandato de Perito Independente em Direitos Humanos e Solidariedade Internacional; (b) o mandato do Relator Especial sobre questões de minorias; c) O mandato do Relator Especial para os Direitos Humanos dos Migrantes; e (d) o mandato do Relator Especial para a promoção e proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais na luta contra o terrorismo.

De acordo com o procedimento estipulado nos parágrafos 52 e 53 do anexo da Resolução 5/1 do Conselho de Direitos Humanos, a nomeação dos titulares de mandatos de procedimento especial será concluída após a aprovação subsequente pelo Conselho. Os titulares dos mandatos em questão serão nomeados antes do final da quinquagésima terceira sessão.

Relatório sobre a sessão

Ao final de sua quinquagésima terceira sessão, o Conselho de Direitos Humanos terá diante de si para aprovação um projeto de relatório contendo um resumo técnico dos trabalhos da sessão.

⁴¹O prazo de adesão de cada Estado expira no ano indicado entre parênteses.

2. Relatório anual do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e relatórios do Gabinete do Alto Comissário e do Secretário-Geral

Todos os relatórios do Secretário-Geral, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) são apresentados no item 2 da agenda, que permanece em aberto durante toda a sessão. O Conselho de Direitos Humanos analisará os relatórios nos itens relevantes da agenda, conforme apropriado. O calendário específico da sua introdução reflectir-se-á no programa de trabalho.

De acordo com a declaração do Presidente PRST OS/16/1 de 9 de dezembro de 2022, não serão realizados debates gerais na sessão de junho do Conselho. Os relatórios e as actualizações orais a seguir enumerados serão, por conseguinte, considerados durante o debate geral pertinente a realizar na quinquagésima quarta sessão, a menos que sejam mandatados para serem considerados no contexto de um diálogo interativo.

Situação dos direitos humanos dos muçulmanos rohingyas e de outras minorias em Mianmar

Promover a reconciliação, a responsabilização e os direitos humanos no Sri Lanka

Promoção e proteção dos direitos humanos na Nicarágua

Relatório anual do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

De acordo com a Resolução 48/141 da Assembleia Geral, o Conselho de Direitos Humanos analisará o relatório anual do Alto Comissário ([A/HRC/53/17](#)) no contexto de um diálogo interativo.

Eliminação da discriminação contra as mulheres

De acordo com a resolução 50/166 da Assembleia Geral, o Conselho de Direitos Humanos terá diante de si a nota do Secretariado sobre o relatório da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU-Mulheres) sobre as atividades do fundo fiduciário das Nações Unidas em apoio às ações para eliminar a violência contra as mulheres ([A/HRC/53/18-E/CN.6/2023/7](#)).

Situação dos direitos humanos no Sudão - O Conselho analisará o relatório do Alto Comissário ([A/HRC/53/19](#)), durante um diálogo interativo reforçado.

Situação dos direitos humanos na Eritreia - O Conselho analisará o relatório do titular do mandato, Mohamed Abdelsalam Babiker ([A/HRC/53/20](#)), durante um diálogo interativo.

Situação dos direitos humanos no Afeganistão - O Conselho analisará o relatório do Relator Especial e do Grupo de Trabalho ([A/HRC/53/21](#)).

Ensuring respect for international human rights law and international humanitarian law in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem, and in Israel

The Council will consider the report of the Independent International Commission of Inquiry on the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem, and Israel ([A/HRC/53/22](#)), during an interactive dialogue.

Garantir o respeito pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos e pelo Direito Internacional Humanitário nos Territórios Palestinos Ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, e em Israel

Situação dos direitos humanos na República Islâmica do Iraão - O Conselho terá diante de si o relatório intercalar do Secretário-Geral ([A/HRC/53/23](#)).

3. Promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento

Nos termos da declaração do Presidente PRST OS/16/1, não serão realizados debates gerais na sessão do Conselho de Junho. Os relatórios e as actualizações orais a seguir enumerados serão, por conseguinte, considerados durante o debate geral pertinente a realizar na quinquagésima quarta sessão, a menos que sejam mandatados para serem considerados no contexto de um diálogo interativo.

Direitos econômicos, sociais e culturais

Direito à educação

Em sua resolução 44/3, o Conselho de Direitos Humanos decidiu estender o mandato do Relator Especial sobre o direito à educação, por um novo período de três anos, e solicitou ao Relator Especial que continuasse a apresentar um relatório anual ao Conselho cobrindo todas as atividades relacionadas ao mandato. O Conselho analisará os relatórios da titular do mandato, Farida Shaheed ([A/HRC/53/27](#) e [A/HRC/53/27/Add.1](#)), durante um diálogo interativo.

Pobreza extrema e direitos humanos

Em sua resolução 44/13, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar, por um período de três anos, o mandato de Relator Especial sobre pobreza extrema e direitos humanos, e solicitou ao Relator Especial que apresentasse um relatório anual sobre a implementação da resolução ao Conselho. O Conselho analisará os relatórios do titular do mandato, Olivier De Schutter ([A/HRC/53/33](#), [A/HRC/53/33/Add.1](#) e [A/HRC/53/33/Add.2](#)), durante um diálogo interativo.

Direito de todos ao gozo do mais alto padrão possível de saúde física e mental

Em sua resolução 50/13, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao ACNUDH que apresentasse ao Conselho um compêndio de boas práticas em relação ao acesso a medicamentos e vacinas no contexto do direito de todos ao mais alto padrão possível de saúde física e mental. O Conselho terá diante de si o relatório do ACNUDH contendo o compêndio de boas práticas ([A/HRC/53/50](#)).

Em sua resolução 51/21, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre o direito de todos ao gozo do mais alto padrão possível de saúde física e mental, por um novo período de três anos, e solicitou ao Relator Especial que apresentasse um relatório anual ao Conselho cobrindo todas as atividades relacionadas ao mandato. O Conselho analisará o relatório do titular do mandato, Tlaleng Mofokeng ([A/HRC/53/65](#)), durante um diálogo interativo.

Direitos civis e políticos

Liberdade de opinião e expressão

De acordo com sua resolução 50/15, o Conselho de Direitos Humanos realizará um painel de discussão, totalmente acessível às pessoas com deficiência, sobre o papel da alfabetização digital, midiática e informacional na promoção e gozo do direito à liberdade de opinião e expressão (ver anexo).

Em sua resolução 52/9, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre a promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e expressão, por um novo período de três anos, e solicitou ao Relator Especial que apresentasse um relatório anual ao Conselho cobrindo todas as atividades relacionadas ao mandato. O Conselho analisará o relatório da titular do mandato, Irene Khan ([A/HRC/53/25](#)), durante um diálogo interativo.

Execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias

Em sua resolução 44/5, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, por três anos, e solicitou ao Relator Especial, no exercício do mandato, que continuasse a examinar situações de execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, em todas as circunstâncias e por qualquer motivo, e que apresentasse suas conclusões anualmente, juntamente com conclusões e recomendações. O Conselho analisará os relatórios do titular do mandato, Morris Tidball-Binz ([A/HRC/53/29](#) e [A/HRC/53/29/Add.1](#)), durante um diálogo interativo.

Independência dos juízes e dos advogados

Em sua resolução 44/8, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato de Relator Especial sobre a independência de juízes e advogados, por um período de três anos. O Conselho analisará o relatório da nova titular do mandato, Margaret Satterthwaite ([A/HRC/53/31](#)), durante um diálogo interativo.

Direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação

Em sua resolução 50/17, o Conselho de Direitos Humanos decidiu renovar o mandato de Relator Especial sobre os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação, por um período de três anos, e solicitou ao Relator Especial que continuasse a prestar contas anualmente ao Conselho. O Conselho analisará os relatórios do titular do mandato, Clément Nyaletsossi Voule ([A/HRC/53/38](#), [A/HRC/53/38/Add.1](#), [A/HRC/53/38/Add.3](#) e [A/HRC/53/38/Add.4](#)), durante um diálogo interativo.

Direitos dos povos e de grupos e indivíduos específicos

Participação de pessoas com deficiência no esporte, estatísticas e coleta de dados

Em sua resolução 49/12, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao ACNUDH que apresentasse um relatório oral ao Conselho, em sua quinquagésima terceira sessão, sobre a implementação da Estratégia das Nações Unidas para a Inclusão das Pessoas com Deficiência em seus programas e operações. O Conselho ouvirá o relatório oral do ACNUDH.

Direitos humanos dos migrantes

Em sua resolução 43/6, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar, por um período de três anos, com vigência a partir do final de sua quadragésima quarta sessão, o

mandato de Relator Especial sobre os direitos humanos dos migrantes. Na sua Resolução 47/12, o Conselho solicitou ao Relator Especial que continuasse a apresentar relatórios sobre a situação dos direitos humanos dos migrantes e a participar nos principais debates relacionados com a promoção e proteção dos seus direitos, nomeadamente no que diz respeito aos migrantes em situação vulnerável e no contexto da pandemia de COVID-19, identificando as melhores práticas e as áreas e meios concretos para a cooperação internacional. O Conselho analisará os relatórios do titular do mandato, Felipe González Morales (A/HRC/53/26, A/HRC/53/26/Add.1, A/HRC/53/26/Add.2 e [A/HRC/53/26/Add.3](#)), durante um diálogo interativo.

De acordo com a Resolução 76/172 da Assembleia Geral, o Conselho de Direitos Humanos terá diante de si o relatório abrangente do Secretário-Geral sobre os direitos humanos dos migrantes, cobrindo todos os aspectos da implementação da resolução ([A/HRC/53/51](#)).

Tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças

Em sua resolução 44/4, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato de Relator Especial sobre o tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças, por um período de três anos. O Conselho analisará os relatórios do titular do mandato, Siobhán Mullally (A/HRC/53/28, A/HRC/53/28/Add.1 e [A/HRC/53/28/Add.2](#)), durante um diálogo interativo.

Eliminação da discriminação contra as pessoas afetadas pela hanseníase e seus familiares

Em sua resolução 44/6, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre a eliminação da discriminação contra as pessoas afetadas pela hanseníase e seus familiares, por um período de três anos, e solicitou ao Relator Especial que continuasse a prestar contas anualmente ao Conselho. O Conselho analisará os relatórios da titular do mandato, Alice Cruz (A/HRC/53/30, A/HRC/53/30/Add.1 e [A/HRC/53/30/Add.2](#)), durante um diálogo interativo.

Direitos humanos das pessoas deslocadas internamente

Em sua resolução 50/6, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre os direitos humanos das pessoas deslocadas internamente, por um período de três anos, e solicitou ao Relator Especial que continuasse a apresentar um relatório anual sobre a implementação do mandato ao Conselho, fazendo sugestões e recomendações sobre os direitos humanos das pessoas deslocadas internamente, incluindo o impacto das medidas tomadas a nível interagências. O Conselho analisará o relatório da nova titular do mandato, Paula Gaviria Betancur (A/HRC/53/35) e os relatórios da antiga titular do mandato, Cecilia Jimenez-Damary (A/HRC/53/35/[Add.1](#) e [A/HRC/53/35/Add.2](#)), durante um diálogo interativo.

In its resolutions 6/30 and 47/15, the Human Rights Council decided to incorporate into its programme of work sufficient and adequate time, at minimum an annual full-day meeting, to discuss the human rights of women, including measures that could be adopted by States and other stakeholders to address human rights violations experienced by women. The Council will hold a full-day discussion thereon, fully accessible to persons with disabilities (see annex).

In its resolution 50/7, the Human Rights Council decided to extend the mandate of Special Rapporteur on violence against women, its causes and consequences, for a period of three years, under the title of Special Rapporteur on violence against women and girls, its causes and consequences, on the same terms provided for by the Council in its resolution 41/17, and

to additionally request the Special Rapporteur to examine the specific ways that girls are impacted by violence. The Council will consider the reports of the mandate holder, Reem Alsalem ([A/HRC/53/36](#), [A/HRC/53/36/Add.1](#) and [A/HRC/53/36/Add.2](#)), during an interactive dialogue.

In its resolution 50/18, the Human Rights Council decided to extend the mandate of the Working Group on discrimination against women and girls, for a period of three years, on the same terms provided for by the Council in its resolution 15/23, and requested the Working Group to continue to consider, and to mainstream across all its work, an age dimension in the fulfilment of its mandate, and to examine the specific forms of discrimination that girls faced. The Council will consider the reports of the Working Group ([A/HRC/53/39](#), [A/HRC/53/39/Add.1](#) and [A/HRC/53/39/Add.2](#)), during an interactive dialogue.

Pursuant to its resolution 47/4, the Human Rights Council will have before it the report of the High Commissioner on the panel discussion on menstrual hygiene management, human rights and gender equality, held at its fiftieth session ([A/HRC/53/40](#)).

Pursuant to its resolution 47/15, the Human Rights Council will have before it the report of OHCHR on the annual full-day discussion on the human rights of women, held at its fiftieth session ([A/HRC/53/41](#)).

Eliminação da discriminação contra mulheres e meninas

Proteção contra a violência e a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero

Em sua resolução 50/10, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato de Especialista Independente em proteção contra a violência e a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero, por um período de três anos, e solicitou ao Especialista Independente que continuasse a informar anualmente sobre a implementação do mandato ao Conselho. O Conselho analisará os relatórios do titular do mandato, Victor Madrigal-Borloz ([A/HRC/53/37](#), [A/HRC/53/37/Add.1](#), [A/HRC/53/37/Add.2](#) e [A/HRC/53/37/Add.3](#)), durante um diálogo interativo.

Direitos Humanos e Povos Indígenas

De acordo com sua resolução 48/11, o Conselho de Direitos Humanos terá diante de si o relatório resumido do ACNUDH sobre o painel de discussão sobre o impacto dos planos de recuperação social e econômica no contexto da COVID-19 sobre os povos indígenas, com foco especial na segurança alimentar ([A/HRC/53/43](#)).

Em conformidade com a mesma resolução, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao ACNUDH que convocasse uma oficina de especialistas de quatro dias, sobre possíveis maneiras de aumentar a participação dos Povos Indígenas nos trabalhos do Conselho, e que preparasse um relatório sobre a discussão e as recomendações resultantes, e o submetesse ao Conselho antes de sua quinquagésima terceira sessão. O Conselho terá diante de si o relatório de síntese do ACNUDH ([A/HRC/53/44](#)).

Inter-relação entre direitos humanos e questões temáticas de direitos humanos

Empresas e direitos humanos

Na resolução 44/15, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das empresas transnacionais e outras empresas empresariais, conforme estabelecido pelo Conselho em sua resolução 17/4, por um período de três anos. O Conselho analisará os relatórios do Grupo de Trabalho (A/HRC/53/24, [A/HRC/53/24/Add.1](#), [A/HRC/53/24/Add.2](#), [A/HRC/53/24/Add.3](#), [A/HRC/53/24/Add.4](#) e [A/HRC/53/24/Add.5](#)), durante um diálogo interativo.

Direitos humanos e solidariedade internacional

Em sua resolução 44/11, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato de Especialista Independente em Direitos Humanos e Solidariedade Internacional, por um período de três anos, e solicitou ao Especialista Independente que apresentasse relatórios regulares ao Conselho. O Conselho analisará os relatórios do titular do mandato, Obiora Chinedu Okafor (A/HRC/53/32 e [A/HRC/53/32/Add.1](#)), durante um diálogo interativo.

Direitos humanos e mudanças climáticas

Em sua resolução 50/9, o Conselho de Direitos Humanos decidiu incorporar em seu programa anual de trabalho, a partir de 2023, no mínimo, um painel de discussão sobre diferentes temas específicos sobre os impactos adversos das mudanças climáticas nos direitos humanos, e também decidiu que, na quinquagésima terceira sessão do Conselho, o painel de discussão seria focado no impacto adverso das mudanças climáticas na plena realização do direito à alimentação para todos pessoas e caminhos a seguir para enfrentar os desafios, bem como sobre as melhores práticas e lições aprendidas, incluindo abordagens baseadas na ciência e conhecimento local e indígena, e também decidiu que o painel de discussão teria interpretação e legenda de sinais internacionais (ver anexo).

Na mesma resolução, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Secretário-Geral que apresentasse ao Conselho, em sua quinquagésima terceira sessão, um relatório sobre o impacto adverso das mudanças climáticas na plena realização do direito à alimentação, a ser seguido de um diálogo interativo, e também solicitou ao Secretário-Geral que disponibilizasse o relatório em formatos acessíveis, incluindo linguagem simples e versões de leitura fácil. O Conselho terá diante de si o relatório do Secretário-Geral ([A/HRC/53/47](#)).

Em sua resolução 48/14, o Conselho de Direitos Humanos decidiu nomear, por um período de três anos, um Relator Especial sobre a promoção e proteção dos direitos humanos no contexto das mudanças climáticas e solicitou ao Relator Especial que apresentasse um relatório anual ao Conselho. O Conselho analisará os relatórios do titular do mandato, Ian Fry (A/HRC/53/34 e [A/HRC/53/34/Add.1](#)), durante um diálogo interativo.

Tecnologias digitais novas e emergentes e direitos humanos

Em sua resolução 47/23, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao ACNUDH que convocasse duas consultas de especialistas para discutir a relação entre direitos humanos e processos de normatização técnica para tecnologias digitais novas e emergentes e a aplicação prática dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos às atividades das empresas de tecnologia, e que apresentasse um relatório sobre os mesmos, refletindo os debates de forma inclusiva e abrangente, ao Conselho na sua quinquagésima e cinquenta e

terceira sessões. O Conselho terá diante de si o relatório do ACNUDH sobre a segunda consulta de peritos ([A/HRC/53/42](#)).

Prevenção do genocídio

De acordo com sua resolução 49/9, o Conselho de Direitos Humanos realizará um diálogo interativo com a Assessora Especial do Secretário-Geral para a Prevenção do Genocídio, Alice Wairimu Nderitu, para discutir os progressos realizados no cumprimento de suas funções.

Na mesma resolução, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Secretário-Geral que preparasse um relatório de acompanhamento sobre a implementação das disposições da resolução, com especial ênfase no impacto dos avanços tecnológicos na prevenção dos esforços de genocídio e nos riscos de perpetração de genocídio, e que apresentasse o relatório ao Conselho em sua quinquagésima terceira sessão. O Conselho terá diante de si o relatório do Secretário-Geral ([A/HRC/53/45](#)).

Reforço da cooperação internacional no domínio dos direitos humanos

Em sua resolução 50/4, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissariado que elaborasse um relatório sobre o trabalho do ACNUDH na implementação e aprimoramento da cooperação internacional no campo dos direitos humanos, propondo também possíveis caminhos para enfrentar os desafios para a promoção e proteção dos direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, e apresentar o relatório ao Conselho em sua quinquagésima terceira sessão. O Conselho terá diante de si o relatório do Alto Comissário ([A/HRC/53/46](#)).

Importância do registro de vítimas para a promoção e proteção dos direitos humanos

Em sua Resolução 50/11, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao ACNUDH que elaborasse um relatório abrangente sobre o impacto do registro de vítimas na promoção e proteção dos direitos humanos, incluindo práticas relevantes, em particular o papel do registro de vítimas na defesa e cumprimento dos direitos das vítimas de conflitos armados, situações pós-conflito e violações graves do direito internacional dos direitos humanos, com vista a formular recomendações, conforme aplicável, aos Estados, aos mecanismos do Conselho e às partes interessadas relevantes, e a apresentar o relatório ao Conselho na sua quinquagésima terceira sessão, a que se seguirá um diálogo interativo. O Conselho analisará o relatório do ACNUDH ([A/HRC/53/48](#)).

Direitos humanos e regulamentação da aquisição, posse e uso civil de armas de fogo

Em sua resolução 50/12, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissariado que preparasse um relatório sobre as regulamentações nacionais, políticas e boas práticas eficazes, desafios e lições aprendidas para abordar o impacto negativo nos direitos humanos da aquisição, posse e uso de armas de fogo por civis e as causas profundas e os fatores de risco subjacentes que impulsionam a disponibilidade de armas de fogo e violência relacionada a armas de fogo, incluindo contribuições de empresas sobre medidas adotadas a esse respeito e sua relação com os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos, e apresentar o relatório ao Conselho em sua quinquagésima terceira sessão. O Conselho terá diante de si o relatório do Alto Comissário ([A/HRC/53/49](#)).

4. Situações de direitos humanos que requerem a atenção do Conselho

Situação dos direitos humanos na República Árabe Síria

Em sua resolução 52/30, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a República Árabe Síria, por um período de um ano, e solicitou à Comissão de Inquérito que apresentasse uma atualização oral ao Conselho durante um diálogo interativo em sua quinquagésima terceira sessão. O Conselho ouvirá a atualização oral da Comissão de Inquérito.

Situação dos direitos humanos no Burundi - O Conselho ouvirá a atualização oral do titular do mandato, Fortuné Gaetan Zongo, durante um diálogo interativo.

Deterioração da situação dos direitos humanos na República Islâmica do Irão, especialmente no que diz respeito às mulheres e crianças

O Conselho solicitou à missão de inquérito que apresentasse uma atualização oral, durante um diálogo interativo, na sua quinquagésima terceira sessão. O Conselho ouvirá a atualização oral da missão de averiguação.

Situação dos direitos humanos em Mianmar - O Conselho analisará a atualização escrita do Alto Comissário ([A/HRC/53/52](#)).

Situação dos direitos humanos na Bielorrússia - O Conselho analisará o relatório do titular do mandato, Anaïs Marin ([A/HRC/53/53](#)), durante um diálogo interativo.

Situação dos direitos humanos na República Bolivariana da Venezuela - O Conselho analisará o relatório do Alto Comissário ([A/HRC/53/54](#)).

5. Órgãos e mecanismos de direitos humanos

Nos termos da declaração do Presidente PRST OS/16/1, não serão realizados debates gerais na sessão do Conselho de Junho. Os relatórios a seguir enumerados serão, por conseguinte, analisados durante o debate geral pertinente a realizar na quinquagésima quarta sessão.

Procedimentos especiais

O Conselho de Direitos Humanos terá diante de si o relatório de comunicações dos procedimentos especiais ([A/HRC/53/3](#)).

Fórum de Empresas e Direitos Humanos

De acordo com suas resoluções 17/4 e 44/15, o Conselho de Direitos Humanos terá diante de si o relatório do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das empresas transnacionais e outras empresas empresariais sobre a décima primeira sessão do Fórum sobre Empresas e Direitos Humanos, realizado de 28 a 30 de novembro de 2022 ([A/HRC/53/55](#)).

6. Revisão periódica universal

Em sua resolução 5/1, o Conselho de Direitos Humanos estabeleceu o mecanismo de revisão periódica universal, conforme consta da seção I do anexo a essa resolução. O Grupo de Trabalho sobre a Revisão Periódica Universal realizou sua quadragésima segunda sessão de 23 de janeiro a 3 de fevereiro de 2023. Na sua quinquagésima terceira sessão, o Conselho analisará

e adotará os resultados finais das revisões da República Checa (A/HRC/53/4), Argentina (A/HRC/53/5), Gabão (A/HRC/53/6), Gana (A/HRC/53/7), Peru (A/HRC/53/8), Guatemala (A/HRC/53/9), Benim (A/HRC/53/10), República da Coreia (A/HRC/53/11), Suíça ([A/HRC/53/12](#)), Paquistão (A/HRC/53/13), Zâmbia (A/HRC/53/14), Japão (A/HRC/53/15) e Sri Lanka ([A/HRC/53/16](#)).

Operações do Fundo Voluntário de Participação na Revisão Periódica Universal e do Fundo Voluntário de Assistência Financeira e Técnica na Implementação da Revisão Periódica Universal

Em sua decisão 17/119, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao ACNUDH que fornecesse uma atualização anual por escrito ao Conselho sobre as operações do Fundo Voluntário de Participação na Revisão Periódica Universal e do Fundo Voluntário de Assistência Financeira e Técnica na Implementação da Revisão Periódica Universal e os recursos disponíveis. O Conselho terá diante de si os relatórios do ACNUDH sobre as operações dos Fundos Voluntários (A/HRC/53/56 e [A/HRC/53/57](#)).

De acordo com sua resolução 51/30, o Conselho de Direitos Humanos terá diante de si o relatório resumido do ACNUDH sobre o painel de discussão de alto nível sobre a revisão periódica universal, realizado em sua quinquagésima segunda sessão ([A/HRC/53/58](#)).

7. Situação dos direitos humanos na Palestina e noutros territórios árabes ocupados

Situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados desde 1967

Em conformidade com a Resolução 1993/2 A da Comissão de Direitos Humanos e a Resolução 5/1 do Conselho de Direitos Humanos, o Conselho analisará o relatório da Relatora Especial sobre a situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados desde 1967, Francesca Albanese ([A/HRC/53/59](#)), durante um diálogo interativo.

8. Acompanhamento e aplicação da Declaração e do Programa de Ação de Viena

Não foram apresentados relatórios no ponto 8 da ordem do dia.

9. Racismo, discriminação racial, xenofobia e formas conexas de intolerância: acompanhamento e aplicação da Declaração e do Programa de Ação de Durban

Formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata

Em sua resolução 52/36, o Conselho de Direitos Humanos decidiu renovar o mandato de Relator Especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância relacionada, por um novo período de três anos, e solicitou ao Relator Especial que apresentasse um relatório anual ao Conselho sobre todas as atividades relacionadas ao mandato. O Conselho analisará o relatório do novo titular do mandato, Ashwini K.P. ([A/HRC/53/60](#)), durante um diálogo interativo.

Combater a glorificação do nazismo, neonazismo e outras práticas que contribuem para alimentar formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata

Em sua resolução 77/204, a Assembleia Geral solicitou ao Relator Especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata que preparasse, para apresentação ao Conselho de Direitos Humanos em sua quinquagésima

terceira sessão, um relatório sobre a implementação da resolução. O Conselho analisará o relatório do titular do mandato, Ashwini K.P. ([A/HRC/53/62](#)).

Da retórica à realidade: um apelo global a ações concretas contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata

Nos termos da declaração do Presidente PRST OS/16/1, não serão realizados debates gerais na sessão do Conselho de Junho. O relatório a seguir enumerado será, por conseguinte, analisado durante o debate geral pertinente a realizar na quinquagésima quarta sessão.

De acordo com sua resolução 51/32, o Conselho de Direitos Humanos terá diante de si o relatório do ACNUDH sobre o progresso feito na estratégia de comunicação abrangente de dois anos, incluindo um programa de extensão para aumentar a conscientização e mobilizar o apoio público global para a igualdade racial, incluindo sobre o conteúdo e a contribuição da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e da Declaração e Programa de Ação de Durban para a luta contra a igualdade racial racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância conexa ([A/HRC/53/61](#)).

10. Assistência técnica e reforço das capacidades

Cooperação e assistência à Ucrânia no domínio dos direitos humanos - O Conselho analisará o relatório do Secretário-Geral ([A/HRC/53/64](#)).

Assistência técnica e reforço das capacidades no domínio dos direitos humanos na República Centro-Africana - O Conselho ouvirá a actualização oral do perito independente, Yao Agbetse, durante um diálogo interativo.

Cooperação com a Geórgia - O Conselho ouvirá a actualização oral do Alto Comissário.

Reforço da cooperação técnica e do reforço das capacidades no domínio dos direitos humanos

Em sua resolução 51/34, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissariado que apresentasse um relatório ao Conselho, em sua quinquagésima terceira sessão, recomendando o caminho a seguir para melhorar a cooperação técnica e o desenvolvimento de capacidades no campo dos direitos humanos, levando em conta os resultados das discussões realizadas durante a reunião intersessional sobre o tema "Cooperação técnica e capacitação no Conselho de Direitos Humanos: fazer um balanço do passado para um melhor cumprimento desta missão no futuro", a que se seguirá um diálogo interativo reforçado. O Conselho analisará o relatório do Alto Comissário ([A/HRC/53/63](#)).

Meio-termo do Marco de Sendai e El Nino no horizonte

Danielly Magalhães e Guto Galvão

Antes de iniciar com os principais acontecimentos da quinzena, é sempre bom lembrar da enxurrada de desgrças que vivemos para termos noção da necessidade de respostas realmente transformadoras e regeneradoras. Ainda estamos sob o impacto da devastadora pandemia do COVID-19, somada aos conflitos em andamento em várias regiões, como Ucrânia, Síria, Sudão e outros. A perda substancial de vidas e as significativas repercussões econômicas decorrentes desses eventos são repetitivamente reconhecidos. Além disso, há uma preocupação crescente sobre o rápido declínio da biodiversidade, a questão generalizada da poluição, as crescentes rivalidades de poder entre as nações, emergências de saúde e apreensões em torno das implicações da inteligência artificial. E a mudança climática, é claro... Coletivamente, esses fatores contribuem para uma atmosfera de incerteza e preocupação em relação ao estado atual do mundo.

Antônio Guterres, o Secretário-Geral da ONU, afirmou anteriormente que possuímos todas as tecnologias e recursos necessários para uma mudança transformadora. No entanto, as barreiras que separam a ambição e a igualdade, em todas as suas dimensões, permanecem intransponíveis. Chegamos ao meio-termo da Agenda 2030 e do Marco de Sendai, para uns, meio copo cheio, para outros, meio copo vazio.

Reunião de Alto Nível para a Revisão do Marco de Sendai

A Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral sobre a Revisão de meio-período do Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030 (HLM) ocorreu de 18 a 19 de maio de 2023 na sede das Nações Unidas em Nova Iorque. A reunião teve como objetivo avaliar o progresso feito até agora e acelerar as ações para reduzir efetivamente os riscos de desastres, conforme descrito no Marco, uma vez que o custo econômico das catástrofes atingiu uma média de 330 bilhões de dólares nos últimos cinco anos; além de alinhar os resultados e objetivos do Marco de Sendai, com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o Acordo de Paris e de outros acordos, estruturas e convenções relacionados à redução do risco de desastres. A relatório com toda a avaliação pode ser encontrado [aqui](#).

Recordando que o Marco de Sendai, estabelecido em 2015, define sete metas para os Estados-Membros prevenirem e reduzirem eficazmente o risco de catástrofes:

- Meta A: Reduzir substancialmente a mortalidade global por desastres em comparação com a década anterior.
- Meta B: Reduzir o número de pessoas afetadas por desastres, incluindo aquelas que estão feridas, deslocadas ou precisam de assistência imediata.
- Meta C: Reduzir as perdas econômicas diretas em desastres em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) global, incluindo danos à infraestrutura, propriedade e setores produtivos.
- Meta D: Reduzir os danos causados por desastres à infraestrutura crítica e a interrupção dos serviços básicos: O foco é aumentar a resiliência da infraestrutura e garantir a continuidade dos serviços básicos, como instalações de saúde, escolas e sistemas de transporte, para resistir e se recuperar de desastres.
- Meta E: Aumentar o número de países com estratégias nacionais e locais de redução do risco de desastres: A meta enfatiza a importância de ter estratégias abrangentes e integradas de redução do risco de desastres em vigor nos níveis nacional e local para orientar políticas e ações.

- Meta F: Reforçar a cooperação internacional com os países em desenvolvimento, fortalecendo a cooperação internacional e o apoio em áreas como capacitação, transferência de tecnologia e assistência financeira para a redução do risco de desastres.
- Objetivo G: Aumentar substancialmente a disponibilidade e o acesso a sistemas de alerta precoce multirrisco e a informações e avaliações de riscos de desastres

O Marco também define 4 prioridades:

1. Compreender o risco de desastres.
2. Fortalecer a governança do risco de desastres para gerenciar o risco de desastres.
3. Investir na redução do risco de desastres para a resiliência.
4. Melhorar a preparação para desastres para uma resposta efetiva e "reconstruir melhor" (Build Back Better) na recuperação, reabilitação e reconstrução

Na ocasião, o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres, em resposta ao mandato descrito em A/RES/77/164, lançou o [Relatório da Revisão Intermediária da Implementação do Marco de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015](#), juntamente com o [Relatório das Principais Conclusões e Recomendações da Revisão Intercalar da Implementação do Marco de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030 \(A/77/640\)](#).

Resultados da aplicação do Marco de Sendai na América Latina:

A América Latina e o Caribe emergiram como a segunda região mais propensa a desastres globalmente, com aproximadamente 25% da ocorrência dos desastres do mundo entre 1997 e 2017. A combinação única de topografia, geografia, biodiversidade, desenvolvimento econômico e culturas diversas da região adiciona complexidade aos esforços de redução do risco de desastres (DRR). No período de 2020 a 2022, a região sofreu 175 desastres atribuídos a riscos naturais, com fenômenos meteorológicos, climáticos e hidrológicos correspondente a 88% dos desastres totais. Essas vulnerabilidades significativas a desastres vêm dificultado o progresso na região, e os esforços para mitigar riscos e melhorar a resiliência têm sido insuficientes.

Registaram-se progressos no sentido da prioridade 1 do Marco de Sendai, que se centra na compreensão e avaliação do risco de catástrofes. Esse progresso inclui maior conscientização sobre o risco, a utilização de ferramentas de risco climático e SIG, melhores avaliações de risco, descentralização de responsabilidades e a criação de atlas de risco. No entanto, existem limitações na disponibilidade de dados, particularmente em termos de dados específicos do setor e dados desagregados sobre sexo, idade e deficiência. São necessárias melhorias na coleta, análise e interoperabilidade de dados. Além disso, a integração do conhecimento ancestral e tradicional nos esforços de redução do risco de desastres (DRR) tem sido limitada, e o engajamento de grupos marginalizados ou vulneráveis permanece incompleto.

Registaram-se progressos na Prioridade 2 do Marco de Sendai que diz respeito a governança do risco de catástrofes na América Latina e no Caribe. As leis nacionais sobre catástrofes foram implementadas, planos de ação regionais foram adotados e foram desenvolvidos instrumentos normativos sub-regionais. O setor privado tem se engajado, grupos marginalizados têm sido incluídos nas discussões, mas os desafios permanecem em termos de envolvimento das comunidades locais e das organizações da sociedade civil. As estruturas institucionais e políticas muitas vezes carecem de coerência, dificultando a coordenação efetiva entre a redução do risco de desastres, a ação climática e os programas de desenvolvimento.

Com relação a prioridade 3 do Marco de Sendai também foi registrado progresso - o financiamento para a redução do risco de desastres (RRD) e a resiliência aumentou, com orçamentos e regulamentos designados incorporando avaliações de risco em projetos públicos. O setor privado tem desempenhado um papel importante através de alianças, mecanismos de transferência de risco e esquemas de resseguro. Os parceiros de desenvolvimento prestam apoio à cooperação técnica, aos sistemas de alerta precoce e ao reforço das capacidades. No entanto, o declínio econômico reduziu as dotações orçamentárias domésticas para a RRD, e a coordenação entre as mudanças climáticas, o desenvolvimento sustentável e as agendas de RRD permanece insuficiente, levando a abordagens de financiamento fragmentadas.

Os progressos na Prioridade 4 do Marco de Sendai têm sido limitados na região, centrando-se em medidas reativas em vez de abordagens proativas. Algumas conquistas incluem o desenvolvimento de ferramentas e padrões para resposta a desastres, planos de recuperação e reabilitação e implementação de sistemas de alerta precoce no Caribe. Iniciativas como o programa CREWS fortaleceram os serviços hidrometeorológicos. Os Chefes de Governo da CARICOM adotaram uma abordagem focada na recuperação, enfatizando a proteção das populações vulneráveis, as oportunidades econômicas, a infraestrutura e a prontidão operacional. Esforços como o programa de Gerenciamento de Redução de Risco (RRM) melhoraram a capacidade e o acesso ao financiamento antecipado para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS). No entanto, o financiamento da recuperação ainda é fortemente influenciado pelos doadores, limitando o potencial de reconstrução sustentável. Permanecem desafios na garantia dos direitos humanos, no atendimento às necessidades das pessoas com deficiência e considerações de gênero e na expansão dos sistemas de alerta precoce para a América do Sul.

De forma geral, as principais conclusões da revisão de meio período da implementação do Marco de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030 foram:

- Registaram-se progressos consideráveis na implementação do Marco de Sendai através de esforços globais. No entanto, o impacto de riscos e desastres não abordados muitas vezes comprometeu o progresso, levando a resultados desiguais em diferentes escalas geográficas e níveis de renda.
- Com o crescimento populacional e as consequências das mudanças climáticas, as sociedades enfrentam desafios crescentes.
- Interconexões entre vários sistemas geram riscos que podem se acumular em cascata e se agravar ao longo do tempo.
- Os recursos naturais estão se tornando mais escassos, os ecossistemas estão se degradando, a biodiversidade está diminuindo e as desigualdades estão se intensificando. Embora tenham sido feitos progressos, ainda há um longo caminho a percorrer, especialmente no enfrentamento da ameaça existencial das mudanças climáticas.
- Apesar dos desafios, há oportunidades para reduzir vulnerabilidades, exposição e desigualdade por meio de abordagens transdisciplinares de redução de riscos.

As principais recomendações do Relatório foram:

- Reforçar o compromisso político: Incentiva os Estados-Membros a reafirmarem o seu compromisso com o Marco de Sendai e a integrarem a redução do risco de catástrofes nas políticas, planos e orçamentos nacionais.

- Reforçar a governação dos riscos: Apela a disposições institucionais eficazes a todos os níveis para coordenar os esforços de redução do risco de catástrofes e promover a participação e o envolvimento de várias partes interessadas.
- Investir na avaliação dos riscos e nos sistemas de alerta precoce: Salienta a necessidade de metodologias sólidas de avaliação dos riscos e do estabelecimento de sistemas de alerta precoce confiáveis que permitam uma resposta antecipada e eficaz a catástrofes.
- Promover a resiliência em infraestruturas críticas: Solicita os Estados-Membros a priorizarem a resiliência de infraestruturas críticas, como escolas, hospitais e sistemas de transporte, tendo em conta os potenciais impactos das catástrofes.
- Reforço da capacidade de preparação e resposta a catástrofes: Defende o desenvolvimento de planos abrangentes de preparação e resposta, incluindo a formação de pessoal e o estabelecimento de mecanismos de cooperação internacional.
- Integração da redução de riscos nos processos de desenvolvimento sustentável: Incentiva o alinhamento dos esforços de redução do risco de desastres com planos e estruturas de desenvolvimento sustentável para abordar os fatores subjacentes ao risco e promover o desenvolvimento sustentável e resiliente.
- Mobilização de recursos: Apela a um maior investimento na redução do risco de catástrofes, incluindo recursos financeiros e transferência de tecnologia, para apoiar a implementação do Marco de Sendai.

No geral, o documento destaca a importância do compromisso político, da governança efetiva, da avaliação de riscos, da construção de resiliência, da preparação, da integração com o desenvolvimento sustentável e da mobilização de recursos para avançar nos esforços de redução do risco de desastres. A revisão de meio período e outros exercícios de revisão abordam questões complexas e proporcionam uma oportunidade crítica para a correção de rumos. Estados e partes interessadas não estatais têm a chance de realizar os objetivos do Marco de Sendai, promover a tomada de decisões informadas sobre riscos e promover caminhos sustentáveis e regenerativos. As correções de curso exigem mudanças transformadoras na governança de risco, nos sistemas financeiros, nas métricas de crescimento e nos prazos de tomada de decisão. No entanto, eles são fundamentais para alcançar os resultados e metas de várias agendas, marcos, acordos e convenções globais estabelecidos em 2015 ou antes.

Principais pontos levantados como importantes durante a conferência:

1. Gestão e Prevenção de Riscos: Houve um consenso sobre a necessidade de passar da gestão de desastres para a gestão de riscos. Os participantes enfatizaram a importância de adotar uma lente de gerenciamento de risco em todos os setores e focar na prevenção ao invés da resposta.
2. Construindo Resiliência e Colaboração: Construir resiliência e gestão mais integrada foram temas-chave. A colaboração entre setores e diferentes níveis de governo, incluindo o envolvimento ativo das autoridades locais e comunidades, foi considerada essencial.
3. Sistemas de Alerta Antecipado: A iniciativa Alerta Antecipado para Todos, liderada pelo Escritório das Nações Unidas para Redução de Risco de Desastres (UNDRR) e a Organização Meteorológica Mundial para 2027, recebeu elogios. As discussões destacaram a importância de sistemas eficazes de alerta precoce.
4. Dimensão de gênero: O impacto desproporcional dos desastres sobre mulheres e meninas foi reconhecido e houve amplo apoio a um Plano de Ação de Gênero para abordar essa questão.

5. Abordagens de todo o governo e de toda a sociedade: Os participantes reconheceram que a redução do risco de desastres não pode ser alcançada apenas pelos governos centrais e enfatizaram a necessidade de abordagens abrangentes e centradas nas pessoas envolvendo várias partes interessadas.
6. Preocupações financeiras: Finanças foi uma grande preocupação, com discussões girando em torno do custo de oportunidade da recuperação pós-desastre para os governos e os efeitos adversos das mudanças climáticas sobre o investimento privado. Mais cooperação público-privada foi considerada necessária.
7. Bancos Multilaterais de Desenvolvimento: Os países em desenvolvimento expressaram o desejo de desafiar e mudar a arquitetura financeira internacional em torno da ajuda, buscando maior controle sobre os fluxos financeiros. Esta questão surgiu repetidamente durante a conferência.
8. Gastos com infraestrutura sobre riscos-informados (energia, hospitais, estradas transporte etc): foram exploradas abordagens criativas para catalisar gastos com infraestrutura sobre riscos-informados para a construção de resiliência. A necessidade de aumentar o financiamento para planejamento e prevenção pré-desastres também foi discutida.
9. Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA): Embora nenhum anúncio inovador tenha sido feito, os países do Norte Global e as economias emergentes expressaram sua intenção de alocar mais fundos e apoio à redução do risco de desastres.

No geral, as discussões destacaram a importância da gestão proativa de riscos, colaboração, construção de resiliência e abordagem de desafios financeiros para enfrentar com eficácia os desastres e seus impactos.

E por falar em Desastres, a previsão do El Nino para o fim do ano

A necessidade de preparação e prevenção à desastres se faz ainda mais necessária com a previsão de um forte El Nino para o final de 2023 a início de 2024, que trará aumento da temperatura e alterações nos padrões de vento e chuvas. O aumento da temperatura no mar também afeta o ecossistema marinho, como corais e manguezais, que sustentam as indústrias pesqueiras do mundo, os oceanos absorvem 90% do calor causado pelas atividades humanas. O ano mais quente já registrado até agora foi 2016, coincidindo com um forte El Nino, onde a temperatura média dos oceanos, excluindo águas polares, chegou a 21°C. Com a mudança climática, mesmo após 3 anos de La Nina que resfria a temperatura, no início desse ano as temperaturas dos oceanos já bateram 21,1°C. Isso resulta em ondas de calor marinhas que agem como incêndios subaquáticos com o potencial de degradar milhares de quilômetros quadrados de floresta subaquática, incluindo algas e corais, além de alterar a mistura de oxigênio e nutrientes, essenciais para sustentar a vida. Segundo os cientistas, o aquecimento histórico dos oceanos é irreversível neste século.

Como efeitos na saúde, podemos esperar eventos climáticos extremos como secas, inundações, deslizamentos de terra e aumento das doenças transmitidas pela água, como cólera e disenteria. A falta de acesso a água potável e instalações sanitárias pode agravar o problema. O aumento das chuvas e temperaturas mais altas podem contribuir para a reprodução de mosquitos, levando a um aumento de dengue, Zika e malária. O El Niño também pode interromper a produção agrícola e afetar a segurança alimentar, como resultado, podem surgir desnutrição e problemas de saúde relacionados, principalmente em populações vulneráveis, como crianças e idosos. O El Niño pode levar a períodos prolongados de seca, aumentando o risco de incêndios florestais. A fumaça e os poluentes resultantes desses incêndios podem piorar

a qualidade do ar e ter implicações na saúde respiratória das pessoas que vivem nas proximidades.

Também aumenta a incidência de ondas de calor que podem ter efeitos significativos na saúde humana, principalmente quando são prolongadas e acompanhadas de alta umidade, causando exaustão pelo calor, a condições mais graves e com risco de vida, como insolação. Essas condições ocorrem quando a capacidade do corpo de regular a temperatura é sobrecarregada pelo calor e pela umidade excessivos, aqui entra um alerta à saúde de trabalhadores. Também há maior risco de desidratação, problemas cardiovasculares (altas temperaturas e esforço físico pode levar a um aumento da frequência cardíaca, elevação da pressão arterial e maior risco de ataques cardíacos e outros problemas cardiovasculares, principalmente em indivíduos vulneráveis com problemas cardíacos pré-existentes), problemas respiratórios (a poluição do ar tende a ser maior durante as ondas de calor, o que pode agravar ainda mais as condições respiratórias). Certas populações são particularmente vulneráveis aos efeitos das ondas de calor. Isso inclui idosos, crianças pequenas, mulheres grávidas, indivíduos com doenças crônicas e pessoas socialmente isoladas ou economicamente desfavorecidas. Esses grupos podem ter capacidade reduzida de lidar com calor extremo, acesso a instalações de resfriamento ou podem ser mais propensos à desidratação. Mais drasticamente, as ondas de calor também têm sido associadas ao aumento das taxas de mortalidade, principalmente entre idosos. Sem contar os potenciais efeitos na saúde mental, deslocamentos, migrações etc. Temos alguns meses para nos preparar e evitarmos os efeitos na saúde!

Reunião do Grupo Global de Especialistas em preparação da revisão do ODS 7 no HLPF 2023

Depois de falar em desastres e o aumento da sua incidência devido às mudanças climáticas, fica a certeza mais flagrante que devemos fazer a transição energética urgente, que petróleo e o carvão devem ser eliminados da nossa economia o mais rápido possível.

No contexto do desenvolvimento sustentável, a energia assume um significado ainda maior. É cada vez mais reconhecido que a dependência tradicional de combustíveis fósseis para a produção de energia contribui para a degradação ambiental, mudança climática e esgotamento de recursos. Para enfrentar esses desafios, há uma ênfase global crescente na transição para fontes de energia mais limpas, renováveis e sustentáveis. É fundamental ressaltar que a energia atua como catalisadora do avanço socioeconômico, fomentando o crescimento econômico, a geração de empregos e a melhoria das condições de vida. Garantir o acesso à energia a preços acessíveis é crucial para erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades.

De 11 a 12 de maio ocorreu a reunião do Grupo Global de Especialistas para revisar os avanços do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de energia (ODS – 7) durante esse meio período de agenda 2030 e que está entre os ODSs a serem discutidos no próximo Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF) 2023. O Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UN DESA) organizou a reunião em colaboração com a ONU-Energia com o objetivo de fornecer uma plataforma para que especialistas de vários setores se reunissem e deliberassem sobre os progressos, oportunidades e desafios associados ao ODS 7.

O encontro reuniu diversos participantes, incluindo especialistas do sistema das Nações Unidas, órgãos governamentais, entidades do setor privado, instituições acadêmicas e organizações da sociedade civil. Sua experiência e perspectivas coletivas contribuíram para uma compreensão abrangente do status atual do ODS 7 e do caminho a seguir.

As discussões durante o encontro giraram em torno de três áreas temáticas principais:

- onde o mundo está no ODS 7, incluindo oportunidades e desafios;
- como podemos alcançar o ODS 7, por exemplo, mobilizando parcerias e tomando medidas;
- formas de fortalecer a cooperação global sobre o ODS 7.

A falta de dados suficientes foi destacada como um desafio, com alguns observando que, embora agências, como a Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA), produzam muitos relatórios, tais relatórios não abrangem todos os países. Especialistas apontaram que doadores e investidores precisam de dados para tomar suas decisões de investimento, sugerindo investimento sustentado em sistemas de dados do país como forma de resolver essa lacuna.

Os dados disponíveis apontam que a taxa de acesso global à eletricidade aumentou de 84% da população mundial em 2000 para 91% em 2021, com mais de um bilhão de pessoas tendo acesso. Com relação à energia limpa para cocção, cerca de 1,9 bilhão ainda não terão acesso à fontes limpas até 2030, principalmente em países de baixa e média renda. Houve uma regressão na eficiência energética⁴², com o progresso na intensidade energética⁴³ (mede a eficiência e a sustentabilidade da economia através da razão entre o consumo de energia e o PIB.) desacelerando para 0,6% em 2020, abaixo da média de 1,8% na última década. Embora as energias renováveis tenham registado um desenvolvimento sustentado, a sua quota no consumo final total de energia não progrediu significativamente.

Os especialistas recomendaram:

- mobilizar recursos nacionais, engajar instituições financeiras locais e implantar diversos instrumentos;
- considerando não apenas os usos domésticos da eletricidade, mas também os usos "produtivos", como a agricultura e o comércio;
- envolver diversos atores, como acadêmicos e cientistas, que têm dados valiosos que podem apoiar os esforços de transição energética; e
- aumentar a educação e a sensibilização do público, observando que a educação precoce é vital para promover um futuro sustentável.

Discutindo possíveis soluções e caminhos a seguir, vários especialistas observaram que, embora globalmente haja progresso no acesso à eletricidade, a África ainda está atrasada. Eles pediram foco na África e em energia limpa para cocção, como a região geográfica e o alvo, respectivamente, mais fora dos trilhos. Um deles apelou a uma

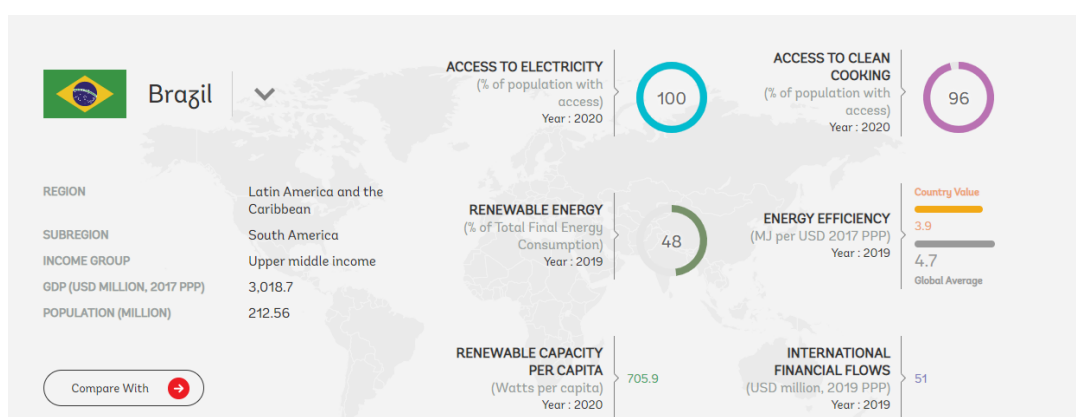
⁴² diminuir o gasto de energia para produzir a mesma quantidade de produtos, ou menos energia para um produto funcionar.

⁴³ A ideia por trás da intensidade energética é promover a dissociação entre o consumo de energia e o crescimento económico. O crescimento económico costuma ter implicações no aumento do consumo de energia. Nesse sentido, a dissociação das duas questões está centrada na necessidade de que o PIB de um país continue a crescer, mas que o consumo de energia esteja estável ou diminua. A partir daí, existirá, naturalmente, uma redução dos impactos sofridos pelo meio ambiente em razão da geração e do consumo de energia, ao mesmo tempo que a nação se continua a desenvolver. Quando o indicador da intensidade energética é favorável, isto é, mostra que o PIB de um país cresce, mas o consumo de energia se mantém estável ou reduz, significa que também há uma descarbonização da economia.

transição justa e equitativa das políticas industriais para criar empregos decentes e respeitadores do clima.

Esse é um ponto extremamente importante para a saúde, visto que a poluição do ar doméstico causada pelo uso de fontes de energia sujas para cozinhar (querosene, lenha, carvão e biomassa) foi responsável por aproximadamente 3,2 milhões de mortes por ano em 2020, incluindo mais de 237.000 mortes de crianças menores de 5 anos. Esse número se abate principalmente em populações rurais que tem 51% de acesso à energia limpa para cocção comparado com 86% nas cidades (OMS, 2023). Esses combustíveis liberam poluentes e substâncias tóxicas que contribui para o desenvolvimento de doenças não transmissíveis, como acidente vascular cerebral, doença isquêmica do coração, doença pulmonar obstrutiva crônica e câncer de pulmão. Mulheres e crianças, que muitas vezes realizam tarefas domésticas como cozinhar e coletar lenha, carregam o maior fardo de saúde devido ao uso de combustíveis e tecnologias poluentes dentro de casa. A expansão do uso de combustíveis e tecnologias limpas é crucial para reduzir a poluição do ar doméstico e proteger a saúde pública

O relatório completo e outras informações por países podem ser encontradas em <https://trackingsdg7.esmap.org/>. Abaixo o resumo de como estão os dados energéticos no Brasil.



É crucial reconhecer que a energia desempenha um papel indispensável na facilitação da consecução dos objetivos de desenvolvimento, tanto do ponto de vista econômico, social, ambiental, mas também da saúde.

Continuação sobre a tripla COP (Basileia, Roterdã e Estocolmo)

❖ **Convenção de Basileia** (Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Descarte)

Durante a COP da Convenção de Basileia (BC), foram feitos esforços para abordar os fluxos de resíduos modernos que representam ameaças à saúde humana e ao meio ambiente. Foram adotados os projetos de diretrizes para resíduos de plástico, resíduos eletrônicos e pilhas no procedimento de consentimento prévio informado (PIC) da Convenção. Foram adotadas diretrizes para auxiliar os exportadores a garantir uma Gestão Ambientalmente Correta dos resíduos plásticos pelo país importador. Estas orientações ajudam a definir a Gestão Ambientalmente Correta e ajudam os países a desenvolver capacidades para uma gestão eficiente dos resíduos.

No entanto, as discussões em torno da adoção das diretrizes de resíduos plásticos foram mais políticas do que técnicas. Com a reunião do Comitê Intergovernamental de Negociação sobre Poluição Plástica logo após a CB, houve o desejo de finalizar as diretrizes dentro da CB para estabelecer sua autoridade sobre as questões de resíduos plásticos.

Resíduos de POP: Este ponto foi discutido pela primeira vez em sessão plenária em 1 de Maio e, posteriormente, no grupo de contacto em 2 de Maio. A Secretaria apresentou as diretrizes técnicas de resíduos de POP ([CHW.16/6/Add.1,2](#); [INF/7, 8, 9](#))

Muitos países em desenvolvimento apelaram ao reforço das capacidades, tendo em conta os desafios financeiros, técnicos e outros na detecção e gestão dos resíduos de POP. A China pediu o equilíbrio entre a proteção ambiental e a capacidade das autoridades ao definir valores de baixo conteúdo POP. A UE, a Nova Zelândia e a Suíça apoiaram mais trabalhos para definir valores de baixo teor de POP e a *International Pollutants Elimination Network* (IPEN) advertiu contra a perda de controle sobre os produtos químicos listados pelo SC devido aos fracos níveis de baixo conteúdo de POP. Durante as discussões no grupo de contato, a identificação de valores de conteúdo de baixo POP foi uma questão controversa.

Em 9 de Maio, o BC COP adoptou uma decisão relativa às orientações técnicas gerais ([CRP.10](#)) e anexos à decisão que contém as orientações técnicas relativas a Gestão Ambientalmente Correta dos resíduos de POP ([CRP.12](#)) e ao ácido perfluorooctano sulfónico (PFOS), seus sais e fluoreto de perfluorooctano sulfonilo (PFOSF), bem como aos resíduos de ácido perfluorohexano sulfónico (PFHxS) ([CRP.13](#)).

Decisão final: Na sua decisão final ([CRP.10](#)), a COP, nomeadamente:

- convida as partes e os observadores a apresentarem observações sobre os valores de baixo teor de POP incluídos nas orientações técnicas gerais; e
- solicita ao Secretariado que compile os contributos recebidos para apreciação do OEWG e que continue a fornecer formação às partes de países em desenvolvimento e a outras partes que necessitem de assistência na utilização das orientações técnicas adoptadas.

Resíduos eletrônicos: Foram apresentadas as diretrizes técnicas ([CHW.16/6/INF/10](#)), a COP adotou o projeto de decisão no CRP.15, com as diretrizes técnicas de resíduos eletrônicos (CRP.16) e convidou as partes a utilizarem e/ou a testarem as orientações técnicas adoptadas a título provisório.

Resíduos plásticos: Foram apresentadas as diretrizes técnicas de resíduos plásticos ([ACS.16/6/Add.3](#); [INF/11](#) e [11/Rev.1](#)), a CB adotou o projeto de decisão (CRP.32), com as diretrizes técnicas de resíduos plásticos (CRP.31), reconhecendo a necessidade de mais informações sobre a Gestão Ambientalmente Correta dos resíduos de plástico através de todas as tecnologias enumeradas na secção G e no apêndice A (esta lista inclui a reciclagem química). Durante as discussões no grupo de contato, a inclusão da reciclagem química e a criação de novos conceitos e termos nas diretrizes foram questões prevalentes. Muitos países alertaram contra a inclusão da reciclagem química, observando que a reciclagem química é uma tecnologia emergente com evidências limitadas sobre seus méritos e impactos de longo prazo. Outros destacaram o potencial inovador da reciclagem química, concluindo que o fornecimento de informações nas

diretrizes é um passo importante. Como compromisso, espaços reservados foram adicionados no corpo das diretrizes e no Apêndice para abordar a reciclagem química, mas sua categorização exata como uma tecnologia de gestão ambientalmente correta permanece obscura. Atualmente, as diretrizes refletem tanto a inclusão quanto a exclusão da reciclagem química, criando ambiguidade sobre seu status.

Baterias de chumbo-ácido e outros resíduos: Foi adotado o projeto de diretrizes sobre os resíduos de pilhas que não sejam resíduos de baterias de chumbo-ácido (CRP.4) (INF/12 e 13), além de acordarem em prosseguir os trabalhos sobre as orientações técnicas revistas sobre o Gestão Ambientalmente Correta dos resíduos de pilhas chumbo-ácidas (CRP.5) e outros resíduos de pilhas (CRP.6).

❖ **Convenção de Roterdã** (Consentimento Prévio Informado para Certos Produtos Químicos e Pesticidas Perigosos no Comércio Internacional)

A Convenção de Roterdã (CR) enfrentou desafios ao listar produtos químicos recomendados por seu órgão científico subsidiário, o Comitê de Revisão Química. Apenas um (Turbufos) de sete (Iprodiona, Amianto Crisólito, Fenthion, Paraquat, Carbosulfan, Acetocloro) produtos químicos propostos foi listado este ano devido à exigência de consenso na CR, ao contrário de suas convenções irmãs.

Conseqüentemente, estes produtos químicos não estão sujeitos ao procedimento de consentimento prévio informado (PIC) da CR, que priva os países em desenvolvimento de informações cruciais sobre riscos e gestão. Para resolver esta questão, foi apresentada uma proposta ousada para alterar a Convenção, acrescentando um novo Anexo VIII, que acomodaria os produtos químicos incapazes de alcançar consenso para a inclusão no Anexo III e o procedimento PIC se aplicaria apenas entre os países participantes. A proposta foi à votação, porém foi derrotada por sete votos, ficando aquém da maioria necessária de 75%. Esse resultado gerou decepção. O processo de votação, que durou seis horas, aprofundou ainda mais a divisão e o clima polêmico da reunião. Atualmente, apenas 54 produtos químicos estão listados no Anexo III do CR e, nos últimos 17 anos, apenas 15 produtos químicos, principalmente produtos químicos industriais com alguns pesticidas, foram adicionados. A inclusão de um produto químico no anexo III significa a sua natureza perigosa e a necessidade de uma gestão adequada. Isso gera muitas perguntas para o futuro e boa execução CR:

- Como a CR pode superar os bloqueios e listar produtos químicos?
- Listar tudo o que há para a eficácia é apenas um primeiro passo?
- Mesmo que listados, os países às vezes não fornecem suas respostas de importação de produtos químicos e a base de dados desses casos continua a crescer.
- Como pode a CR cumprir o seu objetivo de fornecer informações aos países para gerir produtos químicos importados e continuar a adaptar-se à luz das novas preocupações sobre produtos químicos?

❖ **Convenção de Estocolmo** (controla o uso e fabricação de Poluentes Orgânicos Persistentes)

A Convenção de Estocolmo (CE) listou com sucesso todos os três produtos químicos recomendados por seu órgão científico, o Comitê de Revisão de POPs (POPRC). Alguns ajustes foram feitos nas isenções para Declorano Plus (um retardador de chama) e UV-328 (um filtro UV usado em plásticos), incluindo a adição de dispositivos médicos e debates sobre prazos. Estas isenções estarão em vigor até 2041 para dispositivos médicos

e 2044 para outros usos isentos, ambos envolvendo plásticos. A CE reconhece a necessidade de gerenciar o uso de aditivos químicos em plásticos, em vez de implementar uma proibição total para garantir a segurança em várias indústrias.

Com a adição desses três produtos químicos, a CE agora controla um total de 34 poluentes orgânicos persistentes (POPs). Embora a COP demonstre eficácia na listagem de produtos químicos com base em pareceres científicos, ela também apresenta novos desafios. Os países em desenvolvimento levantaram preocupações sobre a falta de apoio técnico e financeiro necessário para cumprir as obrigações e enfrentar os desafios colocados por cada produto químico recém-listado. O desenvolvimento de novos planos nacionais de implementação, a realização de inventários e a gestão de resíduos tornam-se cada vez mais exigentes para os reguladores nacionais que já lidam com múltiplas responsabilidades.

Os esforços para eliminar bifenilos policlorados (PCBs) de equipamentos e estoques exemplificam os desafios estruturais associados à listagem eficaz de novos produtos químicos. Apesar de alguns sucessos, é improvável que as partes da CE cumpram suas metas de eliminar o uso de PCB em equipamentos até 2025 e garantir uma gestão ambientalmente correta (ESM) de líquidos contendo PCB e equipamentos contaminados até 2028. Foram assinaladas lacunas de financiamento, com os custos de eliminação previstos dos PCB ascenderem a cerca de 1,7 mil milhões de dólares. Os países em desenvolvimento questionaram por que os países desenvolvidos, com seus compromissos significativos de financiamento para iniciativas climáticas, lutam para fornecer quantidades relativamente pequenas para o descarte de PCB.

O último dia da Feira de PCB forneceu percepções de especialistas sobre ferramentas e orientações potenciais para apoiar as partes no cumprimento das metas de eliminar o uso de PCB em equipamentos até 2025 e garantir o gerenciamento ambientalmente correto de resíduos de líquidos contendo PCB e equipamentos contaminados até 2028

O DDT, Listado no anexo B da CE, é restringido para fins de controle de vetores de doenças nos casos em que não há alternativa igualmente eficaz e eficiente. Em 2 de maio, a COP aprovou, com pequenas alterações, a decisão sobre a avaliação da necessidade contínua de DDT para o controle de vetores de doenças e a promoção de alternativas ao DDT. Na sua decisão final ([POPS/COP.11/5](#)), a COP, nomeadamente concluiu que continua a ser necessário utilizar DDT para o controle do vector da malária em contextos específicos; incentivou as partes que utilizam o DDT a adotarem alternativas no contexto de estratégias de gestão da resistência a inseticidas; e solicitou ao Secretariado que ajude as partes a apresentar relatórios sobre o DDT e a promover alternativas localmente seguras, eficazes e acessíveis para uma transição sustentável para longe do DDT.

Sobre o esgotamento da arquitetura financeira internacional injusta e novos caminhos para financiar os ODS

Erica Kastrup e Romulo Paes de Sousa

A pandemia de Covid 19 aprofundou deficiências estruturais enfrentadas pelos países menos desenvolvidos na implementação de políticas públicas. Desde então, as desigualdades reveladas e exacerbadas no momento da emergência sanitária global vêm se aprofundando no bojo das crises sistêmicas que se seguiram. O conflito entre a Rússia e a Ucrânia, a crise energética, a inflação dos alimentos, o aumento da pobreza e da fome vem escancarando as imensas desigualdades entre os países e sufocando a capacidade dos mais pobres de investir no desenvolvimento sustentável. Desde 2020, a lacuna de financiamento dos ODS nos países em desenvolvimento aumentou 56%, sendo que projeções indicam que o déficit permanecerá quase 20% abaixo dos níveis pré-pandêmicos nos próximos anos. Isso significa que o gap do financiamento para o desenvolvimento sustentável aumentou para USD 3,9 trilhões. Ao mesmo tempo, o aumento das taxas de juros e dos custos dos empréstimos nos mercados internacionais elevaram os riscos financeiros e muitos países em desenvolvimento estão à beira de não conseguirem honrar suas dívidas. Nesse momento de crise sem precedentes, fica claro que o sistema financeiro internacional falhou em proteger os países mais pobres, obviamente porque esse nunca foi seu objetivo. Para se ter uma ideia, apenas 1% das finanças globais preencheriam o déficit de financiamento necessário para se cumprir a Agenda 2030.

Com o progresso da Agenda 2030 ameaçado, as Nações Unidas e o PNUD vem alertando que é preciso reformar a arquitetura financeira internacional, afinal, os desafios não podem ser resolvidos com base no pensamento que ajudou a criar o sistema financeiro atual. Em fevereiro de 2023, a ONU lançou o Plano de Estímulo aos ODS que enfatiza a necessidade urgente de se enfrentar o alto custo das dívidas e o risco crescente de sobreendividamento dos mais pobres e de aumentar o financiamento de longo prazo. Afirma que é preciso que se criem ações com potencial de liberar espaço fiscal nas economias em desenvolvimento. No meio do caminho para o prazo final da Agenda, não há solução, é preciso que se discuta o lugar dos serviços das dívidas e seu peso nas economias vulneráveis.

Como disse o presidente Lula na reunião do G7 em Hiroshima, *“A arquitetura financeira global mudou pouco [desde a crise financeira internacional de 2008-2009] e as bases de uma nova governança econômica não foram lançadas.”* E acrescentou: *“Só teremos um crescimento sustentável de verdade direcionando esforços e recursos em prol da economia real”*. Economia real significa aquela que financia a produção e gera tributos e empregos.

Segundo o Diretor Geral do PNUD, Achim Steiner, *“chegou a hora de abordar o abismo cada vez maior entre países ricos e pobres, mudar o cenário multilateral e criar uma arquitetura de dívida adequada ao nosso mundo complexo, interconectado e pós-COVID.”*

Além de anunciar que é preciso construir sistemas fiscais mais justos, no campo da cooperação direta com os países, o PNUD vem investindo no assessoramento à emissão de títulos públicos temáticos, ou seja, voltados a financiar projetos vinculados ao cumprimento de metas relacionadas a questões ambientais, sociais e de governança. Os títulos temáticos são úteis não apenas para levantar o capital necessário para financiar dívidas, mas também para alinhar os rendimentos dos títulos com prioridades de desenvolvimento sustentável.

Esse modelo de financiamento tem ganhado volume nos últimos anos. A partir de 2022, a emissão cumulativa total de títulos temáticos ultrapassou a marca de US\$ 3,7 trilhões,

e a emissão de títulos temáticos soberanos segue uma tendência crescente semelhante: 43 emissores soberanos emitiram um volume de USD 323,7 bilhões em títulos temáticos ao final de 2022 (Climate Banco de dados da Bonds Initiative). Contudo, a participação dos títulos públicos temáticos ainda são uma pequena fração das emissões garantidas pelos tesouros nacionais.

O trabalho do PNUD consiste no apoio aos países no desenvolvimento de **Quadros de Financiamento Nacionais Integrados**, onde os governos planejam como mobilizar, alavancar e alinhar o financiamento com todas as dimensões da sustentabilidade. Em cima do modelo estrutural, podem ampliar a participação na concepção, entrega e monitoramento do financiamento das políticas e gerenciar riscos. Dentro dos quadros, podem estar previstas reformas relacionadas com as dívidas públicas e as medidas correspondentes, que podem incluir o desenvolvimento de dívida pública relacionada aos ODS, medição de impacto e relatório de emissões soberanas, vinculando o uso dos recursos para prioridades ODS, por exemplo. O PNUD acredita que desenvolver capacidade de gestão do impacto dos ODS dos governos por meio do processo de emissão de títulos temáticos pode levar a reformas e inovações relacionadas com o alinhamento geral das finanças públicas com os ODS

Um dos exemplos apontados no documento de política *Integrated national financing frameworks and sovereign thematic bonds*⁴⁴ é o caso do Uruguai. Em outubro de 2022, o país emitiu um título público cuja taxa de remuneração depende de o país atingir metas específicas ligadas a metas quantitativas estabelecidas para 2025 nas Contribuições Nacionalmente Determinadas do Uruguai para com o Acordo de Paris. O desempenho do Uruguai com relação a dois indicadores desencadearão os ajustes: (a) redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (% do PIB) e (b) preservação de florestas naturais (uma proxy para capacidade de captura de carbono do país). O título público foi emitido por USD 1,5 bilhão (com vencimento final em 2034), dos quais USD 1 bilhão foi emissão nova. O valor restante foi usado para reorientar emissões com perfil de vencimento mais curto e mitigar o risco de refinanciamento.

A emissão ajudou diversificar a base de investidores atraindo mais de 40 novos investidores participando pela primeira vez em uma transação internacional de títulos do Uruguai, muitos dos quais com foco específico em títulos sustentáveis. A emissão teve 2,6 vezes o número de inscritos. O título vinculado à sustentabilidade e outras inovações de financiamento dos ODS serviram como os alicerces para o país integrar diferentes iniciativas de financiamento dos ODS sob o quadro de financiamento integrado que está desenvolvendo e, assim, buscar aumentar a sua complementaridade e impacto combinado.

Esse é um tema novo. No Brasil, o presidente Lula acabou de editar, no último dia 17 de maio de 2023, um decreto que cria um comitê responsável por implementar regras para emissões de títulos públicos temáticos associados à agenda de desenvolvimento sustentável do Brasil (Infomoney, 17/05/2023)⁴⁵. O Comitê de Finanças Sustentáveis Soberanas terá como função criar um arcabouço para as emissões – à semelhança do modelo de quadros integrados propostos pelo PNUD – além de identificar programações orçamentárias que atendam aos critérios de elegibilidade estabelecidos no arcabouço. Segundo nota emitida pelo Tesouro Nacional, “Títulos sustentáveis emitidos pelo Tesouro serão instrumentos de dívida pública

⁴⁴ Disponível em: <https://www.undp.org/publications/integrated-national-financing-frameworks-and-sovereign-thematic-bonds>

⁴⁵ Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/onde-investir/comite-titulos-publicos-sustentaveis/>

lastreados em programações orçamentárias do Orçamento Geral da União destinadas ao desenvolvimento sustentável”.

Agora, o trabalho do Comitê, que será presidido pelo secretário do Tesouro Nacional será elaborar o conjunto de critérios a serem utilizados nas emissões. Para isso, contará com representantes dos ministérios da Agricultura e Pecuária, da Ciência, Tecnologia e Inovação; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; da Integração e do Desenvolvimento Regional; do Meio Ambiente e Mudança do Clima e de Minas e Energia, além das secretarias de Política Econômica do Ministério da Fazenda e Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento. Surpreendentemente o Ministério da Saúde não está presente.

Antecipando destaques da agenda da 111ª Conferência Internacional do Trabalho (OIT), Genebra, 5 a 11 de junho

René Mendes

Como ocorre em todos os anos, poucos dias após o término da Assembleia Mundial da Saúde, promovida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), ocorre a Conferência Internacional do Trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ambos os eventos são em Genebra, refletindo a proximidade física da sede das duas organizações. Não será diferente este ano de 2023: de 21 a 30 de maio está em curso da 76ª Assembleia Mundial da Saúde, e de 5 a 16 de junho será realizada a 111ª Conferência Internacional do Trabalho. A diferença de numeração é explicada pelo ano de fundação da OIT, 1919, e o ano de fundação da OMS, 1948. Por ser tripartite, a Conferência Internacional do Trabalho reúne delegações nacionais que representam governos, empregadores e trabalhadores, cujo total ultrapassa a 4 ou 5 mil participantes deste grande evento. A propósito, a delegação brasileira que irá a Genebra, para participar da 111ª Conferência Internacional do Trabalho, já está anunciada, com 142 integrantes⁴⁶. A delegação brasileira será chefiada pelo Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, mas este ano terá, também, a presença e participação do Ministro de Direitos Humanos e Cidadania, Silvio de Almeida, cuja participação é muito emblemática e, por certo, importante.

Com este grande evento internacional no horizonte de curto prazo, escolhemos fazer para esta edição de Cadernos CRIS, uma breve prospecção dos temas mais próximos de nossas áreas de interesse, em especial, aqueles que foram oficialmente pautados pela Organização, em resposta a mandatos dos corpos diretivos e de edições anteriores da própria Conferência Internacional do Trabalho, e aqueles que têm o foco nos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, incluído o direito ao trabalho digno, com proteção social e com saúde e segurança assegurados.

Neste sentido, mencionaremos alguns temas ‘oficiais’, e selecionaremos um deles, para uma análise mais aprofundada, tomada a partir do Informe oficial elaborado pela Organização, em resposta a mandatos que atribuíram a ela, a responsabilidade de elaborar e apresentar à 111ª Conferência Internacional do Trabalho, em junho próximo.

Alguns temas selecionados para destaque e os respectivos informes

- **“Promoção da justiça social”** - O relatório do Diretor-Geral da OIT para a Conferência Internacional do Trabalho enfoca a necessidade de uma maior justiça social global e os meios para alcançá-la, e destaca as oportunidades que existem, tanto nacional quanto internacionalmente, para promover a política da OIT centrada nas pessoas e baseada em direitos⁴⁷.

- **“Alcançar a igualdade de gênero no trabalho”** - Inquérito Geral sobre a Convenção sobre a Discriminação (Emprego e Profissão), 1958 (N.º 111), a Convenção sobre Trabalhadores com Responsabilidades Familiares, 1981 (N.º 156), a Convenção sobre a Protecção da Maternidade, 2000 (N.º 183), a Convenção sobre Discriminação (Emprego e Profissão)

⁴⁶https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_882714.pdf

⁴⁷https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_882364.pdf

Recomendação, 1958 (Nº 111), a Recomendação de Trabalhadores com Responsabilidades Familiares, 1981 (Nº 165) e a Recomendação de Proteção à Maternidade, 2000 (Nº 191).⁴⁸

• “Alcançar uma transição justa para economias e sociedades ambientalmente sustentáveis para todos”⁴⁹

• “Proposta de Convenção e Recomendação relativa à revisão parcial de 15 instrumentos internacionais do trabalho após a inclusão de um ambiente de trabalho seguro e saudável no quadro de princípios e direitos fundamentais no trabalho da OIT”⁵⁰

Todos os demais Informes elaborados pela OIT, para serem apresentados e debatidos na 111ª Conferência Internacional do Trabalho estão disponibilizados nos principais idiomas oficiais utilizados pela Organização, e podem ser facilmente encontrados no sítio oficial da OIT⁵¹.

Tema da agenda e Informe selecionado para este número do Cadernos CRIS: “Não deixando ninguém para trás: construindo uma proteção laboral inclusiva em um mundo do trabalho em mutação”

O Informe elaborado pela OIT tem aproximadamente 80 páginas. Para esta edição do Cadernos CRIS, utilizamos as versões em inglês⁵², em francês⁵³ e em espanhol⁵⁴, até porque há diferenças sutis (mas importantes) na comparação das versões.

Trata-se do quinto ponto da ordem do dia, da 111ª Conferência Internacional do Trabalho, e o Informe produzido pela OIT (Secretariado) tem a finalidade de servir como documento de referência (“background document”) para a segunda discussão recorrente sobre o objetivo estratégico da proteção social (proteção dos trabalhadores), no seguimento da “Declaração da OIT sobre Justiça Social para uma Globalização Justa”, 2008, conforme alterada em 2022⁵⁵.

Breve visão panorâmica do Informe

Este Informe analisa os progressos alcançados na garantia de proteção inclusiva, adequada e eficaz dos trabalhadores, desde a primeira discussão recorrente sobre o objetivo estratégico da proteção social (proteção do trabalhador) em 2015. Esta segunda discussão recorrente sobre o tema é particularmente oportuna para avaliando a relevância e eficácia das respostas tomadas para garantir a proteção laboral na sequência de crises sem precedentes.

⁴⁸https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_870825.pdf

⁴⁹https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_876569.pdf

⁵⁰https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_863567.pdf

⁵¹https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_882628.pdf

⁵²https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_875127.pdf

⁵³https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_875128.pdf

⁵⁴https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_875133.pdf

⁵⁵https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---cabinet/documents/genericdocument/wcms_099766.pdf

O Informe analisa as três dimensões da proteção laboral destacadas na “Declaração de Justiça Social”, ou seja, **salários, tempo de trabalho e Saúde e Segurança do Trabalhador**, incluindo o direito de estar livre de **violência e assédio** no trabalho. Além disso, considera duas outras dimensões tradicionais da proteção laboral, a saber, **proteção à maternidade e proteção ao emprego**, além de outra dimensão que vem ganhando destaque com a digitalização da economia: a **proteção dos dados pessoais dos trabalhadores**.

Ao longo dos capítulos, o Informe analisa a situação dos trabalhadores que exercem formas de trabalho e regimes laborais de particular relevância na atualidade, especificamente o **trabalho temporário, o teletrabalho e o trabalho em plataforma digital**. Sem pretender ser exaustivo, analisa também a situação de dois grupos de trabalhadores que tendem a ser alvo de discriminação, em especial os **trabalhadores migrantes** e os **trabalhadores com deficiência**, e dois grupos profissionais que apresentam uma elevada taxa de emprego informal, especificamente os **trabalhadores domésticos e trabalhadores em domicílio**.

O Capítulo 1 fornece uma breve visão geral dos dados disponíveis sobre as diferentes dimensões da **proteção laboral**; o Capítulo 2 concentra-se nas medidas tomadas pelos governos e pelos parceiros sociais para oferecer **proteção inclusiva, adequada e eficaz para todos**, e o Capítulo 3 analisa o progresso alcançado e medidas tomadas pela OIT desde 2015, para apoiar seus constituintes nesse esforço. Por fim, as conclusões contêm as principais observações e lições que emergem das análises dos capítulos anteriores e fornecem uma visão geral das áreas que requerem maior atenção no futuro.

Conteúdo e Estrutura do Capítulo 1 do Informe: Tendências na proteção dos trabalhadores”

Este capítulo apresenta alguns dados e tendências relevantes para a discussão sobre proteção laboral. Inicia apresentando dados sobre a **situação no emprego** e sobre a **prevalência da informalidade**. Estes são relevantes, uma vez que a proteção laboral se desenvolveu principalmente no que diz respeito aos trabalhadores assalariados formais, ao passo que aqueles que se encontram fora do âmbito de uma relação de trabalho ou que trabalham na **economia informal** frequentemente carecem de proteção, seja porque não estão abrangidos pelas leis e regulamentos mais relevantes, ou porque são cobertos legalmente, na teoria, mas não na prática.

Em seguida, o capítulo apresenta dados sobre **formas específicas de emprego e arranjos de trabalho** que levantam questões sobre diferentes dimensões da proteção dos trabalhadores e, sem pretensão de ser exaustivo, destaca alguns grupos que tendem a estar mais expostos do que outros a uma proteção inadequada. O capítulo passa a discutir, dentro dos limites da disponibilidade de dados, as diferentes dimensões da proteção do trabalho.

CONTEÚDO E ESTRUTURA DO CAPÍTULO 1 DO INFORME DA OIT

1.1. Principais tendências do mercado de trabalho nas últimas décadas

1.1.1. Situação no emprego

1.1.2. Informalidade

1.2. Formas específicas de emprego e acordos de trabalho

1.2.1. Emprego temporário

1.2.2. Trabalho de plataforma

1.2.3. Teletrabalho

1.3. Grupos que tendem a estar mais expostos a proteção social inadequada

1.3.1. Migrantes

1.3.2. Trabalhadores com deficiência

1.3.3. Trabalhadores domésticos

1.3.4. Trabalhadores domiciliares

1.4. Dimensões da proteção dos trabalhadores

1.4.1. Políticas salariais

1.4.2. Tempo de trabalho e organização do trabalho

1.4.3. Proteção da maternidade

1.4.4. Segurança e Saúde do Trabalhador

Em síntese, os dados apresentados neste capítulo indicam que o **emprego assalariado** – que historicamente está mais intimamente ligado à proteção laboral – representa uma parcela crescente de pessoas no trabalho e hoje responde por 53% de todo o emprego em todo o mundo. O capítulo também confirma que formas específicas de contratação e regime de trabalho, como o **trabalho temporário**, o **trabalho em plataforma** e o **teletrabalho** – que são objeto de debates em relação à proteção dos trabalhadores – também se tornaram cada vez mais importantes. O capítulo indica ainda que, embora se tenham registado progressos nas diferentes dimensões da proteção laboral, nomeadamente no que diz respeito a **políticas salariais**, **tempo de trabalho**, **proteção da maternidade** e **Saúde e Segurança no Trabalho**, persistem desafios importantes no que diz respeito à **informalidade** e aos grupos que tendem a ser objeto de discriminação, como **trabalhadores migrantes** e **trabalhadores com deficiência**, ou grupos ocupacionais específicos, como **trabalhadores domésticos** e **domiciliares**.

Conteúdo e Estrutura do Capítulo 2 do Informe: “Cobertura e efetividade da proteção laboral: adaptações de políticas, inovações e desafios pendentes”

CONTEÚDO E ESTRUTURA DO CAPÍTULO 2 DO INFORME DA OIT

2.1. Políticas salariais

2.1.1. Salário-mínimo

2.1.2. Negociação salarial

2.1.3. Proteção de salários

2.1.4. Políticas de igualdade salarial

2.1.5. Considerações finais sobre políticas salariais

2.2. Tempo de trabalho e organização do trabalho

2.2.1. Jornada de trabalho e períodos de descanso

2.2.2. Arranjos de horário de trabalho

2.2.3. Trabalho temporário de qualidade

2.2.4. Teletrabalho e trabalho híbrido

2.2.5. Preservar o equilíbrio entre vida profissional e pessoal em um mundo com maior conectividade

2.2.6. Considerações finais sobre o tempo de trabalho e a organização do trabalho

2.3. Proteção da maternidade

2.3.1. Considerações finais sobre a proteção da maternidade

2.4. Segurança e Saúde do Trabalhador

2.4.1. Tendências políticas gerais

2.4.2. Prevenir a violência e o assédio no mundo do trabalho

2.4.3. Considerações finais sobre Segurança e Saúde no Trabalho

2.5. A proteção dos dados pessoais dos trabalhadores e o direito à privacidade

2.6. Proteção do emprego

2.6.1. Demissões individuais e coletivas

2.6.2. Esquemas de retenção de empregos durante a pandemia de COVID-19

2.6.3. A regulamentação do trabalho temporário

2.6.4. Considerações finais sobre a proteção do emprego

2.7. Proteção laboral inclusiva

2.7.1. Proteção dos trabalhadores: para além da relação de trabalho

2.7.2. Proteção laboral dos trabalhadores da economia informal

2.8. Instituições e estratégias de compliance e fiscalização

2.8.1. Medidas preventivas e de incentivo

2.8.2. Inspeção do trabalho

2.8.3. Acesso à Justiça do Trabalho: prevenção e resolução de conflitos trabalhistas

2.8.4. Organismos para igualdade de oportunidades

2.8.5. Aproveitando o progresso tecnológico para melhorar a conformidade

2.8.6. Observações finais sobre instituições e estratégias de compliance e fiscalização

Em síntese, as seções deste capítulo mostraram que progressos inegáveis foram feitos em diferentes áreas de proteção laboral desde que a Conferência Internacional do Trabalho

realizou sua primeira discussão recorrente sobre proteção dos trabalhadores, em 2015. No entanto, esse sucesso não é sentido de maneira uniforme. Por exemplo, apesar dos desenvolvimentos legislativos em alguns países, incluindo a transparência salarial, a redução efetiva das disparidades salariais entre homens e mulheres está abaixo das expectativas. Em termos gerais, o cumprimento efetivo é desigual e algumas categorias de trabalhadores, especialmente os **trabalhadores domésticos**, os **trabalhadores migrantes** e os **trabalhadores da economia informal**, estão particularmente expostos a déficits de trabalho digno. Algumas tentativas limitadas foram feitas para estender pelo menos alguns elementos de proteção laboral aos **trabalhadores autônomos**, particularmente aqueles em situação de dependência econômica.

Continuam a ser necessários esforços substanciais para preencher as lacunas na cobertura da proteção laboral. Deve-se prestar atenção especial tanto para garantir a cobertura para aqueles em maior risco de exclusão quanto para garantir que os níveis de proteção sejam adequados. Para tanto, é necessária uma **abordagem multidimensional**, de modo que todas as dimensões da proteção laboral sejam abordadas de forma coerente e de forma que não implique uma abordagem fragmentada. Garantir o cumprimento de leis, regulamentos e acordos coletivos também é de suma importância para evitar a ineficácia da proteção dos trabalhadores, e as novas tecnologias têm um papel a desempenhar nesse sentido.

Conteúdo e Estrutura do Capítulo 3 do Informe: “Respostas da OIT para melhorar a proteção laboral e a vida dos trabalhadores e suas famílias”

CONTEÚDO E ESTRUTURA DO CAPÍTULO 3 DO INFORME DA OIT

3.1. Aumentar a capacidade de resposta e a eficácia das dimensões da proteção laboral ante a mutação das circunstâncias

3.1.1. Definir salários adequados

3.1.2. Promover o tempo de trabalho digno e a organização do trabalho

3.1.3. Promover a negociação coletiva para fixação de salários, jornada de trabalho e condições de trabalho adequadas

3.1.4. Promover locais de trabalho mais seguros, protegidos e livres de todas as formas de violência e assédio

3.1.5. Ampliar a proteção da maternidade e a prestação de serviços de assistência

3.1.6. Melhorar os mecanismos de aplicação e conformidade (compliance)

3.2. Foco em grupos de trabalhadores com alto risco de serem excluídos de proteção adequada, em particular devido à discriminação e informalidade

3.2.1 Trabalhadores da economia informal, incluindo trabalhadores domésticos

3.2.2. Trabalhadores migrantes e refugiados

3.2.3. Pessoas com deficiência

3.2.4. Pessoas vivendo com HIV e AIDS

3.2.5. Trabalhadores em regimes de trabalho específicos

3.3. Conclusões que podem ser tiradas deste capítulo

Principais conclusões do Informe da OIT e perspectivas de futuro (“caminhos a seguir”)

Desde a primeira discussão recorrente em 2015, muito aconteceu no campo da proteção do trabalhador, apontando tanto continuidade quanto descontinuidade em relação às tendências passadas. Houve progresso inegável em todas as dimensões da proteção laboral, desde a **Saúde e Segurança no Trabalho**, até a **proteção da maternidade**. No entanto, os avanços têm sido muitas vezes desiguais e intermitentes, e a **informalidade** continua sendo um problema persistente, especialmente nas economias em desenvolvimento. Em 2020, a pior crise global de saúde do século passado estourou com consequências sociais e econômicas devastadoras, especialmente nos setores mais afetados. Tornou-se mais visível a **vulnerabilidade dos trabalhadores em formas informais e inseguras de trabalho e daqueles que enfrentam discriminação sistêmica**. Tensões geopolíticas em curso, guerra e uma crise de custo de vida correm o risco de exacerbar essas vulnerabilidades e desigualdades. As perspectivas de concretizar a proteção laboral para todos dependem de até que ponto essas crises em curso estão acelerando ou estagnando o progresso alcançado até agora e afetando o apoio àqueles que mais precisam dessa proteção. A concretização deste objetivo depende também da vontade e das políticas implementadas para o alcançar.

Oferecer proteção laboral adequada e inclusiva para todos adquiriu maior visibilidade na agenda da OIT como parte de seus esforços para promover o **desenvolvimento centrado no ser humano**. É um objetivo que se reflete em várias declarações e compromissos tripartidos de alto nível adotados pela Conferência ao longo dos últimos anos, bem como no trabalho programático da OIT. Durante o período em que a COVID-19 atingiu mais duramente, a OIT demonstrou visão, pensamento estratégico, agilidade e capacidade de resposta ao apoiar seus constituintes em circunstâncias excepcionalmente difíceis. Uma definição mais estratégica da agenda da Conferência, combinada com o sequenciamento cuidadoso de ‘Pesquisas Gerais’ e reuniões técnicas ou de especialistas, também resultou em caminhos mais significativos para resultados importantes, por exemplo, em Saúde e Segurança do Trabalhador. A proteção dos trabalhadores e uma partilha justa dos frutos do progresso são pilares da resposta abrangente e integrada da OIT para reduzir e prevenir as desigualdades no mundo do trabalho e da estratégia relacionada adotada pelo Conselho de Administração da OIT, em novembro de 2022.

As parcerias com organizações da ONU e outras entidades, incluindo a OMS, a Equal Pay International Coalition, a OCDE e a Lloyd's Register Foundation, permitiram à OIT expandir o alcance, realizar economias de escala e harmonizar perspectivas e abordagens. O envolvimento contínuo com o G7, G20 e BRICS (Brasil, Federação Russa, Índia, China e África do Sul) também permitiu o aprofundamento de importantes diálogos e compromissos políticos sobre plataformas digitais de trabalho, proteção dos trabalhadores, estratégias de formalização, igualdade de gênero e a inclusão das pessoas com deficiência, nos mercados de trabalho.

A fim de avançar e cumprir a promessa feita na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável de não deixar ninguém para trás e o compromisso da OIT de alcançar a justiça social, poderiam ser consideradas as áreas de política que se considera a seguir.

- **Geração de empregos formais e produtivos.** Quando a economia é incapaz de fornecer emprego produtivo suficiente, o desemprego aumenta e, em muitos países, a **economia informal** prospera, trazendo consigo uma ausência ou níveis muito baixos de proteção laboral. As empresas com baixo nível de produtividade não conseguem oferecer salários decentes e têm mais dificuldade em implementar medidas de segurança e saúde e reduzir horas de trabalho excessivas. Isso ilustra por que a proteção laboral não pode ser dissociada da criação de empregos produtivos. Um quadro macroeconômico pró-emprego e sensível ao gênero, incluindo políticas fiscais, monetárias, industriais, setoriais e trabalhistas, políticas ativas efetivas do mercado de trabalho e ambientes regulatórios propícios são necessários para a **geração de empregos formais e produtivos**. A criação de um ambiente propício para empreendimentos sustentáveis é de importância crucial, considerando que tais empreendimentos são a principal fonte de empregos.

- **Defender o aumento dos investimentos na proteção do trabalhador e a aproximação entre proteção trabalhista e proteção social** - Mulheres e homens na extremidade inferior da distribuição de renda, em formas de trabalho inseguras ou na economia informal estão normalmente entre os mais atingidos por riscos e crises sociais. Muitos desses trabalhadores também enfrentam discriminação e estigma por serem quem são. Superar essas vulnerabilidades para realizar um desenvolvimento centrado no ser humano implica progredir simultaneamente em termos de proteção laboral e proteção social, inclusive observando as necessidades e circunstâncias setoriais específicas. Embora tenha havido amplo endosso ao objetivo de alcançar a **proteção social universal**, ainda não foi feito um apelo semelhante para a **proteção dos trabalhadores**. No entanto, ambos são igualmente essenciais e se reforçam mutuamente. A combinação de ambos aumenta a capacidade de atuar nos mecanismos de distribuição e redistribuição para reduzir as desigualdades e tomar medidas mais eficazes para enfrentar a perturbações externas. Além disso, existem inúmeras interações positivas entre as duas dimensões de proteção. Por exemplo, prevenir acidentes e doenças relacionadas ao trabalho e garantir uma renda adequada e tempo de trabalho decente reduz a pressão sobre sistemas de Seguridade (Previdência) Social e melhora a sua sustentabilidade financeira. Poderia ser dada mais atenção para entender quais combinações de salários, proteção social e políticas fiscais poderiam ser mais propícias para garantir proteção adequada, inclusiva e sustentável para todos os trabalhadores em diferentes mercados de trabalho e diferentes circunstâncias socioeconômicas.

- **Prestar atenção especial àqueles que correm maior risco de serem excluídos da proteção adequada.** Um desafio notável é a entrega de proteção laboral para trabalhadores que enfrentam discriminação e desvantagem no mercado de trabalho. Isso inclui mulheres, jovens, migrantes, idosos, povos indígenas e tribais, pessoas vivendo com HIV ou afetadas pelo HIV ou AIDS, pessoas com deficiência e alguns grupos ocupacionais, como trabalhadores domésticos. Garantir o acesso à proteção laboral para esses trabalhadores requer medidas para abordar sistematicamente suas circunstâncias e necessidades específicas em todas as dimensões da proteção laboral, por meio de intervenções integradas e direcionadas. Muitos desses trabalhadores estão super-representados na **economia informal**, que, de forma mais geral, inclui aqueles que, por definição, não têm proteção adequada. **A transição da economia informal para a formal é, portanto, uma condição para fornecer acesso à proteção adequada para muitos no mundo.** A necessidade de prestar especial atenção àqueles que são especialmente vulneráveis aos mais graves déficits de proteção é essencial para que ninguém fique para trás, a fim de reverter desigualdades arraigadas e construir sociedades mais igualitárias e justas.

• **Fornecer proteção adequada a todos os trabalhadores em todas as modalidades de trabalho.** Um número crescente de trabalhadores assalariados encontra-se em diversas formas de trabalho ou acordos contratuais que se caracterizam por diferentes níveis de trabalho e proteção social. Ao mesmo tempo, a heterogeneidade dos **trabalhadores independentes** tornou-se cada vez mais evidente. Esta categoria de trabalhadores compreende tanto pessoas que exercem atividades genuinamente empreendedoras, quanto pessoas que se encontram em situação de forte dependência econômica em relação aos seus titulares. Consequentemente, a distinção entre **trabalho dependente** e **trabalho por conta própria** tornou-se cada vez mais tênue, levando a um número crescente de casos em que a classificação dos trabalhadores como **trabalhadores por conta própria** tem sido questionada. Embora a Recomendação da OIT sobre Relações de Trabalho de 2006 (n.º 198) forneça orientações gerais, não existe unanimidade ou uma abordagem única relativamente a esta classificação, que varia de acordo com o quadro jurídico e as circunstâncias nacionais. Como a relação de trabalho continua sendo a principal porta de entrada para a proteção laboral e social, um grande número de trabalhadores que se enquadram na “zona cinzenta” são total ou parcialmente privados de ambos os tipos de proteção. Para além destes casos, é necessário aprofundar quais as dimensões da proteção laboral que podem ser estendidas aos trabalhadores independentes e as modalidades para assegurar que as leis e regulamentos correspondentes sejam efetivamente aplicados.

• **Dar uma maior proeminência à Saúde e Segurança do Trabalhador (SST).** Ao reconhecer a SST como **princípio fundamental** e **direito no trabalho**, a OIT deu um novo impulso ao seu trabalho nesta área e à proteção laboral em geral. De fato, os vínculos que se reforçam mutuamente entre um ambiente de trabalho seguro e saudável e as outras condições de trabalho significam que a plena realização de um ambiente de trabalho seguro e saudável dependerá também do progresso na outra dimensão da proteção do trabalho e vice-versa. Os esforços para abordar esses fatores devem, portanto, ser reforçados nos sistemas e regulamentos de SST. Essenexo precisa ser reforçado no desenvolvimento de políticas e programas relevantes. Uma área da SST que ilustra isso é a **prevenção da violência e do assédio**, inclusive com base na discriminação. Para serem bem-sucedidas, quaisquer medidas de prevenção, apoio e remediação devem prestar atenção especial aos **perigos e riscos decorrentes da discriminação**, incluindo abuso de relações de poder e gênero, normas culturais e sociais, e da falta de respeito pelos outros princípios e direitos fundamentais no trabalho. Os processos de estabelecimento de normas sobre riscos biológicos, riscos químicos, ergonomia e manuseio manual e proteção de maquinário nos quais a Organização iniciou posicionarão a OIT mais firmemente como a principal autoridade internacional neste campo, enquanto esforços adicionais substanciais serão necessários conseguir a ratificação universal das duas convenções fundamentais relativas à SST, especificamente as Convenções n.º 155 e 187, bem como avançar na ratificação das demais normas de SST. Uma ênfase na estratégia global revisada sobre SST poderia dar um novo impulso ao reforço da inclusão e equidade da proteção dos trabalhadores.

• **Manter a máxima atenção ao salário e ao tempo de trabalho.** Embora algumas das outras dimensões da proteção do trabalho tenham atraído maior atenção no mundo contemporâneo do trabalho, os **salários** e a **jornada de trabalho** – que estavam no centro do trabalho da OIT há um século – continuam sendo duas dimensões centrais da proteção dos trabalhadores. Nos últimos anos, muitos países adotaram ou reformaram **salários-mínimos** e outras políticas salariais, como os salários do setor público. A vontade de desenvolver mecanismos de fixação de salários baseados em evidências está crescendo. Pagar um **salário-mínimo** nas cadeias de suprimentos está se tornando objeto de atenção crescente de empresas multinacionais e dando origem a um grande número de iniciativas de múltiplas partes

interessadas (“stakeholders”). A OIT deve, portanto, fortalecer sua capacidade de fornecer orientações e informações sobre essas questões salariais. O **tempo de trabalho** é uma área política complexa que evoluiu significativamente durante a última década e levou a mudanças substanciais nos pedidos de assistência dos constituintes da Organização. Estes vão desde pedidos tradicionais relativos a **limites de horário de trabalho**, a pedidos relativos ao **nexo entre horas de trabalho e produtividade, regulamentação de horas extraordinárias, trabalho compartilhado** e modalidades de **trabalho flexível**, inclusive no contexto de respostas sustentáveis anticrise e, mais recentemente, transformações digitais. Algumas dessas questões exigem soluções nacionais, enquanto outras podem exigir respostas globais. Em ambos os casos, a OIT – como agência líder neste campo – precisa estar à altura do trabalho. Isso implica um trabalho analítico e de pesquisa contínuo para um aconselhamento político bem informado e uma presença técnica no campo que atualmente falta.

- **Aproveitar as oportunidades e minimizar os desafios da digitalização da economia para proteção dos trabalhadores.** As tecnologias digitais levaram a novas formas de produzir, trabalhar e viver. A **economia de plataforma** está crescendo rapidamente e representa uma oportunidade para a criação de empregos e a organização mais flexível dos processos de produção. Também gera desafios, sobre os quais as opiniões divergem, para alcançar níveis adequados de proteção laboral e social para trabalhadores com diferentes status no emprego. A utilização de tecnologias digitais também levou a uma expansão maciça do escopo de monitoramento e coleta e processamento de dados. Sem dúvida, se usados adequadamente, os novos dispositivos podem ajudar os empregadores a promover um ambiente de trabalho saudável e seguro e a cumprir suas responsabilidades e obrigações legais. No entanto, eles também podem levar a **graves intromissões na vida privada dos trabalhadores, tomadas de decisão tendenciosas e assédio contra sindicatos e sindicalistas**. As tecnologias digitais também permitiram que milhões de trabalhadores mudassem para o **teletrabalho** durante a crise da COVID-19. Para muitos, o **teletrabalho**, na sua forma híbrida, tornou-se o “novo normal”. A par das suas inúmeras vantagens, o **teletrabalho** tem também revelado alguns desafios, entre os quais a **indistinação da vida pessoal e profissional** e, em alguns casos, o **prolongamento das horas de trabalho**. Isso gerou um intenso debate sobre o que costuma ser chamado de “**direito de desconexão**”. Uma discussão geral da Conferência em 2025 (ou uma discussão dupla de definição de padrões em 2025–26) sobre trabalho decente na economia de plataforma fornecerá mais orientações aos constituintes e ao Secretariado a esse respeito. Uma discussão normativa pode ser complementada por uma possível reunião de especialistas sobre **proteção de dados pessoais dos trabalhadores na era digital**, na sequência de uma decisão do Conselho de Administração em 2023. Também poderia considerar-se o desenvolvimento de orientações mais detalhadas, sejam elas normativas ou não normativas, sobre **teletrabalho** e **formas híbridas de trabalho**.

- **Enfrentar a subvalorização do trabalho do cuidado.** A importância da **economia do cuidado** para o funcionamento e resiliência dos trabalhadores e suas famílias, empresas, mercados de trabalho e sociedades ganhou maior reconhecimento nos últimos anos. Também é cada vez mais reconhecido que, sem trabalho de cuidado decente, não pode haver igualdade de gênero transformadora, incluindo mais e melhores empregos para as mulheres. Os **trabalhadores de cuidados** abrangem as economias formais e informais e muito do trabalho de cuidados não é remunerado. As **condições de trabalho dos cuidadores** – apesar de suas valiosas contribuições sociais e econômicas – tendem a ser de baixa qualidade e a disparidade salarial entre homens e mulheres é de 20% globalmente. Esperava-se amplamente que as lições decorrentes da pandemia da COVID-19 persuadissem os formuladores de políticas a reverter

décadas de sub investimento nesses setores essenciais. As realidades de hoje provam que essas esperanças são muito otimistas em muitos países. No avanço, e como contribuição para a discussão geral da Conferência de 2024 sobre **trabalho decente e economia do cuidado**, pode ser importante enfrentar, como questão prioritária, a subvalorização do trabalho nesses setores. Isso pode ser feito por meio da coleta e análise regulares de salários e condições de trabalho específicos do setor, em colaboração com a OMS e outras agências relevantes da ONU, e um foco no fechamento de lacunas legais, reduzindo a dependência excessiva de contratos temporários e sob demanda. e avançando na formalização de empregos.

Os resultados e o progresso nestas oito áreas políticas dependerão, entre outros, da criação de um ambiente favorável e propício, em particular para:

- **Promover o diálogo social tripartido e bipartido como mecanismos cruciais para assegurar uma proteção laboral adequada.** Os empregadores e os trabalhadores devem gozar plenamente do seu **direito à liberdade de associação** e do reconhecimento efetivo do **direito à negociação coletiva** como pré-condições essenciais para o **diálogo social**. Considerando as significativas transformações vividas pelo mundo do trabalho e, de acordo com a resolução e conclusões sobre a segunda discussão recorrente sobre **diálogo social e tripartismo** adotada pela Conferência em 2018, novas abordagens e ações devem ser implementadas para garantir que esses princípios e direitos no trabalho sejam efetivamente garantidos a todos os trabalhadores, incluindo aqueles tradicionalmente excluídos de seu gozo e aqueles em formas novas e emergentes de emprego. Ao mesmo tempo, deve-se buscar o fortalecimento da capacidade dos constituintes tripartidos de se engajar em diálogos sociais nacionais sobre proteção laboral e mecanismos tripartidos de governança. O pleno desenvolvimento da **negociação coletiva** em todos os níveis apropriados nos setores público e privado e a expansão dos **acordos coletivos** para todos os trabalhadores são, notadamente, um meio para alcançar condições de trabalho decentes, uma participação justa nos frutos do progresso e remuneração igual pelo trabalho de valor igual.

- **Promover a ratificação e implementação das convenções fundamentais da OIT e outras normas internacionais de trabalho relevantes.** O estabelecimento de normas internacionais do trabalho e sua promoção, ratificação e aplicação por meio de ação conjunta de governos e representantes de empregadores e trabalhadores estabelecem as bases para uma proteção adequada dos trabalhadores. Embora muitas normas tenham demonstrado sua relevância e impacto contínuos, a OIT deve garantir que seu corpo de normas esteja apropriado para responder a novos desafios e promover a coerência política em um ambiente em constante mudança.

- **Desenvolver conhecimento de vanguarda que responda às realidades e necessidades dos constituintes.** Em um mundo de trabalho em rápida evolução, a prestação dos melhores serviços possíveis em questões de proteção aos trabalhadores depende da capacidade do Secretariado de entender as evoluções do mercado de trabalho com o objetivo de manter sua base de conhecimento atualizada e aproveitar a experiência dos constituintes. Isso é desafiador em um contexto de restrições orçamentárias. Devem ser concebidas formas inovadoras que combinem a atualização regular do pessoal existente com o desenvolvimento de parcerias estratégicas com associações profissionais, instituições acadêmicas e outras para realizar economias de escala ou partilhar o custo da produção de conhecimento de vanguarda, ao mesmo tempo respeitando as prioridades e valores da OIT.

- **Avaliar as implicações para políticas e instituições.** Os benefícios de condições dignas de trabalho para o bem-estar e dignidade dos trabalhadores, produtividade e competitividade empresarial são indiscutíveis. No entanto, tem sido difícil para a OIT documentar ou medir de forma consistente como as mudanças nas leis ou instituições ou a introdução de novos programas, incluindo capacitação, melhoraram a vida diária dos trabalhadores. Reconhecidamente, os efeitos de uma lei ou política nova ou revisada levam tempo para se manifestar. No entanto, são necessários maiores esforços para estimar o seu impacto na vida dos trabalhadores, a curto e médio prazo, e identificar que outros fatores têm contribuído para determinados resultados. Isso é fundamental para avaliar a solidez das mudanças regulatórias ou institucionais e informar novas mudanças políticas, mas também é crucial para a legitimidade da ação da OIT e para fortalecer os laços com os parceiros de desenvolvimento.

- **Aumentar o alcance das ações da OIT por meio da união de esforços com outras organizações do sistema multilateral.** Construir alianças e promover a cooperação com outras organizações do sistema multilateral ajuda a promover a coerência das políticas, mobilizar esforços e aumentar o investimento na proteção dos trabalhadores. Também ajuda a abordar algumas das causas profundas da exclusão dessa proteção, como a **discriminação** e a **informalidade**, cujos determinantes estão em parte fora do mundo do trabalho. Um maior envolvimento da OIT no diálogo e nas iniciativas relacionadas à proteção dos trabalhadores no sistema multilateral também ajudaria a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), principalmente o **Objetivo 8** (Promover crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos) e **Objetivo 10** (Reduzir a desigualdade dentro e entre os países). A Coalizão Global pela Justiça Social desempenhará um papel significativo na construção de tais alianças e parcerias.

Migrações, Refúgio e Saúde Global

*Rafael Gomes França, Caio Murta, Harim Baek,
Júlia Moraes, Marina Sujkowski,
e Deisy de Freitas Lima Ventura.*

Neste Informe, o Grupo de Trabalho de Migração Refúgio e Saúde Global destaca o apelo do ACNUR por mais de apoio aos países da América Latina e do Caribe, uma vez que a maior parte dos deslocados à força estão na região. O informe do Observatório das Migrações contabiliza as entradas e saídas de migrantes através das fronteiras brasileiras no mês de março. Por último, coloca luz ao tema das migrações causadas pelas mudanças climáticas.

Vice-Alta Comissária do ACNUR solicita mais apoio à América Latina⁵⁶

A Vice-Alta comissária da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), Kelly T. Clements, fez uma solicitação de urgência para que os países da América Latina e do Caribe recebam mais apoio, já que eles abrigam grande parte das 20 milhões de pessoas deslocadas à força nas Américas.

Clements disse que, por mais que o crescimento do número de pessoas que se aproxima da fronteira dos Estados Unidos permanece chamando muita atenção, é de grande relevância lembrar que a maior parte das pessoas deslocadas à força na região ainda persiste na América Latina. É necessário olhar para além dos países de destino das pessoas refugiadas e migrantes, mas também para os países de origem e por onde elas circulam. Os desafios existentes nos complexos e diversos movimentos populacionais nas Américas precisam ser abordados por uma óptica regional abrangente e colaborativa.

Ela iniciou sua viagem pelo Brasil, encontrando refugiados do Afeganistão que estavam no aeroporto internacional de São Paulo e foi em um dos 11 abrigos que recebem afegãos. No estado de Roraima, no Norte do país, Clements conheceu refugiados e migrantes que cruzaram a fronteira da Venezuela com o intuito de ter proteção e ajuda, e analisou a resposta humanitária e de integração fornecida pela “Operação Acolhida” do Brasil. Na atualidade, o Brasil abriga cerca de 623.000 refugiados reconhecidos, solicitantes da condição de refugiado e demais pessoas que carecem de proteção internacional, incluindo 459.000 da Venezuela.

Durante sua visita, a comissária também se juntou com parceiros do setor privado, contrapartes governamentais e outros parceiros. Ela comentou que o Brasil continua apresentando uma ótima liderança na recepção, inclusão e integração de refugiados e migrantes da Venezuela e de outros países. Também afirmou que o ACNUR tem prazer em trabalhar com a colaboração de parceiros, com o objetivo de atender às principais necessidades das pessoas em deslocamento e na tentativa de gerar soluções que lhes permitam contribuir para o melhor desenvolvimento das comunidades que as recebem.

Foi no Panamá que Clements visitou a região de Darién, local onde mais de 150 mil pessoas chegaram desde o começo do ano, colocando suas vidas em risco ao atravessar a densa selva em busca de proteção, segurança e qualidade de vida. No Darién, ela fez uma visita em

⁵⁶<https://www.acnur.org/portugues/2023/05/17/vice-alta-comissaria-do-acnur-pede-mais-apoio-a-america-latina/>

uma comunidade indígena panamenha, que realiza o acolhimento de refugiados vindos da Colômbia. Na Cidade do Panamá, ocorreu um encontro com pessoas deslocadas à força de diversas nacionalidades que estão utilizando de suas próprias habilidades e talentos para tentar reconstruir suas vidas. Ela falou que o Panamá está lidando com um desafio jamais visto antes, e vem buscando responder e proteger as pessoas em deslocamento. Para os já estabelecidos no país, a integração pela inclusão é essencial. Para aqueles que se deslocam, o ACNUR e seus parceiros estão ajudando o governo do Panamá na prestação de auxílio humanitário aos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

Clements concluiu que é de extrema importância seguir apoiando iniciativas na América Latina, que tenham a finalidade de proporcionar estabilidade e soluções, como o aumento das vias legais, mesmo que tudo isso seja muito relevante, não podemos esquecer de abordar as causas profundas que geram o deslocamento forçado. Se trata da cooperação para prevenir e resolver conflitos, mas também de medidas urgentes para combater os efeitos da mudança climática, melhorar a governança, a igualdade e o respeito pelos direitos humanos.

Informativo mensal de março da OBMigra⁵⁷

Conforme o informativo divulgado no começo do mês de maio, as nacionalidades que mais se beneficiaram de vistos emitidos no mês de março foram, respectivamente, chineses, angolanos, indianos e afegãos.

Na movimentação de pessoas nas fronteiras, houve uma diminuição entre fevereiro e março, determinada sobretudo pela redução do fluxo de turistas, que sofreu queda de quase 30%. Em outras modalidades, como brasileiro, estrangeiro e residente é perceptível um leve aumento.

Quanto ao registro de residência no país, os Venezuelanos continuam como o principal coletivo a obter registro. Há também grandes grupos de bolivianos, paraguaios, argentinos, colombianos e outras nacionalidades latinas.

Os municípios que mais receberam pedidos de reconhecimento da condição de refugiado em março foram Pacaraima (RR), Boa Vista (RR) e São Paulo (SP). Este número cresceu nas últimas duas cidades em relação a fevereiro e caiu na primeira.

Quanto aos trabalhadores qualificados, sua origem foi principalmente da China e do Japão. Ainda nas movimentações de trabalho, a região sul seguiu como hegemônica na geração de postos de trabalho para imigrantes e na movimentação. Já no saldo das transferências, percebe-se que houve uma queda nos últimos meses.

Relatórios do Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre migração e mudanças climáticas

O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas publicou⁵⁸, para ser apresentado na 53ª reunião do órgão, um documento elaborado pelo relator especial para a promoção e proteção de direitos humanos em deslocamentos causados por mudanças climáticas.

⁵⁷https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Informativos_Mensais/MAR%C3%A7o_2023_1.pdf

⁵⁸ <https://reliefweb.int/report/world/providing-legal-options-protect-human-rights-persons-displaced-across-international-borders-due-climate-change-ahrc5334-enarruzh>

O tema de migrações climáticas vem ganhando notoriedade na comunidade internacional: em 2021, mais de 22 milhões de pessoas se deslocaram devido a “eventos climáticos”. Apesar do número elevado, pessoas envolvidas nesse tipo de deslocamento não podem se encaixar como refugiadas segundo a Convenção sobre o status de refugiado de 1951. Então, não é garantido que esses grupos recebam o mesmo nível de proteção que os demais refugiados. Dessa forma, o relatório busca analisar os arranjos existentes e explorar opções para fornecer a proteção jurídica adequada às pessoas que se deslocam devido às mudanças climáticas.

Observando o momento atual e projeções futuras, o relator destaca que já se somam 3,3 bilhões de pessoas vivendo em países ou regiões suscetíveis aos impactos ambientais das mudanças climáticas, mas pouco se sabe sobre o deslocamento internacional de pessoas devido a essas problemáticas - e não há grandes movimentações de organizações internacionais como a OIM e o ACNUR a respeito.

As estimativas demonstram que as mudanças climáticas devem ser um grande fator para os fluxos migratórios dos próximos anos: por exemplo, em 2020, 75% dos deslocamentos da Somália para o Quênia foram resultado das mudanças climáticas; em Honduras e El Salvador, 3,5 milhões de pessoas necessitam de assistência humanitária devido às secas. O Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas estima que, até 2050, o número de deslocados devido ao clima passe de 31 milhões para 143 milhões.

Tendo em vista esse cenário, o relator destaca algumas conclusões e recomendações para as Nações Unidas sobre o tema. Em primeiro lugar, as normativas internacionais protetivas devem refletir o preâmbulo do Acordo de Paris de 2015 e deve ser considerada a possibilidade de criar um novo protocolo para a proteção de pessoas em deslocamento devido às mudanças climáticas. Enquanto o protocolo é desenvolvido, encoraja-se que os países criem medidas nacionais para promover os direitos desses grupos.

Relatórios global sobre a prematuridade e progressos do primeiro ano do Plano Estratégico da ONU Mulheres (2022-2025)

Maria Teresa Rossetti Massari

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes

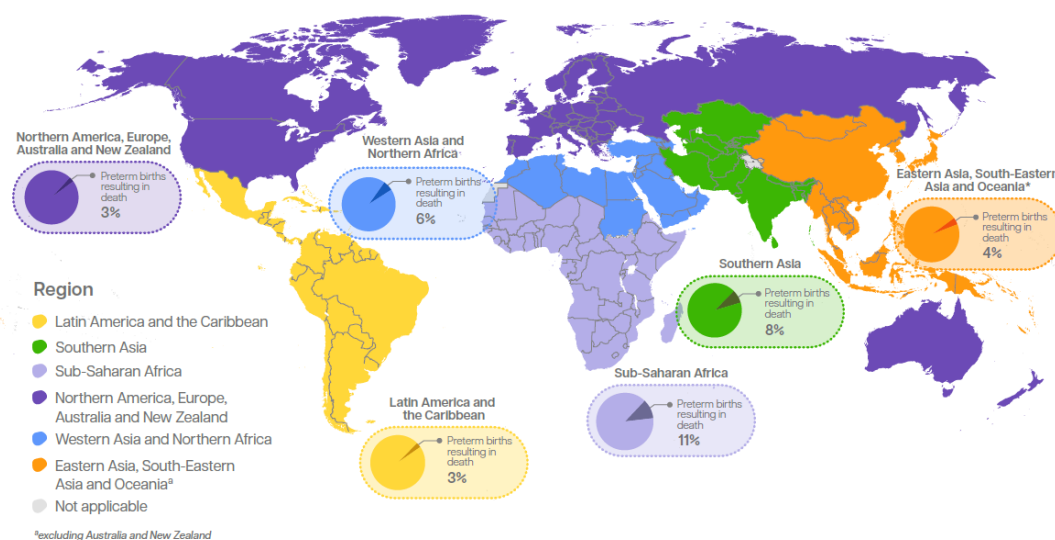
Born Too Soon: uma década de ações para prevenção de partos prematuros

Em todo o mundo, 1 em cada 10 bebês nasce prematuro (<37 semanas de gestação), o que corresponde a um bebê a cada dois segundos. As taxas de parto prematuro quase não mudaram durante a última década e, em alguns lugares, as taxas estão subindo.

Em 2020 estima-se que quase 1 milhão de recém-nascidos morreram devido a complicações do parto prematuro (um bebê a cada 40 segundos) e milhões sobrevivem com deficiências que vão acompanhá-los e às suas famílias ao longo de toda a vida.

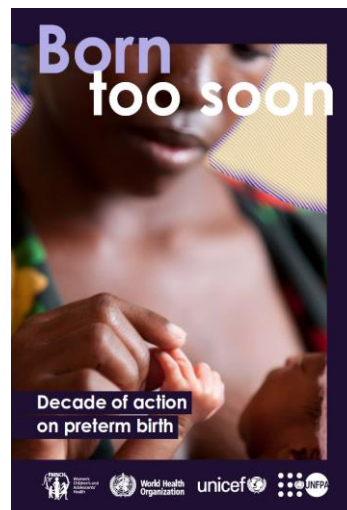
O parto prematuro é a maior causa de morte de crianças menores de 5 anos, representando mais de 1 a cada 3 mortes neonatais (primeiro mês de vida), e as condições neonatais são a principal causa de perda de capital humano nas estimativas recentes da carga global de doenças, situação inalterada desde 1990. Os dados também apontam que em países de alta renda, 9 em cada 10 bebês prematuros extremos (<28 semanas) sobrevivem, enquanto apenas 1 em cada 10 bebês prematuros sobrevive em países de baixa renda.

Figura: Variação da proporção de nascimentos prematuros que resultaram em morte neonatal em 2020, por região.



Há 10 anos uma coalizão de diversos parceiros globais se uniu e lançou o *Born Too Soon*: relatório de ação global sobre nascimento prematuro. Seu objetivo principal é reduzir os partos prematuros para que cada mulher e cada recém-nascido, mesmo prematuro, possa sobreviver e prosperar, permitindo países para conhecer e exceder suas metas de ODS.

Progresso em perigo: estagnação, reversões e ainda 4,5 milhões de mortes maternas, de recém-nascidos e natimortos todos os anos



O progresso na prevenção da prematuridade na última década não foi rápido o suficiente ou longe o suficiente. As taxas de parto prematuro quase não mudaram entre 2010 e 2020, ainda que se tenha observado algumas melhorias no atendimento. Isso significa que ainda são mais de 4,5 milhões de mortes de mulheres e bebês todos os anos, incluindo mais de 2,3 milhões mortes neonatais, 1,9 milhão de natimortos e 287.000 mortes maternas. É importante ressaltar que cada uma destas mortes é uma tragédia inaceitável, já que a grande maioria são evitáveis quando há disponibilidade de cuidados durante a gravidez, o parto e para recém-nascidos.

É importante reconhecer que muitas dessas deficiências são evitáveis e são um marcador sensível de qualidade do atendimento. Um exemplo crucial é cegueira ou deficiência visual devido a retinopatia da prematuridade, que tem sido cada vez mais relatada na última década, especialmente na América e sudeste da Ásia, geralmente em recém-nascidos que eram apenas moderadamente prematuros. Para maiores informações sobre Retinopatia da Prematuridade, [clique aqui](#).

Com menos de sete anos para realizar os ODS, as taxas de progresso são mais lentas do que há uma década e em alguns casos estão até se invertendo. Os dados devem soar o alarme: 65 países cairão aquém da meta de mortalidade neonatal dos ODS sem correção imediata de curso, e 55 precisam de mais do que dobrar sua taxa atual de melhoria para cumprir a meta de 2030.

Novos e intensificados desafios - Os “quatro Cs” – Conflito, Clima, Covid-19 e a Crise do custo de vida – são desafios sobrepostos que expõem as desigualdades, especialmente em lugares onde os sistemas de saúde já são frágeis.

- **CONFLITO** - Até o final de 2022, mais de 100 milhões de pessoas em todo o mundo foram expulsas de suas casas pela guerra, violência, perseguição e abusos de direitos, com mulheres e crianças afetados desproporcionalmente. Além das mortes diretamente causadas pelos conflitos, os impactos indiretos, como sistemas de saúde em colapso e restrições de acesso, muitas vezes são ainda maiores. 11 dos 16 países com a maiores taxas de mortalidade neonatal estão passando por recentes crises humanitárias. Mundialmente, 61% das mortes maternas, 51% de natimortos e 50% das mortes de recém-nascidos ocorreram em países em crise humanitária.

● COVID-19 - A separação de recém-nascidos de seus cuidadores é anterior à pandemia, que piorou esse cenário, ameaçando práticas como o Método Mãe Canguru e a amamentação exclusiva. Em muitos países, a pandemia levou a uma “crise de separação”, com bebês prematuros rotineiramente sendo separados de suas famílias na suspeita de Covid-19. Um estudo recente estimou que, se a cobertura universal do Método Canguru fosse alcançada, mais de 125 000 vidas de recém-nascidos seriam salvas. Em muitos locais as restrições impostas e/ou acentuadas pela pandemia permanecem.

● ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS - As mudanças climáticas e desastres naturais deslocam milhões de pessoas e os impactos à saúde são amplos e subestimados. Poluentes do ar, como metano e carbono negro, contribuem tanto para a mudança climática quanto para problemas de saúde. Estima-se que, em 2019, a poluição do ar tenha contribuído a 6 milhões de nascimentos prematuros e quase 3 milhões bebês com baixo peso ao nascer. Um relatório global de 2020 estima que a poluição do ar seja responsável por 20% das mortes de recém-nascidos em todo o mundo, principalmente como resultado de parto prematuro e baixo peso ao nascer.

● CRISE DO CUSTO DE VIDA - Interrupções no fornecimento causadas por Covid-19, conflitos e a crise climática, têm aumentado dramaticamente o custo de vida para milhões de pessoas. A inflação global subiu de 4,7% em 2021 para 8,8% em 2022, e para dois dígitos em quase metade do mundo. Isso é mais do que um aperto econômico temporário: é uma crise global de saúde pública. Esta crise aprofunda a vulnerabilidade dos bebês prematuros e suas famílias. Há relatos de bebês liberados retornando aos cuidados intensivos porque as famílias não podem pagar aquecimento e oxigênio em casa e, em uma pesquisa recente, 84% dos pais com um bebê em cuidados neonatais disseram que o custo crescente de vida reduziu sua capacidade de se deslocar para o hospital. O impacto desta crise na saúde de mães e recém-nascidos ainda não foi totalmente medido e entendido.

O relatório *Born Too Soon* (Nascido cedo demais) analisa as ações da última década para prevenção e cuidado de recém-nascidos prematuros e se destina a apoiar as ações de políticos, formuladores de políticas públicas e líderes de todos os países e está organizado em 7 capítulos:

- Capítulo 1 - Olhando para trás para informar nosso futuro
- Capítulo 2 - Contagem e contabilização de nascimentos prematuros
- Capítulo 3 - Direitos e respeito: colocando as pessoas no centro da resposta ao parto prematuro
- Capítulo 4 - Saúde da mulher e serviços de saúde materna: oportunidades perdidas para prevenir e controlar o parto prematuro
- Capítulo 5 - Cuidados com recém-nascidos pequenos e doentes: alto retorno dos investimentos
- Capítulo 6 - Ação intersetorial: integração para impacto nos nascimentos prematuros
- Capítulo 7 - Uma década da mudança: até 2030 e além

A primeira e a segunda edição do relatório destacaram o nascimento prematuro em todo o mundo, dando luz às necessidades de mulheres e seus recém-nascidos. Sendo a prematuridade um problema multifatorial, a responsabilidade é de todos:

- Líderes e formuladores de políticas
- Prestadores de cuidados de saúde
- Sociedade civil, incluindo organizações de pais e agências multilaterais

- Doadores e fundações
- Instituições acadêmicas e de pesquisa
- Setor privado
- Jovens e adolescentes

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#). Para outras informações sobre a Prematuridade, acesse o [Portal de Boas Práticas do IFF/Fiocruz: Estratégias para a Prevenção da Prematuridade no Brasil](#); [Desafios da Prematuridade no Brasil](#); [Prevenção da Prematuridade: uma intervenção da gestão e da assistência](#).

ONU MULHERES - Relatório do Subsecretário-Geral/Diretor Executivo das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres - progresso feito no Plano Estratégico 2022-2025

Durante o primeiro ano do Plano Estratégico 2022-2025, a ONU Mulheres, em colaboração com diversos parceiros, trabalhou para salvaguardar e promover os direitos de mulheres e meninas, alcançando os seguintes resultados iniciais:

Impacto 1: Governança e Participação na Vida Pública - Despesa total 2022: US\$ 81,61 milhões

- O progresso nos indicadores ODS 5.5.1 e 5.c.1 têm sido lentos.
- A proporção de mulheres parlamentares subiu de 25,5% em 2021 para 26,5%, em 2022 e a representação a nível local aumentou de 33,9% para 34,3%.
- O número de países com representação feminina nos parlamentos caiu de 32% em 2021 para 29% em 2022.

Impacto 2: Empoderamento econômico das mulheres - Despesa total 2022: US\$ 67,84 milhões

- Tempo e trabalho em cuidados não remunerados e tarefas domésticas afetam desproporcionalmente as mulheres, com predominância do emprego informal e falta de acesso à inclusão e proteção social, o que restringe severamente o empoderamento econômico das mulheres.
- Reconhecendo o progresso lento e a indisponibilidade de dados sobre os indicadores ODS 5.4.1, 8.3.1 e 1.3.1, e chamando a atenção para essas questões geradas pela pandemia de Covid-19, em 2022 a ONU-Mulheres co-liderou equipes de trabalho interagências sobre trabalho informal, apoiando 30 países com evidências, políticas e programas para transformar a economia do cuidado.

Impacto 3: Acabar com a violência contra as mulheres - Despesa total 2022: US\$ 92,87 milhões

- A violência contra mulheres e meninas continua alarmantemente alta, seja em espaços privados, públicos e online, enquanto a insegurança econômica e mecanismos de proteção social continuam limitados.

Impacto 4: Mulheres, Paz e Segurança, Ação Humanitária e Redução de Risco e Desastres - Despesa total 2022 - \$ 105,11 milhões

- A participação significativa das mulheres é fundamental para construir uma paz sustentável e a prestação eficaz de serviços humanitários. No entanto, as mulheres

representavam apenas 13% dos negociadores e 6% dos mediadores em grandes processos de paz entre 1992 e 2019. É necessária uma mudança radical para concretizar os compromissos nesta área.

ONU Mulheres e o desempenho sob os sete resultados sistêmicos

Resultado 1: Estruturas normativas globais, leis, políticas e instituições sensíveis ao gênero

- A ONU-Mulheres é um líder global de pensamento e prática em igualdade de gênero, auxiliando os Estados Membros no fortalecimento de normas globais traduzidas em leis, políticas e instituições sensíveis ao gênero em nível nacional. O progresso em direção a esse resultado está no caminho certo, com resultados positivos alcançados em todos os indicadores; a taxa média de obtenção de resultados foi de 130% das metas para o período.

- 62% das resoluções adotadas pela Assembleia Geral, o Conselho de Segurança e o Conselho de Direitos Humanos incorporaram uma perspectiva de gênero.

- Em 42 países a agência forneceu apoio ao desenvolvimento de políticas e capacidades, resultando na adoção de 156 políticas, estratégias e planos multissetoriais sensíveis ao gênero.

- 157 leis que promovem a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres foram adotadas ou alteradas.

Resultado 2: Financiamento para igualdade de gênero

- Financiamento adequado é um pré-requisito para a implementação de leis e políticas. Com espaço fiscal cada vez mais restrito, os países devem usar os orçamentos existentes de forma mais eficiente e eficaz. O aumento da demanda global pelo orçamento sensível ao gênero levou à superação do marco de 2022, alcançando 853 parceiros governamentais nacionais e locais, sociedade civil e instituições de supervisão.

Resultado 3: Normas sociais positivas, inclusive por meio do envolvimento de homens e meninos

- Respondendo a recomendações de avaliações externas, o Plano Estratégico incluiu pela primeira vez o foco dedicado às normas sociais positivas.

- Resultados positivos foram alcançados em todos os indicadores mensuráveis sob este resultado, com uma taxa média de cumprimento de 150%.

Resultado 4: Acesso equitativo das mulheres aos serviços, bens e recursos

- Em 2022, a agência contribuiu para sistemas multissetoriais, estratégias ou programas que abordam o acesso equitativo das mulheres a bens, serviços e/ou recursos em 41 países, fortalecendo as capacidades de 1.581 instituições, incluindo governo, setor privado e sociedade civil, a fornecer bens, serviços e recursos, plataformas e programas de apoio que beneficiam quase 5,1 milhões de mulheres e meninas.

- Trabalhou com 31 países para apoiar o desenvolvimento e/ou implementação de diretrizes, protocolos e procedimentos operacionais padrão para fortalecer serviços essenciais para sobreviventes de violência em 29 países.

Resultado 5: Voz, liderança e agência das mulheres

- Em 2022, as ameaças e ataques contra mulheres na vida pública estavam em alta. A ONU Mulheres fez progresso nesta importante área chegando a 125% das metas do ano.

●Entre maio de 2021 e abril 2022, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR) documentou 172 incidentes de represália e intimidação contra mulheres e meninas defensoras dos direitos humanos, construtoras da paz e representantes da sociedade civil. A agência organizou 32 respostas legais, políticas e programáticas para lidar com a violência contra as mulheres na política e na vida pública.

●Globalmente, em 2022, apenas 56% das mulheres de 15 a 49 anos conseguiram tomar suas próprias decisões sobre relações sexuais, uso de métodos contraceptivos e cuidados à saúde (indicador SDG 5.6.1). O progresso estagnou, exigindo esforços acelerados para alcançar metas, alcançar compromissos e combater o retrocesso na realização dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Resultado 6: Produção, análise e uso de estatísticas de dados de gênero

●É fundamental garantir que as estatísticas e dados sejam cada vez mais disponíveis, acessíveis e usados para impulsionar a mudança, embora ainda sejam necessários progressos substanciais. Em 2022, a agência alcançou 84% das metas estabelecidas nesse sentido.

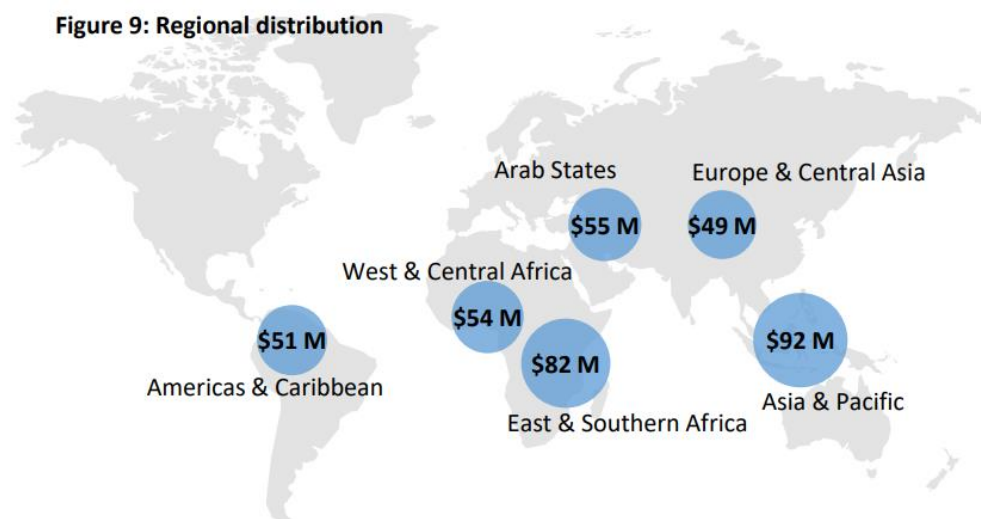
Resultado 7: Coordenação do sistema ONU para a igualdade de gênero

●O apoio da ONU Mulheres contribuiu para superar o marco de 2022 dos planos e estratégias de resposta que incorporam a igualdade de gênero, alcançando 87% de cobertura da meta estabelecida para 2022.

Despesas e tipos de contribuições

- As despesas totais em 2022 atingiram US\$540,3 milhões.
- Geograficamente, as despesas mais altas foram na Ásia-Pacífico (US\$ 92,1 milhões), seguidas pelo Leste e Sul da África (\$82,3 milhões).

Figura - Distribuição regional das despesas



Fonte: UN Women, 2023.

- Despesas mais altas:
 - Acesso equitativo das mulheres a serviços, bens e recursos - US\$ 97,9 milhões
 - Normas globais, políticas e instituições - US\$ 90,6 milhões

● Por função - o desenvolvimento de capacidades e a assistência técnica continuaram a ser fornecidos na maioria dos países, juntamente com advocacy, comunicação e mobilização (em 78 e 77 países respectivamente).

Fortalecimento do desempenho organizacional na ONU Mulheres

A ONU Mulheres reiterou que fortalecer a eficiência e eficácia organizacional são as chaves para garantir impacto em escala na igualdade de gênero. Nessa primeira análise do Plano Estratégico 2022-2025, o relatório afirma que alcançou bom desempenho em 81% dos indicadores de eficiência e eficácia propostos e aponta diretrizes daquilo que pretende trabalhar dentro da própria ONU Mulheres:

- Garantir uma organização responsável por meio de desempenho baseado em princípios;
- Promover parcerias e recursos e influenciar efetivamente para o impacto em escala;
- Avançar na transformação dos negócios;
- Nutrir uma força de trabalho capacitada e promover uma cultura inclusiva da ONU Mulheres;
- Eficiência normativa, programática, coordenação de produtos, serviços e processos.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

Desafios na construção de uma agenda única para a prevenção das doenças crônicas associadas à alimentação e combate à insegurança alimentar e nutricional entre OMS, FAO, Unicef e PMA

***Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva
Erica Ell e Juliana Ubarana***

Na última semana, houve uma mobilização global na Semana de Conscientização sobre o Consumo de Sal e da prevenção e controle da hipertensão arterial, em que se trabalhou a relação entre o consumo de sal e doenças cardiovasculares e outros desfechos de saúde e a prevenção primária e secundária da hipertensão arterial e das doenças cardiovasculares. De modo geral, o movimento é centralizado em instituições voltadas para a saúde, incluindo a OMS e a Opas, e trabalha estratégias para reduzir o sal nos alimentos, desde a produção industrial até a preparação e o consumo pessoal, sem criar vínculos mais amplos, como com a discussão dos sistemas alimentares que aproximariam as agendas com outras organizações, como a FAO, o fortalecimento da abordagem das doenças crônicas não-transmissíveis (DCNTs) em crianças e adolescentes pelo Unicef e a ampliação da abordagem da garantia da segurança alimentar e nutricional pelo PMA.

Ao mesmo tempo, na perspectiva de uma agenda única para as DCNTs associadas à alimentação, tanto dentro da saúde quanto nas relações intersetoriais, é necessária uma abordagem realista de buscar a transformação de sistemas e ambientes alimentares para a promoção de dietas mais saudáveis e sustentáveis por meio de medidas estruturantes e, ao mesmo tempo, trabalhar mudanças imediatas que impactem a redução dos danos por essas doenças considerando os perfis de consumo alimentar das populações.

Promover a integração dessas duas abordagens tem sido desafiador, particularmente em contextos como o brasileiro, uma vez que os guias alimentares nacionais baseados em alimentos recomendam evitar o consumo de alimentos ultraprocessados. Contudo, enquanto isso, diante do consumo crescente desses alimentos, são também necessárias medidas para modificar seu perfil nutricional, reduzindo o conteúdo de nutrientes críticos associados a DCNTs, como sódio, gorduras e açúcar, mas evitando que isso seja usado como instrumento para *health washing*, uma vez que a reformulação não torna os alimentos mais saudáveis, mas menos danosos à saúde.

Um exemplo da relevância da abordagem da reformulação são as políticas para a redução e possível eliminação das gorduras trans industriais nos alimentos. Antes, como contextualização breve, as gorduras trans industriais são ingredientes artificiais criados para os alimentos ultraprocessados e disseminaram-se entre esses produtos, contudo nas últimas décadas cresceram as evidências que elas não possuem qualquer benefício nutricional e que, além disso, não há um nível seguro de ingestão, devido a sua relação direta com alterações no perfil lipídico e, com isso, aumento do risco de doenças cardiovasculares. Em consequência, a OMS elaborou um pacote técnico, o REPLACE, em que são detalhadas as medidas mais efetivas para a redução das gorduras trans e recomendando particularmente sua eliminação do mercado global de alimentos⁵⁹.

No início de 2023, a OMS publicou um novo relatório anual sobre a eliminação das gorduras trans no mundo, o *Countdown to 2023: WHO report on global trans-fat elimination*

⁵⁹ <https://www.who.int/teams/nutrition-and-food-safety/replace-trans-fat>

2022⁶⁰, que analisa os avanços até 2022 e a resposta dos países ao chamamento para a implementação de políticas mais efetivas (*best buys*) para o enfrentamento do problema. Nesse sentido, no período, foram adotadas medidas regulatórias para a redução ou eliminação das gorduras trans dos alimentos em 60 países, alcançando 43% da população mundial (3,4 bilhões de pessoas) e, destes, 43 já adotavam medidas consideradas *best buys* (alcançando 36% da população mundial, ou 2,8 bilhões de pessoas).

Apesar desses avanços, uma das constatações do relatório é que o avanço é desigual no mundo e que as boas práticas são mais comumente adotadas nos países de maior renda, como na Europa e parte das Américas, ainda que também tenham avançado alguns países da América Latina (Brasil, Chile, Peru e Uruguai), Sudeste Asiático (Índia e Tailândia) e África. Essa lacuna de implementação está principalmente no campo da regulação de alimentos compreende desde questões como a declaração obrigatória de nutrientes na rotulagem nutricional até as medidas diretas mais impactantes, como o estabelecimento de limites para as gorduras trans nos alimentos ou sua eliminação, além de limitações na capacidade de monitoramento das políticas.

Existem, ainda, aprendizados importantes da experiência com gorduras trans para as políticas, principalmente com relação à efetividade de medidas voluntárias em relação às regulatórias (mandatórias). Disso resultou a definição das medidas de caráter regulatório como melhor prática, tendo em vista a comprovada limitação de alcance e impacto das estratégias voluntárias, como aquelas firmadas com indústrias, no que se refere à rotulagem nutricional e particularmente ao estabelecimento de limites para o conteúdo nos alimentos (ou a eventual proibição do uso de óleos e gorduras parcialmente hidrogenadas, que são a maior fonte de gorduras trans industriais em alimentos).

Outro aprendizado, ainda que não reconhecido explicitamente nos documentos da OMS, é relativo aos potenciais substitutos das gorduras trans, pois se trata de um ingrediente com função tecnológica nos produtos em que é utilizado. Nesse tocante, enquanto há consenso em relação a opções de substituição por gorduras insaturadas, as indústrias de alimentos têm também utilizado, em alguns produtos, alternativas como gorduras interesterificadas e outras gorduras sintéticas cujo efeito de médio e longo prazo sobre a saúde cardiovascular é desconhecido (como eram as gorduras trans quando de sua criação), criando dúvidas em relação à efetividade geral da reformulação e que não são contempladas na regulação, como nas ações do *Codex Alimentarius*.

No tocante ao açúcar, é recomendada que a reformulação seja baseada na simples redução do teor de açúcar nos produtos processados e ultraprocessados, mas não em sua substituição por adoçantes artificiais (não calóricos). Nesse sentido, na última semana a OMS lançou uma nova recomendação baseada em evidências científicas mais atuais em que contraindica o uso dos adoçantes como alternativas para a perda de peso e aponta que há possíveis riscos de outras doenças, incluindo doenças cardiovasculares e alguns tipos de câncer, associadas aos adoçantes⁶¹.

Antecipando-se a essa recomendação, o México, por exemplo, incluiu, em sua recente legislação sobre rotulagem nutricional frontal, advertências específicas para a presença de adoçantes nos produtos e espera-se que, com a nova recomendação da OMS, as regulações de outros países possam adotar medidas semelhantes. No Brasil houve outro exemplo de

⁶⁰ <https://www.who.int/publications/i/item/9789240067233>

⁶¹ <https://www.who.int/publications/i/item/9789240073616>

preocupação com a substituição de açúcar por adoçantes que foi incorporada nos princípios do estabelecimento das metas voluntárias de redução do açúcar em alimentos processados e ultraprocessados. Por outro lado, observou-se que, no Chile, país pioneiro na adoção de advertências na rotulagem nutricional frontal, houve uma resposta de reformulação das indústrias para evitar advertências por excesso de açúcar e calorias, de substituir o açúcar de muitos produtos por adoçantes, devido à ausência de qualquer regulamento ou orientação que impedisse essa substituição.

Um outro ingrediente, o sódio, talvez seja um dos mais trabalhados em políticas nacionais, a partir da redução do consumo de sal de cozinha e da reformulação dos alimentos. Essa priorização está muito vinculada à magnitude da carga epidemiológica de seu consumo, visto que o sódio é o fator dietético que mais impacta a saúde, segundo o Estudo de Carga Global das Doenças (GBD) devido ao consumo excessivo em praticamente todos os países ao redor do mundo e a relação do consumo excessivo com hipertensão, doenças cardiovasculares e câncer de estômago. Em resposta, a OMS recomenda a redução do consumo de sódio a menor de 2 g/dia para adultos (equivalentes a 5g/ dia de sal) e incluiu compromissos de redução de 30% no consumo populacional para ser alcançado até 2025 que foram firmados por todos os 194 Estados Membros.

Além disso, em seu pacote técnico SHAKE⁶², trouxe inúmeras recomendações para a redução do consumo de sal/sódio em nível populacional, e, mais recentemente, em maio de 2023, publicou um relatório com os avanços e desafios globais nessa agenda⁶³. Nesse relatório, fica bem explicitada a necessidade de abordar a redução do consumo a partir de um conjunto de medidas, que incluem a reformulação de alimentos e refeições a partir do estabelecimento de limites máximos para o teor de sódio, a limitação do teor de sódio nos alimentos adquiridos pelos programas de compras públicas (principalmente considerando escolas, hospitais, locais de trabalho e asilos), a implementação de modelos de rotulagem frontal que informem aos consumidores sobre o excesso de sódio nos produtos, a realização de campanhas de mídia para informar a população sobre a importância da redução do consumo de sódio, a implementação de restrições de publicidade para produtos com excesso de sódio e políticas fiscais, como a possível taxação de alimentos com excesso de sódio. Foi também reforçada a recomendação de adoção de intervenções mandatórias em relação à rotulagem e limites de conteúdo de sódio, tendo em vista as evidências que demonstram sua maior efetividade em relação às medidas voluntárias, como as adotadas por acordos com as indústrias de alimentos.

No levantamento feito pelo relatório, até o final de 2022, apenas 5% (9) dos países, entre os quais o Brasil, implementaram pelo menos quatro políticas, sendo no mínimo duas medidas regulatórias, enquanto cerca de 22% (43) implementavam uma medida regulatória, 33% tinham ao menos uma política voluntária e os 29% (56) restantes haviam somente feito o compromisso político com a agenda de redução do sódio. Além disso, assim como o observado na agenda de redução ou eliminação das gorduras trans, o progresso é desigual no mundo e que de modo geral os países de renda alta e média avançaram mais em medidas regulatórias do que aqueles de renda baixa e que particularmente a África tem sido o continente com menores avanços nas políticas.

⁶² <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-NMH-PND-16.4>

⁶³ <https://www.who.int/publications/i/item/9789240069985>

Esses dados mostram claramente que a reformulação não é uma panaceia e deve ser avaliada caso-a-caso e permanentemente monitorada e acompanhada de medidas estruturantes em relação ao ambiente alimentar (principalmente medidas regulatórias e fiscais que facilitem escolhas alimentares mais saudáveis e desincentivem escolhas não saudáveis) e, ainda mais ampliadas, para os sistemas alimentares.

Todavia, um ponto fundamental que não é explicitado, em grande parte pelos interesses das indústrias de alimentos, é que a reformulação baseada na redução de nutrientes críticos, ainda que em alguma medida efetiva, limita-se a uma redução de danos e não deve ser divulgada como uma estratégia para deixar os alimentos mais saudáveis. Isso ocorre porque os alimentos ultraprocessados, ainda que reformulados, continuam sendo ultraprocessados, cujo risco à saúde não se limita ao excesso de sódio, gorduras e açúcar. Nesse sentido, a transformação maior necessária deveria caminhar na reformulação que trabalhe os ingredientes, reduzindo ou preferencialmente eliminando a utilização de aditivos alimentares para tornarem-se alimentos processados e ao mesmo tempo reduzindo os teores de sal, gorduras e açúcar.

Reforçando questões tratadas em informes anteriores, diante da crescente base de evidências vez mais cresce também a base de evidência em relação à associação dos padrões alimentares com a saúde e doença, considerando o grau e propósito do processamento industrial dos alimentos (desde alimentos in natura e minimamente processados e ingredientes culinários até alimentos processados e ultraprocessados). Com isso, enquanto a questão dos nutrientes críticos conseguiu ser incorporada em muitos aspectos da agenda regulatória, a questão dos ultraprocessados ainda é abordada de forma incipiente e, no máximo, de forma indireta. Um exemplo da dimensão de seu consumo, apesar da ausência de estimativas de outros países, no Brasil estimou-se que as mortes prematuras associadas ao consumo de alimentos ultraprocessados representam cerca de 22% das mortes preveníveis no Brasil, ou seja, 57 mil mortes por ano⁶⁴.

Por causa disso, há grande oposição dos agentes dos sistemas hegemônicos a essas abordagens mais holísticas e sistêmicas, na lógica dos determinantes comerciais da saúde que exploramos em informes anteriores, de modo que fragilizam, adiam, questionam ou mesmo judicializam ou impedem possíveis regulações e buscam capturar as agendas para favorecer estratégias internas, frequentemente voluntárias (e, portanto, de menor efetividade), que visam a manutenção do *status quo*, a dinâmica de poder e as narrativas dominantes para a saúde, a alimentação e nutrição e os sistemas alimentares.

Por exemplo, agora no Brasil, no âmbito da discussão da reforma tributária, em que são propostos impostos seletivos para produtos nocivos à saúde, incluindo tabaco, álcool e alimentos ultraprocessados, há forte oposição pelas indústrias de alimentos, questionando as evidências sobre a conceituação dos ultraprocessados e as evidências científicas sobre seu impacto e, ao mesmo tempo, colocando os alimentos ultraprocessados como centrais na garantia da segurança alimentar da população brasileira e mundial.

Da mesma forma, como uma cartilha comum das corporações globais, no passado e, eventualmente, ainda hoje, as indústrias de tabaco usaram evidências contraditórias de estudos com grandes conflitos de interesses e problemas metodológicos para tentar dissociar o consumo de tabaco das doenças respiratórias e câncer, as indústrias de bebidas refrigerantes usaram o

⁶⁴ Nilson EAF, Ferrari G, Louzada MLC, Levy RB, Monteiro CA, Rezende LFM. Premature deaths attributable to the consumption of ultra-processed foods in Brazil. *Am J Prev Med.* (2022) 1–8. <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2022.08.013>

mesmo para colocar a maior culpa pelas DCNTs nas gorduras e as indústrias salineiras financiaram estudos para negar a associação entre o consumo de sal e a hipertensão e doenças cardiovasculares.

Além disso, seria importante aproximar a agenda de prevenção de DCNTs, conduzida de forma isolada pela OMS, da perspectiva da segurança alimentar e nutricional, considerando o acesso à alimentação adequada e saudável, e reconhecendo que a insegurança alimentar e nutricional grave frequentemente tem associada a si o risco aumentado de muitas DCNTs, como na maior acessibilidade financeira e física a alimentos ultraprocessados. Isso reflete muito do impacto das desigualdades no mundo e mesmo dentro dos países, onde populações socioeconomicamente mais vulneráveis são aquelas que apresentam a dupla ou múltipla carga da má nutrição (desnutrição, carências de micronutrientes, obesidade e DCNTs).

Com isso, sem aproveitar as oportunidades de aproximação de agendas com as agências e atores responsáveis pelas diferentes agendas de SAN, saúde, desenvolvimento econômico e meio ambiente, há risco de perpetuação das desigualdades que estão no cerne do risco desses desfechos nutricionais e de saúde e que replicam a pobreza e a doença, visto que se originam dos mesmos sistemas alimentares hegemônicos. Ao mesmo tempo, na ausência de mecanismos efetivos de proteção contra conflitos de interesses e lobbies, ainda há muito espaço para a influência dos sistemas hegemônicos na forma da apropriação das agendas e da influência sobre políticas e regulações, tanto nos governos quanto nos organismos internacionais.

Uma maneira de buscar essa articulação é justamente agregar e utilizar o conceito de segurança alimentar e nutricional, baseado na garantia de uma alimentação adequada e saudável nas agendas de todas as organizações, que só pode ser alcançada por meio de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis e da abordagem na perspectiva do direito humano à alimentação adequada. Além disso, é fundamental fortalecer os mecanismos de governança, considerando a maior participação da sociedade civil, a base em evidências científicas robustas e independentes e a implementação de mecanismos de gerenciamento de conflitos de interesses, para preservar e fortalecer as políticas efetivas que são necessárias para transformar os sistemas alimentares globais e priorizar a saúde humana e planetária.

Isso se aplica inclusive para o contexto da regulação de alimentos, que deve integrar todas as fases da produção, processamento, distribuição e consumo para a abordagem da prevenção das DCNTs na regulação, visto que a abordagem focada nos nutrientes é limitada à redução do dano, enquanto abordagens mais abrangentes compreendendo a alimentação saudável e seus determinantes teria impactos mais significativos. No âmbito do *Codex Alimentarius*, por exemplo, ao invés da priorização maior dos aspectos de segurança microbiológica e dos contaminantes químicos e físicos nos alimentos e dos interesses do comércio internacional, a atuação conjunta de FAO e OMS poderia potencializar a abordagens dos sistemas alimentares em seu todo.

Reforçando a discussão trazida em nossos informes anteriores, a agenda regulatória de alimentos tem relação direta com a discussão de sistemas alimentares, na medida em que contempla desde os resíduos de pesticidas e outros contaminantes nos alimentos até o perfil nutricional dos alimentos comercializados e consumidos, ou seja, desde a produção até o consumo. Nesse sentido, as regulações são mais reconhecidas por seus impactos sobre os ambientes alimentares, na medida em que influenciam a oferta de alimentos e devem ter como principais objetivos proteger a saúde das pessoas em relação a alimentos que representem risco

à saúde e promover escolhas alimentares mais saudáveis, mas podem e devem afetar aspectos desde a produção agrícola até o processamento dos alimentos.

No conjunto da regulação, mas também de outras agendas e políticas globais (que se refletem nos âmbitos nacionais), uma grande lacuna para permitir avanços tem sido o não reconhecimento oficial do grau e propósito do processamento industrial dos alimentos, particularmente em relação aos riscos e prejuízos associados aos alimentos ultraprocessados, principalmente pela FAO e pela OMS. Por outro lado, a Unicef tem frequentemente trabalhado a importância de evitar o consumo de ultraprocessados na infância e a Opas tem defendido fortemente a adoção de políticas regulatórias e fiscais para reduzir o consumo de alimentos ultraprocessados (como a taxação de bebidas adoçadas e a implementação de modelos de rotulagem frontal de advertência e outras políticas). Em relação ao PMA, apesar de iniciativas mais abrangentes como o Centro de Excelência contra a Fome no Brasil, que trabalha questões estruturantes a partir principalmente da alimentação escolar, o foco maior e quase exclusivo nas questões emergenciais perde oportunidades de buscar soluções definitivas para a vulnerabilidade das populações mediante políticas estruturantes que quebrem a replicação dos ciclos de pobreza e desigualdade.

Ainda que a editora da FAO tenha publicado alguns documentos técnicos, como o relatório *Ultra-processed foods, diet quality, and health using the NOVA classification system*, em 2019, que consolida as evidências sobre o consumo de alimentos ultraprocessados e a qualidade das dietas e o risco de DCNTs⁶⁵, e o documento *Sustainable healthy diets – Guiding principles*, no mesmo ano, em conjunto com a OMS, que aborda uma visão holística dos sistemas alimentares, saúde e meio ambiente a partir de uma consulta a especialistas internacionais para recomendações globais para dietas sustentáveis e saudáveis⁶⁶, há explícita mensagem que os conteúdos dos materiais não necessariamente expressam as opiniões ou posições dos organismos e oficialmente o termo alimento ultraprocessado ainda não faz parte das recomendações oficiais da FAO e OMS.

Vale destacar que, no documento sobre dietas sustentáveis e saudáveis, há uma abordagem extremamente rica e abrangente, que serve como guia claro às transformações e medidas prioritárias para organismos internacionais e governos nacionais, considerando simultaneamente aspectos de saúde, ambiente e socioculturais. No ponto de vista da saúde, , destacam a importância do aleitamento materno e da alimentação complementar adequada, de fazer da base das dietas os alimentos frescos e minimamente processados, diversificados (incluindo grupos alimentares como grãos integrais, legumes, nozes e castanhas, além de frutas e vegetais, quantidades moderadas de fontes de proteínas de origem animal) e restringindo o consumo de alimentos e bebidas ultraprocessadas, garantindo o acesso à água segura e limpa, bem como alinhando-se com a agenda de redução dos riscos de DCNTs e de minimização ou eliminação dos agentes associados às doenças transmitidas por alimentos.

No campo do meio ambiente, os sistemas precisam considerar a minimização de emissões de gases de efeito estufa, controlar o uso de água e terra, reduzir a aplicação de nitrogênio e fósforo e reduzir a poluição ambiental associada à produção de alimentos e ao mesmo tempo preservar a biodiversidade e os recursos genéticos, evitando a exploração acima dos limites de recuperação dos biomas, minimizando o uso de antibióticos e hormônios na produção de alimentos e minimizando o uso de plástico e seus derivados nas embalagens dos

⁶⁵ <https://www.fao.org/3/ca5644en/ca5644en.pdf>

⁶⁶ <https://www.fao.org/3/ca6640en/ca6640en.pdf>

alimentos. Por fim, no âmbito das questões socioculturais, são fundamentais medidas para a redução das perdas e desperdícios de alimentos, para fortalecer o respeito à cultura alimentar, às práticas culinárias e conhecimentos e padrões de consumo, associando a produção dos alimentos à sua acessibilidade e evitando impactos adversos de gênero, principalmente em relação à alocação de tempo.

Além destes, outros documentos como os relatórios produzidos pelo Painel de Alto Nível de Especialistas da FAO (HLPE-FSN)⁶⁷ trazem importantes subsídios para a transformação dos sistemas alimentares a partir da perspectiva da segurança alimentar e nutricional, da governança participativa e de novos modelos de produção, baseados no fortalecimento local, como a agroecologia, frequentemente promovendo a articulação entre segurança alimentar, direito humano à alimentação e sistemas alimentares e sugerindo soluções para além dos sistemas hegemônicos.

Na perspectiva dos ODS, visando a uma agenda única, a abordagem dos sistemas alimentares seria ideal para a articulação das agendas e reconhecimento de que as diferentes metas são interligadas e dependem de fatores comuns para que sejam alcançados, considerando a necessidade de medidas de caráter estruturante para a pobreza, a desnutrição, a redução das desigualdades, a preservação do ambiente e a promoção, recuperação e proteção da saúde das populações. Isto é, a múltipla carga da insegurança alimentar e nutricional tem muitos determinantes comuns, tanto sociais quanto comerciais, bem como ambientais. Nesse sentido, a Cúpula de Sistemas Alimentares proposta pela ONU é tímida e insuficientemente articulada com a Agenda 2030 e com as agendas comuns que poderiam ser construídas entre as agências da ONU em suas proposições e recomendações, além de ser excessivamente permeável às iniciativas mediadas pelo setor privado e contaminada pelos interesses corporativos em detrimento dos interesses, necessidades e prioridades das populações.

O recente chamamento do Presidente Lula, na reunião do G7, pela priorização do combate à insegurança alimentar e nutricional global traz mais um importante elemento para o debate global, reforçando as responsabilidades das nações mais ricas, ainda que sem diretamente tocar na relação da (in)segurança alimentar e nutricional com os sistemas financeiros e alimentares hegemônicos, comandados por grupos transnacionais dessas mesmas nações ricas, levou a um compromisso dos líderes para a agenda.

Contudo, ao mesmo tempo, equivocadamente as medidas preconizadas pelo G7 reforçaram parte da narrativa hegemônica que coloca soluções de curto para a fome no mundo na abertura e transparência do comércio internacional e na normalização da produção e comércio de fertilizantes químicos e de grãos. Mesmo no médio prazo, as soluções propostas focam no comércio internacional e protagonismo da OMS e não das agências que poderiam atuar nas raízes dos problemas e nas suas consequências, como a FAO, a OMS, o PMA e o Unicef.

Voltando às falas do presidente brasileiro, há grande acerto ao vincular o combate às mudanças climáticas à justiça social, trabalhando temas como a transição ecológica e infraestruturas verdes para gerar empregos dignos e combater a fome e a desigualdade. Mesmo não tendo mencionado a segurança alimentar e nutricional e os sistemas alimentares, essa lógica se alinha perfeitamente com as necessidades de transformação que se colocam.

Finalmente, em relação a como dar concretude a essas aspirações, permanece um grande desafio ainda não solucionado de “trocar o pneu com o carro andando”, ou, ainda pior,

⁶⁷ <https://www.fao.org/cfs/cfs-hlpe/publications/en>

trocar o motor com o carro em movimento, em relação ao sistema financeiro e, particularmente aos sistemas alimentares, visto que os problemas sistêmicos como a fome, as doenças e a desigualdade só podem ser definitivamente sanados com a mudança do paradigma das forças motrizes desses sistemas e de seus produtos. Na continuidade da metáfora automobilística, um motor que é baseado na concentração e geração de lucros, não pode produzir justiça, diversidade, saúde e sustentabilidade e mudanças.

A semana em que tanto se discutiram doenças relacionadas à alimentação pelos grupos da saúde termina com um importante chamamento para a segurança alimentar e nutricional, sem, contudo, reconhecer que fazem parte de uma agenda única que deve ser articulada para enfrentar problemas que têm causas comuns.

O cenário educacional brasileiro e o direito à educação em sexualidade e relações de gênero

Vitor Rodrigues, Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard



O relatório "Direito à educação em sexualidade e relações de gênero no cenário educacional brasileiro" tem como objetivo fornecer diretrizes e fundamentos normativos internacionais e brasileiros para o desenvolvimento de planos educacionais que promovam os direitos humanos de crianças e adolescentes. Ele enfatiza que a educação integral em sexualidade é essencial para a construção de um mundo mais justo, igualitário e inclusivo, onde as desigualdades sejam superadas. A UNESCO reconhece que a educação em sexualidade desempenha um papel crucial na prevenção da violência sexual, doenças sexualmente transmissíveis, bullying e gravidez entre meninas. O documento baseia-se nas orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade da UNESCO de 2009, que visam desenvolver conhecimentos, habilidades, valores éticos e atitudes em crianças e jovens. Ele descreve tratados, convenções internacionais e legislação brasileira relevantes para cada um dos conceitos-chave da educação em sexualidade. O relatório visa apoiar a formação de professores, sistematizar normas e ampliar a segurança jurídica relacionada à educação em sexualidade. Ele é um instrumento de consulta acessível a gestores públicos, docentes, pesquisadores e interessados na prevenção e combate a violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Além disso, busca promover a educação inclusiva, integrando diferentes atores sociais em prol do bem-estar dos jovens e da construção de um futuro mais justo e democrático.

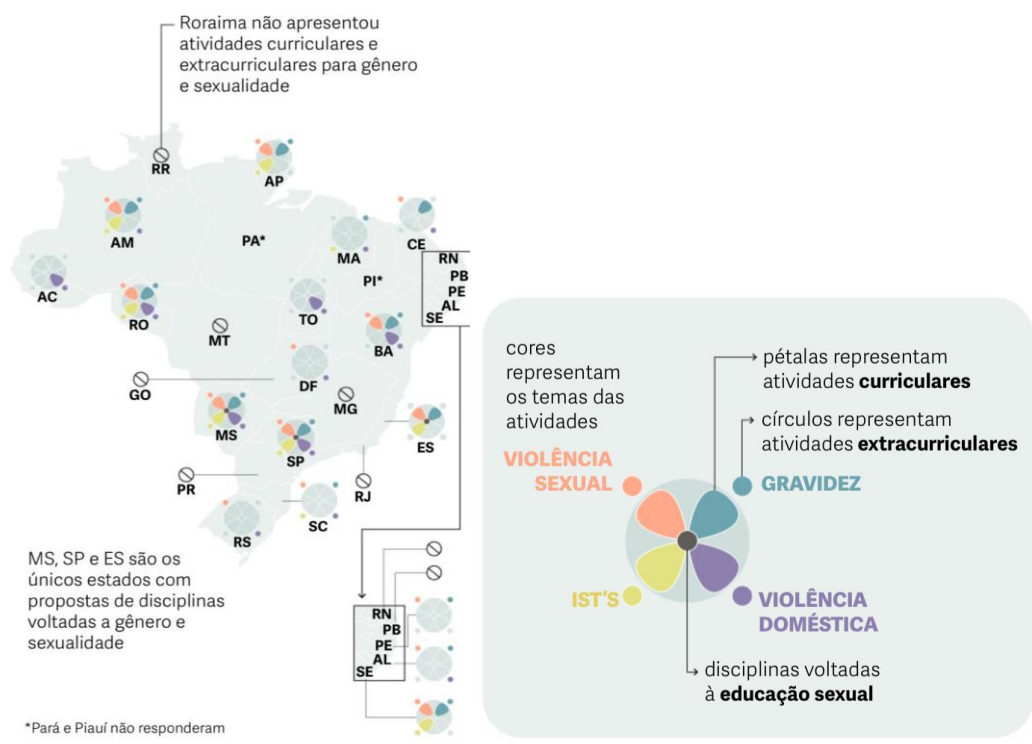
A violência de gênero é uma questão global que afeta principalmente mulheres e meninas. No Brasil, os dados do "Mapa da Violência 2015" mostram que ocorrem cerca de 13 homicídios de mulheres por dia, muitos dos quais são feminicídios, nos quais o gênero desempenha um papel significativo na motivação do crime. Dados mais recentes revelam que a violência contra as mulheres no Brasil tem uma dimensão interseccional, combinando gênero e raça, aumentando a vulnerabilidade das mulheres negras à violência. Durante um período de dez anos, os homicídios de mulheres negras aumentaram 54%, enquanto os homicídios de mulheres brancas diminuíram 9,8%. A maioria das mortes violentas de mulheres ocorre no âmbito doméstico, familiar ou íntimo, sendo 50,3% cometidas por familiares e 33,2% por parceiros ou ex-parceiros.

Esses dados destacam a urgência de aprofundar a discussão sobre ação jurídica e as intersecções entre gênero, sexualidade e raça, a fim de desenvolver estratégias eficazes para enfrentar esse problema público. No contexto da pandemia de COVID-19 e mesmo antes dela, a ONU Mulheres divulgou dados alarmantes sobre o aumento dos casos de violência contra as mulheres em todo o mundo. Mesmo antes da pandemia, milhões de mulheres em todo o mundo já haviam sofrido violência sexual ou física por parte de parceiros íntimos. A pandemia provavelmente agravou esse problema, impactando negativamente o bem-estar das mulheres, sua saúde sexual e reprodutiva, sua saúde mental e sua capacidade de participar da recuperação das sociedades e economias.

Esses dados destacam a necessidade de uma ação urgente e abrangente para combater a violência de gênero e proteger os direitos das mulheres e meninas em todo o mundo.

Apesar das diversas iniciativas espalhadas pelo país, em 2002 em um levantamento feito pelo portal Gênero e Número, apenas 3 estrados brasileiros, sendo eles Espírito Santo, Mato Grossos do Sul, São Paulo, orientam escolas a possuírem disciplina sobre orientação sexual.

Tabela 1: Gênero e sexualidade nas salas de aula do Brasil



Fonte: respostas de pedidos via laifonte respostas de pedidos via lai

Com objetivo de ajudar os atores envolvidos no assunto a se embasar em leis e normas que embasam e asseguram o direito de ensinar educação sexual nas escolas o relatório identificou 7 conceitos-chaves com o objetivo de disponibilizar informações baseadas em evidências sobre sexualidade, oferecer oportunidade de explorar valores sobre sexualidade, facilitar a aquisição de habilidades para a tomada de decisões e estimular crianças, adolescentes e jovens a assumir a responsabilidade pelo próprio corpo. Os conceitos-chaves são divididos em: educação; relacionamentos; valores, atitudes e habilidades; cultura, sociedade e direitos humanos; desenvolvimento humano; comportamento sexual; saúde sexual e reprodutiva.

Quando falamos em saúde global dois conceitos-chaves chama atenção: comportamento sexual e saúde sexual e reprodutiva.

O primeiro conceito engloba aspectos abordam-se assuntos como sexo, sexualidade, ciclo de vida sexual e comportamento sexual. É importante destacar que esses conceitos estão interligados e a sexualidade é uma parte intrínseca da vida humana, podendo ser manifestada de maneiras diversas. O Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), lançado em 2003, é uma iniciativa do governo federal que visa integrar saúde e educação, com foco na escola como espaço de articulação de políticas para adolescentes e jovens. Desenvolvido em parceria entre os Ministérios da Educação e da Saúde, com o apoio da UNESCO e UNICEF, o projeto busca reduzir a vulnerabilidade dos jovens a infecções sexualmente transmissíveis, HIV, AIDS e gravidez na adolescência. Inclui a educação sobre saúde sexual e reprodutiva nas escolas públicas, com ênfase na conscientização e formação da comunidade escolar. O Programa Saúde na Escola, instituído em 2007, é uma política intersetorial que promove a saúde e a educação integral nas escolas públicas brasileiras, abordando temas como sexualidade, saúde reprodutiva e prevenção da gravidez não planejada. As Diretrizes para uma Política Educacional em Sexualidade (1994), os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e o Estatuto da Juventude (2013) também abordam aspectos relacionados ao comportamento sexual.

O segundo conceito explorará assuntos referentes à saúde sexual e reprodutiva, incluindo o HIV/Aids e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST). Além disso, são discutidos temas como o estigma relacionado ao HIV/Aids, o tratamento disponível, a assistência e o apoio às pessoas que vivem com HIV e aids. Diversas leis e normas internacionais e nacionais defendem os direitos sexuais e reprodutivos, especialmente para jovens e mulheres. Eles preconizam a promoção da saúde sexual e reprodutiva, educação em sexualidade e prevenção de doenças, incluindo o HIV/AIDS. Esses marcos incluem o Programa de Ação do Cairo (CIPD/1994), o Consenso de Montevideu (2013), a Conferência de Pequim (1995), o Estatuto da Juventude (EJ/2013) e a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Esses documentos visam garantir acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, educação de qualidade, prevenção de violência de gênero e empoderamento das mulheres.

Em resumo, o relatório "Direito à educação em sexualidade e relações de gênero no cenário educacional brasileiro" oferece diretrizes e fundamentos normativos internacionais e nacionais para promover a educação sexual para crianças e adolescentes. A educação em sexualidade é fundamental para construir um mundo mais justo e igualitário, abordando questões como violência sexual, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce. A implementação dessas diretrizes é crucial para enfrentar os desafios da violência de gênero, principalmente no contexto da pandemia de COVID-19, que exacerbou a violência contra as mulheres. A união de atores sociais, juntamente com políticas públicas efetivas, é fundamental para proteger os direitos das mulheres e criar um futuro mais igualitário e democrático.⁶⁸

⁶⁸ <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384680>
<https://www.generonumero.media/reportagens/escolas-educacao-sexual/>

Mecanismo de Crise como Ferramenta de Apoio aos Mais Vulneráveis

O Banco Mundial (BM) aprovou uma recomendação para estabelecer um Mecanismo de Crise para a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) que terá como objetivo ampliar o apoio aos países mais pobres do mundo a enfrentar os desafios de desenvolvimento cada vez piores devido às crises globais sobrepostas, particularmente insegurança alimentar e eventos climáticos extremos.

Como é sabido, os mais pobres e vulneráveis têm sofrido com os revezes do atual cenário mundial: aumento global dos preços de energia e alimentos e a inflação exacerbada pela guerra entre Rússia e Ucrânia. Os desdobramentos da guerra agravaram ainda mais os retrocessos causados pela COVID-19 e pelas mudanças climáticas, especialmente na África e no Oriente Médio.

Para combater esses problemas, o Mecanismo de Crise fornecerá financiamento para ajudar os países a responder à insegurança alimentar, a lidar com choques econômicos, a enfrentar as catástrofes naturais cada vez mais frequentes e graves e a responder as emergências sanitárias e aos surtos graves de doenças.

Para que isso se concretize, os doadores deverão contribuir até dezembro de 2023, quando será anunciado o envelope do Mecanismo de Crise.

Linha de Crédito Estendida: uma solução para diminuir o endividamento dos países?

O Conselho Executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou um acordo de 36 meses no âmbito do *Extended Credit Facility* (ECF) um montante equivalente a 2,242 milhões de DES (cerca de US\$ 3 bilhões, ou 304% da cota) para Gana. O programa é baseado no projeto do governo pós-COVID-19 para o crescimento econômico (PC-PEG), que visa restabelecer a estabilidade macroeconômica e a sustentabilidade da dívida e incluir reformas abrangentes para construir a resiliência e estabelecer as bases para o crescimento mais forte e inclusivo do país. A decisão da Diretoria Executiva permitirá um desembolso imediato de US\$ 600 milhões.

Grandes choques externos nos últimos anos deixaram Gana exposta às vulnerabilidades fiscais e ao aumento da dívida, resultando em perda de acesso ao mercado, financiamento interno cada vez mais restrito e dependência de financiamento monetário do governo. Diminuição das reservas internacionais, inflação em alta e queda do investidor doméstico, acabou desencadeando numa crise profunda. As autoridades tomaram medidas para enfrentar esses desafios, inclusive antecipando o ajuste fiscal. O governo também lançou uma reestruturação da dívida para fazer face às graves restrições de financiamento e às insustentáveis dívidas públicas. Assegurar acordos de reestruturação de dívida com as entidades externas será essencial para o sucesso da implementação do novo acordo.

Logo após a aprovação da extensão de crédito para Gana, a Diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva, emitiu uma declaração felicitando o novo acordo, onde dela diz que se faz necessária a atuação dos credores internacionais no progresso da renegociação das dívidas para promover a sustentabilidade fiscal dos países, indicando ser esse um caminho para os outros países em situação de vulnerabilidade:

“A ação do Comitê de Credores reconhece as autoridades ganenses com um forte programa de reformas, que visa restaurar a estabilidade macroeconômica e sustentabilidade da dívida, ao mesmo tempo em que lança as bases para uma recuperação inclusiva. Sinaliza também que estão a ser feitos mais progressos no âmbito do G20 Comum Framework, demonstrando que os parceiros internacionais estão prontos para trabalhar juntos para ajudar os países a resolver seus problemas de dívida. Isso é vital para permitir que países como Gana alcancem o crescimento sustentável e a pobreza redução.” Kristalina Georgieva.

Durante as reuniões de Primavera, em abril, Georgieva participou de uma Mesa Redonda que tratava da questão do alto endividamento dos países. Na ocasião, ela defendeu que o que seria viável era analisar a situação de cada país e assim progredir com acordos de reestruturação das dívidas.

O atual cenário para combater o recrudescimento da dívida dos países mais pobres e vulneráveis é bastante complexo, porém, observando a extensão do crédito para Gana, nota-se um caminho que pode ser seguido pelos demais: a realização de um robusto plano econômico feito pelo governo e a negociação com os credores.

Fontes:

<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/05/18/world-bank-approves-crisis-facility-for-extra-support-to-poorest-countries>

<https://www.imf.org/en/News/Articles/2023/05/17/pr23151-ghana-imf-executive-board-approves-extended-credit-facility-arrangement-for-ghana>

<https://www.imf.org/en/News/Articles/2023/05/12/pr23147-ghana-managing-director-kristalina-georgieva-welcomes-statement-creditor-committee-ghana>

<https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/may-2023/jsc/>

Publicações

De acordo com a nova publicação conjunta realizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Centro de Política e Administração Fiscal da Organização e do Centro de Desenvolvimento da Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT), as receitas fiscais como proporção do PIB na América Latina e no Caribe se recuperaram para seu nível pré-pandemia em 2021 em meio a uma recuperação econômica e preços mais altos das *commodities*.

O relatório *As Estatísticas de Receita na América Latina e no Caribe 2023* revela que a relação média entre impostos e PIB na região aumentou 0,8 ponto percentual (p.p.) em 2021, para 21,7%, mesmo nível de 2019, antes da pandemia de COVID-19. A relação imposto/PIB média permaneceu inferior à média da OCDE de 34,1% do PIB em 2021, de 12,5 p.p.

O relatório mostra que a relação entre impostos e PIB na América Latina e no Caribe variou de 12,7% no Panamá a 33,5% no Brasil em 2021. A proporção aumentou em 18 dos 25 países entre 2020 e 2021 e diminuiu nos restantes sete países.

O maior aumento foi observado em Belize (aumento de 5,0 p.p. em relação ao ano anterior), que se beneficiou de uma recuperação nas receitas relacionadas ao turismo. O forte crescimento da receita no Chile (2,8 p.p.), Peru (2,7 p.p.) e Brasil (2,4 p.p.) foi apoiado por preços

mais altos de *commodities* e aumento das receitas de impostos sobre bens e serviços, impulsionados pela recuperação econômica.

A maior queda foi observada na Guiana, onde o PIB nominal aumentou 47% em 2021 em meio a um forte aumento na produção de recursos naturais, enquanto as receitas fiscais aumentaram 16%, resultando em uma queda de 4,5 p.p. na relação imposto/PIB. Depois de cair 0,7 p.p. em 2020 no auge da pandemia, as receitas de impostos sobre bens e serviços se recuperaram em toda a região em 2021, subindo 0,8% do PIB em média.

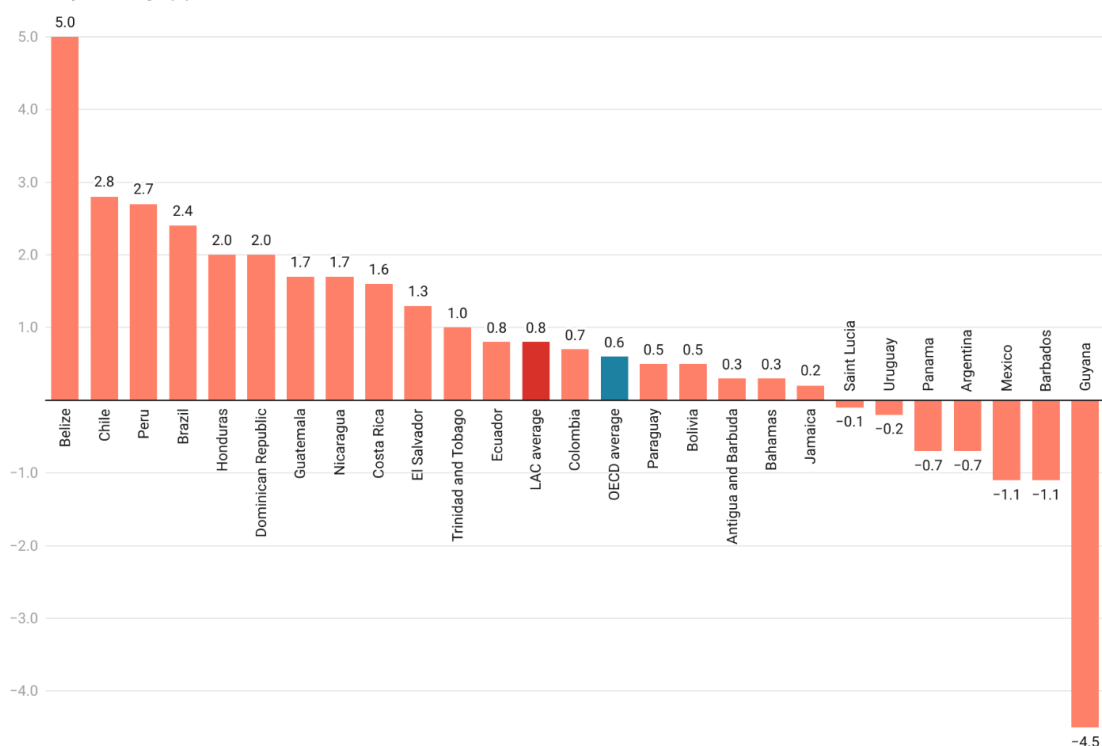
Fonte: Revenue Statistics in Latin America and the Caribbean 2023, Tabela 4.1 (OECD et al, 2023).

O relatório ainda afirma que os setores de hidrocarbonetos e mineração deram um grande impulso às receitas públicas. As receitas relacionadas com hidrocarbonetos nos principais produtores de petróleo aumentaram de 2,1% do PIB em média em 2020 para 2,6% do PIB em 2021 e cerca de 4,2% do PIB em 2022. As receitas de mineração nos principais produtores minerais subiram para 0,68% do PIB em 2021 (seu nível mais alto desde 2011) e uma estimativa de 0,70% do PIB em 2022.

O BID em parceria com o Compete Caribbean Partnership Facility lançou um novo relatório sobre a economia caribenha. *Reflexões sobre inovação e produtividade à medida que as empresas caribenhas emergem da pandemia* mostra que os governos caribenhos devem se

Changes in tax-to-GDP ratios in the LAC region, 2020-2021

Year-on-year change, p.p.



Note: The LAC average represents the unweighted average of 25 LAC countries included in this publication and excludes Cuba and Venezuela due to data issues. The OECD average represents the unweighted average of the 38 OECD member countries. Chile, Colombia, Costa Rica and Mexico are also part of the OECD (38).

Source: Authors' calculations based on Revenue Statistics in Latin America and the Caribbean 2023, Table 4.1, (OECD et al. 2023) - Created with Datawrapper

concentrar em políticas que facilitem os esforços das empresas para inovar e melhorar a produtividade da região. A partir de um extenso banco de dados e pesquisas recentes foram analisadas as oportunidades e restrições para as empresas caribenhas.

O relatório inclui uma visão geral do desempenho passado em termos de crescimento econômico e produtividade – especialmente durante o período pandêmico. Em seguida, descreve os dados do Compete Caribe e resume artigos de pesquisa recentes analisando esses dados e conclusões dessa pesquisa. Finalmente, as seções de países se baseiam no banco de dados Compete Caribe para descrever os desafios em nível de país enfrentados pelas empresas nas Bahamas, Barbados, Guiana, Jamaica, Suriname e Trinidad e Tobago.

O BM lançou duas publicações regionais de alta relevância: uma sobre a atual situação econômica europeia e a outra sobre economia e saúde no Golfo Pérsico.

Sobre a economia europeia, foi lançado o *Relatório Econômico Regular da União Europeia* analisa a evolução econômica e as perspectivas entre os Estados-Membros da UE com foco na inclusão. Destaca que o crescimento na UE deverá desacelerar acentuadamente em 2023, uma vez que a inflação elevada e os efeitos acumulados da política monetária apertada prejudicam a atividade econômica. Embora a inflação tenha dado sinais recentes de abrandamento em muitos países da UE, esta continua elevada, especialmente em algumas das economias mais pobres da UE, devido a uma inflação alimentar particularmente elevada. Mesmo com o apoio orçamental em curso, o impacto adverso da inflação elevada no rendimento disponível real afetou desproporcionalmente os mais pobres da região.

De acordo com o relatório, um apoio orçamental bem orientado poderá reforçar os esforços para realinhar as despesas com as receitas, especialmente à medida que os decisores políticos embarcam numa consolidação orçamental muito necessária e atrasada. O relatório mostra que o desafio é garantir que a desaceleração econômica não seja aumentada pelos esforços de consolidação fiscal – como foi o caso após a crise financeira global. Os países podem equilibrar essas prioridades reduzindo cortes de impostos não direcionados, fortalecendo a administração tributária, ampliando a base tributária e cortando subsídios aos combustíveis fósseis. Esses subsídios são caros e apoiam a demanda por fontes de energia prejudiciais ao meio ambiente e intensivas em carbono, o que corrói o incentivo à conservação de energia e cria tensão com metas climáticas de longo prazo. O relatório conclui que os países da **UE** terão de restabelecer as suas reservas de política macroeconômica, protegendo simultaneamente os mais vulneráveis de choques futuros.

O relatório *Atualização Econômica do Golfo: O Peso Econômico e de Saúde das Doenças Não Transmissíveis no CCG (Conselho de Cooperação do Golfo)* mostra os últimos desenvolvimentos econômicos na região do CCG e destaca as perspectivas a médio prazo. Também acompanha a implementação de reformas estruturais em um esforço para impulsionar a agenda de diversificação. O relatório concentrou-se no setor da saúde, mais precisamente nas Doenças Não Transmissíveis (DNTs) no CCG e na crescente ameaça que estas representam para a saúde e as economias da região. As DNTs como doenças cardiovasculares, câncer, diabetes e doenças respiratórias tornaram-se a principal causa de morte e incapacidade na região. O relatório destaca as descobertas de um estudo recente que estimou os custos médicos diretos de sete grandes DNTs em cerca de **US\$ 16,7 bilhões**, e os custos indiretos - decorrentes de perdas na produtividade dos trabalhadores - em cerca de **US\$ 80 bilhões**, apenas em 2019. Espera-se que esses custos aumentem substancialmente à medida que a população no CCG envelhece. O relatório apresenta que mitigar o fardo econômico e de saúde das DNTs, agora e no futuro, requer uma abordagem de todo o governo para abordar os fatores de risco subjacentes das DNTs, com um foco estratégico na prevenção e direcionamento dos jovens e adolescentes.

Fontes:

<https://www.iadb.org/en/news/latin-america-and-caribbean-economic-recovery-and-higher-commodity-prices-drive-rebound-tax>

<https://www.oecd.org/ctp/revenue-statistics-in-latin-america-and-the-caribbean-24104736.htm>

<https://www.iadb.org/en/news/idb-report-finds-caribbean-businesses-need-more-innovation-and-productivity>

<https://publications.iadb.org/en/caribbean-economics-quarterly-volume-12-issue-1-reflections-innovation-and-productivity-caribbean>

<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/05/18/more-targeted-support-needed-to-protect-the-most-vulnerable-in-the-eu-combat-poverty>

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/099051123175082267/pdf/P18028109bfab800b0a771047dfd6c90089.pdf>

<https://www.worldbank.org/en/country/gcc/publication/gulf-economic-update-the-health-and-economic-burden-of-non-communicable-diseases-in-the-gcc>

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/099540005112341051/pdf/IDU0dfad6e2f0791104fa80824b05cb6e69490c2.pdf>

Projetos

O Equador lançou um plano apoiado pelo BID para reduzir as emissões de gases de efeito estufa nas Ilhas Galápagos. O plano de transição energética, chamado Energy Evolution, também ajudará o Equador a reduzir a carga fiscal de seus subsídios a combustíveis líquidos e eletricidade, reduzindo drasticamente o uso de combustíveis fósseis e construindo capacidade de energia renovável no arquipélago.

Com os projetos deste plano, o **Equador** pode potencialmente eliminar 130.411 toneladas de emissões de CO₂ de 2025 a 2030, abrindo as portas para o financiamento do mercado de carbono com base em reduções certificadas de emissões. A meta é atingir a neutralidade carbônica até 2050, o que exigirá novas tecnologias; novas fontes de energia, como hidrogênio verde, biomassa e geotérmica; e outras medidas.

O **BM** aprovou uma doação de **US\$ 80 milhões** para o Projeto Descentralizado de Água e Saneamento Rural Sustentável e Resiliente no **Haiti**. Este financiamento visa aumentar o acesso a serviços de água potável inclusivos, resilientes e sustentáveis para 250.000 pessoas e o acesso a serviços de saneamento básico para 125.000 pessoas, incluindo 50% de mulheres de pequenas cidades e comunidades rurais em todo o país.

O projeto visa fornecer medidas imediatas de resposta à cólera, fortalecer o saneamento e a higiene nas áreas afetadas pela cólera e capacitar as autoridades e comunidades locais para planejar e executar projetos de água e saneamento. O projeto financiará a construção, reabilitação e expansão de sistemas de abastecimento de água potável e saneamento em áreas específicas e atividades de fortalecimento institucional, incluindo a consolidação da abordagem programática baseada em resultados setoriais para melhorar o planejamento, orçamento, relatórios e prestação de contas setoriais.

Fontes:

<https://www.iadb.org/en/news/ecuador-powers-energy-transition-galapagos-islands-idb-support>

<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/05/18/the-world-bank-approves-us-80-million-to-improve-rural-haiti-s-access-to-decentralized-sustainable-and-resilient-water-a>

Brasil escolhe Representante Permanente do Brasil junto à OMC, OMPI e UNCTAD

Claudia Chamas

Em 4 de abril de 2023, o governo brasileiro designou o Guilherme de Aguiar Patriota, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, como Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC). Além da OMC, o Embaixador Patriota cuidará da representação das seguintes organizações econômicas sediadas em Genebra: Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI); Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, do inglês); União Internacional das Telecomunicações (UIT); Centro Sul (South Centre); Centro para o Comércio Internacional (ITC); União internacional para a Proteção de Novas Variedades de Plantas (UPOV); Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNECE); Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS); e Fórum Econômico Mundial (Itamaraty, 2023). A designação foi submetida à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição⁶⁹, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006⁷⁰.

No dia 18 de maio, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal realizou sabatina, a partir de parecer⁷¹ e relato do senador Carlos Viana (Podemos-MG) (PARECER (SF) Nº 24, DE 2023). Após debates, a CRE aprovou a indicação do Embaixador Guilherme de Aguiar Patriota para representante permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) e às outras nove organizações econômicas supracitadas. Foram 14 votos a favor, nenhum voto em contrário e uma abstenção. A tramitação segue e, em breve, o Plenário analisará o resultado.

A seguir destaco os principais pontos da [sabatina](#), coordenada pelo presidente da CRE, senador *Renan Calheiros* (MDB-AL):

1. O Senador Carlos Viana mencionou alguns pontos do currículo do Embaixador Guilherme Patriota: atualmente ocupa o cargo de Cônsul-Geral do Brasil em Tóquio (2021). Foi Cônsul-Geral do Brasil em Mumbai (2019-2021), Representante Especial do Brasil junto à Conferência do Desarmamento (2018-2019), Delegado Permanente Alterno da Delegação Permanente do Brasil em Genebra (2015-2018), Representante Permanente Alterno na Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York (2013-2015) e Assessor Especial da Presidência da República (2010-2013).

Sobre a OMC, apontou: “A Organização surgiu, em 1995, como resultado da oitava rodada do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês), a chamada Rodada Uruguai, e se estabeleceu como fórum para a negociação de acordos multilaterais que visem à redução de barreiras ao comércio internacional e ao desenvolvimento e crescimento econômico mundial. A estrutura legal e institucional da OMC se volta para a implementação e monitoramento desses acordos e para a solução de conflitos que decorram de sua aplicação. Hoje são 17 acordos multilaterais, em que todos os membros da OMC são signatários, e 2 plurilaterais, em que apenas parte de seus membros são signatários. A OMC conta atualmente com 164 membros e tem como diretora-geral a nigeriana Ngozi Okonjo-Iweala. Na estrutura da OMC, vale ressaltar seu Órgão de Solução de Controvérsias, que conta com efetivo mecanismo

⁶⁹ Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal: IV - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

⁷⁰ Art. 41. Os Chefes de Missão Diplomática Permanente serão escolhidos dentre os Ministros de Primeira Classe ou, nos termos do art. 46 desta Lei, dentre os Ministros de Segunda Classe.

⁷¹ De acordo com exigência do art. 103, III, do Regimento Interno do Senado Federal.

de solução de controvérsias e é dotado de instância revisora, o Órgão de Apelação. Contudo, os Estados Unidos têm bloqueado a seleção de seus membros, de modo que ele não pode mais receber casos por não ter o mínimo de três integrantes. Diante desse fato, o Brasil aprovou a Lei nº 14.353, de 2022, que autoriza a suspensão de concessões e outras obrigações na hipótese de descumprimento de obrigações multilaterais por membro da Organização Mundial do Comércio (OMC). A Organização conta, ainda, com a Conferência Ministerial e os Conselhos Geral, de Bens, de Serviços, de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, na sigla em inglês), e também com o Órgão de Revisão de Políticas Comerciais. Em novembro de 2022, o Brasil foi objeto do processo de revisão por este Órgão, recebendo 954 perguntas escritas e, durante a análise na plenária, houve 51 intervenções, com balanço positivo das nossas políticas econômicas e comerciais.”

2. O Embaixador Patriota defendeu os seguintes argumentos:

A OMC tem origem nas instituições de Bretton Woods e visa a promover a prosperidade com base no comércio livre e multilateralmente regulado. A motivação política era evitar competição protecionista entre estados. Houve sucessivas rodadas de negociação, cada uma delas com um ou vários anos de duração. A Rodada Uruguaí foi a oitava e última realizada sob o antigo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). Incorporou novos temas como propriedade intelectual, medidas de investimento e serviços. Aprovou o acordo sobre agricultura, no qual o Brasil figura como exportador de primeira grandeza. Produziu uma nova organização, a própria OMC. Após três décadas de existência, a OMC já não pode mais ser considerada nova. Atualmente, enfrenta os desafios das transformações políticas e produtivas do mundo. Os mais recentes acordos relevantes alcançados nos últimos anos têm sido de facilitação de comércio de 2017 e o acordo sobre subsídios à pesca, aprovado em 2022. É o primeiro acordo considerado de cunho ambiental da OMC, visando reduzir subsídios extorsivos ao comércio, mas que também levam a sobrepesca.

Em seu segundo ano de mandato, a diretora geral da OMC, procura impulsionar uma modernização da organização. As atenções convergem para o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar, o acesso à saúde, o comércio eletrônico e a reforma da OMC, tendo como pano de fundo os objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas e a mudança climática. O Brasil está bem-posicionado para participar dessa negociação. O encaminhamento dessas questões será o foco dos preparativos para a 13ª reunião ministerial da em 2024. O fortalecimento da organização exigirá diálogo com atores centrais para mantê-los engajados no multilateralismo econômico. São desafios: as tarefas de monitoramento, observância e transparência no trabalho regular da organização para verificar se os países estão cumprindo as obrigações que eles contrataram. E o Mecanismo de solução de controvérsias, que envolve consultas, painéis e apelação como meio de dirimir disputas. Não há outra organização que autorize retaliação comercial. No momento, o mecanismo está enfraquecido, com bloqueio das candidaturas a membro do órgão de apelação do MC. a seleção de membros do Órgão de Apelação, que não pode mais receber casos, por não contar com o mínimo de três integrantes. O Embaixador ressaltou que pretende trabalhar com a equipe e parceiros para reconstituir o pleno funcionamento do mecanismo de solução de controvérsias, além de defender o acesso ao mercado e espaço para o Brasil. O Brasil do agronegócio sustentável da matriz energética limpa, da produção científica, tecnológica e saúde e da industrialização verde. O Brasil, que defende e persegue o desenvolvimento em suas dimensões social, econômica e ambiental.

Recolocar OMC nos trilhos da efetividade. Trabalharemos na reforma da organização para adequá-las aos desafios atuais.

Mas eu preciso também dizer que a delegação do Brasil Genebra, se ocupa de outras organizações, que são as econômicas, que o título do cargo a que se refere o título do carro.

A OMPI administra 26 acordos internacionais sobre propriedade intelectual, alguns com mais de 140 anos de vida como as convenções de Paris e Berna. Na vanguarda das negociações, encontra-se o debate sobre recursos genéticos e conhecimentos tradicionais, tema de relevância para o Brasil. Haverá duas conferências diplomáticas sobre o assunto. No início 2024, a convite da Índia, a OMPI debaterá o progresso digital, inclusive a inteligência artificial, e seu impacto sobre a inovação e os direitos proprietários. A organização interage com os escritórios nacionais de patentes como INPI, no Brasil. Oferece treinamento e assessoramento legislativo.

A UNCTAD é uma espécie de contrapartida à OMC, de cunho mais teórico e de coordenação política. Com coalização de países em desenvolvimento, o chamado grupo dos 77 e a China, que hoje incorpora 130 estados sob comando da costarriquenha. Rebeca Grynspan. A organização procura reinventar-se, produzindo informação, conhecimento e bases para negociações econômicas e comerciais mais justas e equilibradas. Fornece apoio a muitos países em desenvolvimento para facilitar negociações, inclusive na OMC. A UNCTAD abriga fóruns de debates sobre comércio ilícito e oceanos, com foco em desenvolvimento e redução da pobreza no mundo.

**A sociedade civil na 76ª Assembleia Mundial da Saúde:
ecoar as vozes da resistência e enfrentar as iniquidades na saúde global**

***Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas,
Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes,
Maria Christina Silva Carneiro Nobre, Patrícia Lewis,
Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza***

INTRODUÇÃO

Este informe apresenta um sumário das manifestações de 32 Organizações da Sociedade Civil (OSC) de interesse público e privado, dentre as 40 que foram monitoradas nesta quinzena. As OSC questionam, denunciam, alertam, atuam, observam e põem em evidência os temas conectados às suas agendas específicas e aos problemas cotidianos que desvelam um mundo em múltiplas crises, marcado pelas iniquidades e pelas assimetrias de poder político, econômico e simbólico.

As organizações da sociedade civil de interesse público, em particular, abordam o tema das vacinas, destacando questões relacionadas ao conflito de interesses na relação público-privado, a desigualdade no acesso, bem como a baixa cobertura vacinal para doenças já conhecidas que ameaçam principalmente as populações mais vulneráveis.

Abordam também o cenário de guerras, conflitos e seus desdobramentos em crises humanitárias persistentes. São citadas, especificamente, a situação do Sudão e a da Síria e a investida militar de Israel contra a Palestina. As condições dos refugiados expõem a face das intersecções das guerras com os efeitos da crise climática, a fome e insegurança alimentar. A maior gravidade dos impactos nas pessoas em vulnerabilidade, em especial as meninas e mulheres, é denunciada. Curiosamente, a guerra na Ucrânia não é referida nesta quinzena por nenhuma das 40 organizações acompanhadas.

Manifestações importantes, ainda que de menor número de OSC, abordam as ameaças ao meio ambiente, que ganham destaque nos alertas do Greenpeace sobre os impactos da mineração, do desmatamento e a importância dos povos originários para proteção e preservação da natureza. O People's Health Movement denuncia a responsabilidade das corporações pela crise climática e suas consequências no continente africano. A ActionAid alerta para a situação dos refugiados do clima.

Outro tema destacado se refere à saúde dos migrantes, exemplificado no fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil, em consequência da crise no país vizinho. Nesse ponto, há manifestações sobre a repercussão desse fluxo no sistema de saúde local em Roraima e há denúncias sobre o "sistema de migração falido dos Estados Unidos". As manifestações também exaltam o protagonismo solidário que emerge nesses contextos, como "linhas de fuga" que inspiram o agir em prol da garantia da dignidade humana.

Tratando-se da quinzena que antecede a realização da 76ª Assembleia Mundial de Saúde, muitas manifestações abordam questões a serem discutidas neste evento. Dentre os temas citados pelas OSC, incluem-se os direitos sexuais e reprodutivos, as parcerias inovadoras entre serviços e pacientes, a integração da Inteligência Artificial, medicina personalizada e a participação dos jovens na tomada de decisões na arena da saúde global. Chama a atenção a grande frequência de manifestações em defesa da Cobertura Universal de Saúde, com destaque

para o financiamento, a inclusão da atenção às doenças crônicas não transmissíveis e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A igualdade de gênero e acesso ao parto qualificado emergem junto ao ponto crucial de pautas relacionadas ao enfrentamento de desafios relacionados à força de trabalho em saúde. Os desafios das profissões específicas também são elencados em virtude do Dia Internacional da Enfermagem e o Dia Mundial do Médico da Família.

A pauta da população LGBTQI+ é mencionada pela passagem do Dia Internacional Contra a Homofobia e convoca à defesa dos direitos humanos e ao combate a leis punitivistas ainda presentes em muitos países, com o exemplo extremo da Lei Anti-Homossexualidade de Uganda.

As novas tecnologias são também objeto de múltiplas manifestações, destacando-se a inteligência artificial, os ataques cibernéticos e a medicina personalizada. Mencionam-se ainda o potencial do uso da tecnologia na compreensão e tratamento das doenças e a importância do financiamento científico

As OSC de interesse público, particularmente, se manifestam sobre outros temas relacionados à promoção da saúde, às desigualdades e iniquidades e às políticas de inclusão, à insegurança alimentar, à saúde do idoso e à segurança global.

As Organizações da Sociedade Civil de interesse privado, por sua vez, põem em destaque as questões relacionadas a: saúde mental, tecnologias de saúde, doenças infecciosas, COVID-19 e vacinas. Sobre a saúde mental, apontam a interferência da ansiedade na vida cotidiana dos jovens; analisam como as preocupações financeiras causam ansiedade; destacam o estudo dos impactos da atividade física e do uso de medicamentos no tratamento dos transtornos mentais; e as repercussões do trabalho remoto pandemia na saúde mental.

O compromisso no enfrentamento das doenças infecciosas também é referenciado, com ênfase na erradicação das epidemias de AIDS, tuberculose e malária. Mencionam as relações dessas epidemias com as mudanças climáticas, os conflitos e a legislação anti-LGBTQI+. Também abordam a relevância do financiamento e o compartilhamento de informações nas ações de combate as doenças infecciosas.

A GAVI, The Vaccine Alliance, põe em evidência a COVID-19, com divulgação de relatório sobre o fim da COVID-19 como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. Também apresenta discussões sobre a Terapia Cognitiva Comportamental no tratamento da fadiga da COVID-19, a circulação das variantes, o impacto da COVAX nos países de baixa renda e os impactos da obesidade na perda da imunidade das vacinas contra a COVID-19.

As OSC de interesse privado também mencionam a vacinação contra a dengue, a cooperação de *think tanks* para a agenda global, políticas de inclusão educacional, financiamento em saúde, insegurança alimentar e promoção da saúde.

A síntese dessas manifestações é apresentada a seguir, com acesso direto aos sites oficiais e redes sociais de origem, finalizando com a programação de eventos destacados pelas OSCs ao longo da quinzena.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Vacinas: lucro privado com recurso público

Após a reunião de acionistas da Moderna, a People's Vaccine Alliance⁷² questionou à companhia: “[Quanto será suficiente?](#)”, a saber a Moderna recebeu 10 bilhões de dólares em financiamento público dos contribuintes e, durante a pandemia de COVID-19, distribuiu 4 bilhões de dólares aos acionistas. Além disso, o salário do CEO é 12.000 vezes maior que o salário-mínimo. A Moderna planeja aumentar o preço da vacina em cinco vezes nos Estados Unidos e se recusou a compartilhar sua tecnologia com o programa da OMS para a produção de vacinas em países em desenvolvimento.

Durante as [Audiências Multissetoriais da ONU](#), a People's Vaccine Alliance enfatizou a importância de colocar a saúde como prioridade global. Eles destacaram a necessidade de um compromisso claro dos governos para permitir a produção local como forma de garantir o fornecimento sustentado de insumos, compartilhar tecnologia e remover barreiras de propriedade intelectual. Além disso, enfatizaram a importância do financiamento público e a participação da sociedade civil na tomada de decisões. Finalmente, ressaltou as falhas da ACT-A e da COVAX na África e destacou a necessidade de permitir que o Sul Global lidere e tome decisões relacionadas ao financiamento, distribuição e produção de tecnologias como testes, vacinas e tratamentos.

O presidente da Public Citizen⁷³, [Robert Weissman, testemunhou perante o Comitê de Saúde, Educação, Trabalho e Pensões do Senado dos EUA](#), instando os legisladores a implementar reformas para evitar a exploração de preços, exigir o compartilhamento de tecnologia e criar incentivos econômicos para estimular a inovação biomédica para futuras pandemias. Ele argumentou que não agir proativamente para garantir um fornecimento adequado e acessibilidade de produtos biomédicos chave tem custos significativos em dólares e vidas.

A Federação Internacional sobre o Envelhecimento⁷⁴ denunciou a baixa aceitação da vacinação antipneumocócica em adultos em instituições de cuidados prolongados no Canadá, fazendo um apelo para melhorar as políticas abrangentes de vacinação. O novo [Relatório Técnico da IFA](#) examina as lacunas políticas e as áreas de melhoria.

Guerras, conflitos e crise humanitária

A CARE International⁷⁵ alerta que o [conflito no Sudão](#) ameaça a época de plantio, previsto para começar no final de maio. Se a temporada for perdida, o número de pessoas que passam fome aumentará. Antes do conflito, uma em cada quatro pessoas no Sudão ia para a cama com fome. Essa ameaça adicional e iminente ao sistema alimentar do Sudão afetará mais as mulheres, uma realidade ressaltada por [uma análise recente da CARE Sudan](#) que encontrou desequilíbrios de gênero nas crises de fome existentes no país.

O [conflito no Sudão completou um mês](#) e a CARE Egito destacou alguns dados acerca desse conflito. Mais de 80.000 pessoas vindas do Sudão entraram pelas fronteiras egípcias. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) prevê que um total de 350.000

⁷² <https://peoplesvaccine.org/>

⁷³ <https://www.citizen.org/>

⁷⁴ <https://ifa.ngo/>

⁷⁵ <https://www.care.org/>

pessoas possam chegar ao Egito nos próximos seis meses. Desde 3 de maio, o Crescente Vermelho Egípcio (ERC) rastreou a chegada de aproximadamente 4.700-4.800 refugiados por dia. O Ministério das Relações Exteriores egípcio declarou manter abertas as fronteiras egípcio-sudanesas e não implementar nenhuma política de acampamento. O ACNUR está planejando uma saída total de 860.000 refugiados e repatriados do Sudão, sendo os países mais procurados como destino o Egito e o Sudão do Sul.

No [Sudão](#), Médicos Sem Fronteiras⁷⁶ (MSF) continuam fornecendo cuidados médicos de emergência a feridos, doando suprimentos médicos a instalações de saúde e prestando serviços de saúde primários e secundários em várias regiões do país. A organização mantém seus esforços para atender comunidades em situação de vulnerabilidade, incluindo refugiados de países vizinhos como Sudão do Sul e Etiópia que se viram presos em outra onda de violência.

[ActionAid Palestina \(AAP\)](#)⁷⁷ [condena demolição de escola na Cisjordânia](#) e considera ilegal a medida tomada pelas autoridades israelenses sob a lei internacional. A AAP pede a suspensão imediata de futuras demolições na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, e insta a comunidade internacional a pressionar Israel a aderir aos compromissos legais de proteger as escolas como uma potência ocupante.

ActionAid condena veementemente a [escalada militar de Israel contra a Faixa de Gaza](#) e pede à comunidade internacional que intervenha imediatamente para interromper essa escalada militar antes que mais civis sejam perdidos. De acordo com o Ministério da Saúde Palestino, pelo menos 27 palestinos, incluindo três mulheres e seis crianças, foram mortos e mais de 70 pessoas ficaram feridas, enquanto a ofensiva militar israelense entra em seu terceiro dia.

[Refugiados sírios no Líbano](#) encontram cada vez mais dificuldade para acessar serviços médicos vitais devido a relatos de deportações forçadas e restrições à liberdade de movimento. A atmosfera de intimidação deixou muitos refugiados com medo de deixar a segurança de suas casas, até mesmo para ir em busca de cuidados médicos essenciais. Os profissionais de MSF também relatam que o clima de medo está afetando a capacidade de realizar encaminhamentos médicos urgentes para hospitais. Além disso, por conta da recente aplicação rigorosa de políticas restritivas em relação aos refugiados nesse país, muitos sírios tiveram seus únicos meios de transporte confiscados, como carros e motocicletas, impossibilitando ainda mais o deslocamento até os centros de saúde.

A CARE International destacou a atuação e experiência [do Conselheiro de Abrigos da CARE Ucrânia](#), com ênfase na resposta desenvolvida em locais afetados pelo conflito. Omer Ukla saiu da Síria aos 18 anos e destaca sua trajetória como um refugiado e as situações de vulnerabilidade enfrentadas quando cruzou a fronteira da Turquia em busca de abrigo. Enquanto estudante no país, participou da criação de um grupo de voluntariado para ajudar refugiados sírios que queriam continuar seus estudos na Turquia. Após se tornar engenheiro civil, passou a atuar na Organização Internacional para as Migrações e trabalhar no programa transfronteiriço da CARE Turquia.

⁷⁶ <https://www.msf.es/>

⁷⁷ <https://actionaid.org/>

Saúde e crise migratória

No estado de Roraima, extremo norte do Brasil, MSF continua observando um fluxo intenso de [migrantes venezuelanos](#) que cruzam a fronteira em função da crise vivida no país vizinho. A organização vem trabalhando desde 2018 para reforçar o sobrecarregado sistema de saúde local. Seus profissionais atuam com atendimentos de saúde básica por meio das chamadas clínicas móveis em pontos de concentração da população migrante, realizando triagem de pacientes e consultas médicas. Também é oferecido atendimentos de saúde mental à população migrante.

No dia 11 de maio, a medida de saúde pública de enfrentamento à COVID-19 dos Estados Unidos conhecida como [Título 42](#) chegou ao fim. Durante os três anos de sua aplicação, o Título 42 causou uma catástrofe humanitária para as pessoas migrantes que buscam segurança e bem-estar nos Estados Unidos. Equipes de MSF em cidades como Reynosa, Matamoros, Piedras Negras e Nuevo Laredo têm sido testemunhas de como por causa desta política, milhares de pessoas ficaram expostas a condições climáticas extremas, falta de abrigo, acesso insuficiente à alimentação, água e saneamento e a diferentes problemas físicos e mentais, assim como a episódios de insegurança.

A CARE International se manifestou sobre as medidas recém-implementadas pelo governo Biden no [novo sistema de solicitação de asilo](#) nos Estados Unidos (EUA). A busca de asilo e o direito a um tratamento seguro, digno e ordeiro para todos na fronteira estão consagrados na lei internacional e federal que o governo dos EUA deve apoiar inequivocamente. As novas medidas, segundo a CARE, ameaçam esses direitos básicos, mas não fazem nada para aliviar as causas profundas da mobilidade ou o sistema de migração falido dos Estados Unidos. Ressalta ainda que pessoas na fronteira EUA-México merecem um sistema justo, seguro e eficiente.

World Federation of Occupational Therapist anunciou um [Curso de Reassentamento de Migrantes Climáticos e Cursos de Microaprendizagem](#) realizados no dia 19 de maio, *on line*, que apresentou os desafios enfrentados ao trabalhar com pessoas que foram deslocadas pelas mudanças climáticas. Por meio de uma série interativa de lições, o módulo pede aos terapeutas ocupacionais que usem a experiência profissional para abordar as circunstâncias únicas de deslocamento climático e migração.

Gênero, saúde, direitos sexuais e reprodutivos

A Women in Global Health⁷⁸ está organizando uma série de eventos voltados para o advocacy por maiores oportunidades e segurança para mulheres na saúde. Os eventos acontecem como atividades paralelas à 76ª Assembleia Mundial de Saúde e tem como foco as mulheres na Cobertura Universal de Saúde. No dia 22 de maio, [saúde direitos sexuais e reprodutivos](#) será o tema do evento presencial que é co-organizado pelos governos da Argentina, Malawi e Suécia e pela Aliança para a Igualdade de Gênero e Cobertura Universal de Saúde (UHC).

⁷⁸ <https://womeningh.org/>



A Interacademies Partnership⁷⁹ anunciou que foram abertos **três editais** para apoiar mulheres jovens pesquisadoras nas Américas promovido pelo IANAS. O prêmio Anneke Levelt-Senger e o Prêmio de Pesquisa Jovem Cientista receberam indicações até o dia 10 de junho de 2023. O concurso de vídeo “Vamos descobrir as cientistas latino-americanas” receberá inscrições até 31 de maio.

Segundo a CARE International, em Bangladesh, quanto mais pobre a mãe, menor a probabilidade de ter **acesso a apoio qualificado ao parto**. Ao analisar o tema, a CARE aponta estudo da OMS no país que mostra que apenas 30% das mães sem acesso à educação em comparação com 63% das mães com educação secundária tiveram acesso a uma parteira qualificada. Além disso, dependendo da pobreza da mulher, é menos provável que ela tenha um profissional de saúde qualificado ao seu lado quando estiver dando à luz. Apenas 32% das mães mais pobres em comparação com 86% das mais ricas têm acesso a apoio qualificado ao parto.

Força de trabalho em saúde

A organização Women in Global Health realizará ainda o evento **Igualdade de gênero e a força de trabalho da saúde** em relação à Cobertura Universal de Saúde e à preparação para pandemia é o tema do encontro que acontecerá no dia 23 de maio. O evento visa reforçar a indicação do Quinto Fórum sobre Recursos Humanos para a Saúde da OMS, de que o alcance da Cobertura Universal de Saúde depende do enfrentamento de desafios relacionados à força de trabalho em saúde.

O presidente da World Medical Association (WMA)⁸⁰, Dr. Osahon Enabulele, em um discurso durante a Assembleia Anual da Associação Médica Alemã em Essen, condenou a tendência global de **violência contra médicos** e destacou que, apesar da importância crítica dos médicos e outros profissionais de saúde, eles ainda são alvo de violência em seus locais de trabalho, tanto em tempos de paz quanto de conflito.

A presidente do Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN)⁸¹, Dra. Pamela Cipriano, discursou em uma audiência das Nações Unidas (ONU) sobre **preparação, prevenção e resposta a pandemias**. A presidente do ICN disse ser essencial refletir sobre o impacto da pandemia na

⁷⁹ <https://www.interacademies.org/>

⁸⁰ <https://www.wma.net/>

⁸¹ <https://www.icn.ch/>

profissão, na saúde física e mental de enfermeiros e outros profissionais de saúde em todo o mundo.

A International Federation of Social Workers⁸² participou de debate no Congresso Mundial de Saúde discutindo a **necessidade de redesenhar os sistemas de assistência social e de saúde**, compartilhando exemplos de desenvolvimento social, econômico e de saúde significativo para a saúde. Também destacou como desafio a inflexibilidade dos governos em adaptar orçamentos para que comunidades e profissionais trabalhem juntos.



Baba Aye, Luis Eugenio de Souza, Bettina Borisch e Rory Truell

Fonte: www.ifsw.org

A CARE International exaltou a incorporação da **Resolução Global para Profissionais de Saúde da Linha de Frente** pela Câmara dos Representantes dos EUA, reconhecendo a importante atuação desses profissionais. A Resolução foi defendida pela CARE USA e pela Frontline Health Workers Coalition e endossada por mais de 40 organizações.



Fonte: <https://www.care.org/>

O Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN) assinala o **Dia Internacional da Enfermagem** com a divulgação da “Carta para a Mudança”, em que apresenta dez ações políticas que governos e empregadores devem adotar se quiserem criar e manter sistemas de saúde seguros, acessíveis, responsivos e resilientes, mudando o foco dos enfermeiros como invisíveis para inestimáveis.

A presidente do Conselho Internacional de Enfermeiras, Dra. Pamela Cipriano, disse ao podcast do Channel África que os **enfermeiros devem ser fundamentais para nossos futuros**

⁸² <https://www.ifsw.org/>

sistemas de saúde. Numa entrevista abrangente relacionada com o lançamento da Carta para a Mudança, a Dra. Cipriano disse que a mesma pode ser usada por associações nacionais de enfermeiros para defender que os governos estabeleçam políticas de saúde direcionadas à construção de um sistema de saúde global sustentável.

Pelo [Dia Internacional da Enfermagem](#), MSF compartilhou o testemunho de alguns desses profissionais que atuam na organização em relação aos seus desafios, realizações e sua visão para o futuro da área de trabalho.

A WONCA⁸³ registrou a passagem do [Dia Mundial do Médico de Família](#), em 19 de maio, considerando-o uma ocasião significativa para destacar o papel vital e a contribuição dos médicos de família e das equipes de atenção primária nos sistemas de saúde em todo o mundo. Desde a sua declaração pela WONCA em 2010, esse Dia se tornou uma celebração anual que reconhece o papel central dos médicos de família na prestação de cuidados de saúde pessoais, abrangentes e contínuos aos pacientes.

População LGBT e direitos humanos

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) registrou a passagem do [Dia Internacional Contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia](#) em 17 de maio. E renovou a solidariedade à comunidade LGBT de Uganda, denunciando a Lei Anti-Homossexualidade em discussão no parlamento do país.

No Twitter, a STOPAIDS⁸⁴ pediu à [Total Energies](#) que se manifestasse e solicitasse ao presidente de Uganda que respeitasse os direitos da população LGBT+. Também fez o pedido à companhia [Citi](#) que prometeu "se manifestar e tomar posição sobre questões-chave que promovam os direitos civis da comunidade LGBTQ+".

No Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia (#IDAHOBIT), a STOPAIDS e outras organizações convocaram todos os países a [revogarem leis punitivas](#) e combaterem preconceitos contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais. Atualmente, 67 países ainda [criminalizam a atividade sexual entre pessoas do mesmo sexo](#). Essas leis prejudicam o avanço dos direitos humanos e impedem o progresso na [luta contra a AIDS](#), pois aumentam a vulnerabilidade e dificultam o acesso a serviços adequados.

O Center for Strategic and International Studies⁸⁵ publicou: [O terrível projeto de lei anti-LGBTIQ+ de Uganda retorna: as apostas estão mais altas do que nunca](#). Em 21 de março de 2023 [parlamentares de Uganda aprovaram o Projeto de Lei Anti-Homossexualidade](#), que significa um retrocesso na democracia e nas normas de direitos humanos do país.

Cobertura Universal de Saúde

A World Heart Federation⁸⁶ fez uma [declaração na audiência multissetorial da ONU sobre Cobertura Universal de Saúde](#) ressaltando a sua importância para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, assim como para evitar o impacto negativo das doenças

⁸³ <https://www.globalfamilydoctor.com/>

⁸⁴ <https://stopaids.org.uk/>

⁸⁵ <https://www.csis.org/>

⁸⁶ <https://world-heart-federation.org/>

cardiovasculares, renais e diabetes no desenvolvimento de países de baixa e média renda. Lembra que a Atenção Primária é essencial para enfrentar 90% dos problemas em saúde.

A World Heart Federation liderará, junto a organizações parceiras, entre elas a NCD Alliance, duas declarações constituintes aprofundadas sobre Cobertura Universal de Saúde e Preparação, Resposta e Resiliência para Emergências. A escolha dessa modalidade de declaração garante maior tempo de fala e um tempo prioritário durante os comentários dos Estados Membros na plenária.

[Pessoas que vivem com DCNT tiveram suas vozes ouvidas em dois importantes eventos globais](#): 1º Audiência multissetorial da ONU sobre Cobertura Universal de Saúde— como estratégia para o alcance da Cobertura Universal até 2030 pediram que governos invistam em sistemas de saúde inclusivos que não deixem ninguém para trás. No segundo evento, o financiamento da Cobertura Universal e a inclusão das DCNT nos serviços desse nível de atenção, foram alguns dos temas abordados nos eventos que contaram com a participação de lideranças da NCD Alliance.

A Public Citizen informou que o conselho da [cidade de Austin, no Texas, aprovou o programa Medicare for All](#), tornando-se a segunda municipalidade no estado e a 118ª no país a aprovar o programa de cobertura universal de saúde. Apesar dos altos gastos com saúde, 43% da população não tinha seguro ou possuía um seguro insuficiente, o que a resolução pretende mudar. O Texas continua sendo o estado com a maior taxa de residentes sem seguro de saúde.

Meio ambiente

Greenpeace Brasil⁸⁷ faz um alerta para as ameaças que a [mineração em águas profundas](#) representa à biodiversidade marinha e ao delicado ecossistema dos oceanos. Embora a atividade ainda não seja autorizada em águas internacionais, empresas e governos estão pressionando por sua liberação. A destruição de habitats desconhecidos, a perturbação da vida marinha e a contaminação das águas são algumas das graves consequências dessa atividade. A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA) irá decidir sobre a mineração em águas profundas no próximo semestre em uma reunião na Jamaica, e o Brasil, como membro do conselho da ISA, desempenhará um papel importante nessa questão.

Greenpeace Brasil divulga os dados recentes do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) que registraram 329 km² de [áreas da Amazônia Legal sob alerta de desmatamento](#) em abril, que surpreende por ser uma área maior que a capital Belo Horizonte, mas que informa uma redução de 67,9% em comparação com o mesmo período do ano passado. A diminuição conquistada pode ser atribuída a fatores técnicos, como melhor cobertura de monitoramento, além de iniciativas do governo federal e de alguns estados da Amazônia para proteger o meio ambiente. A reestruturação dos ministérios do Meio Ambiente e da Defesa também resultou em ações coordenadas de combate ao garimpo ilegal, exploração ilegal de madeira e outros crimes ambientais, resultando em um aumento significativo nas atividades de fiscalização ambiental e no número de multas e áreas embargadas nos últimos meses. Entretanto, a ONG alerta que há muito a ser feito, pois a destruição da floresta hoje é operacionalizada por meios tecnológicos inovadores e o Governo deve se antecipar em promover mais inovações tecnológicas, legais e infralegais para lidar com o crime ambiental.

⁸⁷ <https://www.greenpeace.org/brasil/>

No mês de abril, voluntários do Greenpeace Brasil dedicados à [causa dos povos originários](#) se envolveram em diversas atividades sobre proteção de direitos e conscientização da importância da preservação da natureza. Entre as ações realizadas houve manifestações, participação em festivais, mobilizações online e apoio à campanha "Amazônia Livre de Garimpo". Além disso, ocorreram atividades de reflorestamento, oficinas de conscientização sobre racismo ambiental e justiça climática, encontros de voluntários e palestras educativas em diversas regiões do Brasil.

Consortium of Universities for Global Health divulga a coleção especial “Nos anais da saúde global: [plásticos e saúde humana](#)”, em que relatam que os plásticos trouxeram grandes benefícios para a humanidade e possibilitaram alguns dos avanços mais significativos da civilização moderna em áreas tão diversas como medicina, eletrônica, aeroespacial, construção, embalagem de alimentos e esportes. Contudo, também são responsáveis por danos significativos à saúde humana, à economia e ao meio ambiente. Em todas as fases do ciclo de vida do plástico, desde a extração do carvão, petróleo e gás, que são suas principais matérias-primas, até o descarte final no meio ambiente.

A ActionAid alerta sobre a angústia e a destruição que impacta mais de um milhão de refugiados Rohingya que vivem em Cox's Bazar, Bangladesh e seis milhões de pessoas que já precisam de assistência humanitária no estado de Rakhine, em Mianmar, e na região noroeste. Em Bangladesh, um total de 5,7 milhões de pessoas podem estar expostas aos terríveis [efeitos do ciclone Mocha](#), que pode ser o pior ciclone a atingir a região em mais de duas décadas.

O People's Health Movement (PHM)⁸⁸ emitiu [declaração](#) em que aponta que a Shell, Total Energies e outras corporações reunidas em Londres devem pagar por seus danos às comunidades em toda a África e por suas contribuições para a crise climática.

Doenças crônicas não transmissíveis e promoção da saúde

A NCD Alliance⁸⁹ em parceria com o George Institute for Global Health conduziu estudo sobre [gastos do próprio bolso](#) que “confirma o impacto financeiro devastador das DCNTs sobre as famílias de países de baixa e média renda, além de uma falta de dados preocupante”. O estudo mostrou ainda que pessoas em situação de pobreza têm maior probabilidade de pagar do próprio bolso pelo tratamento de saúde.

A [NCD Alliance](#) e outras organizações da sociedade civil que trabalham com DCNT e as pessoas que vivem com essas doenças estão comemorando o lançamento da [Estrutura da Organização Mundial da Saúde para o Envolvimento Significativo de Pessoas que Vivem com DCNTs](#), Saúde Mental e Condições Neurológicas. Considerada um avanço, a estrutura é um reconhecimento da importância da experiência vivida para o planejamento e implementação de programas. O documento descreve claramente as ações a serem tomadas pela OMS e seus Estados Membros para operacionalizar o envolvimento de pessoas que vivem com DCNT.

A International Alliance of Patients' Organizations⁹⁰ realizará o [10th Global Patients Congress](#) que terá como tema “Parcerias inovadoras com pacientes no centro do avanço da saúde global”. O evento híbrido que antecede a 76ª Assembleia Mundial de Saúde (AMS) será realizado de 19 a 20 de maio de 2023 na Maison Internationale des Associations (MIA) em

⁸⁸ <https://phmovement.org/>

⁸⁹ <https://ncdalliance.org/>

⁹⁰ <https://www.iapo.org.uk/>

Genebra, Suíça. A instituição também realizará o evento [Walk the Talk Geneva 2023](#) que tem como objetivo promover a importância de estilos de vida saudáveis. Além de dar boas-vindas à 76ª AMS, o evento celebra o 75º aniversário da OMS.

A ACT promoção de saúde⁹¹ publicou o [Boletim 191](#) no qual informa sobre a reforma tributária no Brasil e como a sociedade civil organizada está trabalhando para garantir que essa mudança nas regras de tributação deixe um legado positivo para a economia, saúde pública, meio ambiente e redução das desigualdades sociais. Outros temas abordados no boletim são o início da nova fase da campanha Doce Veneno, alertando sobre as doenças relacionadas ao consumo de produtos ultraprocessados e a preparação da campanha do Dia Mundial Sem Tabaco 2023, com o tema "Precisamos de alimentos e não de tabaco".

A NCD Alliance lançou uma versão digital do [Guia Prático de Planejamento Estratégico de Advocacy para DCNT](#). O guia lançado originalmente em 2022 orienta sobre ações necessárias para que a sociedade civil “planeje e implemente campanhas estratégicas eficazes de defesa de direitos com foco nas DCNTs nos níveis local, nacional e regional”.

Políticas públicas e iniquidades em saúde

A diretora executiva da Oxfam Brasil⁹², Katia Maia, tomou posse no [Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável \(Conselhão\)](#), em Brasília. O Conselho tem como objetivo assessorar o governo na formulação de diretrizes e políticas públicas. Durante a cerimônia, Katia Maia ressaltou os dois grandes desafios enfrentados pelo Brasil: a fome e a crise climática. Ela enfatizou a necessidade de combater a miséria e a desigualdade social, buscando uma sociedade com “menos bilionários e com mais pessoas incluídas”. A presença de representantes de diversos setores da sociedade no Conselho reflete a importância de uma abordagem ampla e sustentável para o desenvolvimento econômico e social do país.

A Oxfam Brasil esteve presente em um café da manhã organizado pela ACT Promoção da Saúde, juntamente com representantes da sociedade civil, do Congresso Nacional e especialistas em saúde pública, com o objetivo de defender uma [reforma tributária 3S \(saudável, solidária e sustentável\)](#) e o fortalecimento de políticas públicas para a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis. Ao final do encontro, foi realizado um ato simbólico em prol dessa reforma tributária. Jefferson Nascimento, coordenador da área de Justiça Social e Econômica da Oxfam Brasil, destacou a importância de uma reforma tributária que desincentive o consumo e a produção de produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, além de tornar a tributação sobre renda e patrimônio mais justa e progressiva.

A Oxfam Brasil, em parceria com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), promoveu o seminário "[Justiça Racial e de Gênero: desafios para a universidade brasileira](#)" nos dias 26 e 27 de abril, no Rio de Janeiro. O evento focou nos desafios enfrentados por estudantes cotistas e pela juventude negra nas universidades do país. Embora as políticas de ação afirmativa tenham ampliado o acesso, a questão da permanência desses estudantes ainda persiste. Os debates buscaram fortalecer políticas que considerem recortes de raça, gênero e classe social para garantir a inclusão e a igualdade nas universidades brasileiras.

⁹¹ <https://actbr.org.br/>

⁹² <https://www.oxfam.org.br/>

Fim da pandemia de Covid-19 como ESPII e doenças infecciosas

GAVI, The Vaccine Alliance, comunica em relatório que a [COVID-19 não é mais uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional](#). Será que isso significa que a pandemia acabou? A OMS suspendeu o status de “PHEIC” para a COVID-19, mas insiste que a doença continua a representar uma ameaça global.

Em resposta à declaração da OMS sobre o fim da COVID-19 como uma Emergência Internacional de Saúde Pública, a People's Vaccine Alliance afirmou que, [sem mudanças estruturais, estamos condenados a repetir os mesmos erros cometidos durante a pandemia](#). O vírus ainda está presente e bilhões de pessoas em países em desenvolvimento continuam sem acesso a testes e tratamentos, necessitando da ação dos governos. A resposta a futuras pandemias requer liderança por parte do Sul Global, sem depender exclusivamente das ações de países ricos ou das empresas farmacêuticas.

A People's Vaccine Alliance na Ásia também reagiu à declaração da OMS sobre o fim da emergência de COVID-19 frente ao [incremento de casos novos e mortes na Ásia](#), que agora representam mais da metade dos casos confirmados e óbitos. Destacou que a transição para uma abordagem endêmica da disseminação do vírus requer sistemas de saúde robustos liderados pela comunidade, o que infelizmente ainda não é uma realidade em muitos países asiáticos.

A região Norte do Brasil se mantém como um importante foco de atuação da MSF no país. O vasto território vive historicamente uma situação de [maior fragilidade na atenção à saúde](#), com menor disponibilidade de profissionais e instalações médicas. Também há dificuldades logísticas e de acesso a populações vulneráveis, como indígenas, ribeirinhos e quilombolas.

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) divulgou [a Declaração Final do 17º Congresso Mundial de Saúde Pública](#), realizado de 02 a 06 de maio, em Roma. Entre outras coisas, a Declaração destaca a importância de se promover a equidade em saúde e a urgência de se agir para mitigar a crise ambiental. Além disso, lembra que muitos dos problemas atuais decorrem do exercício do poder de certos interesses financeiros e políticos.

O Center for Strategic and International Studies em conjunto com o projeto Advancing Collaboration in an Era of Strategic Competition, apresentam o projeto sobre [Erradicação da varíola: um modelo de cooperação global](#). Examina-se uma série de estudos de caso históricos que demonstram experiências passadas de cooperação entre rivais geoestratégicos, como o esforço conjunto dos EUA e da União Soviética nas décadas de 1960 e 1970.

Manifestações junto a 76ª Assembleia Mundial da Saúde e à Cúpula do G7

A Drugs for Neglected Diseases initiative⁹³ (DNDi) divulgou [nota informativa](#) para consideração dos Estados Membros da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre itens da agenda da 76ª sessão da Assembleia Mundial da Saúde. A nota aborda os itens: Estratégia Global para a Saúde das Mulheres, Crianças e Adolescentes (2016–2030); Cobertura Universal de Saúde; Fortalecimento da preparação e resposta da OMS a emergências de saúde- Fortalecimento de ensaios clínicos para fornecer evidências de alta qualidade sobre intervenções de saúde e melhorar a qualidade e a coordenação da pesquisa; e Relatórios de

⁹³ <https://dndi.org/>

andamento-Estratégia global da OMS sobre saúde, meio ambiente e mudança climática: a transformação necessária para melhorar a vida e o bem-estar de forma sustentável por meio de ambientes saudáveis.

O Global Health Centre⁹⁴ divulgou o artigo sobre a “[Assembleia Mundial da Saúde e os cidadãos imaginados do mundo](#)”. O artigo discute como a Assembleia tem contribuído para o internacionalismo e quais são os desafios pela frente.

Todos os anos, a IFMSA organiza uma [Pré-Assembleia Mundial de Saúde da Juventude](#) (Youth PreWHA) nos dias que antecedem a AMS. Durante esses dias, a delegação da IFMSA se prepara para garantir que a voz dos jovens seja ouvida no evento de tomada de decisões de saúde global de mais alto nível. O evento visa educar e capacitar futuros líderes em saúde, desenvolvendo uma abordagem colaborativa para o envolvimento dos jovens na AMS.

O Conselho Internacional de Enfermeiras (ICN) e a Associação Japonesa de Enfermagem (JNA) emitiram uma [declaração conjunta pedindo aos líderes do G7](#) que se comprometam a apoiar enfermeiros e profissionais de saúde em todo o mundo. A 49ª Cúpula do G7 foi realizada em Hiroshima, Japão, de 19 a 21 de maio de 2023. Na declaração, propuseram três recomendações para apoiar os enfermeiros e promover seu papel ativo no fortalecimento dos sistemas e na realização da Cobertura Universal de Saúde: proteger e reconstruir a força de trabalho dos serviços de saúde para realizar e fortalecer a cobertura universal de saúde; estabelecer sistemas de saúde mais eficazes e eficientes; e aumentar o investimento em saúde para desenvolver sistemas melhores, mais resilientes e equitativos.

O Global Health Centre divulgou a [Semana da Saúde de Genebra 2023](#), evento paralelo 76ª Assembleia Mundial da Saúde. No dia 23 de maio teve como tema “Além do pânico e da negligência: construindo uma estrutura de direitos humanos para prevenção, preparação e resposta a emergências de saúde pública”, o dia 24 discutiu “Como a ação global pode realmente atender às necessidades locais em surtos emergentes?” e no dia 25 “Respirando Vida com Ação de Ar Limpo: A Sociedade Civil Impulsiona a Mudança”.

Saúde planetária

A Planetary Health Alliance divulgou o Simpósio do Painel Universitário sobre [Saúde Planetária para a Cúpula do G7](#) em Hiroshima “Saúde Planetária para um Ambiente Global Sustentável: Abra o Futuro pela Pesquisa Interdisciplinar”. A Declaração de Saúde Planetária de Hiroshima foi entregue no Parque Memorial da Paz de Hiroshima.

A PHA também [destacou](#) o evento realizado em 24 de maio com o tema “Consciência Conectada para a Saúde Planetária”. Trata-se de uma colaboração entre o Nova Institute for Health, a Planetary Health Alliance e o Garrison Institute, que responde ao crescente apelo por perspectivas espirituais e relacionamentos mais intencionais com nós mesmos, com os outros e com o mundo natural ao enfrentar os desafios do Antropoceno.

A Planetary Health Alliance⁹⁵ publicou sua [1ª Nota Política sobre Povos Indígenas e Saúde Planetária](#). Em postagem no *Twitter*, destaca a sabedoria dos povos indígenas e abordagem relacional que mantêm com a natureza e a saúde. Convoca à integração do

⁹⁴ <https://www.graduateinstitute.ch/globalhealth>

⁹⁵ <https://www.planetaryhealthalliance.org/>

conhecimento indígena nas políticas de saúde e meio ambiente para um futuro mais inclusivo e sustentável.

Insegurança alimentar

Um número sem precedentes de [crianças com desnutrição](#) que precisam de tratamento vital está sendo atendido nos centros de nutrição terapêutica administrados pela organização no nordeste da Nigéria. MSF está alertando para uma catástrofe iminente, se não forem tomadas medidas imediatas.

A CARE internacional destacou que a [fome ainda está causando mortes na Somália](#). Com quase 6,7 milhões de pessoas famintas, mais de 4 milhões de animais mortos, 32% a 75% das colheitas de cereais fracassadas, um aumento nos preços dos alimentos e inundações em várias áreas, a Somália enfrenta uma crise cada vez maior. A pior crise alimentar da Somália em 40 anos se deve em grande parte às mudanças climáticas.

Saúde do Idoso

Consortium of Universities for Global Health divulga relatórios sobre : [Recursos sobre capacitação em cuidados geriátricos em países de baixa e média renda](#). O acesso a cuidados geriátricos de qualidade é um desafio global, mas especialmente em locais com poucos recursos. Esses dois relatórios criados pelos membros do Subcomitê de Capacitação da Força de Trabalho do CUGH, Dra. Barbara Kamholz e Dr. Suraj Bhattarai, contém uma riqueza de informações, recomendações e links que podem ajudar os sistemas de saúde e os formuladores de políticas a fortalecer os cuidados com os idosos.

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) registrou que maio é o mês da Saúde da Visão, fazendo uma campanha em prol da colaboração e troca de conhecimento para melhorar a saúde da [visão de pacientes com diabetes](#).

Segurança global

O Center for Strategic and International Studies publicou uma pesquisa sobre o [Equilíbrio Nuclear global: Forças Nucleares e Principais Tendências na Modernização](#), abordando as tendências do equilíbrio nuclear dos EUA, Rússia e China e com uma visão geral sobre as ameaças, além de ter uma perspectiva das mudanças que estão acontecendo atualmente.

O Center for Strategic and International Studies publicou um relatório intitulado [Guerra de Mísseis de Putin](#). Trata-se da campanha de mísseis da Rússia contra a Ucrânia, uma análise sobre os primeiros dias da invasão e sobre a dinâmica de guerra de mísseis.

Novas tecnologias de saúde

A International Federation of Medical Students' Associations⁹⁶ anunciou a realização de um evento durante a 76ª Assembleia Mundial de Saúde sobre a integração da [Inteligência Artificial](#) na educação em saúde, em uma discussão que reunirá educadores, profissionais, estudantes e líderes de pensamento da área.

A CARE Internacional divulgou [as lições aprendidas na construção de chatbots sustentáveis e acessíveis](#), depois de desenvolvê-los para apoiar os programas da CARE

⁹⁶ <https://ifmsa.org/>

Bangladesh e da CARE Nigéria que promovem imunizações. A CARE destaca questões importantes relacionadas à logística, desenvolvimento de conteúdo e construção de chatbot.

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) organiza o Simpósio de Alto Nível sobre Política de Saúde e [Medicina Personalizada para o Câncer](#): Projetando a Colaboração Europa-China na Arena Global, que será realizado em Genebra, Suíça, em 26 de maio de 2023, em paralelo a Assembleia Mundial da Saúde.

International Hospital Federation divulgou a realização da webinar em 09 de maio, acerca das [principais conclusões sobre ataques cibernéticos na área da saúde](#). Os hospitais possuem informações críticas e valiosas, como dados de pacientes e informações financeiras, bem como pesquisa e inovação de ponta. Nos últimos anos, eles se tornaram o alvo número um de ataques cibernéticos. O Círculo de Líderes da Associação da IHF organizou uma sessão virtual sobre 'proteção de hospitais contra ameaças cibernéticas' para discutir instâncias passadas e como responder a eventos futuros e dessa sessão chegaram às seguintes conclusões: necessidade de colaboração entre as instituições de saúde, respeitar as melhores práticas (seguindo diretrizes conjuntas e a importância do não pagamento de resgate), treinamento e preparação da equipe, entender o uso do modo offline, com a manutenção de alguns registros críticos em cópia física.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Saúde mental

De acordo com uma pesquisa recente conduzida pela Mental Health Foundation⁹⁷ no Reino Unido, os [jovens com idades entre 18 e 24 anos têm mais probabilidade de experimentar ansiedade](#) do que qualquer outra faixa etária. A pesquisa revelou que 89% dos jovens adultos nessa faixa etária relataram que a ansiedade interferia em suas vidas cotidianas em algum grau, enquanto 34% afirmaram sentir ansiedade na maior parte ou o tempo todo nas últimas duas semanas. De forma preocupante, 45% dos jovens adultos admitiram sentir vergonha de discutir sua ansiedade com alguém. O estudo destaca a prevalência da ansiedade entre os jovens e a necessidade de um melhor apoio e oportunidades para que eles possam prosperar. Questões relacionadas à educação, trabalho, solidão e moradia foram identificadas como gatilhos comuns de ansiedade entre os jovens adultos, enfatizando a necessidade de uma abordagem estrutural sobre suas preocupações com a saúde mental.

As [preocupações financeiras são a causa mais comum de ansiedade](#), e o estigma está impedindo que mais de um terço dos adultos do Reino Unido falem abertamente sobre o assunto. Segundo dados divulgados pela Mental Health Foundation, 32% dos adultos do Reino Unido afirmaram que a preocupação em conseguir pagar as contas os deixou ansiosos nas últimas duas semanas. Além disso, 15% citaram como principal fator a insegurança no emprego ou o desemprego. Os dados destacam a ampla ocorrência de ansiedade no Reino Unido, à medida que os custos de vida continuam a aumentar, e ressaltam a importância de abordar a relação entre pressões financeiras e saúde mental para reduzir o estresse e a ansiedade.

Uma pesquisa conduzida pela Fundação Wellcome⁹⁸ identificou uma lacuna na compreensão dos mecanismos de ação da atividade física e dos medicamentos usados em [tratamentos para transtornos mentais](#) e destinará financiamento para preencher essa lacuna.

⁹⁷ <https://worldwidementalhealth.org/>

⁹⁸ <https://wellcome.org/>

Mais de £47 milhões serão concedidos a 12 equipes de pesquisa selecionadas em universidades do Reino Unido para investigar o que torna as intervenções e tratamentos para ansiedade, depressão e psicose eficazes. Cada equipe de pesquisa utilizará abordagens experimentais, contando com a participação de pessoas com experiência vivida em desafios de saúde mental. O objetivo é aprimorar os tratamentos existentes e desenvolver novos.

GAVI, The Vaccine Alliance⁹⁹ publicou artigo em que afirma que [trabalhar em casa não prejudicou a saúde mental no início da pandemia – mas as coisas mudaram](#). Foi descoberto que trabalhar em casa não prejudicou a saúde mental nos estágios iniciais da pandemia, mas foi associado a efeitos negativos posteriores, tais como a associação a níveis mais altos de sofrimento psicológico e solidão, em comparação com trabalhar nas instalações de um empregador. Essa mudança pode ocorrer em parte porque as características das pessoas que trabalham em casa mudaram ao longo do tempo, mas também é provável que seja explicada até certo ponto pelo contexto.

Novas tecnologias de saúde

Os novos biomateriais têm o potencial de transformar nossa compreensão e tratamento de doenças, especialmente na área de modelagem de tecidos. A Wellcome Trust divulgou sua parceria com uma equipe interdisciplinar liderada pelo Dr. Chris Spicer da Universidade de York que está trabalhando na [criação de biomateriais projetados especificamente para melhorar a precisão dos modelos de tecido em laboratório](#). Esses biomateriais, como os hidrogéis, fornecem uma estrutura tridimensional que atua como uma plataforma para o crescimento e comunicação celular. A funcionalização desses materiais com biomoléculas-chave permite que eles sejam aplicados em diversos modelos de doenças e células. Essa abordagem pode ter implicações significativas na descoberta de novos medicamentos, permitindo testes mais precisos em modelos de tecidos que melhor representam o corpo humano, reduzindo a necessidade de experimentação animal. Além disso, essa pesquisa promete avanços no tratamento de doenças que envolvem danos nos tecidos, como a osteoartrite, e pode contribuir para a redução das taxas de falha de medicamentos em desenvolvimento.

A neurologista e neurocientista, Dra. Rimona Weil, da University College London, relata suas expectativas para uso do financiamento científico que conseguiu no programa Wellcome's Discovery Research Career Development Awards. Utilizando técnicas avançadas de neuroimagem para obter uma melhor compreensão da [demência de Parkinson](#), a doutora espera conseguir desenvolver tratamentos personalizados e eficazes. Aproximadamente 50% das pessoas com doença de Parkinson desenvolvem demência dentro de uma década após o diagnóstico, mas as causas subjacentes ainda não estão claras, e os tratamentos atuais abordam apenas os sintomas. O objetivo final é retardar a progressão da demência de Parkinson e fornecer cuidados personalizados com base em imagens e ferramentas diagnósticas abrangentes.

A Fundação Wellcome está direcionando £73 milhões para o desenvolvimento [de oito novas Plataformas de Pesquisa de Descoberta](#). Essas plataformas reúnem pesquisadores para enfrentar obstáculos práticos, tecnológicos e metodológicos que impedem o progresso em diversas áreas. Elas estão presentes nas seguintes temáticas: Biologia da Matriz Celular na Universidade de Manchester; Humanidades Médicas na Durham University; Infecção na Universidade da Cidade do Cabo; Inclusão Transformativa em Pesquisa em Ética e Humanidades

⁹⁹ <https://www.gavi.org/>

na Universidade de Oxford; Neuroimagem Naturalista na University College London; Integração das Ciências Metabólicas e Endócrinas na Universidade de Cambridge; Biologia da Escala de Tecido na Universidade de Cambridge; Biologia Celular Oculta na Universidade de Edimburgo.

Doenças infecciosas

A Diretoria do Fundo Global¹⁰⁰ realizou sua 49ª reunião em Ha Noi, Vietnã, reafirmando seu forte compromisso em acabar com [epidemias como AIDS, tuberculose e malária](#). Embora tenha havido progresso no combate a essas doenças, a Diretoria levantou preocupações sobre as crescentes ameaças representadas pelas mudanças climáticas, conflitos e legislação anti-LGBTQI+. A reunião destacou a necessidade de um Fundo Global robusto e eficaz que possa atender às necessidades de saúde em constante evolução das comunidades afetadas em todo o mundo. A Diretoria discursou sobre a importância de reduzir o estigma, a discriminação e a criminalização de populações-chave para combater o HIV, uma vez que leis punitivas dificultam o acesso aos cuidados de saúde e potencializam a epidemia de HIV, colocando em risco a saúde de comunidades inteiras. Também chamou a atenção para a necessidade de ações urgentes para lidar com o impacto das mudanças climáticas na malária e fortalecer parcerias para combater doenças infecciosas diante dos desafios globais. A Diretoria incentivou soluções inovadoras de financiamento e investimentos contínuos em sistemas de saúde para alcançar a ambiciosa meta de acabar com a AIDS, tuberculose e malária até 2030.

O Fundo Global compromete-se a financiar emergencialmente quase US\$1 milhão para ajudar a evitar um [surto de malária em Moçambique](#). A devastação causada pelo ciclone Freddy aumentou o risco de transmissão da malária, especialmente para populações deslocadas, devido ao acúmulo de água parada que gerou criadouros de mosquitos, da perda dos mosquiteiros e das pulverizações recentes. O Fundo expõe como os eventos climáticos extremos causados pela mudança climática afetam a população mais vulnerável de maneira mais incidente. Esses fundos adicionais serão usados para prevenir a transmissão da malária em áreas não afetadas pelo ciclone, protegendo assim os ganhos já alcançados e contribuindo para a agenda de eliminação da malária do país.

GAVI, The Vaccine Alliance disponibiliza um artigo acerca da [descoberta de milhares de vírus desconhecidos em fezes de bebê](#), mas [isso não é necessariamente uma notícia ruim](#). Descobriu-se que o intestino dos bebês tem dez vezes mais espécies virais do que espécies bacterianas. A esmagadora maioria dos vírus não deixa as pessoas doentes e não infecta humanos ou animais. Os vírus descobertos são bacteriófagos. Eles infectam exclusivamente bactérias e constituem uma grande parte do microbioma humano.

GAVI, The Vaccine Alliance divulga nesse relatório que [cientistas africanos estão trabalhando para agrupar dados que decodificam doenças](#), pois o tempo e informação são essenciais ao lidar com doenças infecciosas em países e continentes. Surtos de doenças infecciosas em países africanos são, infelizmente, muito comuns. Ebola na República Democrática do Congo e Uganda; vírus Marburg na Guiné ou Guiné Equatorial; cólera em Malawi; malária e tuberculose. Essas doenças não respeitam fronteiras humanas, portanto, é essencial que os cientistas na África sejam capazes de gerar e compartilhar dados críticos sobre os patógenos a tempo de informar as decisões de saúde pública.

¹⁰⁰ <https://www.theglobalfund.org/>

COVID – 19 e vacinas

GAVI, The Vaccine Alliance disponibiliza um artigo informando que [novas pesquisas na Índia lançam nova luz sobre a gravidade das infecções por “Arcturus”](#). Um estudo de Maharashtra sugere que a variante XBB.1.16 COVID-19 está substituindo todas as outras linhagens co-circulantes na Índia, mas que a gravidade da infecção é semelhante a outras subvariantes Omicron. A variante XBB.1.16 não causou infecções graves, como outras sublinhagens Omicron. No entanto, sua transmissibilidade aumentada e propriedades de evasão imunológica são alarmantes.

GAVI, The Vaccine Alliance publicou o artigo [“Fadiga da COVID: terapia cognitivo-comportamental pode ajudar as pessoas a gerenciar sintomas persistentes”](#). O estudo sugere que a Terapia cognitivo-comportamental (TCC), uma forma amplamente usada de "terapia pela fala", pode ajudar as pessoas que apresentam fadiga persistente após o COVID. A TCC é comumente usada para tratar problemas de saúde mental, como ansiedade e depressão.

GAVI, The Vaccine Alliance disponibiliza um relatório sobre [uma avaliação preliminar do impacto da COVAX em países de baixa renda](#). Aproximadamente 90% das doses de COVID-19 entregues pela COVAX foram para economias de baixa renda. Isso representa a implantação global mais rápida e complexa de vacinas de todos os tempos. Mas em termos de acesso equitativo durante esta pandemia, quão bem-sucedido foi e onde seus impactos foram maiores? De fato, agora não temos apenas uma oportunidade, mas a responsabilidade de aprender com essa experiência para futuras pandemias e o acesso equitativo global e que as pessoas em maior risco obtenham a proteção de que precisam com mais rapidez e eficiência.

GAVI, The Vaccine Alliance disponibiliza relatório que a [obesidade acelera a perda de imunidade das vacinas contra a COVID-19](#). Nessa pesquisa descobriu-se que a proteção oferecida pelas vacinas diminui mais rapidamente em pessoas com obesidade grave em comparação com pessoas com peso normal. As vacinas contra a COVID-19 são muito eficazes, mas para alguns grupos não geram uma resposta imune tão forte. Esses grupos incluem idosos e pessoas com sistema imunológico enfraquecido, por exemplo, devido a câncer ou outras condições médicas. Da mesma forma, a obesidade – e sua associação com várias outras condições, como diabetes tipo 2, pressão alta e doença renal crônica – leva a um risco aumentado de COVID grave.

GAVI, The Vaccine Alliance anuncia em relatório que o estudo [genômico da dengue pode ajudar a combater a dengue grave](#). As vacinas existentes contra a dengue usam versões vivas atenuadas do vírus da dengue nos quatro sorotipos, enquanto as vacinas de mRNA funcionam “ensinando” as células a fazer cópias de proteínas virais para que o corpo possa reconhecer e combater futuras infecções por vírus semelhantes.

GAVI, The Vaccine Alliance anuncia que a Espanha sediará a [Cúpula de Alto Nível da Vaccine Alliance em 2023 sobre imunização](#).

Cooperação T7/T20 para a Agenda 2030

Em um encontro inédito desde a adoção da agenda de desenvolvimento do G20 em Seul em 2010, os grupos de engajamento think-tank oficiais atuais do G20 da Índia (T20) e do G7 do Japão (T7), juntamente com seus correspondentes da edição anterior (2022) e da posterior (2024), reuniram-se no Rockefeller Foundation Bellagio Center para um evento de diálogo e cooperação sem precedentes. Organizado pelo Instituto do Banco Asiático de Desenvolvimento

(ADBI) e pela Rockefeller Foundation¹⁰¹, o encontro teve como foco a [cooperação entre T7/T20 para a Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável e marcos em direção a uma nova ordem internacional](#). As prioridades delineadas incluem cooperação G20/G7, sustentabilidade, desenvolvimento de capital humano, igualdade de gênero, entre outros, visando respostas eficazes e soluções políticas robustas a curto e longo prazo. O encontro resultou em um Plano de Ação Bellagio 2023-24 para impulsionar a cooperação entre G7 e G20 no futuro.

Políticas de inclusão educacional

A Fundação Bill e Melinda Gates divulga a história de Jessica Gonzalez. Como imigrante do México, ela esperava que a faculdade oferecesse um caminho para uma carreira e segurança financeira, mas as preocupações com dívidas a afligiam. Ela foi aceita na Northern Arizona University (NAU) e irá se formar sem dívidas devido a [política de gratuidade implementada na universidade em relação às pessoas de baixa renda ou pertencentes a grupos étnico-raciais indígenas](#). A Fundação aponta essa iniciativa como importante uma vez que um número desproporcional de estudantes negros e estudantes de baixa renda não apresentam uma melhoria econômica dez anos após a formatura na faculdade. Segundo a Fundação Gates, os formuladores de políticas e as instituições de ensino superior nos Estados Unidos devem tomar medidas para garantir que os diplomas universitários sejam acessíveis e resultem em um valor real no mercado de trabalho.

Financiamento da saúde

A Fundação Rockefeller doou US\$100.000 para a construção de [um novo prédio da Escola de Saúde Pública \(MakSPH\) da Universidade Makerere](#), situada em Uganda, em comemoração ao centenário da universidade este ano. A Fundação Rockefeller tem apoiado a MakSPH há décadas, incluindo o apoio à construção do prédio atual da MakSPH há 54 anos e o estabelecimento do programa de Mestrado em Saúde Pública (MPH) há 28 anos.

Insegurança alimentar

A Fundação Rockefeller anunciou uma doação de US\$2,8 milhões para a Global FoodBanking Network com o objetivo de [combater a insegurança alimentar e reduzir o desperdício de alimentos](#) em dez países da África, Ásia e América Latina. Através dessa doação, serão feitos investimentos técnicos e financeiros para fortalecer os bancos de alimentos, atendendo às necessidades imediatas das comunidades e construindo uma capacidade duradoura de recuperação de alimentos e alívio da fome. A parceria visa aumentar o acesso a alimentos nutritivos, fortalecer os sistemas alimentares e fornecer assistência técnica para reduzir o desperdício de alimentos e construir uma rede de compartilhamento de conhecimento entre os países, beneficiando 700.000 pessoas a curto prazo e promovendo a resiliência dos sistemas alimentares a longo prazo.

GAVI, The Vaccine Alliance divulgou o artigo que mostra que [o sal de mesa precisa de iodo extra](#). Um estudo em Bangladesh encontrou uma grande variação nos níveis de iodo entre as marcas. Destaca-se a necessidade de regulamentação e monitoramento mais rigorosos da qualidade do sal e do teor de iodo.

¹⁰¹ <https://www.rockefellerfoundation.org/>

EVENTOS

Dia Internacional da Enfermagem

A Presidente do ICN, Dra. Pamela Cipriano, e a Diretora de Enfermagem da OMS, Amelia Tuipulotu, participaram do webinar comemorativo em 12 de maio, para marcar o [Dia Internacional dos Enfermeiros](#) e celebrar o futuro desenvolvimento da profissão.

Saúde cardiovascular

A World Heart Federation realizou [dois painéis de discussão](#) durante a 76ª Assembleia Mundial da Saúde. No dia 22 de maio, o tema foi “Aproveitando o poder das parcerias estratégicas de saúde para melhorar os resultados da saúde cardiovascular” e no dia 23 discutiram sobre “Contagem regressiva para 2030: Estamos no caminho certo para alcançar o ODS 3.4?”

Pesquisa extrativista e descolonização

A STOPAIDS publicou convite para o [evento virtual](#) de lançamento do mais recente relatório sobre pesquisa extrativista e desenvolvimento durante a pandemia de COVID-19.

A União Internacional para Promoção da Saúde e Educação[2] abre sua chamada para submissão de Artigos dentro da temática “[Descolonizando saberes, abordagens e metodologias na promoção da saúde](#)”, seguindo a Declaração Tiohtià:ke: Catalisando políticas para saúde, bem-estar e equidade para ter um espaço de reflexão crítica e compartilhamento de experiências de várias partes do mundo.

Política externa

O Center for Strategic and International Studies divulgou o evento sobre [a evolução da política externa dos Estados Unidos na Ásia](#), que aconteceu em 23 de maio de 2023, contando com um espaço para o debate sobre a transição Bush-Obama, desafios e oportunidades a partir da estratégia dos EUA na região.

Competição de vídeos sobre saúde global

Consortium of Universities for Global Health anuncia os vencedores da competição de vídeos que apresentam importantes [problemas de saúde global e inovações](#)

Entrevistas com líderes globais

Consortium of Universities for Global Health divulga [entrevista com líderes globais ano base 2023](#). Nessas entrevistas são apresentados líderes internacionais e inovadores de diversas organizações compartilhando seus conhecimentos sobre uma ampla gama de desafios contemporâneos. O objetivo desta série contínua é compartilhar ideias e soluções interessantes com o público global. Difundir conhecimento, desafiar pontos de vista e mobilizar para afetar a mudança são fatores cruciais, para alcançarmos um futuro sustentável e equitativo para todos.

46º Congresso Hospitalar Mundial

International Hospital Federation¹⁰² divulga o [46º Congresso Hospitalar Mundial](#) a ser realizado em Lisboa de 25 à 27 de outubro de 2023 será o principal evento anual da Federação Internacional de Hospitais. O Congresso é um fórum global exclusivo que conecta líderes e

¹⁰² <https://ihf-fih.org/>

tomadores de decisão de hospitais, serviços de saúde e organizações de saúde para compartilhar conhecimento e boas práticas, trocar novas ideias e inovações e interagir com outros executivos seniores de toda a comunidade internacional de saúde.

23ª Conferência Internacional de Cuidados Integrados

International Hospital Federation anuncia a [23ª Conferência Internacional de Cuidados Integrados](#) a ser realizada de 22 à 24 de maio de 2023 em Antuérpia, Bélgica, como tema abrangente “Cuidados em ação: como trabalhar juntos, uma abordagem participativa”. Essa Conferência reunirá líderes, pesquisadores, clínicos, gestores, cidadãos, pacientes e cuidadores de todo o mundo que estão engajados na concepção e prestação de cuidados integrados de saúde e assistência social.

SantExpo- O encontro anual de saúde e médico-social: Saúde no coração da democracia

International Hospital Federation comunica a realização de 23 à 25 de maio em Paris - França da [SantExpo](#) organizada pela Federação Francesa de Hospitais. Este evento reúne todos os anos todos os tomadores de decisão e profissionais de saúde envolvidos na gestão, gestão, tecnologia digital, percurso de cuidado, experiência do paciente, equipamentos, construção e transformação das instalações de saúde. A SantExpo oferece uma visão global, diversificada e abrangente de tecnologias, serviços, soluções inovadoras e grandes tendências para o sistema de saúde, nos estabelecimentos de saúde e médico-sociais.

Conferência Anual RCOT 2023

World Federation of Occupational Therapist¹⁰³ divulgou a [Conferência Anual RCOT 2023](#) que será realizada 14 e 15 de abril de modo virtual. Os temas da Conferência Anual 2023: avançando na inovação e diversificação da força de trabalho, apoiando o bem-estar e a resiliência e atenção primária em crescimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Organizações da Sociedade Civil permanecem em esforços contínuos para atuar frente aos problemas que afetam direta ou indiretamente a saúde em todo o planeta. As temáticas de interesse são múltiplas, embora alguns temas tenham presença constante como as iniquidades em saúde, os problemas ambientais e as crises humanitárias.

Além disso, é perceptível que as OSC de interesse público estiveram, nesta quinzena, mais atentas para o momento de realização de mais uma Assembleia Mundial da Saúde, aproveitando a ocasião para impulsionar pautas que defendem e consideram urgentes, em tom de alerta e denúncias, a fim de sensibilizar a OMS e os diversos atores que atuam nas articulações multilaterais. Não é possível dimensionar o impacto dessas manifestações e tão pouco sua capacidade de repercussão junto aos organismos multilaterais, contudo fica evidente o registro de posicionamentos incisivos em defesa da vida, dos direitos humanos, da equidade e do enfrentamento das iniquidades para um bem viver.

As OSC de interesse privado não repercutem a Assembleia Mundial da Saúde de igual maneira, trazendo alguns temas em comum com as OSC de interesse público, mantendo uma característica discursiva pautada na construção e divulgação de relatórios, bem como o compromisso em manter financiamentos para colaborar com as respostas aos problemas elencados.

¹⁰³ <https://www.wfot.org/>

Os desafios a frente de uma Governança Global focada na saúde e a 76ª. Assembleia Mundial da Saúde

Armando De Negri Filho e Rafaela Venturella De Negri

Algumas semanas após a declaração do fim da Emergência Global do Coronavírus, está a acontecer a setagésima sexta Assembleia Mundial da Saúde (WHA), considerada o corpo e o evento de decisões da Organização Mundial da Saúde (WHO) se reunirá do dia 21 ao dia 30 de Maio de 2023, sob o tema “WHO at 75: Saving lives, driving health for all” ou seja, WHO e seus 75 anos: salvando vida, levando saúde a todos”.

Os últimos anos não apenas re moldaram o que a sociedade internacional passou a considerar como pautas urgentes de saúde - como o Pandemic Treaty, o Acordo Pandêmico - mas também fez cruelmente óbvias as pautas estruturais que vinham moldando a saúde global e a governança global sobre saúde.

As desigualdades extremas, a falta de uma produção voltada para a segurança humana e a proteção da vida aliadas às grandes indústrias farmacêuticas - que apenas seguem a lógica de qualquer outra indústria - cercearam o direito à vida não apenas durante a pandemia de 2020, mas a partir do momento que passamos a aceitar e ver a saúde como uma mercadoria, como uma indústria. A luta por uma governança global em saúde é assim dupla: a jornada de ressignificar a saúde como um bem de acesso público, gratuito e equitativo e a ressignificação de um sistema econômico que não serve aos propósitos da manutenção da vida e da dignidade humana.

Os tópicos da 76 WHA - https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA76/A76_1Rev1-en.pdf - abordam os desafios atuais: proteção contra emergências, inclusão de populações sob a saúde universal e universalista, uma WHO mais capaz de prover ajuda para os países, a proteção da saúde das pessoas que vivem em conflitos e o estudo para um orçamento 2024-2025 que contemple os objetivos assinados <https://www.who.int/about/accountability/budget/programme-budget-digital-platform-2024-2025>. O esboço é um tanto ousado e inquestionavelmente atual, porém, como tantas outras discussões, lhe falta a capacidade - ou a vontade - de realizar diálogos amplos sobre a estrutura internacional e regional nas quais a ideia de saúde é movimentada e provida: amplificando a ideia de Nancy Fraser sobre um movimento feminista capaz de mudar a subjugação das mulheres, não seria um projeto realmente pró saúde, também um projeto anticapitalista, anticolonialista e antiimperialista? Se nossos objetivos são a mudança da realidade internacional e das condições de acesso e garantia de uma vida, planeta e sociedade saudáveis, não nos caberia examinar com profundidade o que levou a banal mercantilização da saúde?

Abaixo selecionamos algumas notícias e artigos dispostos a dialogar com as metas da 76 WHA, trazendo necessários posicionamentos críticos capazes de proporcionar visões de transformação macro-social, visualizando a saúde e a determinação social - e econômica - da saúde como um escopo transdisciplinar.

Fala inaugural de Tedros pede a responsabilidade e construção de vias sustentáveis para o futuro - <https://www.paho.org/en/news/21-5-2023-seventy-sixth-world-health-assembly-opens-geneva>

A colocação de abertura trouxe a luz a pressão que a pandemia do novo coronavírus trouxe aos sistemas de saúde ao redor do mundo e como um caminho rumo a “preparação

contra pandemias” deve também lidar e traçar metas sólidas para o acesso universal e equitativo à saúde, chamando a responsabilidade e à ação as nações membros.

“Isso significa fortalecer a arquitetura global para preparação, resposta e resiliência a emergências de saúde, apoiar os países no caminho para a cobertura universal de saúde e construir uma OMS mais forte, com financiamento sustentável e responsável”.

Isso deveria envolver uma análise extrema da determinação social da saúde e o que a molda, dissecando as relações opressoras entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, com mecanismos eficazes de controle e distribuição.

A construção de uma saúde global que não seja refém dos meios colonialistas - Offline: The case for global health

[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(23\)01005-X/fulltext?dgcid=raven_jbs_etoc_email](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(23)01005-X/fulltext?dgcid=raven_jbs_etoc_email)

Lançado pelo The Lancet e escrito por Richard Horton, o artigo do último dia 20 destaca os arcabouços e armadilhas que a ideia de saúde global carrega em si e como as políticas levam um significado oco, sendo lembranças constantes do controle e da desigualdade.

“A saúde global tornou-se moda fora de moda. O caso contra a saúde global é forte. A saúde global é a invenção de uma elite em grande parte branca e rica residente em países de alto rendimento e de língua inglesa. A disciplina afirma se preocupar com a saúde das pessoas que vivem em ambientes de baixa e média renda. Mas os recursos – humanos, infra estruturais e financeiros – que sustentam a saúde global estão principalmente concentrados em aqueles países já repletos de poder e dinheiro. A pesquisa de “helicópteros” não é incomum. A contribuição de cientistas e financiadores de pesquisas para avanços sustentáveis em cuidados de saúde nos países de sua alegada preocupação é mínima. Mais frequentemente, a relação entre o Ocidente e a ciência médica e os países em que trabalham é extrativa. As instituições globais de saúde são, em sua maioria, dirigidas por homens com educação ocidental. As agências globais de saúde são apenas superficialmente organizações dos Estados-membros. Na verdade, a influência está com as nações que fornecem os maiores recursos. (...)”

A visão de que a saúde global é um projeto colonial está subjacente ao apelo à descolonização. Como Franziska Hommes e colegas escreveram no The Lancet Global Health em 2021, o objetivo da descolonização deve ser “refletir criticamente na história [da saúde global], identificar hierarquias e concepções culturalmente eurocêntricas, e superar as desigualdades globais que tais estruturas perpetuam”. A promessa democrática de saúde global foi quebrada.”

Horton começa o texto exibindo as dificuldades inerentes a saúde global, porém, em seu parágrafo final, destaca a necessidade de reconhecer onde e quem são os inimigos da saúde global, pedindo a união e a nova formulação de uma saúde global inclusiva, anti racista, anticapitalista e fundada na solidariedade e justiça política e econômica:

Os verdadeiros inimigos dos valores que defendemos não se sentam nas fileiras da saúde global. Eles devem ser encontrados em governos que desconfiam instintivamente - e que desejam minar e desfinanciar organizações globais. Eles serão encontrados entre aqueles que demonizam os refugiados. Eles são os que não acreditam na mudança climática, anti-vaxxers e fornecedores de desinformação científica. São eles que atacam o redistribuição de riqueza, aqueles que acreditam que a guerra traz paz, e aqueles que defendem o racismo sob o pretexto de patriotismo. Os profissionais de saúde globais certamente devem engajar-se em discussões

robustas sobre o significado de suas disciplinas. Mas eles devem ser claros sobre quem nossa luta é realmente contra. Não é saúde global. Em vez disso, devemos trabalhar mais juntos para criar uma nova fronteira política e forjar um novo coletivo contra os verdadeiros inimigos da saúde.”

Mas como construir um novo significado de saúde global quando a comunicação entre Estado e cidadão nunca esteve pior - Societal Trust, Transparency and Accountability in Fiscal Policy During National Emergencies: A Reflection on the Unfolding Global Corona Virus Pandemic in Africa <https://brill.com/view/journals/tare/aop/article-10.1163-1821889x-bja10058/article-10.1163-1821889x-bja10058.xml>

“Este trabalho destina-se a compreender quais podem ser os problemas subjacentes em levar as pessoas a entender a magnitude das emergências nacionais e globais em saúde e como fazê-los obedecer às diretrizes estaduais e globais que são para seus próprios segurança do ponto de vista fiscal. Aqui mostramos que há uma falha na comunicação entre os estados e suas sociedades que está minando a capacidade dos estados africanos para orientar seu povo a seguir as regras de saúde e segurança. Os resultados fornecem uma recomendação de que uma melhoria na transparência e na prestação de contas não resultará apenas em melhor gestão de emergências, mas também construir uma melhor legitimidade fiscal de longo prazo e gestão das emergências atuais e futuras e aumentar a confiança social (...)

Essa capacidade dos líderes governamentais de olhar para questões de complexidade e fazer as decisões certas estão sendo questionadas e no caso das questões do Covid-19, de classismo e proteção de negócios e ricos (pessoas e nações) é já emergindo enquanto o mundo enfrenta realidades como: número insuficiente de equipe médica, equipamentos de proteção, kits de teste e ausência de vacina. A ausência de legitimidade fiscal (transparência, prestação de contas, responsabilidade, eficiência, eficácia, imparcialidade e justiça) está minando ainda mais a capacidade dos Estados para operar com suas sociedades constituintes.”

A falta de confiança entre Cidadão e Estado é um dos pilares da crise da política representativa - lado a lado com o uso político de fake news - e afeta profundamente a construção de significados e a garantia de direitos, segurança e bem estar social.

O Estado formado a partir de desejos neoliberais perde ao ser visto como impune, classista e desleal aos propósitos cidadãos e torna a população desacreditada na possibilidade de mudança, dificultando uma comunicação que permita a compreensão real das necessidades e desejos dessa mesma população, fazendo da prática política um teatro vazio, com políticas públicas feitas longe dos problemas locais que tentam sanar.

A desigualdade ao acesso à saúde condena os povos e a construção da saúde global que queremos - Health Inequality Data Repository <https://www.who.int/news/item/20-04-2023-who-releases-the-largest-global-collection-of-health-inequality-data>

No dia 20 de Abril, foi lançado o maior repositório de dados sobre a desigualdade ao acesso à saúde, o repositório análise a presença de doenças crônicas, mortes por COVID-19 e as desigualdades entre classe, gênero e etnia, criando dados importantes para a compreensão estrutural da determinação social ao analisar 22 dimensões da desigualdade e como elas afetam a saúde das populações expostas a elas.

“O repositório permite rastrear as desigualdades em saúde entre os grupos populacionais e ao longo do tempo, discriminando os dados de acordo com as características do grupo, desde o nível de escolaridade até a etnia.

Os dados do repositório mostram que, em apenas uma década, a diferença entre ricos e pobres na cobertura de serviços de saúde entre mulheres, recém-nascidos e crianças em países de baixa e média renda caiu quase pela metade. Eles também revelam que, nesses países, a eliminação da desigualdade relacionada à riqueza na mortalidade de menores de cinco anos poderia ajudar a salvar a vida de 1,8 milhão de crianças.

O Health Inequality Data Repository (HIDR) inclui quase 11 milhões de pontos de dados e consiste em 59 conjuntos de dados de mais de 15 fontes. Os dados incluem medições de mais de 2.000 indicadores divididos por 22 dimensões de desigualdade, incluindo fatores demográficos, socioeconômicos e geográficos. Os tópicos abordados incluem: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); COVID 19; saúde reprodutiva, materna e infantil; imunização; HIV; tuberculose; malária; nutrição; assistência médica; doenças não transmissíveis e saúde ambiental.

“A capacidade de direcionar serviços para aqueles que mais precisam deles é vital para promover a equidade na saúde e melhorar vidas. Projetado como um balcão único para dados sobre desigualdade em saúde, o Repositório nos ajudará a ir além da contagem de nascimentos e mortes, para desagregar dados de saúde de acordo com sexo, idade, educação, região e muito mais”, disse o Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, Diretor-Geral da OMS. “Se estamos realmente comprometidos em não deixar ninguém para trás, devemos descobrir quem não está aqui.”

A junção desses dados e a análise deles não apenas como indicadores isolados, mas como padrões intrínsecos da desigualdade tem o potencial para apontar como e onde certas políticas públicas de saúde global falham e o porquê, trazendo possivelmente válidas discussões sobre o modo que a saúde global é pensada e como é levada à ação, desde o consumo exagerado de produtos ultra processados por populações empobrecidas, até a distribuição completamente desequilibrada de vacinações; a falta ou a dificuldade de acesso à saúde como bem público é o resultado direto da falta de equidade e justiça econômica.

A necessária visão crítica que permitiria re-construir a saúde global - Series of G2H2 policy debates ahead of WHA76 <https://g2h2.org/posts/may2023/>

O Geneva Global Health Hub promoveu uma série de debates a fim de expandir e dialogar de uma outra perspectiva os tópicos selecionados pela agenda oficial da WHA, como a participação social na tomada de decisão dos sistemas de saúde universais e na própria construção do Tratado Pandêmico, a crise migratória e a presença de fundações privadas dentro dos mecanismos da WHO e como isso ecoa ações de mercantilização da saúde e de filantropocapitalismo e a tentativa vazia de redistribuir riquezas. Os painéis estão gravados e disponíveis no link anexado acima.

“Como etapa do desenvolvimento do capitalismo sustentado pela financeirização extrema, o neoliberalismo gera aumento da desigualdade e volatilidade sistêmica, bem como a subversão da ordem democrática internacional tal como a conhecemos desde a criação das Nações Unidas.

São vários os vetores que agravam os efeitos do capitalismo contemporâneo. No entanto, um dos desafios estruturais que as organizações da sociedade civil e os movimentos

sociais têm de reconhecer e enfrentar diz respeito à expansão de cadeias de valor globais verticalmente integradas que os proprietários de commodities intangíveis – como produtos financeiros e direitos de propriedade intelectual – controlam. Estes determinaram a concentração econômica e o poder oligopolista dominando o topo da cadeia de valor, inclusive na arena global da saúde, enquanto a competição acirrada por mão de obra de baixa remuneração e formas precárias de proteção social caracterizam a base. Nesse cenário de injustiça global e polarização social, o uso de tecnologia avançada – tanto informática quanto biotecnológica – desponta por sua capacidade de maior controle do corpo e da vida das pessoas.

Os direitos à saúde estão situados na encruzilhada dessas tendências e, de forma mais proeminente, após três anos de crise pandêmica. A Covid-19 naturalizou um pouco as desigualdades ao mesmo tempo em que abre espaço para novas formas de extrativismo dos doentes, facilitando ainda mais o admirável mundo novo do financiamento privado na área da saúde, cuja presença tem sido largamente abençoada por instituições multilaterais de desenvolvimento por meio da implementação do Programa Sustentável - Objetivos de Desenvolvimento (ODS). Os ODS muitas vezes ajudaram os investidores financeiros a reimaginar as necessidades de saúde como um mercado adaptável para eles embarcarem e se envolverem – vemos isso acontecendo enquanto os sistemas de saúde estão colapsando globalmente após o choque produzido pela pandemia.”

Sul Global e diplomacia da saúde: UNOSSC, G-77, MNA e Centro Sul

Regina Ungerer

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul.

Destaques do UNOSSC



10 de maio de 2023 - A diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib e o Embaixador Munir Akram, Representante Permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, discutiu áreas potenciais de colaboração Sul-Sul e a próxima 21ª Sessão do Comitê de Alto Nível para a Cooperação Sul-Sul (HLCSSC).

Juntamente com o Paquistão, o UNOSSC gostaria de aprofundar o intercâmbio de conhecimento entre os países em desenvolvimento por meio de diálogos políticos temáticos no contexto da Cooperação Sul-Sul e Triangular.



10 de maio de 2023 - A SEGIB digital (Secretaria Geral Ibero-Americana) avança em seu apoio à Associação de Estados do Caribe no âmbito do acordo de colaboração para o fortalecimento das capacidades no campo da Cooperação Sul-Sul nos países da região. A Secretaria Geral Ibero-Americana é o órgão permanente de apoio à Secretaria Pro

Tempore na preparação das Cúpulas Ibero-Americanas



11 de maio de 2023 – Durante a Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral da ONU sobre Países de Renda Média, a diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, afirmou que nestes países, os esforços de Cooperação Sul-Sul e Triangular visam alcançar um desenvolvimento ambientalmente sustentável e inclusivo por meio da colaboração em áreas transversais.

Dima Al-Khatib disse ainda que sendo provedores da Cooperação Sul-Sul, os Países de Renda Média ampliaram as opções para os países em desenvolvimento receberem apoio internacional.

Os Países de Renda Média continuam a colaborar por meio de organizações regionais como a União Africana, a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e a Associação do Sul da Ásia para a Cooperação Regional para enfrentar os desafios ambientais compartilhados.



11 de maio de 2023 – O Diretor do Escritório das Nações Unidas para as Populações na União Africana, Mabingue Ngom, fez uma visita de cortesia ao Embaixador brasileiro Jandyr Ferreira dos Santos. Eles discutiram questões relacionadas à cooperação Sul-Sul na África no contexto da Agenda 2063.

Em tempo: A Embaixada do Brasil em Adis Abeba, cidade em que se localiza a União Africana, representa o Brasil na Etiópia, Djibuti, Sudão do Sul, assim como representa a União Africana e a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD).



15 de maio de 2023 – A diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, e o presidente do Instituto de Políticas Científicas e Tecnológicas (STEPI) da República da Coreia, discutiram a Cooperação Sul-Sul e Triangular de longa data em ciência, tecnologia e inovação.



16 de maio de 2023 A diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib destacou o papel de consultoria e apoio técnico do UNOSSC aos parceiros da ONU, na integração da estratégia de Cooperação Sul-Sul e Triangular em seu trabalho durante uma mesa redonda organizada pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) em Genebra.

A mesa redonda da OMPI concentrou-se na promoção da Cooperação Sul-Sul e Triangular em propriedade intelectual e inovação. A diretora destacou que o UNOSSC está pronto para colaborar com a OMPI para mostrar boas práticas e experiências nas várias plataformas do UNOSSC.

Uma discussão importante e oportuna com a OMPI e os Estados Membros sobre a implementação da estratégia de todo o sistema da ONU sobre a Cooperação Sul-Sul e Triangular, com foco no tema da Propriedade Intelectual.

O que os Fundos Fiduciários do UNOSSC estão fazendo?

Lembrando que o UNOSSC gerencia quatro grandes Fundos Fiduciários, são eles: o Fundo das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNFSSC); Fundo Fiduciário Pérez-Guerrero (PGTF); o mecanismo para alívio da pobreza e fome da Índia, Brasil e África do Sul (Fundo IBSA) e Fundo de Parceria para o Desenvolvimento Índia-ONU (Fundo Índia-UN).



08 de maio de 2023 - Com apoio do Fundo Índia-UN, São Vicente e Granadinas está no processo de construção da Planta de Processamento de *Arrowood* à medida que a limpeza do local avança após a erupção do vulcão La Soufrière.



09 de maio de 2023 - Dezesete representantes do Governo da República do Congo estiveram em Brasília, entre os dias 10 e 14 de abril, para conhecer o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) implementado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Brasil (FNDE), facilitado por intermédio da Agência Brasileira de

Cooperação (ABC).

A delegação congoleza foi apresentada às Políticas de Alimentação Escolar do Brasil e a iniciativa integra o Programa de Cooperação Sul-Sul Trilateral coordenado pela ABC em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Brasil (FNDE) e o Programa Mundial de Alimentos (WFP).

O projeto deverá ser financiado pelo Fundo IBAS para apoiar o acesso de pequenos agricultores ao mercado e programa nacional de alimentação escolar nacional.

Para saber mais, [clique aqui](#).



10 de maio de 2023 - O Governo da Índia – por meio do Fundo Índia-UN está construindo um abrigo comunitário multifuncional em Abacos nas Bahamas para resistir aos impactos de furacões e outros eventos climáticos extremos.



12 de maio de 2023 - A diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib e a Embaixadora da África do Sul na ONU, Mathu Joyini, discutiu a colaboração Sul-Sul contínua em ciência, tecnologia e inovação além de produtos de conhecimento; política intergovernamental e a parceria Índia, Brasil e África do Sul (IBAS).

Por meio do fundo <http://ibsa.unsouthsouth.org>, a África do Sul, Brasil e Índia estão apoiando projetos de solidariedade em países em desenvolvimento com o objetivo de contribuir para o alcance dos ODS.



15 de maio de 2023 - Índia estende financiamento de US\$ 1 milhão por meio do Fundo Índia-UN para apoiar um projeto na Nigéria promovendo a biodiversidade em reservas da biosfera.

O apoio financeiro da Índia reflete o compromisso com o avanço dos ODS no Sul Global.

South-South Galaxy



08 de maio de 2023 - Boas práticas Sul-Sul dá o exemplo do projeto do Fundo de Desenvolvimento de Capital das Nações (UNCDF) que apoia o empoderamento econômico das mulheres, facilitando o intercâmbio de conhecimento Sul-Sul e contribuindo para a implementação de políticas para acabar com a Pobreza nos países da ASEAN.



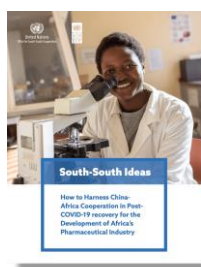
16 de maio de 2023 - De 7 a 17 de junho de 2023, o UNOSSC, o Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres: Instituto Global de Educação e Treinamento (UNDRR GETI) e a OPAS/OMS oferecerão um treinamento com certificado conjunto sobre "Abordagem de toda a sociedade para criar cidades saudáveis, resilientes e sustentáveis".

Considerando eu o ano de 2023 marca o ponto médio na implementação da Estrutura de Sendai para Redução de Risco de Desastres, a Agenda 2030 e outros acordos firmados em 2015, esta é uma boa oportunidade para todos revisarem seus progressos e acertarem o curso em direção a um futuro sustentável e resiliente para todos.

A conclusão da Revisão Intermediária da Estrutura de Sendai revela que, embora haja progresso, novos riscos estão superando a redução de riscos e o progresso na governança de riscos e a descentralização das estratégias e implementação de redução de riscos de desastres no nível local continua sendo um desafio.

A colaboração é crítica não apenas com escritórios governamentais, instituições ou entidades responsáveis pela gestão de desastres e crises, mas também com todas as partes interessadas, exigindo um envolvimento e parceria de toda a sociedade e de todo o governo para sua realização.

Quem estiver interessado, pode se inscrever neste treinamento.



18 de maio de 2023 - Ideias Sul-Sul – Como Aproveitar a Cooperação China-África na Recuperação Pós-Covid-19 para o Desenvolvimento da Indústria Farmacêutica da África

Impulsionada pelo surto da pandemia de Covid-19 no início de 2020 e a necessidade de desenvolver a indústria farmacêutica na África, considerou-se o crescente envolvimento da China na África e as estruturas econômicas altamente complementares das duas regiões para a China desempenhar um papel significativo em ajudar a África a construir sua resiliência contra emergências de saúde e atender às suas próprias demandas médicas por meio do desenvolvimento da produção farmacêutica local.

Para ler este artigo, [clique aqui](#).

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam

seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)¹⁰⁴, Nairóbi (UNEP)¹⁰⁵, Paris (UNESCO)¹⁰⁶, Roma (FAO/IFAD)¹⁰⁷, Viena (UNIDO)¹⁰⁸ e Washington (G-24)¹⁰⁹. Em 2023, a presidência do G-77 está a cargo da República de Cuba, pela primeira vez.

Destaques do G-77 entre 04 a 21 de maio de 2023

O G-77 e a China participaram de 4 reuniões da AGNU no período.

New York, 04 de maio de 2023

Declaração feita pelo Sr Richard Tur, Segundo Secretário da missão permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, sobre o item 151 da Agenda: Aspectos administrativos e orçamentários do financiamento das operações de paz da ONU: Base logística da ONU em Brindisi e Centro Regional de serviços em Entebbe, durante segunda parte da retomada da 77ª sessão da AGNU

Em relação à Base Logística da ONU em Brindisi, Itália, o Grupo espera discutir os recursos para o período 2023/2024 durante as consultas informais, incluindo os recursos propostos para custos operacionais que representam um aumento em instalações e infraestrutura, comunicações e informações tecnologia, transporte terrestre, outros insumos, serviços e equipamentos, viagens oficiais, consultorias e operações aéreas.

É necessário obter informações detalhadas e transparente sobre os serviços prestados pela Base Logística das Nações Unidas (UNLB), os recursos necessários para a prestação de seus serviços e as diversas modalidades de financiamento e recuperação de custos, bem como o registo das respetivas receitas e despesas.

Enfatizamos também a necessidade da Base Logística das Nações Unidas continuar a alinhar suas operações com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, integrando os ODS aos resultados previstos, tais como aumentando o uso de energia renovável, transferência de expertise, capacitação em missões de manutenção da paz, entre outros.

Nosso Grupo deseja recordar que a [resolução da Assembleia Geral 64/269](#) estabeleceu o Centro de Serviço Regional em Entebbe, Uganda, em julho de 2010 como o primeiro Centro de Serviço Compartilhado para Missões na região sob a Estratégia Global de Apoio de Campo, e ainda em sua [resolução 69/307](#) deu independência operacional e gerencial do Centro e solicitou ao Secretário-Geral que apresentasse uma proposta orçamentária a ser cobrada das Missões que o Centro apoia.

O Grupo reconhece o importante trabalho do Centro na prestação de serviços a 17 clientes, incluindo sete (7) Missões de Paz e escritórios de apoio e (nove) 9 Missões Políticas

¹⁰⁴ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

¹⁰⁵ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

¹⁰⁶ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

¹⁰⁷ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

¹⁰⁸ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

¹⁰⁹ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

Especiais, bem como outras Missões na região, incluindo funções residuais de liquidação para as missões de manutenção de paz encerradas.

Observa-se também que o Centro oferecerá suporte a mais de 77% das operações de campo das Nações Unidas em todo o mundo e atenderá a mais de 16.408 funcionários, incluindo funcionários internacionais e nacionais, bem como pessoal uniformizado.

O volume de transações realizadas pelo Centro aumentou consideravelmente e, portanto, é de extrema importância que se ofereça recursos financeiros e humanos adequados para permitir que o Centro cumpra seu mandato. É necessário avaliar a atual estrutura organizacional e como ela pode impactar na eficiência gerencial e de supervisão do Centro, bem como na prestação de contas.

Devido a essa escalabilidade dos serviços do Centro, o Secretário-Geral está propondo abolir alguns cargos em resposta às mudanças nos serviços e está propondo uma mudança na estrutura organizacional do Centro para poder responder efetivamente a picos sazonais ou instâncias em que transações adicionais não planejadas forem necessárias e que exigiriam que equipes fossem movidas temporariamente para atender aos requisitos de carga de trabalho. O Grupo acolhe com satisfação a flexibilidade que a estrutura organizacional proposta forneceria para ser capaz de responder a temporadas de pico.

Em relação ao pessoal do Centro, o Grupo recorda que a AGNU solicitou que os funcionários nacionais recebam contratos permanentes de acordo com as disposições relevantes das resoluções da AGNU e, portanto, solicita que isso seja feito para os funcionários nacionais que atendam aos requisitos de elegibilidade em conformidade com o Estatuto e Regras do Pessoal das Nações Unidas.

New York, 12 de maio de 2023

Declaração feita pelo Sr Richard Tur, Segundo Secretário da missão permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, sobre o item 140 da Agenda: Melhorar a situação financeira das Nações Unidas durante segunda parte da retomada da 77ª sessão do 5º Comitê da AGNU

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

Para permitir que a ONU e o sistema multilateral cumpram seus mandatos, a ONU deve ser financiada de forma adequada e previsível.

É preocupante que a taxa de execução do orçamento regular tenha ficado consistentemente aquém, na última década. As contribuições regulares não pagas em 30 de abril de 2023 eram US\$ 253 milhões a mais do que em 30 de abril de 2022, indicando uma tendência negativa nos pagamentos do orçamento regular.

Da mesma forma, para operações de manutenção da paz, as contribuições não pagas em 30 de abril de 2023 era de US\$ 2,8 bilhões, US\$ 693 milhões a mais do que no ano passado (2022) em 30 de junho de 2022. Isso demonstra um aumento das contribuições não pagas, nos últimos quatro períodos financeiros. Faltando apenas dois meses para o término do atual exercício fiscal, o percentual de contribuições não pagas para operações de manutenção da paz é de 36%.

A capacidade da Organização de liquidar seus passivos depende totalmente dos pagamentos feitos à ONU. É extremamente preocupante que um único Estado Membro deve

atualmente mais da metade de todas as cotas pendentes ao orçamento regular da ONU e ao orçamento das operações de manutenção da paz, respectivamente, apesar de ter capacidade para pagar. Isso é especialmente deplorável nas circunstâncias atuais. Apesar de já se beneficiar de uma distorção fundamental na determinação do financiamento da Organização, este Estado-Membro continua a reter unilateralmente as suas contribuições por razões políticas, embora ainda se beneficie de seus privilégios especiais no Conselho de Segurança.

Apelamos aos Estados membros que estejam em condições de fazê-lo para que coloquem seus compromissos em ordem, saldem suas dívidas e paguem suas contribuições integralmente.

O Grupo agradece Estados-Membros que se esforçaram para sanar suas dívidas pendentes, apesar do impacto da pandemia de Covid-19 em suas economias. No entanto, entendemos os Estados-Membros que genuinamente são incapazes de cumprir suas obrigações financeiras por motivos fora de seu controle.

Apesar de arcar com uma parcela cada vez maior dos encargos financeiros da Organização, o G-77 e a China continuam empenhados em participar de forma construtiva em todos os esforços para resolver as dificuldades financeiras da Organização.

Da mesma forma, apelamos aos nossos parceiros para que façam o mesmo. Caso contrário, estaremos preparando a Organização para o fracasso no momento em que seu sucesso é mais imperativo do que nunca.

New York, 12 de maio de 2023

Declaração feita pelo Sr Richard Tur, Segundo Secretário da missão permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, sobre o apoio às operações de paz, durante segunda parte da retomada da 77ª sessão da AGNU

O G-77 e a China enfatizam a relevância deste item específico, referente ao apoio às operações de manutenção da paz.

Os membros do G-77 não apenas contribuem financeiramente para os orçamentos das missões de manutenção da paz, mas também contribuem com a maior parte das tropas e policiais. Deve-se ter em mente, de que a maioria das operações de manutenção da paz, tanto ativas quanto fechadas, são ou foram realizadas em territórios de membros do Grupo.

As operações de manutenção da paz são realizadas em áreas remotas e de alto risco. A instabilidade política dos ambientes em que estas operações são realizadas, bem como a complexidade dos seus mandatos, exigem a disponibilização de recursos adequados e atempados para seu apoio. Isso é essencial, não apenas para permitir a execução eficaz de mandatos complexos, mas também para garantir a segurança das tropas de manutenção da paz que arriscam suas vidas todos os dias, pelas Nações Unidas em prol da paz e segurança globais.

Os recursos financeiros propostos pelo Secretário-Geral para a conta de apoio durante o período 2023/24 são estimados em \$ 391,2 milhões, o que representa um aumento de 5,2% em comparação com o orçamento aprovado para o período 2022/23. A esse respeito, o Grupo solicita justificativas detalhadas diante das observações e reduções recomendadas pela Comissão de Assessoramento para Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ), principalmente no que se refere a consultores e consultorias, viagens oficiais, tecnologias de comunicação e informação.

Para o período 2023/24, prevê-se que o número de pessoal uniformizado autorizado diminua, principalmente devido a alterações no número de pessoal da União Africana, enquanto o número de pessoal civil em missões deverá aumentar ligeiramente. Esperamos receber mais informações a esse respeito.

O encerramento e redução de missões devem considerar a necessidade contínua de suporte para atividades de planejamento de conclusão e transição. Os recursos devem, portanto, refletir as necessidades específicas de tais missões.

O Grupo também reitera a importância de uma representação adequada dos países contribuintes com tropas e policiais, particularmente no nível sênior. Também enfatiza a necessidade de garantir que os cargos vagos sejam preenchidos rapidamente e a necessidade de revisar os cargos vagos há 24 meses ou mais.

Deve-se orçar somente as atividades e iniciativas consideradas e aprovadas pela Assembleia Geral, e os requisitos de recursos para a conta de apoio após a aprovação pela AGNU.

New York, 15 de maio de 2023

Declaração feita pelo Embaixador Yusnier Romero Puentes, Representante Permanente Adjunto da missão permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, na reunião de alto nível da 75ª comemoração da Nakba



O G-77 e a China agradeceram ao Comitê para o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino por organizar esta importante reunião e reafirmaram que o ano de 2023, marca o 75º aniversário da Nakba¹¹⁰ palestina, quando em 1948 centenas de milhares de palestinos foram deslocados à força de suas casas e terras.

O G-77 e a China seguem preocupados com o declínio das condições sociais e econômicas do povo palestino como resultado de práticas israelenses ilegais, que incluem, mas não se limitam a colonização contínua de terras palestinas por Israel como uma potência ocupante e em grave violação do direito internacional humanitário.

A esse respeito, o G-77 e a China exigem o fim do confisco de propriedades palestinas por Israel, construção e expansão dos assentamentos israelenses e do muro, demolição de casas palestinas, desapropriação em massa e deslocamento forçado de civis palestinos, e todas as medidas de anexação, e apela para total respeito do direito internacional e de todas as resoluções pertinentes.

O povo palestino continua a enfrentar severas restrições ao planejamento, construção e acesso aos recursos naturais nesta área e qualquer investimento ou atividade econômica requer licenças emitidas pela ocupação israelense. Uma permissão que é quase impossível para o povo palestino obter, já que quase 99% dos pedidos de licença de construção palestinos foram

¹¹⁰ Nakba significa “desastre”, “catástrofe” ou “cataclismo”, também conhecido como Catástrofe Palestina, foi a destruição da sociedade e pátria palestina em 1948 e o deslocamento permanente da maioria dos árabes palestinos

rejeitados ao longo dos anos, tornando extremamente desafiador para eles construir e desenvolver suas comunidades em sua própria terra.

Em Gaza, o bloqueio ilegal israelense e as repetidas agressões militares tornaram os objetivos de desenvolvimento cada vez mais elusivos, como o relatório do SG afirmou que "o bloqueio e fechamento de Gaza limitam o acesso palestino a materiais e tecnologias que poderiam promover o uso eficiente de energia, água e outros recursos naturais recursos".

Nesse sentido, o Grupo reafirma os direitos inalienáveis do povo palestino e da população do Golã sírio ocupado sobre seus recursos naturais, incluindo terra, água e recursos energéticos, e exige que Israel, a Potência ocupante, cesse a exploração, danifique ou cause perda ou esgotamento dos recursos naturais no território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e no Golã sírio ocupado, que constituem violações do direito internacional e prejudicam gravemente sua capacidade de buscar o desenvolvimento sustentável.

O Grupo reitera seu apelo à comunidade internacional para assumir suas responsabilidades de oferecer proteção internacional ao povo palestino, de acordo com o direito internacional e as resoluções relevantes da ONU, e exercer pressão sobre Israel para que cesse seus repetidos ataques a civis e à infraestrutura.

É urgente a necessidade de mobilização e de esforços multilaterais para avançar na concretização de um horizonte político para preservar as perspectivas de alcançar uma solução justa e duradoura para o povo da Palestina, com base na solução dos dois Estados, com os povos vivendo lado a lado em paz e segurança, dentro de fronteiras seguras e reconhecidas antes de 1967.

Do Twitter da presidência de Cuba do G-77 (@cubag77)



Abril de 2023 – A presidência de Cuba do G-77 e da China lançaram um boletim (*newsletter*) com as ações realizadas pelo Grupo em abril de 2023.

Para ler o Boletim, [clique aqui](#).



12 de maio de 2023 – A Sra. Nadieska Navarro Barro, Embaixadora de Cuba em Burkina Faso, falou em nome do G-77 + China, em consulta sobre o Rascunho Zero da declaração política a ser adotada pela Cúpula dos ODS.

O Grupo gostaria de ver mais ênfase e urgência para implementar a Agenda 2030 para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as medidas coercitivas unilaterais são um grande impedimento para o alcance dos ODS e do desenvolvimento sustentável em geral.



16 de maio de 2023 – O Embaixador da Palestina e representante do G-77 e da China na UNESCO, Mounir Anastas, elogiou o trabalho realizado por Cuba como Presidente do G-77, bem como os resultados positivos das reuniões de ministros da Educação e Cultura, organizadas e realizadas em Havana este ano.



18 de maio de 2023 - Em Kampala, o Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Pedro Luis Pedroso Cuesta, Representante especial e Coordenador da Presidência do G-77 em Cuba se reuniu com o Comitê de Organização Nacional para a Terceira Cúpula do Sul do G-77 e China que será realizada entre 21 a 23 de janeiro de 2024 em Uganda.

O Embaixador e o Ministro de Relações Exteriores de Uganda discutiram as prioridades e desafios do Sul no atual contexto global.

O Embaixador afirmou que para a III Cúpula do Sul, é imperativo que todos trabalhem unidos para enfrentar coletivamente as consequências da pandemia, as mudanças climáticas, os desafios econômicos e sociais e a destruição da cadeia de suprimentos.



19 de maio de 2023 – O Embaixador da República Democrática do Laos e o Embaixador Geraldo Portal, presidente do G-77 e da China reafirmaram seu compromisso de fortalecer ainda mais a amizade e cooperação de longa data entre os dois países, especialmente durante a presidência de Cuba à frente do G-77.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão. O Presidente da República do Azerbaijão, Mr. Ilham Aliyev é também o Presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação do Azerbaijão junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU. No final de 2023, a República de Uganda assumirá a presidência do MNA.

Um dos desafios do Movimento dos Não-Alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

Destaque do Movimento dos Não Alinhados entre 04 a 22 de maio de 2023

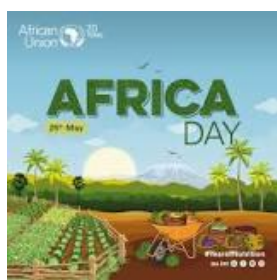


17 de maio de 2023 – Grupos de reflexão dos Estados Membros do Movimento dos Não-Alinhados se reuniram em Baku no simpósio internacional sobre "De Bandung a Baku: O Movimento dos Não-Alinhados em um contexto global desafiador e em mudança". O simpósio foi coorganizado pelo Ministério de Relações do Azerbaijão e o AIR Center¹¹¹.

Na ocasião, foi destacado que o Azerbaijão assumiu a presidência do MNA em um período bastante turbulento e teve uma difícil missão. No entanto, a importância do MNA aumentou e continua contribuindo para a preservação da paz no mundo e para o desenvolvimento multifacetado dos países.



E considerando que 2023 marca o 60º aniversário da União Africana, foi organizada também, uma conferência dedicada ao Dia da África, celebrado no dia 25 de maio, intitulada "*Empoderando a África e promovendo o multilateralismo em uma era de desafios globais: o papel do movimento dos Não-Alinhados*".



O objetivo da conferência foi reunir políticos e especialistas de países africanos e países membros do Movimento dos Não Alinhados para discutir estratégias para fortalecer a África e promover o multilateralismo nas condições geopolíticas globais atuais.

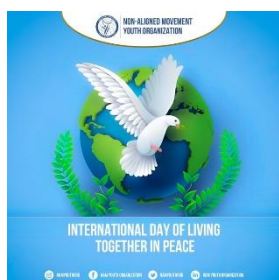
O evento contou com a presença de representantes de *think tanks* e ministérios das relações exteriores dos países membros do Movimento dos Não-Alinhados, representantes do corpo diplomático e do Governo do Azerbaijão, além de especialistas locais.

20 de maio de 2023 – O Embaixador Nathan Iumba, Diretor Executivo do Instituto de Negociações e Informações Comerciais da África Austral e Oriental (SEATINI) e originário de Uganda disse que a cúpula dos países do Movimento dos Não-Alinhados está agendada para janeiro de 2024, durante a Terceira Cúpula do Sul em Kampala, promovida pelo G-77 e a China. Esta cúpula ocorrerá no período em que todo o ocidente está envolvido num confronto militar com a Rússia na Ucrânia. Lembrando que a República de Uganda assumirá a presidência do MNA, no final de 2023.

O Ocidente também está se mobilizando para impedir a ascensão da China como potência global.

¹¹¹ O AIR Center é um think-tank baseado em Baku, Azerbaijão.

Destaque do Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)



16 de maio de 2023 – Este dia marca o Dia Internacional da Convivência em Paz buscando construir um mundo sustentável e pacífico.

O movimento jovem dos Não-Alinhados chama a atenção para que os países possam garantir a paz e o desenvolvimento sustentável em todo o mundo. Vamos nos unir nessa missão por um futuro melhor!

Centro Sul (South Centre)

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

Destaques do Centro Sul



09 de maio de 2023 - Carlos Correa, Diretor Executivo Centro Sul, participou do painel da Assembleia Geral da ONU sobre Prevenção Pandêmica, Preparação e Resposta na sessão com múltiplas partes realizada em New York.

De acordo com Carlos Correa, “a resposta ao Covid-19 revelou sérias deficiências no sistema multilateral. Apesar das declarações solenes, foi incapaz de garantir a equidade na abordagem de seus impactos econômicos e sociais na saúde. Muitos países em desenvolvimento perderam grande parte do que haviam conquistado na redução da pobreza e na realização de outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Uma clara manifestação de desigualdade foi o fracasso da COVAX em atender às necessidades dos países em desenvolvimento quanto ao acesso às vacinas. Não era apenas uma questão de financiamento, mas sim a falta de uma verdadeira governança multilateral desse mecanismo”.

Para ler o pronunciamento de Carlos Correa sobre este tema, [clique aqui](#).



11 de maio de 2023 A União Europeia está preocupada com o domínio da China e Índia em relação aos ingredientes farmacêuticos

Ao proclamar os benefícios do livre comércio, a UE considera promulgar uma "Lei de Medicamentos Críticos" para apoiar a produção local de medicamentos essenciais e ingredientes farmacêuticos para reduzir a dependência dos suprimentos da China e da Índia.

A UE aponta que 40% de todos os ingredientes farmacêuticos em todo o mundo são provenientes da China e que a produção de muitos desses produtos está concentrada em apenas

alguns poucos locais de fabricação. Como resultado, a Europa (e o mundo) depende de poucos fabricantes para grande parte de seu suprimento de medicamentos.



15 e 16 de maio de 2023 – Carlos Correia, Diretor Executivo do Centro Sul agradeceu a discussão sobre propriedade intelectual e acesso a medicamentos e sobre a necessidade de conciliar políticas industriais e de saúde pública, no Encontro Técnico de Nível Nacional sobre propriedade intelectual e acesso a medicamentos organizado pela Coalizão Internacional de Preparação para o Tratamento (do HIV)

realizado em Casablanca.

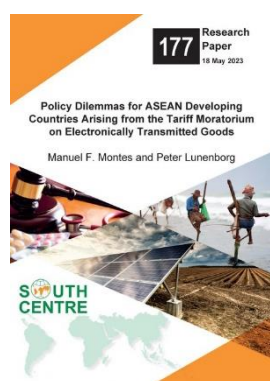


16 de maio de 2023 - Na 24ª Sessão do Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento, que foi realizada entre 15 a 19 de maio de 2023, o Centro Sul reiterou seu apoio aos esforços dos Estados para identificar e abordar efetivamente as desigualdades na ordem internacional para promover o direito ao desenvolvimento. Mais de 30 anos após a

adoção da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, bilhões de pessoas em todas as partes do mundo ficaram para trás e ainda não viram seu direito ao desenvolvimento realizado.



17 de maio de 2023 - O Centro Sul se juntou à Rede Climática do Sul Global coordenada pelo Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais (SAIIA) para contribuir na identificação de prioridades de pesquisa do Sul Global sobre os desafios prementes de clima, energia, transições econômicas e desenvolvimento.



18 de maio de 2023 – Dilemas de política para os países em desenvolvimento da ASEAN decorrentes da moratória tarifária sobre bens transmitidos eletronicamente

Este artigo examina os dilemas políticos enfrentados pelos países em desenvolvimento da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) ao trabalhar e participar de negociações internacionais para tornar permanente a moratória tarifária da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre as tarifas aplicáveis a bens transmitidos eletronicamente. Apresenta também estimativas dos impactos tarifários e estuda as implicações da moratória na política nacional.

No contexto das estratégias de desenvolvimento orientadas para o comércio dos países da ASEAN, a análise considera o impacto da moratória nas receitas tarifárias, desempenho econômico e perspectivas de desenvolvimento industrial.

Uma extensão da moratória estabeleceria um regime especial para uma classe de bens cujos componentes são definidos de forma controversa, mas com potencial de ser uma importante fonte de receita tarifária e de ter impacto no desenvolvimento industrial futuro dos

países em desenvolvimento da ASEAN. Este regime especial para bens transmitidos eletronicamente não pode ser justificado como um bem público global e é desnecessário. A remoção do regime restauraria o espaço nacional nos países em desenvolvimento da ASEAN e permitiria que eles obtivessem receitas tarifárias do comércio desses bens e melhorassem as capacidades domésticas de participação na economia digital.

Leia o [novo artigo de pesquisa do Centro Sul](#)

A Cúpula do G7 se realiza em Hiroshima, com participação especial da *troika* do G20

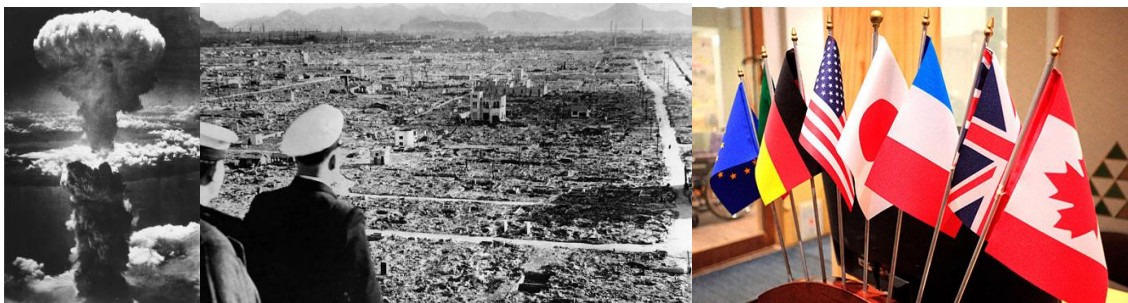
**Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury,
Vitória Kavanami, Nina Bouqvar e Paulo Buss**

O G7-

A cúpula do G7 de 2023 começou na sexta-feira, dia 19 de maio e teve seu último dia de agenda no domingo, 21 de maio. Após 14 anos sem presença no encontro, o Brasil retorna como convidado no terceiro mandato do governo Lula, a importância do seu discurso na Cúpula fez-nos tomar a decisão de publicá-lo na íntegra, em separado, neste Caderno 8. Os principais temas discutidos foram: segurança alimentar, desenvolvimento, saúde e a guerra entre Rússia e Ucrânia, pano de fundo que permeia as discussões do encontro. O **G7**, composto pelos sete países do ocidente que detém as maiores economias e são os mais industrializados do mundo (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido), mais União Europeia, realizou sua Cúpula em Hiroshima, sob a presidência do Japão.

O convite do G7 à Índia, Indonésia e ao Brasil para participar da Cúpula de Hiroshima não é mera casualidade, pois constituem a *troika* do G20, isto é, a presidência pró-têmpore (PPT) passada, atual e futura do grupo, cujas decisões o G7 pretende influenciar já na próxima Cúpula de setembro, em Nova Delhi, como também em 2024, sob a presidência do Brasil. Tampouco são aleatórias as diversas menções ao G20 no *Communiqué* do G7, inclusive em questões de saúde. E, finalmente, são lideranças muito importantes nas respectivas regiões e ‘neutras’ – a serem convencidas – no conflito da Ucrânia. Comores (representando a União Africana), Ilhas Cook (representando o Fórum das Ilhas do Pacífico), Vietnam, Coreia do Sul e Austrália completam a óbvia lista política.

O tema central do G7 é o desarmamento nuclear global, num momento particularmente delicado por que passa o mundo. O atual primeiro-ministro do Japão, Kishida Fumio, é nativo de Hiroshima, cidade que perdeu centenas de milhares de vidas quando os aliados, a 6 de agosto de 1945, lançaram a sinistra *Little Boy*, bomba atômica com 72 quilos de urânio 235.



O *G7 Hiroshima Leaders' Communiqué*¹¹², divulgado em 20 de maio, informa que o Grupo “está tomando medidas concretas” sobre: apoiar a Ucrânia; esforços de desarmamento e não proliferação, visando o objetivo final de um mundo sem armas nucleares; resiliência e segurança econômica; transição para economias de energia limpa; lançar a Declaração de Ação de Hiroshima para Segurança Alimentar Global Resiliente; e mobilizar até US\$ 600 bilhões em financiamento para infraestrutura, por meio da Parceria para Investimento em Infraestrutura Global (PGII).

¹¹² Ver: https://www.g7hiroshima.go.jp/documents/pdf/Leaders_Communique_01_en.pdf, com citações em tradução livre dos Cadernos

A **saúde** também aparece logo no *caput* do Comunicado, com esta formulação: “*investir na saúde global por meio da capacidade de fabricação de vacinas em todo o mundo, o Fundo Pandêmico, o futuro acordo internacional para prevenção, preparação e resposta a pandemias e esforços para alcançar a cobertura universal de saúde (UHC).*”

No campo específico da **saúde**, o *Communiqué* estendeu-se por três longos e abrangentes parágrafos, que, com tradução livre, reproduzimos abaixo. Procuramos apresentar as diversas iniciativas citadas em português e no original. Os destaques são nossos.

33. Renovamos nosso forte compromisso de **desenvolver e fortalecer a arquitetura global de saúde (GHA)** com a Organização Mundial da Saúde (OMS) em seu núcleo para futuras emergências de saúde pública e para quebrar o ciclo de pânico e negligência, reconhecendo que a pandemia de Covid-19 teve um impacto sem precedentes na comunidade internacional. Para esse fim, nos comprometemos a aumentar ainda mais o impulso político em direção a um **nível de governança mais coordenado e sustentado para prevenção, preparação e resposta a emergências de saúde (PPR)** que garanta legitimidade, representação, equidade e eficácia, observando as discussões em andamento, inclusive sobre um **novo instrumento sobre PPR pandêmica (WHO CA+), alterações direcionadas ao Regulamento Sanitário Internacional (RSI), a Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral da ONU (UNGA HLM) sobre PPR pandêmica**, em setembro de 2023, e a necessidade de evitar duplicações e garantir a coerência entre esses processos, destacando o papel de liderança da OMS. Também aplaudimos a decisão histórica da 75ª WHA de trabalhar para **aumentar a parcela das contribuições fixas para 50% do orçamento base da OMS para 2022-2023** e que leva em consideração a importância do monitoramento das propostas orçamentárias, bem como o progresso das reformas, com vista a financiar de forma sustentável a Organização para cumprir seu papel de liderança e coordenação na saúde global. Também reafirmamos nosso compromisso de fortalecer a **colaboração entre os Ministérios das Finanças e da Saúde para a PPR pandêmica**, inclusive por meio do trabalho contínuo e essencial da Força-Tarefa Conjunta de Finanças e Saúde do G20 (*G20 Joint Finance and Health Task Force - JFHTF*). Saudamos o lançamento do Fundo Pandêmico (Pandemic Fund - PF), esperamos a execução bem-sucedida de sua primeira chamada de propostas e incentivamos a participação ativa e o aumento das contribuições para o PF por parte de uma base de doadores mais ampla. Também nos comprometemos a trabalhar juntos, inclusive compartilhando planos de trabalho e rastreando, incentivando esforços e progresso em países prioritários para atingir **a meta do G7 de apoiar pelo menos 100 países de baixa e média renda (LMICs) na implementação das capacidades básicas exigidas no RSI, por mais 5 anos, até 2027**, conforme o compromisso assumido em 2022. Também destacamos a necessidade de **fortalecer o financiamento para resposta à pandemia**. Para esse fim, nos comprometemos a avaliar minuciosamente como as fontes de financiamento existentes podem ser usadas na resposta à pandemia e a explorar uma estrutura de financiamento emergencial que nos permita complementar os mecanismos existentes por meio de uma melhor coordenação e alocar os fundos necessários de maneira rápida e eficiente em resposta a surtos, sem acumular caixa ociosa. A esse respeito, saudamos o **Entendimento Compartilhado do G7 sobre Coordenação de Finanças e Saúde e Financiamento do PPR** (*G7 Shared Understanding on Finance-Health Coordination and PPR Financing*), endossado pelos Ministros das Finanças e da Saúde do G7 em sua sessão conjunta. Reafirmando que o fortalecimento das normas e regulamentos internacionais é essencial para aprimorar o PPR pandêmico, guiado pela equidade, reiteramos nosso **compromisso de contribuir e manter o ímpeto nas negociações da CA OMS (WHO CA+)**, com vistas a adotá-la até maio de 2024 e nas negociações de emendas direcionadas fortalecer o RSI, juntamente com todas as partes interessadas. Além disso, reiteramos a importância do **compartilhamento oportuno, transparente e sistemático de patógenos, dados e informações** de maneira segura e protegida, garantindo o respeito às regras relevantes de proteção de dados, para vigilância multissetorial e integrada de ameaças à saúde emergentes e contínuas, tanto em tempos normais e em emergências, de acordo com o **Pacto do G7 para a Prontidão Pandêmica (G7 Pact for Pandemic Readiness)**. Também reconhecemos a importância de fortalecer e manter recursos humanos suficientes e de alta qualidade para a saúde em todo o mundo em todos os momentos, como a saúde pública e a força de trabalho de emergência, incluindo a consideração do **Global Health Emergency Corps**. Apoiaremos o aprimoramento de uma rede global de especialistas e treinamentos, inclusive por

meio de iniciativas como a Academia da OMS, promover o trabalho decente com pagamento igual para trabalho de igual valor e proteger os profissionais de saúde durante emergências e conflitos, entre outros. Reconhecemos o papel integral que a sociedade civil desempenha, inclusive alcançando aqueles em situações vulneráveis, e nos comprometemos a trabalhar juntos para um futuro mais saudável para todos.

34. Comprometemo-nos a **reverter o declínio global na expectativa de vida**, o primeiro em mais de sete décadas, enfatizando a importância de **alcançar a UHC até 2030** e **acelerar o progresso em direção ao ODS 3**. Reiteramos o compromisso de trabalhar ao lado de parceiros globais para ajudar os países a alcançar a cobertura universal de saúde, apoiando a atenção primária à saúde (APS) e desenvolvendo e restaurando serviços essenciais de saúde, para alcançar níveis melhores do que antes da pandemia até o final de 2025, como parte de nosso esforço para fortalecer os sistemas de saúde em tempos normais. Comprometemo-nos a **apoiar os países a fortalecer a prestação da APS**, inclusive por meio do fortalecimento da força de trabalho em saúde. Também nos comprometemos a apoiar o retorno das taxas de sobrevivência a níveis melhores do que antes da pandemia, inclusive reduzindo a mortalidade materna, neonatal e infantil, e consistente com toda a gama de metas e indicadores dos ODS relacionados à UHC, nos quais também apoiaremos o progresso. Reconhecemos a importância da proteção contra riscos financeiros para evitar que as pessoas caiam na pobreza devido aos custos de saúde. Para tanto, endossamos o **Plano Global do G7 para a Agenda de Ação de UHC (G7 Global Plan for UHC Action Agenda)** e observamos a importância de uma função central global, em apoio a organizações internacionais relevantes, inclusive para financiamento, gestão de conhecimento e recursos humanos em UHC. Reafirmamos o papel essencial da cobertura universal de saúde no enfrentamento de vários desafios de saúde significativamente prejudicados pela pandemia, inclusive em contextos humanitários, como o combate a doenças transmissíveis, incluindo o HIV, tuberculose, hepatite, malária, poliomielite, sarampo, cólera e doenças tropicais negligenciadas (DTNs), resistência antimicrobiana (AMR), doenças não transmissíveis (DNTs), incluindo condições de saúde mental, concretizar saúde e direitos sexuais e reprodutivos abrangentes (SRHR) para todos, e promoção da imunização de rotina, envelhecimento saudável e água, saneamento e higiene (WASH). Estamos empenhados em liderar pesquisas a esse respeito, inclusive com foco na compreensão das condições pós-Covid-19. Observamos o resultado histórico da 7ª reposição do **Fundo Global (Global Fund)** e saudamos o apoio financeiro do G7 e de outros países para acabar com as epidemias de HIV/AIDS, tuberculose e malária. Pedimos apoio contínuo à **Iniciativa Global de Erradicação da Pólio (Global Polio Eradication Initiative - GPEI)** para permanecer no caminho certo para a erradicação da pólio até 2026. Aproveitaremos o sucesso da **Cúpula de Nutrição para o Crescimento (Tokyo Nutrition for Growth (N4G) Summit) de Tóquio, em 2021, para a N4G de Paris, em 2024, para melhorar nutrição**. Também nos comprometemos a promover ainda mais saúde e direitos sexuais e reprodutivos (SRHR) abrangentes para todos os indivíduos, incluindo saúde materna, neonatal, infantil e adolescente, especialmente em circunstâncias vulneráveis. Reconhecendo a necessidade crescente de coordenação e alinhamento abrangente, em nível sistêmico, das parcerias globais de saúde, tomaremos ações coletivas para evitar a fragmentação e a duplicação, garantir a responsabilidade, maximizar os impactos e reforçar as lideranças dos países para melhorar a governança na saúde global e para apoiar a realização da cobertura universal de saúde. Nesse sentido, aguardamos com expectativa o resultado das Iniciativas do **Futuro da Saúde Global (Future of Global Health Initiatives)**. Reiteramos nossa determinação de contribuir ainda mais para alcançar a cobertura universal de saúde, inclusive aproveitando ao máximo e garantindo sinergias entre os próximos HLMs da AGNU sobre cobertura universal de saúde, tuberculose e PPR pandêmica. A fim de contribuir para a saúde global na era pós-Covid-19, com o objetivo de apoiar a conquista da UHC e fortalecer a PPR, destacamos nossas contribuições financeiras totalizando mais de US\$ 48 bilhões dos setores público e privado. Apelamos também a uma maior mobilização de recursos domésticos, bem como ao uso eficiente dos recursos existentes. Enfatizamos o importante papel do setor privado para o financiamento sustentável na saúde global, inclusive por meio de investimentos de impacto e endossamos a Triplo I (Iniciativa de Investimentos de Impacto) para a Saúde Global.

35. Reafirmamos que iniciativas inovadoras, incluindo aquelas relacionadas à **saúde digital**, são fundamentais para fortalecer a GHA e alcançar a cobertura universal de saúde. Reiteraremos a necessidade urgente de promover a inovação e fortalecer a pesquisa e o desenvolvimento de

contramedidas médicas (MCMs) seguras, eficazes, de qualidade garantida e acessíveis, conforme sublinhado pela **Missão de 100 dias (100 Days Mission)**. Comprometemo-nos a melhorar o acesso equitativo ao MCM, inclusive abordando questões relacionadas à fabricação e entrega. Nesse sentido, continuaremos a contribuir com os processos em andamento, inclusive no G20, em um ecossistema de MCM end-to-end, alinhado com as discussões em andamento sobre o CA+ da OMS e que deve contribuir ativamente para a diversificação da produção de MCM e abordar a prioridade das necessidades e expectativas dos parceiros mais vulneráveis, inclusive em termos de governança global, em cooperação com parceiros relevantes, incluindo a OMS, o Banco Mundial, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Fundo Global, Gavi the Vaccine Alliance, Global Health Innovative Technology (GHIT), Coalition for Epidemic Preparedness Innovations (CEPI), Foundation for Innovative New Diagnostics (FIND) e Unitaid and Medicine Patent Pool, organizações regionais e o setor privado. Para esse fim, anunciamos a Visão do G7 Hiroshima para Acesso Equitativo a MCMs (*G7 Hiroshima Vision for Equitable Access to MCMs*) e lançamos a Parceria de Entrega MCM (*MCM Delivery Partnership - MCDP*) para acesso equitativo, visando contribuir para um acesso mais equitativo e entrega de MCMs com base nos princípios de equidade, inclusão, eficiência, acessibilidade, qualidade, responsabilidade, agilidade e rapidez. Comprometemo-nos a trabalhar com provedores de financiamento de desenvolvimento, com o objetivo de identificar opções concretas neste verão para fornecer liquidez para organizações globais de saúde adquirirem e entregarem MCMs no início de uma crise. Isso apoia o exercício de mapeamento para o aumento do financiamento a ser conduzido pela OMS e pelo Banco Mundial e apresentado na Força-Tarefa de Finanças e Saúde do G20 (*G20 Finance and Health Task Force*) e na UNGA HLM, contribuindo para as negociações em andamento sobre o CA+ da OMS. Também reiteramos nosso compromisso de abordar as ameaças globais à saúde, incluindo aquelas exacerbadas pelas mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição por meio de medidas integradas e aplicando uma abordagem holística de **Saúde Única (One Health)**. Reconhecendo a rápida escalada da AMR globalmente, continuamos a nos comprometer a explorar e implementar incentivos *push and pull* para acelerar a P&D de antimicrobianos, bem como promover o acesso e administração de antimicrobianos para seu uso prudente e apropriado, em relação ao UNGA HLM sobre AMR em 2024. Continuamos empenhada em promover políticas e recursos para cuidar de pessoas que vivem com demência e acolher o desenvolvimento de terapias potencialmente modificadoras da doença para os vários tipos de demência, incluindo a doença de Alzheimer.

A saúde esteve presente nas duas últimas presidências, de Reino Unido (2021) e Alemanha (2022), cujas Cúpulas aprovaram declarações contendo grandiosos compromissos do G7 com a saúde global e o controle da pandemia de Covid-19, mas que efetivamente não se realizaram^{113,114}. Esperamos que esta declaração dos líderes do G7 não caia na inocuidade das anteriores. Em 2024, a presidência de turno estará com a Itália.

Saúde no G7 2023, de Hiroshima, Japão

No **G7 do Japão**, poucos dias antes da Cúpula, em 13-14 de maio, em Nagasaki, outra das cidades japonesas bombardeadas em 1945, reuniram-se os **Ministros da Saúde do G7** afirmando que: *“rumo a ‘reconstruir melhor’ da pandemia de Covid-19, o G7 trabalhará em conjunto e apresentará direção e ação para fortalecer a prevenção, preparação e resposta (PPR) para emergências de saúde pública, a fim de contribuir para alcançar condições mais resilientes,*

¹¹³ Buss PM; Alcázar, S. G7 decepciona no combate à Covid. *O Globo blog* [Internet], 15 jun. 2021. Acesso: <https://blogs.oglobo.globo.com/opiniao/post/g7-decepciona-no-combate-covid.html>

¹¹⁴ Buss, P; Alcázar, S. A Cúpula do G-7 ou a precariedade insustentável de seus resultados. *Centro de Estudos Estratégicos blog* [Internet], 18 jun 2021. Acesso: <https://cee.fiocruz.br/?q=A-Cupula-do-G-7-ou-a-precariedade-insustentavel-de-seus-resultados>

*equitativas e sustentáveis de cobertura universal de saúde e promover a inovação em saúde, que é essencial para apoiar o enfrentamento desses desafios*¹¹⁵.

O primeiro-ministro publicou artigo no Lancet sobre as propostas do Japão para a área da saúde do G7¹¹⁶, que seriam segurança humana e cobertura universal de saúde. As últimas reuniões de MS do G7, antes do Japão, realizaram-se em Paris (2019), Oxford (2021) e Berlim (2022).

O *Communiqué* completo da reunião de Nagasaki pode ser acessado em: <https://www.mhlw.go.jp/content/10500000/001096403.pdf>. Constituído de 19 páginas e 49 parágrafos, detalham um pouco mais os conteúdos de saúde do comunicado dos líderes, já apresentado acima na íntegra. Está organizado em três partes e respectivos conteúdos:

I) Desenvolver e fortalecer a arquitetura de saúde global para emergências de saúde pública, incluindo: Observações gerais e governança da arquitetura de saúde global (GHA) para emergências de saúde pública; Quadro de coordenação entre saúde e finanças; Post ACT-A (Acelerador de Acesso à Ferramentas para COVID-19); Fundo Pandêmico; Capacitação; Financiamento; Convenção, acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias (WHO CA+) e emendas ao RSI; Vigilância de doenças e compartilhamento de dados; Recursos humanos para a saúde; Estratégias Globais de Saúde.

II) Contribuir para alcançar uma cobertura de saúde universal mais resiliente, equitativa e sustentável por meio do fortalecimento dos sistemas de saúde, incluindo: Observação geral sobre UHC; Conceitos do '*Plano Global do G7 para Agenda de Ação UHC*'; Compromisso com os HLMs da AGNU; Mobilização de recursos internos e investimentos privados; Fortalecimento do alinhamento das iniciativas globais de saúde em apoio às prioridades do país e parceria público-privada para a saúde global; Nutrição; Saúde mental; Envelhecimento; Saúde materno-infantil e serviços abrangentes de saúde sexual e reprodutiva para todos; Impactos de mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição sobre a saúde.

III) Promover a inovação em saúde para enfrentar vários desafios de saúde, incluindo: Observação geral sobre inovação em saúde; Ecossistema MCM de ponta a ponta MCM¹¹⁷; Doenças infecciosas e resistência antimicrobiana; Demência; Tecnologia digital; e Saúde Única.

A declaração dos ministros da saúde também presta solidariedade à Turquia e Síria fazendo menção ao terremoto de fevereiro, condena o conflito no Sudão, bem como as agressões russas à Ucrânia, incluindo a hospitais, que ocasionou na ruptura do sistema de saúde ucraniano. O apoio à OMS também é reforçado, reiterando seu papel de liderança central e coordenador em prol da cooperação multilateral e como orientadora da política pública de preparação e resposta a futuras emergências. Isso, através de reformas orçamentárias da organização aprovadas pela 75ª Assembleia.

A declaração saúda a criação do Fundo Pandêmico e pede a todos os países que se comprometam em aumentar o apoio financeiro, político e técnico para garantir a aplicabilidade do Fundo. Dentre os demais tópicos discutidos estão: uma infraestrutura de coordenação entre economia e saúde, com o apoio principalmente do G20; alinhamento das negociações do

¹¹⁵ Ver: https://www.g7hiroshima.go.jp/ministerialmeetings/pdf/nagasaki_en.pdf

¹¹⁶ Ver: https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/statement/202301/00009.html

¹¹⁷ MCM: tecnologia de coordenação em todo o processo de tomada de decisão de diversos atores. Ver: [https://www.thelancet.com/journals/lanpub/article/PIIS2468-2667\(22\)00057-3/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanpub/article/PIIS2468-2667(22)00057-3/fulltext)

Regulamento Sanitário Internacional e a minuta zero do WHO CA+; além da abordagem “One Health”.

Como se pode verificar, a Declaração da Cúpula de Líderes do G7 absorveu as posições de seus Ministros da Saúde que, por sua vez, guardam razoável coerência com declarações ministeriais de reuniões anteriores. A Cúpula também abordou a segurança alimentar global, tema crucial para a saúde humana, por meio da *Declaração de Ação de Hiroshima para Segurança Alimentar Global Resiliente*¹¹⁸. Manifestou-se também, com uma declaração, sobre a *Visão do G7 Hiroshima sobre acesso equitativo a insumos médicos (Medical Countermeasures)*¹¹⁹.

Esperamos que desta vez o G7, nas ações concretas decorrentes da Cúpula de Hiroshima e respectiva reunião de Ministros da Saúde, seja mais efetivo, não restringindo-se apenas a uma retórica que, embora bela e coerente, tem sido inócua na esfera da saúde global.



Fotografia: Ricardo Stuckert

O Brasil e os demais países convidados influenciaram a linguagem utilizada no texto da declaração conjunta sobre segurança alimentar, também emitida durante a cúpula pelo conjunto dos países membros e convidados. O Tom dessa declaração ameniza as críticas à Rússia, o que mostra que seu papel mais forte dos países emergentes.

Para a participação Brasileira, os temas prioritários em que se buscou diálogos e avanços foram¹²⁰:

1) Pauta ambiental: sendo uma das bandeiras do governo Lula, que deseja ser sede da Conferência das Nações Unidas para o Clima de 2025, o objetivo é angariar doadores para o Fundo Amazônia, criado em 2008 para financiar ações de combate ao desmatamento e desenvolvimento da região amazônica. Além disso, negociar a liberação de valores já prometidos por Reino Unido (R\$ 500 milhões) e Estados Unidos (R\$ 2,4 bilhões);

¹¹⁸ Ver: https://www.g7hiroshima.go.jp/documents/pdf/session6_01_en.pdf

¹¹⁹ Ver: https://www.g7hiroshima.go.jp/documents/pdf/session3_01_en.pdf

¹²⁰ Brasil no G7: quatro prioridades e uma preocupação de Lula em viagem ao Japão. BBC, 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c84133nzi9do>>. Acesso em: 21/05/2023.

2) “Revitalização” do G20: Tendo em vista que no próximo ano o grupo das 20 maiores economias será presidido pelo Brasil, o objetivo é “estabelecer novas prioridades ao grupo”, segundo o professor de Relações Internacionais da Universidade Federal de Minas Gerais Dawisson Lopes. Considerando o enfraquecimento do grupo e pouca efetividade diante dos problemas, o Brasil tentará incluir pautas como a climática para trazer de volta o protagonismo do grupo. Assim, alinhando um interesse tanto dos países do Sul Global, como do Norte;

3) Se colocar como uma ponte entre o G7 e os BRICS: com seu histórico de negociação pacífica e seu perfil diplomático, o Brasil – que possui boas relações com a China e Rússia e pretende mantê-las em vias de fortalecer os BRICS –, poderá mediar a relação entre os países ricos, opositores e movedores de sanções contra a Rússia, e Putin, bem como entre EUA e China. Uma das maiores preocupações de Lula é ser pressionado para seguir a oposição;

4) Negociar apoio à Argentina através da aproximação com o Fundo Monetário Internacional (FMI): a sensibilização do FMI em relação às dívidas da Argentina com credores internacionais é uma pauta de Lula, diante de seu alinhamento político com Fernández e a visão estratégica do país como aliado regional do Brasil.

Antes de chegar ao Japão, Lula já tinha 7 reuniões agendadas: com o presidente francês Emmanuel Macron, Anthony Albanese, primeiro-ministro da Austrália, Fumio Kishida, primeiro-ministro do Japão, Joko Widodo, presidente da Indonésia, Olaf Scholz, primeiro-ministro alemão, Pham Minh Chinh, presidente do Vietnã e António Guterres, secretário-geral da ONU. Ainda, o presidente brasileiro foi convidado por Zelensky para uma reunião bilateral, no entanto, devido a uma “incompatibilidade de agendas”, o encontro não foi realizado, gerando ruído diplomático.

No seus discursos, o presidente brasileiro adotou um tom bastante crítico ao atual paradigma de enfrentamento dos desafios. O presidente defende que a arquitetura financeira global atual é insuficiente para lidar com a sobreposição de múltiplas crises e que essas só poderão ser enfrentadas com medidas que “terão legitimidade e eficácia se tomadas e implementadas democraticamente”. Diante de ameaças sistêmicas, tem-se a necessidade de soluções multilaterais, como o cumprimento da Agenda 2030. O presidente criticou a solução baseada na “formação de blocos antagônicos ou respostas que contemplem apenas um número pequeno de países”, como sendo ineficazes.

Lula se colocou veemente a favor de uma reforma do Conselho de Segurança da ONU, que segundo ele “se encontra mais paralisado do que nunca” e que sem a “a inclusão de novos membros permanentes, a ONU não vai recuperar a eficácia, autoridade política e moral para lidar com os conflitos e dilemas do século XXI.”¹²¹ Esse argumento foi seguido por Antonio Gutierrez, que em seu discurso definiu a arquitetura financeira global como “desatualizada, disfuncional e injusta.”, sendo hora de “reformular o Conselho de Segurança e as instituições de Bretton Woods”¹²².

O presidente brasileiro também aproveitou a oportunidade para seguir com sua agenda de valorização do G20, ressaltando-o como espaço ainda mais efetivo caso contemple o diálogo

¹²¹ Discurso do Presidente Lula em sessão de trabalho do G7. PLANALTO GOV BR. 2023. Disponível na íntegra em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/05/discurso-do-presidente-lula-em-sessao-de-trabalho-do-g7>>. Acesso em: 21/05/2023.

¹²² CHADE, Jamil. No G7, Lula expõe fracasso de potências e propõe novo sistema internacional. UOL. 2023. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/05/21/no-g7-lula-expoe-fracassos-de-potencias-e-pede-novo-sistema-internacional.htm>>. Acesso em: 21/05/2023.

com todas as regiões do mundo, defendendo uma “representatividade mais adequada de países africanos”. Não deixou também de cumprir a promessa de buscar apoio para a Argentina, cobrando que o FMI siga um tratamento que considere as consequências sociais das políticas de ajuste. Foram discursos que sobretudo não pouparam críticas às maiores potências e seu fracasso em lidar com os desafios globais.

O brasileiro também enfatizou a posição do governo contra a proliferação de armas nucleares, elogiando a postura da América Latina em seguir os tratados e pontuando que enfrentamos o nível mais alto de risco de uma guerra nuclear desde o auge da Guerra Fria. O discurso de Lula repudia o uso da força para resolução dos conflitos, na frente da Rússia, em suas palavras condenou a violação da integridade territorial da Ucrânia e criticou o descaso para outros conflitos além da guerra russa-ucraniana, citando outros conflitos que merecem igual mobilização internacional.

Sustentabilidade e tensões políticas no cerne do G20

Dando início aos desdobramentos oficiais do G20 nesta quinzena, aconteceu na capital Bhubaneswar o segundo encontro do Grupo de Trabalho de Cultura (CWG, na sua sigla em inglês) nos dias 14 a 17 de maio. O evento, que pela primeira vez é tratado a partir de um grupo de trabalho específico, teve como objetivo promover um espaço colaborativo para deliberar sobre o setor cultural e seu papel fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável. As reuniões concentraram-se nas quatro áreas elencadas como prioritárias sob a Trilha de Cultura da presidência indiana, sendo elas: (i) proteção e restituição de bens culturais; (ii) preservação do patrimônio cultural para atingir um futuro sustentável; (iii) promoção das indústrias culturais e criativas e da economia criativa; e (iv) tecnologias digitais para a proteção e promoção da cultura¹²³.

Durante a sessão inaugural, o ministro da Cultura e do Turismo da Índia, G. Kishan Reddy, discursou sobre como a cultura pode ser um importante alicerce na formulação de políticas e na criação de soluções mais inclusivas e sustentáveis para superar os desafios contemporâneos. Nesse sentido, ao buscar uma visão coletiva, respeitando a diversidade cultural de cada contexto, o CWG torna-se um espaço para a promoção da colaboração e do diálogo entre os membros. A ministra de Estado da Cultura da Índia, Meenakshi Lekhi, de igual modo reforçou essa fala ao sublinhar o elemento inerente à cultura de unir e conectar diferentes partes¹²⁴. A necessidade de incorporar as tradições e os conhecimentos locais nas estratégias modernas de desenvolvimento também foi um ponto mencionado nas falas, assim como a ênfase no desenvolvimento comunitário, nas economias locais e na preservação dos patrimônios culturais de cada nação – sobretudo pelo cuidado e atenção com a conservação ambiental que esses saberes possuem¹²⁵.

Seguindo com a temática da sustentabilidade, foi realizado em Mumbai o terceiro encontro do Grupo de Trabalho de Transição Energética do G20 nos dias 15 a 17 deste mês. A

¹²³ 2nd G20 Culture Group (CWG) meet to start tomorrow in Bhubaneswar, Odisha. **G20**. 13 mai. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/may-2023/cwg/>. Acesso em: 20 mai. 2023.

¹²⁴ 2nd G20 Culture Working Group (CWG) meeting in Bhubaneswar, Odisha draws to a close, **G20**. 17 mai. 2023. Disponível em: https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/may-2023/cwg_meeting-2/. Acesso em: 20 mai. 2023.

¹²⁵ 2nd G20 Culture Working Group meet to focus on ‘Culture for Sustainable Development’. **News on Air**. 15 mai. 2023. Disponível em: <https://newsonair.com/2023/05/15/2nd-g20-culture-working-group-meet-to-focus-on-culture-for-sustainable-development/>. Acesso em: 20 mai. 2023.

reunião contou com mais de 100 delegados de países membros, convidados e organizações internacionais, como a Agência Internacional de Energia (AIE) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). A agenda que orientou os debates principais e eventos paralelos foi pautada em seis prioridades para guiar os aspectos da cooperação para o desenvolvimento de energia limpa e o processo para uma transição energética justa e acessível: (i) lacunas tecnológicas; (ii) financiamento de baixo custo; (iii) segurança energética e diversificação das cadeias de abastecimento; (iv) eficiência energética, transições industriais de baixo carbono e consumo responsável; (v) combustíveis para o futuro; e (vi) acesso universal à energia limpa¹²⁶. Sendo este último ponto, o que recebeu maior senso de prioridade e consenso entre os participantes, chegando a ser considerado um trunfo de potencial sucesso para a gestão indiana¹²⁷.

Outras considerações foram em relação aos tipos de energia limpa, financiamento e os chamados combustíveis do futuro. Sobre o primeiro ponto, a energia solar foi inicialmente considerada a mais importante fonte, seguida de pequenas hidrelétricas e energia eólica. Já em relação ao financiamento, discussões mais aprofundadas ainda estão em curso e devem continuar, mas há uma negociação com os países desenvolvidos para garantir condições melhores de financiamento para a transição energética e implementação de novas tecnologias em países em desenvolvimento. Os membros também concordaram em promover os combustíveis do futuro, como o hidrogênio verde e biocombustíveis, para além do fomento de inovações tecnológicas como a captura e utilização de carbono, eletrolisadores de alta eficiência, reatores modulares e química alternativa para baterias¹²⁸.

É notável destacar que de acordo com o relatório *Global Electricity Review*, publicado no momento do encontro pelo *think tank* Ember, o G20 conseguiu reduzir nos últimos anos o uso de carvão por meio da energia solar e eólica – por mais que essa transformação não caminhe na velocidade exigida para atingir as metas do Acordo de Paris e manter o aumento da temperatura em 1,5°C. Ainda segundo o informe, dentro os membros do bloco, o Brasil foi destacado como o país que tem a maior parcela de eletricidade limpa. Em 2022, o território brasileiro gerou 89% de sua eletricidade a partir de fontes limpas distribuídas em energia hidrelétrica (63%), eólica (12%) e solar (3%)¹²⁹.

Outro destaque do período analisado em relação à participação brasileira no G20 ocorreu em decorrência do encontro do G7 no Japão, no qual o Brasil atende na condição de país convidado. Na ocasião, em um painel com o tema “trabalhando juntos para enfrentar crises múltiplas”, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reivindicou uma maior representação nos órgãos de governança global. Nas palavras do presidente: “não faz sentido conclamar os países

¹²⁶ 3rd Energy Transitions Working Group (ETWG) meeting under India’s G20 Presidency to commence in Mumbai from May 15 – 17, 2023. **G20**. 14 mai. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/may-2023/etwg/>. Acesso em: 20 mai. 2023.

¹²⁷ 3rd Energy Transitions Working Group (ETWG) meeting under India’s G20 Presidency concludes in Mumbai today. **G20**. 17 mai. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/may-2023/etwg-concludes/>. Acesso em: 20 mai. 2023.

¹²⁸ G20 energy transition group backs 'universal access' to green power. **The Economic Times**. 18 mai. 2023. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/industry/renewables/g20-energy-transition-group-backs-universal-access-to-green-power/articleshow/100312684.cms>. Acesso em: 20 mai. 2023.

¹²⁹ Brasil é país com maior parcela de eletricidade limpa do G20, diz relatório. **Canal Energia**. 15 mai. 2023. Disponível em: <https://www.canalenergia.com.br/noticias/53246507/brasil-e-pais-o-maior-parcela-de-eletricidade-limpa-do-g20-diz-relatorio>. Acesso em: 20 mai. 2023.

emergentes a contribuir para resolver as crises múltiplas que o mundo enfrenta sem que suas legítimas preocupações sejam atendidas, e sem que estejam adequadamente representados”. Nesse sentido, Lula ressaltou que o G20 será mais efetivo se tiver uma maior representação de países africanos, fazendo coro ao debate que tem sido levantado sobre a adesão da União Africana (UA) como membro permanente no bloco¹³⁰. Não menos importante, como uma das séries de preparativos do país para assumir a gestão do G20 em dezembro, o ministro da Economia, Fernando Haddad, se reuniu com a ministra das Finanças da Índia, Nirmala Sitharama, em uma reunião bilateral¹³¹.

Por fim, no aspecto político, uma questão que tem gerado tensões para o G20 no último mês se deu em razão da escolha do local da terceira reunião do Grupo de Trabalho de Turismo, agendada para acontecer nos dias 22 a 24 de maio na região da Caxemira. O território é palco de um duradouro conflito entre Índia e Paquistão pelo domínio da região. E, se o evento ocorrer, será o primeiro de escala global no local desde 2019, ano em que o governo indiano colocou a Caxemira sob seu controle direto e cancelou o status especial da única região de maioria muçulmana do país. Desde então, surgiram muitas denúncias de violações de direitos humanos, prisões ilegais e arbitrárias, perseguições políticas, restrições e até supressão da mídia livre dos muçulmanos e minorias que habitam o local.

De acordo com o relator especial das Nações Unidas para questões de minorias, Fernand de Varennes, ao escolher a região disputada como sede da reunião, a Índia está tentando criar uma fachada de normalidade e o G20 está involuntariamente fornecendo um verniz de apoio a essa falsa percepção de paz¹³². Em razão do evento, a principal cidade do território, Srinagar, teve a segurança reforçada para evitar ataques e recebeu diversas reformas para amenizar o ar militarizado: estradas e *bunkers* foram pintados, postes de iluminação com as cores da bandeira indiana foram instalados e o logo do G20 foi espalhado por muros e construções.

Imagem 1: Logo do G20 sendo pintado nos muros de Srinagar, na Caxemira



Fonte: Aljazeera, 2023.

¹³⁰ Lula pede reforma do Conselho de Segurança da ONU e África no G20. **Poder 360**. 20 mai. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/lula-pede-reforma-do-conselho-de-seguranca-da-onu-e-africa-no-g20/>. Acesso em: 20 mai. 2023.

¹³¹ Haddad se reúne com ministra das Finanças da Índia e prepara troca de bastão do G20. **Uol**. 12 mai. 2023. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/05/12/haddad-se-reune-com-ministra-das-financas-da-india-e-prepara-troca-de-bastao-do-g20.htm>. Acesso em: 20 mai. 2023.

¹³² Is India projecting 'normalcy' in Kashmir by holding G20 meeting? **Aljazeera**. 17 mai. 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/5/17/is-india-projecting-normalcy-in-kashmir-by-holding-g20-meeting>. Acesso em: 20 mai. 2023.

Até o momento, a China foi um dos únicos países do bloco a apoiar o Paquistão e se mostrar contrário à escolha do local, opondo-se a participar do encontro caso não exista uma alteração¹³³. A retórica apresentada por Nova Délhi e defendida por analistas pró-governo, por sua vez, é de que o evento do G20 impulsionará a indústria do turismo da região, a qual tem crescido desde o último ano. Em resposta às Nações Unidas, o país também rebateu as acusações dizendo que são “alegações infundadas e injustificadas”, afirmando que são livres para realizar reuniões em seu próprio território.

OCDE

Em 09 de maio, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou seu mais recente e robusto relatório sobre análise de gênero e suas desigualdades nos países participantes de seu grupo, o chamado “*Joining Forces for Gender Equality: What is Holding us Back?*”¹³⁴. O lançamento da publicação contou também com um evento híbrido de divulgação e painel de discussão relacionado, promovido pela própria organização e com transmissão virtual aberta no portal eletrônico do grupo internacional¹³⁵. Partindo da persistência de desigualdades de gênero e a provocação sobre o que estaria dificultando o progresso para um cenário de igualdade de gênero, o documento revela que, apesar de observar progressos nos últimos anos em diversas áreas de políticas (como licença paternidade, transparência salarial, avanços em representatividade e participação, entre outros), há ainda grandes e complexos entraves que embaraçam a extinção de tais problemas globais.

Além de abordar questões como a desigualdade de oportunidades de emprego, a disparidade salarial, violência e sub-representatividade política, as crises recentes como a pandemia de Covid-19 e o conflito entre Rússia e Ucrânia também são tratadas. Seus efeitos em vulnerabilidades e cargas de estresse distintas nos gêneros são então abordadas no documento, indicando que os mesmos apresentam novos obstáculos e fragilidades, exigindo que os governos elaborem políticas inovadoras em resposta¹³⁶. Dessa forma, são necessários notáveis esforços em e de todos os países da OCDE para garantir a igualdade de gênero e extinguir as desigualdades e barreiras enfrentadas e, por isso, o documento acrescenta uma série de recomendações e abordagens sugeridas a fim de estimular seu desenvolvimento e progresso, com áreas prioritárias. Ainda, a organização reitera que a promoção da igualdade de gênero não é apenas um imperativo moral, mas que, em tempos de rápido envelhecimento populacional, baixa fertilidade e múltiplas crises, fortalecerá o futuro crescimento econômico com a igualdade de gênero e a coesão social.

Também durante o período analisado, a organização intergovernamental divulgou sua edição referente ao quarto trimestre de 2022 do estudo e acompanhamento sobre crescimento,

¹³³ China to boycott G20 meeting hosted by India in Kashmir. **Aljazeera**. 19 mai. 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/5/19/china-to-boycott-g20-meeting-in-kashmir>. Acesso em: 20 mai. 2023.

¹³⁴ OECD. **Joining Forces for Gender Equality: What is Holding us Back?**. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/67d48024-en>. Acesso em: 19 mai 2023.

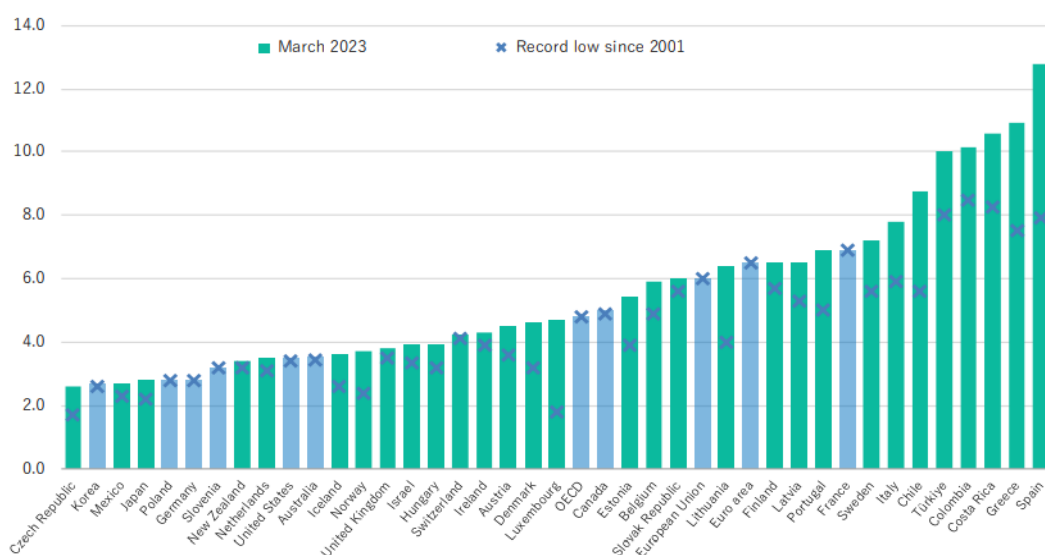
¹³⁵ Para mais informações, conferir: <https://video.oecd.org/9c83958b9b701895534f1ca1b7047478/or/Joining-Forces-for-Gender-Equality.html>

¹³⁶ All OECD countries need to step up efforts to boost gender equality. **OCDE**. 09 mai 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/all-oecd-countries-need-to-step-up-efforts-to-boost-gender-equality.htm>. Acesso em: 19 mai 2023.

bem-estar e renda real das famílias¹³⁷. Segundo seus dados, a renda familiar real per capita cresceu 0,6% na OCDE, superando o crescimento do PIB real per capita de 0,1%. E, apesar do crescimento moderado no terceiro e quarto trimestre, em uma base anual, a renda familiar real per capita de 2022 caiu 3,8% na OCDE, registrando assim a maior queda anual desde o início da série.

Ademais, a organização apresentou a atualização referente aos dados de março de 2023 sobre seu estudo e acompanhamento internacional de taxas de desemprego¹³⁸. A nova edição revela que a taxa de desemprego da OCDE permaneceu em 4,8%, marcando assim o terceiro mês neste nível recorde de baixa desde 2001, além de ter permanecido inalterada em 15 países da OCDE, em queda em 14 e com aumento em 5. Inclusive, a taxa de desemprego mensal foi igual ou próxima de seu nível mais baixo em 8 países participantes do grupo. Além disso, o número de desempregados reduziu ligeiramente para 33,1 milhões, mantendo-se próximo de seu ponto mais baixo desde julho de 2022.

Figura 1: Taxa de desemprego em países da OCDE: março de 2023 em comparação com a menor taxa registrada desde 2001 – percentual da força de trabalho com ajuste sazonal



Fonte: OCDE, 2023.

No que tange às outras adições ao acervo publicado e promovido pela organização, quatro delas são aqui destacadas. A primeira é o estudo *“Revenue Statistics in Latin America and the Caribbean 2023”*, versão mais atualizada de seu acompanhamento e análise sobre dados relativos à região da América Latina e Caribe (ALC)¹³⁹. Fruto do trabalho conjunto do Centro de Política e Administração Tributária da OCDE, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT), o estudo fornece dados comparáveis internacionalmente

¹³⁷ Growth and economic well-being: Fourth quarter 2022, OECD. **OCDE**. 10 mai 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/growth-and-economic-well-being-fourth-quarter-2022-oecd.htm>. Acesso em: 19 mai 2023.

¹³⁸ Unemployment Rates, OECD - Updated: May 2023. **OCDE**. 12 mai 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/unemployment-rates-oecd-updated-may-2023.htm>. Acesso em: 19 mai 2023.

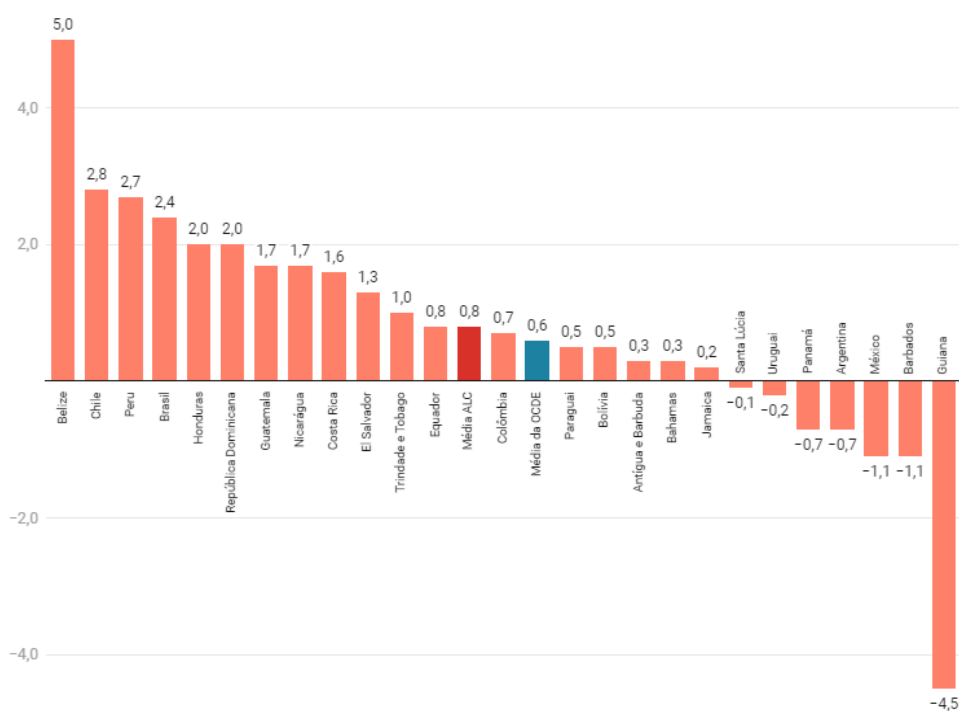
¹³⁹ OCDE et al. **Revenue Statistics in Latin America and the Caribbean 2023**. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/a7640683-en>. Acesso em: 19 mai 2023.

sobre níveis e estruturas tributárias a partir do banco de dados da OCDE Revenue Statistics e sua respeitada metodologia.

Ao compilar estatísticas de receitas tributárias comparáveis no período entre 1990 e 2021 de 27 economias da região, o relatório permite acompanhar o desenvolvimento do tema e estruturas tributárias, identificar padrões, particularidades e também tensões nos países da América Latina e Caribe. O relatório inclui ainda dois recursos especiais sobre a região: a primeira sobre tendências nas receitas fiscais de recursos naturais não renováveis ao analisar dados entre o período de 2021 e 2022 e a segunda sobre medição e avaliação dos gastos tributários.

É possível também ter acesso aos resumos e principais dados de cada país participante da análise. De acordo com o relatório, as receitas tributárias como parcela do PIB na ALC voltaram ao nível pré-pandêmico em 2021 em meio à recuperação econômica e preços mais altos das *commodities*¹⁴⁰. É válido destacar que o desempenho do Brasil no estudo repercutiu na imprensa brasileira¹⁴¹.

Figura 2: Variação da arrecadação tributária como proporção do PIB na ALC entre 2020 e 2021 – variação ano a ano



Fonte: OCDE ET AL, 2023.

¹⁴⁰ América Latina e Caribe: A recuperação econômica e os preços mais altos das commodities impulsionam aumento da arrecadação. **CEPAL**. 16 mai 2023. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/america-latina-caribe-recuperacao-economica-os-precos-mais-altos-commodities-impulsionam>. Acesso em: 19 mai 2023.

¹⁴¹ HESSEL, Rosana. Brasil lidera ranking de carga tributária na América Latina e Caribe, informa OCDE. **CORREIO BRAZILIENSE**. 18 mai 2023. Disponível em: <https://blogs.correiobraziliense.com.br/vicente/brasil-lidera-ranking-de-carga-tributaria-na-america-latina-e-caribe-informa-ocde/>. Acesso em: 19 mai 2023.

Na esteira da discussão, o grupo internacional lançou também o “*Global Trends in Government Innovation 2023*”¹⁴². Parte da série de estudos internacionais e análises específicas de cada país da organização sobre esforços governamentais para tornar o setor público e sua administração mais eficientes, inovadores e responsivos às necessidades e expectativas dos cidadãos, o Observatório de Inovação do Setor Público da OCDE (OPSI, na sigla em inglês) compilou e analisou na publicação novas abordagens, iniciativas inovadoras e boas práticas de 94 países a fim de discutir e disseminar práticas governamentais relevantes que tenham capacidade de enfrentar e responder à situação de “permacrise”, com as ameaças emergentes e questões de longa data, como mudanças climáticas, disrupção digital e baixos índices de confiança.

Desse modo, o documento se divide em discutir quatro grandes grupos de tendências: (i) novas formas de responsabilidade (*accountability*) para uma nova era de governo; (ii) novas abordagens de atendimento e assistência; (iii) novos métodos para preservar identidades e fortalecer a equidade; e (iv) novas maneiras de engajar cidadãos e residentes. Dez estudos de caso e dezenas de exemplos de apoio ilustram tais tendências.

Outro destaque da quinzena é o artigo “*Development co-operation and the provision of global public goods*”¹⁴³, que explora as mudanças nas narrativas e prioridades de financiamento dos provedores da cooperação para o desenvolvimento nas últimas décadas e analisa as implicações para a cooperação para o desenvolvimento do aumento dos gastos em bens e “males” públicos globais. A partir de tal observação, variadas questões relevantes sobre o futuro papel da cooperação para o desenvolvimento são ressaltadas, divididas em três áreas principais: (i) definição e medição; (ii) governança e coordenação; e (iii) eficácia do desenvolvimento.

Paralelamente aos assuntos tratados previamente no informe, a organização intergovernamental disponibilizou o documento “*Integrating Care to Prevent and Manage Chronic Diseases: Best Practices in Public Health*”¹⁴⁴. O denso e rico relatório faz parte da iniciativa e trabalho da OCDE acerca de boas práticas em saúde pública. Ao constatar que atualmente as pessoas vivem mais tempo com necessidades complexas de saúde, porém, muitas vezes, com cuidados fragmentados, o estudo se preocupa em analisar treze modelos de atendimento e cuidado integrados e centrados no paciente implementados nos países da OCDE e da UE27 para assim compartilhar suas conclusões principais sob as dimensões de governança, financiamento, força de trabalho, ferramentas digitais e sistemas de informação de saúde. Tópicos como monitoramento e avaliação, igualdade na saúde e ampliação e transferibilidade também são abordados. Dessarte, o trabalho culmina em elaborar recomendações de políticas para prevenir e gerenciar doenças crônicas por meio da integração do atendimento.

Por fim, no que diz respeito às progressões da adesão brasileira ao grupo internacional durante o período desta quinzena, ressaltam-se alguns eventos de troca entre representantes do governo brasileiro e da organização intergovernamental.

¹⁴² OCDE. **Global Trends in Government Innovation 2023**. OECD Public Governance Reviews. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/0655b570-en>. Acesso em: 19 mai 2023.

¹⁴³ KELGAR, Kerri et al. **Development co-operation and the provision of global public goods**. OECD Development Co-operation Working Papers, nº 11. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/aff8cba9-en>. Acesso em: 19 mai 2023.

¹⁴⁴ OCDE. **Integrating Care to Prevent and Manage Chronic Diseases: Best Practices in Public Health**. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9acc1b1d-en>. Acesso em: 19 mai 2023.

A exemplo, a Controladoria-Geral da União (CGU) coordenou a visita da missão que avaliará o Brasil quanto à Convenção Antissuborno da OCDE, parte da quarta fase de monitoramento da implementação e efetiva aplicação dos termos da Convenção e demais relacionados no país¹⁴⁵. É válido ressaltar que o Brasil esteve entre os primeiros signatários da Convenção, que é o principal instrumento internacional juridicamente vinculante dedicado a prevenir e combater o suborno transnacional. E, como signatário, o país se *compromete* a participar de um processo sistemático de monitoramento conduzido pelo Grupo de Trabalho sobre Suborno (WGB, na sigla em inglês). Outro evento foi a visita ao país de Amélie de Motchalin, representante da França junto à OCDE, para convidar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a participar em junho de uma conferência internacional sobre o tema de novas formas de financiamento¹⁴⁶.

Sobre a adesão do Brasil à OCDE, o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, revelou que o governo suspenderá o processo de ingresso em razão do impasse relacionado ao voto de qualidade no Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)¹⁴⁷. O ministro ainda fez um “apelo” aos deputados em favor que o projeto de lei relacionado ao tema seja aprovado.

¹⁴⁵ OCDE: missão para avaliação do Brasil na Convenção Antissuborno acontece nesta semana. **CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**. 15 mai 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2023/05/ocde-missao-para-avaliacao-do-brasil-na-convencao-antissuborno-acontece-nesta-semana>. Acesso em: 19 mai 2023.

¹⁴⁶ ZANINI, Fábio. É preciso reformar o sistema financeiro global para enfrentar desafios ambientais, diz francesa. **FOLHA DE SÃO PAULO**. 16 mai 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/05/e-preciso-reformar-o-sistema-financeiro-para-enfrentar-desafios-ambientais-diz-francesa.shtml>. Acesso em: 19 mai 2023.

¹⁴⁷ NASCIMENTO, Houldine. Adesão do Brasil à OCDE será adiada por causa do Carf, diz Haddad. **PODER 360**. 17 mai 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/adesao-do-brasil-a-ocde-sera-adiada-por-causa-do-carf-diz-haddad/>. Acesso em: 19 mai 2023.

A Cúpula do G7 com Brasil e Índia convidados e China como o elefante que atravança a sala

Claudia Hoirisch

O Brasil na 76ª Assembleia Mundial da Saúde



A partir de 21/5, uma delegação do governo brasileiro participou da Assembleia Mundial da Saúde, em Genebra, com o propósito de reatar relações com a OMS e recuperar o protagonismo do Brasil em temas de saúde. A retomada da participação brasileira defende a centralidade da OMS na agenda da diplomacia da saúde, o apoio à ciência, uma maior equidade no acesso e a importância da produção local de medicamentos e produtos de saúde, a cobertura universal e a visão da saúde como direito humano.

Os MS dos BRICS farão uma reunião dia 23/5 às margens da AMS, preparatória para a 13ª reunião dos MS dos BRICS dia 3 de agosto.

Estão previstas duas reuniões do Centro BRICS de P&D de Vacinas neste ano (locais e datas a serem confirmados).

Cúpula do G7 em Hiroshima: presença dos BRICS Brasil e Índia; Rússia e China não foram convidados, apesar de seus países figurarem na Agenda

Não faz sentido conclamar os países (com mercados) emergentes a contribuir para resolver as 'crises múltiplas' que o mundo enfrenta sem que as suas legítimas preocupações sejam atendidas, e sem que estejam adequadamente representados nos principais órgãos de governança global¹⁴⁸ (Discurso do Pres. Lula em sessão de trabalho do G7).



¹⁴⁸ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/05/discurso-do-presidente-lula-em-sessao-de-trabalho-do-g7>

Lula foi convidado para a Cúpula de Hiroshima, na condição de mais influente líder político latino-americano. Além do Brasil, participam como convidados os representantes da Índia, Austrália, Comores (presidente da União Africana), Ilhas Cook (presidente do Fórum das Ilhas do Pacífico), Indonésia, Coreia do Sul e Vietnã. Representantes de organizações como Nações Unidas, FMI, BM, EU, Agência Internacional de Energia também se fizeram presentes. Como o poderio econômico do G7 está diminuindo (em 1990 o grupo respondia por pouco mais da metade do PIB mundial e agora é responsável por pouco menos de 30%), precisa buscar novos amigos influentes. Na tentativa de reverter essa situação, o G7 buscou uma aproximação com países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina (Sul Global) onde a China e a Rússia têm laços políticos e econômicos complexos. Com o intuito de tentar reduzir a influência de Pequim sobre as economias do Sul Global, o PM japonês, que ocupa a presidência rotativa do G7, fez nada menos que 16 viagens ao exterior nos últimos 18 meses, incluindo Índia e países na África e Sudeste Asiático, para tentar provar a essas regiões que existe uma alternativa à China e Rússia, do BRICS.



Xi e Putin não figuram na lista de convidados, embora seus países dominem a agenda

Entre os assuntos que foram discutidos na Cúpula, estão:

- Fortalecimento da arquitetura internacional no campo da saúde pública
- Segurança alimentar
- Aceleração de ações voltadas à mudança do clima e da transição energética
- Ajuda internacional para obtenção do equilíbrio energético
- Enfrentamento das vulnerabilidades dos países de média e baixa renda por conta da crise da dívida

Na área de saúde global, os países se mostraram determinados a trabalhar juntos e com outros por meio da capacidade de fabricação de vacinas em todo o mundo, baseado em um futuro acordo internacional, o Fundo Pandêmico^{149,150,151}, e se esforçarão para alcançar a Cobertura Universal de Saúde (CUS).

Lula por sua vez abordou temas que têm defendido em reuniões internacionais, o apoio à democracia, a questão do desenvolvimento econômico, social e sustentável dos países em desenvolvimento e a necessidade de pensar em formas para alcançar a paz para superar conflitos existentes.

¹⁴⁹ <https://fiftrustee.worldbank.org/en/about/unit/dfi/fiftrustee/fund-detail/pppr>

¹⁵⁰ O Fundo Pandêmico financiará investimentos para fortalecer as capacidades de prevenção, preparação e resposta a pandemias nos níveis nacional, regional e global, com foco em países de baixa e média renda

¹⁵¹ G7 Hiroshima Leaders' Communiqué May 20, 2023. Para. 33.

O presidente brasileiro esteve presente em três sessões de trabalho em Hiroshima, programadas para os dias 20 e 21 de maio. No sábado (20), Lula participou do encontro intitulado Trabalhando para enfrentar múltiplas crises, que incluem pandemias, segurança alimentar, mudança do clima, tensões geopolíticas e pressões energéticas. Nesse evento Lula defendeu que o sistema financeiro esteja a serviço da produção, do trabalho e do emprego para alcançarmos um crescimento sustentável; uma reforma das instituições globais para permitir que os países com economias emergentes tenham mais voz nas decisões, criticou o “equivoco” do neoliberalismo e questionou o fracasso das principais potências em lidar com as crises internacionais e disse que o combate à fome, à pobreza e à desigualdade deve voltar ao centro da agenda internacional, assegurando o financiamento adequado e transferência de tecnologia. Para isso, lembrou que já temos uma bússola acordada multilateralmente: a Agenda 2030¹⁵². No mesmo dia, esteve em um segundo painel denominado “Esforço compartilhados em prol de um planeta sustentável” que incluiu clima, energia e meio ambiente. Lula criticou a falta de cooperação global para cumprir as metas climáticas e disse que o principal problema no combate às crises climáticas no mundo, é político. Segundo ele, o Brasil será implacável no combate aos crimes ambientais, informou que o país deseja liderar o processo que vai permitir salvar o planeta; se comprometeu em zerar o desmatamento até 2023, apontou que os líderes globais não estão trabalhando para cumprir as metas assumidas no Acordo de Paris, em 2015^{153,154} e que os recursos prometidos para a proteção da Amazônia fazem parte da solução global para combater as mudanças climáticas. Lula defendeu o papel brasileiro como referência na transformação energética para o cumprimento dos tratados climáticos, assegurando que a matriz energética brasileira está entre as mais limpas do planeta, que metade da energia consumida no país é renovável, enquanto no mundo esse valor chega a apenas 15%. No domingo (21), o presidente participou da última sessão de trabalho intitulada “Na direção de um mundo próspero, estável e pacífico”.

O convite para participar da cúpula do G7 foi visto no governo brasileiro como sinal de prestígio do presidente e pesou o fato de que o Brasil assumirá neste ano a presidência do G20. Os temas debatidos no encontro do G7, voltarão a ser tratados no G20. O Brasil pretende se firmar como uma espécie de ponte entre o G7 e os BRICS.

Outros assuntos que foram tratados em Hiroshima:

- Guerra da Rússia na Ucrânia
- Tensões no Indo-Pacífico
- Esforços para repelir a “coerção econômica” (leia-se China) e em vez disso, promover políticas de livre-mercado no comércio

¹⁵² BRASIL, 2023. Cúpula do G7. Discurso do Presidente Lula em sessão de trabalho do G7. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/05/discurso-do-presidente-lula-em-sessao-de-trabalho-do-g7>

¹⁵³ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/internacional/audio/2023-05/em-discurso-no-g7-lula-defende-medidas-para-conter-crise-climatica>

¹⁵⁴ <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/no-g7-lula-faz-discurso-contrablocos-antagonicos-leia-a-integra/>



A China como “*an elephant in the room*”, mas como mencionar o país no Comunicado oficial do G7?

A China é o fio que liga essas três questões. Pequim, que não participou da Cúpula, dominou as discussões uma vez que o G7 e as autoridades europeias buscaram a todo custo evitar uma linguagem anti-China proposta pelos EUA¹⁵⁵ em questões comerciais e a respeito de Taiwan em sua declaração oficial.

Os dirigentes europeus queriam reduzir os riscos em relação ao regime de Pequim, mas mantendo o diálogo aberto; sanções contra empresas chinesas poderiam criar um conflito diplomático e Xi Jinping é um dos poucos que é ouvido pelo presidente russo. Além disso, há outras regiões do mundo cujos interesses devem ser ponderados.

"Os países em desenvolvimento e os países emergentes manifestaram a sua preocupação com o fato de o G7 estar focado em demasiado na Ucrânia e a não prestar atenção suficiente às suas necessidades e prioridades, e nós ouvimos as suas preocupações. Queremos construir parcerias sólidas com os países em desenvolvimento e emergentes, de uma forma que seja mutuamente benéfica¹⁵⁶", afirmou o Charles Michel, presidente do Conselho Europeu.

O Comunicado oficial do G7 mostrou o esforço conjunto para proteger os países da pressão econômica exercida pela China ao afirmarem que seus países reduzirão as dependências excessivas em suas cadeias de suprimentos críticas (para. 51)¹⁵⁷. A UE quer ter uma maior autonomia política, militar e econômica, mas não pode crispas os tradicionais aliados, nem alienar outras regiões do mundo às quais quer comprar e vender produtos.

Banco dos Brics convida Argentina para reunião em Xangai

O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o governo da China convidaram o ministro da Economia da Argentina, Sergio Massa, para participar da 8ª reunião anual da instituição sob o lema "Moldando uma nova era para o desenvolvimento global", nos dias 30 e 31 de maio, em Xangai.

Na reunião onde o Ministro da Fazenda Fernando Haddad estará presente, será discutida a modificação de um artigo do estatuto do banco que permita avançar com o

¹⁵⁵ <https://www.ft.com/content/15f67705-a9e3-49f5-a14d-052db3044e30>

¹⁵⁶ <https://br.financas.yahoo.com/noticias/reuni%C3%A3o-g7-dever%C3%A1-abordar-escape-162850956.html>

¹⁵⁷ <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2023/05/20/g7-hiroshima-leaders-communique/>

compromisso assumido pelo presidente Lula com o governo de Alberto Fernández de pré-financiar as importações do Brasil. O encontro será importante para o Ministro da Economia argentino em seu objetivo de fortalecer as reservas do Banco Central.

Na visita a Brasília feita no início de maio por Massa e Alberto Fernández, Lula prometeu que arbitrará um mecanismo de pré-financiamento de exportações para a Argentina que permitirá ao Banco Central argentino proteger suas reservas. Assim, seria estabelecido um sistema de compensação onde as transações seriam feitas em moedas locais e a Argentina não precisaria usar seus dólares para financiar as importações do Brasil.

Se o plano liderado por Massa e seu par do Brasil for bem-sucedido, as reservas do Banco Central Argentino poderiam somar US\$ 6 bilhões, o que permitiria estar menos condicionado para financiar outras importações e teria recursos para enfrentar possíveis novas corridas.

BRICS planeja debater o uso de moedas nacionais em acordos mútuos na África do Sul, estágio necessário para a introdução de uma moeda comum

Durante a 15ª reunião da Cúpula do BRICS, que será realizada em agosto na África do Sul, os países pretendem discutir a possibilidade de introduzir uma moeda comum devido aos conflitos geopolíticos terem impulsionado o dólar e as commodities (alimentos e combustíveis), precificadas na moeda americana, em detrimento da maioria dos mercados emergentes.

Esses eventos incentivaram o debate sobre alternativas ao uso do dólar como moeda comercial global. Quanto a uma moeda comum para os países do BRICS, esse é um projeto ainda **distante**; a questão por enquanto é sobre os termos da transição dos países do BRICS para o uso de moedas nacionais em acordos mútuos. A criação de uma moeda única é um estágio mais complexo e posterior, porque exige a formação de um determinado sistema monetário regional, um sistema de pagamento conjunto com mecanismos unificados de gestão e coordenação. É necessária uma série de medidas para criar uma união econômica e alfandegária, bem como um mercado comum. Antes disso, todos os países precisam de pelo menos vários anos de estabilidade em seus cursos políticos. Para se ter uma ideia, a Europa levou 40 anos para introduzir sua própria moeda.

Turbulência derruba avião? Impasses e oportunidades para a América Latina e o Caribe: Mercosul – CELAC – União Europeia

***Sebastián Tobar
Miryam Minayo
Samia de Brito***

Impasses e oportunidades: Mercosul – CELAC – União Europeia, o que vem a seguir?

O acordo comercial entre o grupo de sul-americanos e o bloco europeu foi fechado em junho de 2019, depois de 20 anos de negociações, mas a ratificação não avançou desde então. Com duas décadas de negociações do Acordo entre a União Europeia e o Mercosul, estamos diante de um momento crucial para a implementação desse importante instrumento.

A delegação brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) reuniu-se com membros do Comitê de Comércio Internacional do Parlamento Europeu no Senado brasileiro na tentativa de destravar impasses importantes.

Os desafios persistem. A União Europeia continua salvaguardando seu mercado agrícola, tornando-o altamente protegido para os produtos agrícolas do Mercosul. Somado a isso, a proposta europeia de adicionar regras de proteção ao meio ambiente, não previamente negociadas, tem sido considerada abusiva pelo Brasil.

Muito provavelmente, a política ambiental brasileira dos últimos anos, que se afastou de compromissos históricos, pode ter influenciado a postura da União Europeia. Não seria para menos.

Outro ponto de impasse é a regra que obriga o Brasil a submeter suas obras públicas à concorrência internacional. O presidente Lula busca modular essa regra para reposicionar a engenharia nacional, que sofreu impactos severos da operação “Lava Jato”, e resultou no fechamento de construtoras de alto nível tecnológico.

É possível que uma conversa mais profunda entre o Mercosul e a União Europeia, sobre não apenas as mudanças climáticas, mas também a defesa dos consumidores e a flexibilização das regras de propriedade intelectual relacionadas a produtos farmacêuticos seja inevitável e um caminho importante.

O eventual acordo Mercosul-União Europeia poderia ser uma oportunidade de ultrapassar as antigas regras de propriedade intelectual estabelecidas pela OMC e se tornar um instrumento de cooperação estratégica entre os dois blocos regionais.

Enquanto isso, a América Latina e a Europa enfrentam desafios próprios, como divisões internas, desigualdade e crises econômicas. Diante desse contexto, a próxima reunião EU-CELAC, entre os líderes dos dois continentes, se apresenta como uma oportunidade para iniciar uma nova relação baseada no diálogo político, acordos comerciais, investimentos e cooperação em áreas como segurança, migração, revolução digital e desenvolvimento sustentável.

Enquanto o Mercosul e a União Europeia enfrentam impasses relacionados ao acesso ao mercado agrícola, regras de proteção ambiental e concorrência internacional em obras públicas, a Associação Estratégica entre a União Europeia e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) se deparam com divisões e diferenças entre os países. Análises derivadas da Cúpula Iberoamericana de Santo Domingo, em março, dão ênfase aos

desafios internos, como desigualdade, polarização política, crises econômicas e impactos da pandemia que ambas as regiões enfrentam.

Diante desse cenário, a próxima reunião entre líderes dos dois continentes – a ser realizada no segundo semestre – se apresenta como uma oportunidade de iniciar uma nova relação baseada no diálogo político, acordos comerciais, investimentos, cooperação, segurança, migração e uma abordagem mais progressista, sustentável e igualitária.

É fundamental retomar o diálogo UE – CELAC, interrompido em 2015, e avançar em uma agenda mais progressista, com políticas equitativas e foco no meio ambiente, na revolução digital e em novas formas de financiamento.

Assim, a reunião entre os líderes dos dois blocos representa um ponto de partida para estabelecer uma nova relação, superando desafios e buscando uma cooperação mais estreita em diversos aspectos, visando um futuro de maior integração e desenvolvimento sustentável.

A diplomacia brasileira e regional enfrenta o desafio de transformar os impasses protecionistas do passado em novas oportunidades de uma geopolítica construtiva. Quem sabe?

MERCOSUL: Acordo Mercosul-União Europeia: turbulência derruba avião?

As conversações sobre o acordo Mercosul-União Europeia passam por mais uma turbulência, talvez essa seja uma daquelas chamadas de céu claro (turbulências que ocorrem em céus azuis, limpos e aparentemente calmos, sem dar nenhum indício visual como nuvens¹⁵⁸). A analogia aeronáutica responde a uma percepção de que a volta do governo Lula ao poder no Brasil e a estabilização das relações formaria um “tempo bom” para navegar pelas negociações. No entanto, ainda é possível sentir “massas de ar” que se movem em diferentes velocidades e direções e que tem “chocalhado” a negociação.

A massa de ar europeia se movimenta a partir de uma visita com agenda de trabalho de legisladores europeus ao Brasil. Segundo o ministro Mauro Vieira, a agenda apresentada endurece posições protecionistas impostas pela União Europeia que trazem barreiras comerciais e possibilidade para retaliação e sanções. As massas de ar europeias se chocam com a massa de ar brasileiras que trazem a possibilidade de reavaliar outros termos do acordo, que já haviam sido acordadas no governo anterior, sobre cotas para produtos agrícolas brasileiros e área de compras públicas¹⁵⁹.

A massa de ar brasileira ganha força na região com junção de massas de ar que vem do recém-eleito presidente paraguaio que reafirmou que está a favor da resolução positiva, mas que compartilha a posição brasileira de que algumas restrições em termos ambientais são duras e podem impactar no desenvolvimento da região.¹⁶⁰ Por outro lado, na região platina, nebulosidades começam a se formar devido as eleições argentinas que devem acontecer no segundo semestre deste ano e os resultados podem arrefecer as iniciativas de recuperação dos bons termos da relação entre Brasil e Argentina prometidos por Alberto Fernandez e Lula. Ainda não está clara a direção dos ventos que vão soprar da Argentina no próximo semestre.

¹⁵⁸ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39774962>

¹⁵⁹ <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/entenda-por-que-o-acordo-mercosul-uniao-europeia-sera-reavaliado/>

¹⁶⁰ <https://www.lanacion.com.py/mundo/2023/05/19/acuerdo-mercosur-legisladores-europeos-piden-mayor-compromiso-ambiental/>

Ao final, continua o impasse, que lembrando aos viajantes de primeira viagem, não é novo nas relações entre o Mercosul e União Europeia e data desde o início das negociações nos anos noventa. Uma das leituras possíveis é a de que fenômenos como turbulências são inevitáveis (e talvez crônicas) dado a condição estruturais do próprio sistema internacional pois o acordo desafia a compatibilização de interesses de duas regiões que ocupam posições diferentes na divisão internacional do trabalho e que, por força de conjunturas internacionais, são pressionadas a transformar a natureza de jogos que tem características de ganhos relativos em jogos que possibilitariam ganhos absolutos.

Mas a dúvida, para aqueles observadores da política internacional e fóbicos de avião, continua: será que turbulência derruba avião? Os especialistas em aeronáutica dizem que não. Os analistas em relações internacionais, talvez, não consigam ser tão exatos em predizer os desfechos das negociações para Mercosul e UE.

CEPAL: XXXV Seminário Regional de Política Fiscal¹⁶¹

O XXXV Seminário Regional de Política Fiscal, realizado na sede da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em Santiago, Chile, reuniu autoridades dos Ministérios de Finanças de 14 países da região, especialistas, sociedade civil e academia para discutir os desafios da política fiscal na região. A iniciativa foi apoiada pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

Durante o seminário, o Secretário Executivo da CEPAL apresentou o relatório “Dívida pública e restrições para o desenvolvimento na América Latina e no Caribe”¹⁶², que abordou as restrições ao crescimento e ao desenvolvimento causadas pela dívida pública na região.

Segundo o relatório, o aumento do serviço da dívida leva os países a alocar recursos públicos cada vez maiores para garantir sua sustentabilidade, o que resulta em redução de investimentos públicos e gastos sociais. Isso cria um ciclo prejudicial, pois esses investimentos são necessários para promover um crescimento inclusivo e sustentável, além de cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O relatório destaca a urgência de ampliar o financiamento e transformar a arquitetura internacional da dívida soberana, buscando reduzir os custos do endividamento e criar uma nova institucionalidade para a reestruturação da dívida soberana.

Além disso, no seminário foi apresentada uma proposta de plataforma regional de cooperação tributária, promovida por Colômbia, Chile e Brasil, com o apoio da CEPAL. Essa plataforma visa promover uma tributação inclusiva, equitativa e sustentável globalmente. Também foi divulgado o Panorama Fiscal da América Latina e do Caribe 2023, um relatório anual que defende uma política fiscal voltada para o crescimento, a redistribuição e a transformação produtiva na região.

No evento, também, foi divulgado o relatório “Estatísticas Tributárias na América Latina e no Caribe 2023”¹⁶³, que demonstrou que os ingressos tributários como porcentagem do PIB na

¹⁶¹ <https://www.cepal.org/es/comunicados/reducir-restricciones-al-crecimiento-desarrollo-que-impone-servicio-la-deuda-es>

¹⁶² https://www.cepal.org/sites/default/files/presentation/files/ppt_doc_deuda-jmsx.pdf

¹⁶³ <https://www.cepal.org/es/comunicados/america-latina-caribe-la-recuperacion-economica-precios-mas-altos-materias-primas>

América Latina e no Caribe se recuperaram para os níveis anteriores à pandemia em 2021, devido à recuperação econômica e aos preços mais altos das commodities.

O relatório revela que a média da arrecadação tributária como porcentagem do PIB aumentou 0,8 pontos percentuais em 2021, atingindo 21,7%, o mesmo nível de 2019, antes da pandemia COVID-19. No entanto, essa média ainda é menor do que a média da OCDE, que foi de 34,1% do PIB em 2021, uma diferença de 12,5 pontos percentuais.

A relação da arrecadação tributária como porcentagem do PIB na ALC variou de 12,7% do PIB no Panamá a 33,5% do PIB no Brasil em 2021. Essa proporção aumentou em 18 dos 25 países entre 2020 e 2021 e diminuiu nos outros sete países.

O maior aumento foi observado em Belize, com um aumento de 5,0 pontos percentuais em relação ao ano anterior, beneficiando-se da recuperação nas receitas relacionadas ao turismo. O forte crescimento das receitas ocorreu no Chile (2,8 pontos percentuais), Peru (2,7 pontos percentuais) e Brasil (2,4 pontos percentuais), impulsionado pelos preços mais altos das commodities e pelo aumento da receita de impostos sobre bens e serviços, devido à recuperação econômica.

A maior diminuição foi observada na Guiana, onde o PIB nominal aumentou 47% em 2021 devido a um aumento significativo na produção de recursos naturais. No entanto, as receitas tributárias aumentaram apenas 16%, resultando em uma queda de 4,5 pontos percentuais nos ingressos tributários como porcentagem do PIB.

SEGIB: A Cúpula UE-CELAC deve ser o ponto de partida para uma nova relação entre as duas regiões¹⁶⁴

Em 18 de maio de 2023, a Fundação Alternativas organizou a apresentação de seu relatório “América Latina e Europa: além da cúpula”¹⁶⁵, na sede da Secretaria Geral Ibero-Americana. O relatório analisa a realidade dos países que compõem a Associação Estratégica entre a UE e a CELAC.

Érika Rodríguez, coordenadora do relatório e professora da Universidade Complutense de Madrid, falou sobre um dos aspectos do relatório, a segurança, e como ela deve figurar na agenda futura da América Latina e da Europa. Um tema que, segundo a acadêmica, deve ser visto a partir das falhas nas democracias e da desigualdade.

Segundo o relatório, atualmente, a realidade dos países que compõem a Associação Estratégica entre a União Europeia (UE) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) é bastante diferente. Embora tenham se encontrado na última Cúpula Ibero-Americana na República Dominicana, em abril, prevaleceram as divisões e diferenças entre países e suas posições.

Ambas as regiões enfrentam um contexto desafiador. O risco de fragmentação em blocos geopolíticos e econômicos aumentou. A América Latina e o Caribe estão diante do dilema de pertencer ao hemisfério ocidental ou fortalecer sua integração intrarregional.

A Europa também enfrenta desafios sem precedentes, com uma agenda influenciada totalmente pelo conflito entre Ucrânia e Rússia, com um crescimento econômico desacelerado,

¹⁶⁴ <https://www.segib.org/andres-allamand-la-cumbre-ue-celac-debe-ser-el-punto-de-partida-de-una-nueva-relacion-entre-ambas-regiones/>

¹⁶⁵ https://fundacionalternativas.org/wp-content/uploads/2023/05/INTERIOR_IBE_2023_DIGITAL.pdf

estimado em modestos 0,1% para 2023. Além disso, os gastos militares crescentes para apoiar a Ucrânia têm implicado deixar de lado outras prioridades de desenvolvimento, gerando dilemas sociais para preservar seu modelo de bem-estar social.

Por sua vez, a América Latina e o Caribe são hoje uma região mais desigual, mais pobre, mais endividada, mais polarizada e mais desconfiada. Enfrentam múltiplas crises, sofrendo os impactos do conflito na Ucrânia, com altos níveis de inflação (em média, 7,7%), apesar de os preços de combustíveis e alimentos parecerem ter atingido seu limite.

O impacto da pandemia, a crise climática, as interrupções nas cadeias de suprimentos, o endurecimento das políticas monetárias e o financiamento internacional, juntamente com a dívida pública e privada e a baixa arrecadação fiscal, sobrecarregam atualmente a região. Os riscos econômicos aumentaram, assim como a incerteza e o descontentamento social, gerando maior polarização política.

Durante a apresentação do relatório, Andrés Allamand, Secretário-Geral da SEGIB, destacou como a próxima reunião entre líderes dos dois continentes se apresenta como um ponto de partida para uma nova relação em diversos aspectos. Entre eles, mencionou o diálogo político, acordos comerciais, investimentos, cooperação, a relação com a revolução digital, segurança e migração.

José Antonio Sanahuja, diretor da Fundação Carolina e coautor do relatório, destacou uma das principais preocupações abordadas no documento: a interrupção do diálogo político birregional entre a UE e a CELAC, suspensa desde 2015, diante de um ambiente cada vez mais exigente. Para o cientista político, a necessidade de revisar a relação entre ambos os lados do oceano decorre de um interesse geopolítico mútuo e aposta no multilateralismo, no impulso à cooperação em democracia e direitos humanos, e em um novo modelo de desenvolvimento mais sustentável e igualitário.

A embaixadora do México no Chile, Alicia Bárcena Ibarra, que participou do evento de forma remota, aprofundou essa ideia de avançar em uma agenda mais progressista com políticas mais equitativas e com foco no meio ambiente, digital e novas formas de financiamento.

SEGIB: lançamento do novo portal Somos Ibero-américa¹⁶⁶

A nova edição do Portal Somos Ibero-américa (<https://www.somosiberoamerica.org>) analisa as principais conquistas da XXVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, de março passado.

Além dos grandes consensos regionais em segurança alimentar, direitos digitais e meio ambiente, a Cúpula alcançou acordos na transição energética, recuperação do turismo e migração. O encontro em Santo Domingo também permitiu vislumbrar uma revitalização das relações entre a União Europeia e a América Latina no segundo semestre de 2023, devido à Cúpula UE-CELAC e à Presidência espanhola do Conselho Europeu.

O novo portal conta também com contribuições especiais, como a da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), juntamente com entrevistas, análises, artigos e opiniões que abordam oportunidades para impulsionar o investimento e o crescimento na

¹⁶⁶<https://www.segib.org/somos-iberoamerica-ahonda-en-los-logros-de-la-xxviii-cumbre-de-santo-domingo/>

Ibero-América, ou "Como desenvolver uma cooperação triangular mais ampla e melhor entre a Europa e a América Latina?", entre outros temas.

SEGIB: 5 prioridades de inovação pública

A SEGIB elaborou um documento¹⁶⁷ que destaca as cinco prioridades da inovação pública reconhecidas pelos Chefes de Estado e de Governo durante a XXVIII Cúpula Ibero-Americana.

Essas prioridades incluem incentivar a colaboração institucional, promover a abertura à mudança, motivar os funcionários públicos, impulsionar a experimentação e agilizar os procedimentos burocráticos. O documento faz parte da Agenda Ibero-Americana de Inovação Pública e busca superar os desafios da inovação no setor público, por meio da criação de soluções conjuntas e capacitação das equipes de administração pública. A publicação também destaca os principais desafios enfrentados pelas administrações públicas e propõe a criação de um repositório de casos de sucesso e o desenvolvimento de novas soluções para os países participantes.

ORAS-CONHU: Reunião ORAS-CONHU e Organização Internacional de Migração (OIM) para início das coordenações para o trabalho com migrantes na região andina¹⁶⁸

No dia 16 de maio, a secretaria executiva do ORAS-CONHU, Maria Calle, e o coordenador da Unidade de Migração e Saúde da OIM, Jorge Martin, se reuniram para discutir ações conjuntas sob o marco do plano andino de saúde para pessoas migrantes.

O ORAS-CONHU e a OIM estabeleceram, em 2021, um acordo marco para implementar projetos em saúde que beneficiem migrantes na área andina, dentre as atividades propostas de atividades estão: facilitar o acesso equitativo a serviços de atenção a saúde, promover a saúde das pessoas em movimento nas zonas fronteiriças, estabelecer sistemas de vigilância de doenças etc.

As primeiras ações conjuntas começarão em junho e possuirão os objetivos de realizar análise da situação dos serviços de saúde oferecidos aos migrantes em países andinos, de elaborar estudo sobre o estigma e discriminação da pessoa migrante e de fortalecer as equipes de saúde que atendem migrantes. Todas as ações serão realizadas em zonas de fronteira.

SE-COMISCA: Comemoração dos 13 anos da negociação conjunta COMISCA para acesso a medicamentos e insumos¹⁶⁹

Em 18 de maio, a secretaria executiva do COMISCA realizou, com apoio da agência espanhola de cooperação internacional para o desenvolvimento (AESCID) e a União Europeia, o evento comemorativo "13 anos favorecendo o acesso a medicamentos e insumos estratégicos na América Central e República Dominicana: Negociação Conjunta COMISCA"

O evento foi realizado a partir de diferentes painéis que apresentaram histórico da iniciativa e resultados obtidos nos 13 anos. Além disso, foi destaque pela secretaria executiva do

¹⁶⁷<https://agendainnovacionpublica.org/wp-content/uploads/2023/03/Las-5-prioridades-de-la-IP-Documento-Cumbre.pdf>

¹⁶⁸<https://www.orasconhu.org/es/se-inician-las-coordinaciones-para-el-trabajo-con-personas-migrantes-en-alianza-con-oim>

¹⁶⁹https://www.sica.int/noticias/se-comisca-conmemora-13-anos-de-la-negociacion-conjunta-comisca_1_132015.html

COMISCA a importância do apoio de funcionários dos Estados membros do SICA para o desenvolvimento da iniciativa.

Acompanharam o evento diversos atores: representantes dos corpos diplomáticos e dos Ministérios da Saúde dos 8 países membros, representantes da indústria farmacêutica, funcionários da SICA e SE-COMISCA. Além desses participantes, destaca-se a fala do embaixador espanhol em El Salvador, Carlos de La Morena Casado, que afirmou que “a população deve ser consciente que este [mecanismo] é um triunfo para a integração. É um privilégio constatar que o apoio da AESCID desde 2006 a Negociação Conjunta Comisca tem benefícios tangíveis”

OTCA, Ministério dos Povos Indígenas e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) do Ministério da Saúde do Brasil se reúnem para discutir saúde dos povos indígenas¹⁷⁰

A reunião entre representantes brasileiros e a OTCA realizada em 10 de maio contou com a presença do diretor executivo da OTCA, Embaixador Carlos Lazary, e faz parte do Projeto “Plano de Contingência para a proteção da Saúde dos Povos Indígenas Altamente Vulneráveis em Contato Inicial (OTCA/OPAS/BID)” que versa sobre a situação específica dos povos indígenas em regiões fronteiriças, que vivem em território de mais de um país em condições de alta vulnerabilidade.

Os debates giraram em torno das possibilidades de monitoramento da situação epidemiológicas de saúde dos povos indígenas isolados e em contato inicial por meio do Módulo dos Povos Indígenas no âmbito do Observatório Regional Amazônico (ORA) da OTCA. Além disso, na ocasião, foram apresentadas atividades que a OTCA tem realizado nesse tema como o Plano Estratégico de Saúde para a região Amazônica, a criação de uma Plataforma de Conhecimentos tradicionais e mudanças Climáticas entre outros.

Discurso do Ministro Mauro Vieira nos seminários de preparação para a “Cúpula da Amazônia – IV Reunião de Presidentes dos Estados Partes no Tratado de Cooperação Amazônica”¹⁷¹

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, abriu o seminário de preparação para a Cúpula da Amazônica destacando o convite, na COP do Clima no Egito, feito pelo então presidente eleito Lula aos países amazônicos para se reunirem e discutirem, de forma soberana, a promoção do desenvolvimento integrado da região.

Em seu discurso, Mauro Vieira, destacou a importância da renovação do compromisso com a cooperação através da OTCA para fazer frente aos desafios atuais nas relações entre os países amazônicos. Dentre os desafios, o ministro sublinhou a importância da inclusão de povos indígenas e comunidades tradicionais na agenda regional e comemorou a criação por parte do Brasil do Ministério dos Povos Indígenas.

A cúpula, segundo o Ministro, tem objetivos diplomáticos importantes para o Brasil: retomar o diálogo de alto nível na região amazônica, fortalecer vínculos bilaterais com países amazônicos, atualizar o perfil da cooperação regional, fortalecer a OTCA e outros mecanismos concretos de cooperação, adensar laços entre órgãos de governo, sociedade civil e academia da Amazônia dos oito países e dialogar com cooperantes externos.

¹⁷⁰ <http://otca.org/pt/otca-mpi-e-sesai-compartilham-a-possibilidade-de-monitorar-a-situacao-da-saude-dos-povos-indigenas-em-isolamento-e-em-contacto-inicial/>

¹⁷¹ Discurso na íntegra no link: <http://otca.org/pt/discurso-do-ministro-mauro-vieira-no-seminario-desenvolvimento-sustentavel-na-amazonia-brasilia-16-de-maio-de-2023/>

Além disso, convidou governos amazônicos, a sociedade brasileira, o Ministério das Relações Exteriores e a sociedade em geral a somarem esforços em suas áreas de atuação para fortalecer a Amazônia como área de construção e diálogo comuns.

SELA: Mecanismos de integração acordam em trabalhar em três eixos centrais para abordar a redução de riscos de desastres e cambio climático na região¹⁷²

Os mecanismos de integração latino-americanos, SELA, AEC, SICA, CAN, ALADI, ALBA-TCP e OTCA, em reunião sob o marco da IX Cúpula de Chefes de Estado e/ou de Governo da Associação de Estados Do Caribe (AEC), decidiram três eixos centrais para abordar a redução de riscos de desastres na região.

Os três eixos definidos serão: fortalecer as atividades de capacitação através da coleta de informações e evidências sobre os riscos de desastre e mobilidade populacional relacionada às mudanças climáticas; trabalhar na inclusão das considerações e fatores de risco de desastre no desenho de uma política social, assim como o fator de mobilidade populacional a partir das mudanças climáticas; trabalhar em estratégias de planejamento para a utilidade de operações e para a recuperação pós desastres, com enfoque regional e sub-regional. Esses eixos fazem parte dos esforços direcionados para elaboração de um plano de ação regional sob o Marco de Sendai para a redução de riscos de desastres.

Na ocasião, o secretário permanente da SELA, embaixador Clarems Endara, ressaltou a necessidade aprofundar a cooperação através de um mecanismo que pode contar com grupos técnicos que trabalhem enfoques regionais e fazer propostas de políticas públicas ou entregáveis específicas.

Argentina: crise cambial e cenário político^{173 174 175}

A Argentina passa por uma das piores crises cambiais de sua história recente e vive o aprofundamento da crise econômica, social, das desigualdades e da pobreza.

Nos últimos meses, o dólar evaporou dos cofres públicos, gerando uma inflação que supera os 108% ao ano e reservas cambiais em declínio. As tensões entre o país e o Fundo Monetário Internacional (FMI), igualmente, vem se agravando desde que uma seca sem precedentes atingiu o país em março – perdendo grande parte dos ingressos de suas commodities. O país tem uma dívida de 44 bilhões de dólares com o Fundo, que exige a desvalorização da moeda local, favorecendo os exportadores, mas prejudicando quem usa a moeda, ou seja, para a população argentina.

Neste cenário, economistas projetam um aumento contínuo da taxa de pobreza na Argentina devido à alta inflação. Nos meses de março e abril, a inflação atingiu níveis alarmantes de 7,7% e 8,4% ao mês, respectivamente, marcando os pontos mais altos desde a crise econômica de 2002, o pior ano da história do país. A Argentina ultrapassou a Venezuela em

¹⁷² <https://www.sela.org/es/prensa/notas-de-prensa/n/88920/mecanismos-de-integracion-acuerdan-trabajar-en-tres-ejes-centrales-para-abordar-la-reduccion-de-riesgo-de-desastres-y-el-cambio-climatico-en-la-region>

¹⁷³ <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgxlgdzee0o>

¹⁷⁴ <https://www.seudinheiro.com/2023/internacional/argentina-dolar-plano-fernandez-rens/>

¹⁷⁵ <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/05/acumulo-de-oito-decadas-de-criises-favorece-extrema-direita-na-argentina-entenda.ghtml>

termos de inflação mensal, embora a taxa de inflação anual da Venezuela ainda seja quase cinco vezes maior do que a da Argentina.

A inflação tem impacto desproporcional nos indivíduos de menor renda, uma vez que os preços dos alimentos, que representam uma parte significativa das despesas das famílias trabalhadoras, estão subindo rapidamente.

Na Argentina, cerca de 35,5% da força de trabalho está empregada de forma informal. A situação salarial é preocupante, pois mesmo aqueles que possuem empregos formais enfrentam salários insuficientes para atender às necessidades básicas das famílias. Em abril, o salário-mínimo era de aproximadamente 170 dólares, o segundo mais baixo da América do Sul, ficando atrás apenas da Venezuela.

Esse valor é insuficiente para cobrir as despesas básicas de uma família, especialmente considerando que a cesta básica alimentar em abril foi equivalente a mais de dois salários-mínimos.

Não é surpreendente que estudos mostrem que quase um terço de todos os trabalhadores na Argentina são considerados pobres, de acordo com o Observatório da Dívida Social Argentina.

As sucessivas crises econômicas e o profundo aumento da pobreza tem escancarado o descontentamento com os partidos políticos tradicionais e aberto espaço para a ascensão de um candidato de extrema direita. Movimento muito conhecido em vários países, inclusive em seu vizinho, Brasil.

Javier Milei, economista e deputado, está ganhando destaque e liderando as pesquisas eleitorais. Com uma agenda alinhada às ideias de Donald Trump e Jair Bolsonaro, Milei propõe a dolarização da economia como uma solução para conter a inflação desenfreada e enfrentar a crise econômica do país. O desgaste do peronismo e da oposição tradicional, estão impulsionando a candidatura de Milei. Ele está sendo visto como uma alternativa fora do establishment político e tem atraído eleitores insatisfeitos com as opções tradicionais.

As eleições de 2023 serão um teste para Milei e sua plataforma de extrema direita. Sua liderança nas pesquisas mostra que ele tem chances reais de chegar ao segundo turno e até mesmo ganhar a eleição. Com uma agenda que inclui a dolarização da economia, educação pública opcional e livre posse de armas, Milei está moldando o debate político e atraindo apoio de setores descontentes da sociedade argentina.

O surgimento de um candidato de extrema direita como Milei reflete a insatisfação e a busca por soluções radicais diante das crises enfrentadas pelo país. A Argentina está em um momento crucial de sua história política, com a possibilidade de uma mudança significativa em seu cenário político tradicional.

Equador: instabilidade política e o decreto “morte cruzada”

Em mais um episódio de instabilidade política na América do Sul, o Executivo lança suas garras sobre o Legislativo. No caso mais recente, o presidente Guillermo Lasso recorre ao artigo 148 da Constituição equatoriana, conhecido como “morte cruzada”, para dissolver o parlamento e convocar novas eleições nacionais.

O decreto 741¹⁷⁶, expedido no último 17 de maio, pelo Executivo equatoriano decidiu: Artigo 1º. - Dissolver a Assembleia Nacional por grave crise política e comoção interna, em conformidade com o artigo 148 da Constituição da República do Equador; Artigo 2º. - Notifique-se ao Conselho Nacional Eleitoral para que convoque eleições dentro do prazo de 7 dias em conformidade com o estabelecido no inciso terceiro do artigo 148 da Constituição da República; Artigo 3: Notifique-se a Assembleia Nacional o término dos plenos direitos aos mandatos para os quais parlamentares foram nomeados. Adicionalmente, o término antecipado dos contratos do pessoal legislativo ocasional. Esta dissolução não outorga aos parlamentares nem ao pessoal legislativo ocasional, direito a reparação ou indenização alguma, conforme o que estabelece de maneira expressa o artigo 50 da Lei Orgânica da Função Legislativa.

A reviravolta na política equatoriana está na esteira de um conturbado momento político para Guilherme Lasso que estava passando por investigações de peculato ligados a episódios de corrupção em empresas públicas no campo de energia. Lasso, no entanto, nega qualquer desvio de conduta e revida as acusações contra o parlamento afirmando que “todos os poderes do legislativo estão focados em desestabilizar o governo com uma investigação política infundada” e completou “que o processo não apresenta provas, é contraditório, confuso, ilegal e ilegítimo. Um mecanismo para destruir o presidente”¹⁷⁷

A investigação não era ela somente o fator de preocupação política, mas o próprio Lasso já havia perdido grande parte de sua aprovação como presidente depois de reiteradas ações sem efeito para combater a questão do narcotráfico e violência no país.¹⁷⁸ As primeiras horas depois do anúncio do decreto elevou a tensão interna devido a possibilidade de uma onda de protestos pois movimentos indígenas advertiram sobre a possibilidade de mobilizações em conjunto com outros coletivos políticos e sociais. O ex-presidente Rafael Correa chamou de “ilegal” e de “golpe de Estado” a decisão do atual mandatário¹⁷⁹.

No entanto, apesar do envio de tropas do exército para frente da assembleia, não houve grandes manifestações ou convulsões sociais. Mesmo as frentes indígenas como o Conaie não foram para as ruas e somente emitiram comunicado que estaria atento a qualquer excesso por parte do presidente nesse período que antecede as eleições convocadas. Outras forças correístas também não foram para as ruas e começam a direcionar o foco do discurso para a concorrência eleitoral próxima¹⁸⁰.

No período que se segue o ainda presidente Lasso governará através de decretos. O primeiro decreto pós “morte cruzada” foi o lançamento de uma reforma tributária no Equador. A repercussão internacional da dissolução do parlamento equatoriano não encontrou grandes sobressaltos. Os EUA afirmaram que a sua relação com Equador se mantém forte. O presidente mexicano, Lopez Obrador, também afirmou que não se preocupa com a instabilidade no país andino e fez votos de que as eleições possam acontecer normalmente com participação de todas as forças políticas. Já o ex-presidente boliviano, Evo Morales, criticou Lasso acusando-o de dupla moral devido a condenação do atual presidente equatoriano no caso da dissolução do parlamento no caso peruano meses atrás.¹⁸¹

¹⁷⁶ <https://www.comunicacion.gob.ec/decreto-ejecutivo/> (Trecho do decreto traduzido pelo autor do informe)

¹⁷⁷ <https://cnnespanol.cnn.com/2023/05/18/que-es-muerte-cruzada-significado-lasso-ecuador-orix/>

¹⁷⁸ <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-65624119>

¹⁷⁹ Acorralado, Lasso decreto reformas tributarias. Página 12, edição dia 18/05/23

¹⁸⁰ Em Ecuador todos ganan com la disolucion del Parlamento. El País, edição dia 19/05/2023.

¹⁸¹ Acorralado, Lasso decreto reformas tributarias. Página 12, edição dia 18/05/23

Lideranças globais alertam para o risco de estagnação global na implementação da Agenda 2030

Rômulo Paes de Sousa e Paulo Gadelha

Em 25 de abril de 2023, Antônio Guterres, fez mais um pronunciamento contundente sobre as dificuldades globais de implementação da Agenda 2030. O Relatório de Progresso dos ODS que estava então sendo lançado por esse Secretário-Geral da ONU, indica índices pouco animadores: apenas 12% das metas se encontram no ritmo esperado, enquanto 50% se apresentam um ritmo fraco ou insuficiente. Pior ainda: 30% das metas estão em reversão. A falta de compromisso global (sobretudo dos países ricos e das instituições globais por eles comandadas) o impelia a clamar por um novo tratado de Bretton Woods. Um tipo de arranjo financeiro global que permitisse um financiamento anual de 500 bilhões de dólares para financiar a implementação da Agenda 2030 nos países emergentes.

No dia seguinte ao discurso de Guterres, em Santiago, José Manuel Salazar, abriu a 6ª Reunião do Fórum de Países da ALAC sobre o Desenvolvimento Sustentável com um pronunciamento um pouco mais otimista, mas pontuado por advertências sobre a gravidade do contexto. O Informe de Progresso da Agenda 2030 preparado pela CEPAL, lançado nessa oportunidade por esse Secretário-Geral, indicava que 31% das metas implementadas na região se encontram no ritmo esperado, enquanto 41% se encontram em um ritmo fraco ou insuficiente. Contudo, 27% delas se encontram em retrocesso.

A CEPAL procurou ir além dos impactos da pandemia de COVID-19 para compreender os determinantes do desempenho limitado na implementação da Agenda na Região. Dois eixos de problemas organizam esse diagnóstico: uma crise no desenvolvimento regional como consequência de uma década perdida nas políticas econômicas, sistemas de inovação e produção débeis e uma institucionalidade frágil, carente de continuidade e capacidade preditiva. A lógica predatória de disputa política, em vários países da região, agregou uma camada final neste contexto turbulento em que a alternância política é sempre marcada por grandes instabilidades institucionais. Sua apresentação enfatizou que a capacidade preditiva é uma necessidade imperiosa para a tomada de decisões em contextos complexos, instáveis e conflitivos. Para Salazar, a ALAC padece de falta de continuidade institucional dos esforços preditivos, o que gera a longo prazo uma desconexão entre a tomada de decisões de política pública e as demandas reais das populações dos países.

A fala do Secretário Geral da CEPAL foi enfática nos efeitos do que denominou “cascata de crises” que antecedem e são agravadas pela pandemia de COVID-19: “En los diez años entre 2014-2023 la región ha experimentado un menor crecimiento que durante la década perdida de la crisis de la deuda.”

Em decorrência do diagnóstico sobre os determinantes das crises econômicas e as estratégias internacionais para seu enfrentamento, o VI Fórum criticou os ajustes fiscais baseados em altas taxas de juros e restrições da ação do Estado e reivindicou a suspensão do pagamento da dívida pública dos países mais vulneráveis e ampliação do acesso ao financiamento em condições favoráveis, incluindo a criação de novos mecanismos financeiros e fundos para apoiar os países que enfrentam pressões fiscais, entre eles a ativação do Fundo para aliviar os impactos econômicos da COVID-10.

O VI Forum trouxe um leque de resoluções fortes sobre diversos temas relativos à Agenda 2030, a exemplo dos direitos humanos, mudança climática, igualdade de gênero, migrações, respeito aos conhecimentos tradicionais e transição digital.

Quanto à questão climática, as resoluções do Fórum destacam que “a região é muito mais vulnerável aos efeitos da mudança climática devido a sua situação geográfica e climática e suas condições socioeconômicas e demográficas,” ao mesmo tempo que avalia como positivos diríamos mesmo com excessivo otimismo, os resultados da COP 27 e do Plano de Aplicação de Sharm el-Sheikh “que permitirão a plena implementação das disposições do Acordo de Paris.”

Embora a CEPAL reconheça avanços na implementação da Agenda, sobretudo na sua governabilidade, a territorialização dos ODS, melhoria das estatísticas e indicadores, apresentação dos Relatórios Nacionais Voluntários, que já incluem 36 países da região, e participação da sociedade civil, observa que os países estão muito distantes de uma entrega compatível com os compromissos assumidos.

A CEPAL propõe sete iniciativas transformadoras para a promoção de um impulso no desenvolvimento sustentável da Região, quais sejam: (i) transição energética e incentivo às indústrias relacionadas; (ii) fomento da bioeconomia centrada na agricultura sustentável e na bioindustrialização; (iii) aceleração da transformação digital; (iv) promoção de exportações de serviços modernos adaptados para Internet; (v) desenvolvimento de política de cuidados com foco na igualdade de gênero; (vi) crescimento do turismo sustentável, e (vii) maior integração econômica regional.

Os países reafirmaram a relevância do papel diretor da CEPAL para o desenvolvimento da ALAC e o acompanhamento da Agenda 2030, destacando sua capacidade convocatória como i) plataforma intergovernamental para o assessoramento e diálogo entre políticas; ii) centro de estudos para o desenho de análise e recomendações de política; iii) prover apoio normativo cooperação técnica e fortalecimento de capacidade aos Estados membros. Outro destaque relevante no discurso do Secretário Geral da CEPAL diz respeito à Cúpula do Futuro, programada para 2024 e a referência à “Nossa Agenda Comum”, que propõe, em âmbito internacional, “novas instituições prospectivas.”

Como um sinal de um alinhamento maior da Região aos fundamentos da Agenda, os países reagiram de forma positiva à narrativa cepalina. O ministro das Relações Exteriores da Argentina, Santiago Cafiero, afirmou, “Enfrentamos um desafio colossal. Apesar de os avanços tecnológicos nos deslumbrarem a cada dia, fornecendo-nos em muitos casos com maiores ferramentas e instrumentos para enfrentar múltiplas crises, estamos vivendo um processo sustentado de degradação e deterioração social, econômica e ambiental nunca anteriormente visto.”

No dia 26 de abril de 2023, a reiteração do Brasil de endosso à Agenda 2030 foi importante por marcar, neste fórum organizado pela CEPAL, um retorno ao compromisso originário que havia sido negligenciado pelo Governo do Brasil, nos últimos 4 anos. O Embaixador Paulo Roberto Soares Pacheco, na qualidade de Chefe da Delegação Brasileira na Reunião, afirmou que o “Brasil está totalmente comprometido com o Desenvolvimento Sustentável em suas dimensões social, ambiental e econômica, bem como com a integralidade e indivisibilidade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.”

Paulo Gadelha, que o secundou no pronunciamento do Brasil, afirmou que: “É uma grande preocupação atestar que o impacto da pandemia de COVID-19 foi especialmente

calamitoso na ALAC devido às vulnerabilidades estruturais produzidas por crises econômicas, inequidade social e fragilidades em sua base produtiva.”

Gadelha destacou ainda que “pela proximidade com a missão da Fiocruz, duas lições aprendidas com a pandemia: a saúde, que reúne direitos individuais e coletivos e é uma das mais dinâmicas áreas de desenvolvimento, respondendo por cerca de 10% do PIB global, relevou-se mais uma vez enquanto necessária âncora de um projeto de desenvolvimento sustentável e inclusivo. Por sua vez, reafirmou-se a evidência histórica de que sistemas robustos de inovação e produção e uma interação virtuosa entre ciência, sociedade e políticas públicas são decisivas para superação de crises econômicas e sociais de grande magnitude.”

A situação do Brasil representa de forma eloquente o contexto anunciado por Salazar. O país se encontra imerso em um grande desafio, atualizar sua agenda de políticas públicas, incorporado os princípios sociais, econômicos e ambientais inscritos na Agenda 2030, ao mesmo tempo em que está empenhado em reconstruir as bases de sua democracia, da normalidade da vida pública e de uma cultura de solidariedade em suas relações internas e externas. Nos anos recentes, o país perdeu o passo na implementação da Agenda 2030, perdeu oportunidades que poderiam gerar um desenvolvimento econômico inclusivo, como a exploração sustentável de seus recursos naturais, e perdeu o rumo na relação com países, com os quais sempre manteve vínculos históricos e afetivos. O “Relatório Luz”, produzido pelo “GT da Sociedade Civil para a Agenda 2030” demonstra que mais de 82% dos ODS no Brasil estão estagnados, ou em retrocesso, um panorama mais desfavorável do que o aferido pela ONU para o planeta e para ALAC.

A ocorrência da pandemia de COVID-19 não deve ser vista apenas como agravante do contexto de déficit estrutural e instabilidade do rito democrático na região. É fato que a pandemia encontrou o mundo em momento de dificuldades na implementação da Agenda 2030: hesitação dos países no aporte de recursos compatíveis com o escopo ambicioso da Agenda; conflitos comerciais e políticos entre grandes potências, reduzindo a disposição para a cooperação global entre os países; negação das evidências científicas quanto ao risco climático e a perda de diversidade ambiental; atitudes de intolerância contra grupos minoritários internos e externos. Contudo, a pandemia mostrou que os países podem: investir mais em políticas sociais, se desvincilhando das amarras da contenção dos investimentos públicos; agir articuladamente para enfrentar uma ameaça comum; adaptar-se rapidamente para desenvolver soluções que impactam na qualidade de vida das populações.

O teor do pronunciamento brasileiro, em Santiago, é mais modesto do que a manifestação do Presidente Lula no dia 20 de maio de 2023, na Reunião do G7 em Hiroshima, reproduzido neste Caderno. Contudo, é mais um indicativo de que o país está de volta aos fóruns internacionais alinhados aos compromissos assumidos em prol da sustentabilidade.

Ações governamentais, assinaladas pelo Embaixador Soares Pacheco reforçam essa percepção. O Governo do Brasil reestabeleceu unidades de governança para auxiliar na implementação da Agenda 2030. Por exemplo, a Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) iniciou a reorganização da Secretaria-Executiva para coordenar a Comissão Nacional dos ODS. Mesmo assim, o Brasil, assim como os demais países da Região, ainda necessita investir com mais determinação para recuperar o tempo perdido na implementação da Agenda. O país precisa alocar e produzir mais recursos, mais políticas públicas, mais inovação e coordenação, para que não venha a contribuir com o pior cenário especulado por Guterres, a Agenda 2030 como “o epitáfio de um mundo que poderia ter sido.”

Acordo Mercosul- União Europeia: uma introdução¹⁸²

Adhemar Bahadian

Certamente, você já terá ouvido a frase queixosa de que o Brasil tem poucos acordos bilaterais de comércio. É verdade. Mas, será por ideologia? Birra? Incompetência? Ou simplesmente porque os acordos comerciais propostos são pouco ou quase nada interessantes para a economia brasileira como um todo?

Por que não assinamos a ALCA? Afinal, não seria uma maravilha ter um acordo de livre-comércio com os Estados Unidos da América? Por que o acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a União-Europeia empacou?

A questão dos acordos de livre-comércio é objeto de livros e não será no espaço deste artigo que esgotaremos o assunto. Meu objetivo é bem mais simples: assinalar pontos básicos desses acordos que podem afetar nossa vida cotidiana, o custo de remédios, o acesso a medicamentos de tecnologia avançada, o crescimento do país, a presença de nossa engenharia em obras internacionais.

Para início de conversa, a simples existência de acordos bilaterais de livre-comércio é, em si, uma anomalia. O ideal seria termos regras internacionais de comércio universalmente aceitas. Não seria este o objetivo da OMC (Organização Mundial do Comércio)? Acontece que a OMC e seus inúmeros acordos comerciais jamais lograram unanimidade necessária para que dissessemos que temos realmente um acordo-chave, capaz de servir de amparo às transações dos diversos setores da economia mundial. E os que hoje temos no âmbito da OMC estão longe de serem realmente acordos de livre-comércio, dadas as cláusulas de escape, usuais e corriqueiras.

Os acordos bilaterais de comércio guardam sempre que possível parâmetros aceitáveis para todos no âmbito da OMC e tentam preencher campos ou capítulos onde o acordo universal é impossível.

Nada de muito estranho ou peculiar nisso, porque os países tem diferentes níveis de desenvolvimento econômico e um acordo entre, digamos, a Alemanha e a França será muito mais fácil do que um acordo entre o Brasil e a Alemanha. Aliás, o BREXIT foi um bom exemplo das dificuldades surgidas entre a Inglaterra e seus vizinhos, com a decisão de saída da União Europeia.

De uma maneira geral, para os efeitos limitados deste artigo, grande parte da dificuldade de se chegar a um acordo realmente universal de comércio (e não estou usando a expressão livre-comércio intencionalmente) deriva do protecionismo agrícola e da chamada segurança alimentar muito defendida e apregoada pelos países da União Europeia, mas não apenas por eles.

Em contrapartida, a exportação de produtos agrícolas é o pão nosso de cada dia dos países em desenvolvimento. Brasil e Estados Unidos são exemplos de países exportadores de produtos agrícolas, apesar de o desenvolvimento econômico ser significativamente maior nos Estados Unidos. Uma exceção.

¹⁸² Publicado originalmente no *Jornal do Brasil*, edição digital de 21/05/2023, transcrito com autorização do Autor.

A verdade nua e crua, porém, é indiscutível: a OMC jamais conseguiu promover uma efetiva normatização do comércio de produtos agrícolas. Jamais. É talvez o campo mais minado das negociações comerciais, o único que pode levar as belas avenidas de Paris serem ocupadas por agricultores franceses com seus bois e vacas a atrapalhar o trânsito. Já aconteceu.

Os acordos comerciais bilaterais são uma tentativa de contornar os obstáculos do acordo universal, mas partem de um pressuposto: devem ser sempre compatíveis e, sempre que possível, mais avançados que os acordos da OMC, e são pedantemente chamados de “WTO-plus”. Na prática, a fórmula pretende preservar regras já aceitas na OMC e procura ir além delas.

Na expectativa mais otimista de alguns exportadores agrícolas, há sempre a ilusão de que bilateralmente poderiam ir mais além em acesso aos mercados dos países desenvolvidos. Doce ilusão. Na ALCA, tanto os Estados Unidos quanto o Brasil chegaram à conclusão de que o comércio agrícola, em especial a redução de tarifas e cotas agrícolas para o Brasil, em açúcar por exemplo, jamais passaria pelo Congresso americano. E a negociação acabou assim, sem atingir em nada o bom relacionamento político entre os dois países. Como dizem os americanos “*we agree to disagree*”.

Mas as negociações bilaterais, por pretenderem ir além do já acordado na OMC, inspiram os países desenvolvidos a adotarem uma posição negociadora na qual tentam aumentar suas exportações de produtos industrializados sem concederem reciprocidade comparável nos temas agrícolas.

O argumento aqui é de natureza neoliberal, de que o “comércio-livre” promove *per se* o desenvolvimento global, em grande parte graças às chamadas “cadeias produtivas de valor agregado”, nas quais porções de um automóvel, por exemplo, seriam produzidas em diferentes países, aproveitando vantagens comparativas reais ou imaginárias.

A pandemia de Covid-19 escancarou a falácia do raciocínio, de tal forma que países como os Estados Unidos da América se tornaram ferozmente nacionalistas (*Buy American*), a ponto de questionar a própria OMC. Trump, arrogante como sempre, impôs sobretaxas ao aço brasileiro. Lembra?

É neste contexto internacional que se assina o acordo Mercosul – União Europeia. Entretanto, a União Europeia, além de não ter removido importantes salvaguardas que continuam a tornar seu mercado para produtos agrícolas altamente protegido, propõe, agora, ao Mercosul, o acréscimo de regras de proteção ao meio ambiente não previamente negociadas e consideradas como abusivas, como aliás declarou o próprio Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira.

Muito da abusiva proposta europeia sobre meio ambiente terá sido inspirada pela política brasileira nos anos recentes, em que deliberadamente o Brasil se afastou de sua postura histórica desde a Conferência do Rio em 92 e embarcou na dilapidação que conhecemos.

Mas o impasse não reside apenas aí. O próprio Presidente Lula tem declarado que o Brasil gostaria de modular a regra de o Brasil ser obrigado a submeter sempre à concorrência internacional suas obras públicas. Com esta postura, Lula está procurando reposicionar a engenharia nacional em grande parte desfigurada pelos excessos da operação dita da “lava-jato”. Um descalabro a contribuir significativamente para a perda de relevância da industrialização na formação do PIB brasileiro. Sem falar no desemprego que provocou com o fechamento de construtoras de alto nível tecnológico.

Como se vê, portanto, tanto a União Europeia quanto o Brasil tem dificuldades genuínas com o fraseado e o escopo do Acordo em discussão entre o Mercosul e os europeus.

Há duas maneiras de imaginar o que pode advir deste impasse. A primeira delas seria a retomada, no Brasil, do coro dos neoliberais de carteirinha a insistir na suposta falta de bom-senso brasileiro e nossa alegada rejeição aos acordos de livre-comércio. Esta postura nos levaria a rediscutir o indiscutível, porque já não há como negar, em sã consciência, que os postulados surgidos nos anos 80 do século passado foram reduzidos a pó nos dias que correm. A segunda possibilidade exigiria uma conversa bem mais profunda entre o Mercosul e a União Europeia.

Desta conversa teria que fazer parte necessariamente não só a dimensão das mudanças climáticas, como deseja a União Europeia, mas também a defesa do consumidor, hoje prejudicado pelas regras de proteção monopolística dada a produtos farmacêuticos pela OMC, em especial pelo acordo TRIPS.

Esta questão tem sido objeto de revisão pelas altas autoridades da União Europeia, que estão elaborando projeto de lei em que a patenteabilidade de medicamentos seria flexibilizada, sem que o princípio básico da proteção patentária razoável fosse eliminado. Não tenho espaço aqui para entrar em outros aspectos do tema, mas voltarei ao assunto oportunamente.

Uma conclusão se impõe: o eventual acordo Mercosul – União Europeia pode ser o primeiro acordo em que não só se vá além das já encaçadas regras de Propriedade Intelectual inscritas no acordo TRIPS da OMC, mas também possa constituir-se no primeiro instrumento de cooperação estratégica entre dois agrupamentos regionais de vastíssimo mercado (o Brasil é o quinto mercado mundial de produtos farmacêuticos e pagamos, a título de royalties, cerca de dois bilhões de dólares anualmente).

A diplomacia brasileira tem diante de si o desafio de transformar os impasses carregados de vícios do passado protecionista em novos.

Os Ministros da Saúde da CEDEAO preocupados com a crise de recursos humanos

*Augusto Paulo, Tomé Cá,
Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*

UNIÃO AFRICANA

Assinatura de um novo acordo para impulsionar o impacto da vacina na África

A Comissão da União Africana (AUC) e a Gavi, a Aliança de Vacinas, assinaram um Memorando de Entendimento (MoU) para aumentar o acesso e acelerar a adoção de vacinas que salvam vidas em todos os Estados-Membros da União Africana para apoiar a imunização, prestar assistência técnica e de aprendizagem e reforçar os sistemas de saúde.

O MoU foi assinado em nome do Presidente da Comissão da União Africana pela Comissária da UA para a Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social (HHS), Embaixadora Minata Samate Cessouma, pelo Diretor-Geral do CDC África, Jean Kaseya, e pelo Diretor Executivo de Gavi, Seth Berkley.

A parceria baseia-se na histórica [Declaração de Addis sobre Imunização \(ADI\)](#), que visa garantir que todos na África - independentemente de quem sejam ou onde vivam - recebam todos os benefícios da imunização. Inclui 10 compromissos para aumentar os investimentos políticos, financeiros e técnicos em programas de imunização. O desenvolvimento do rumo desta parceria é acelerar os ganhos em saúde, como premissa da Agenda 2063 da UA e da Nova Ordem de Saúde Pública (NPHO - *New Public Health Order*).

"As crianças de hoje são os líderes de amanhã. Sabendo que eles são propensos a doenças potencialmente fatais evitáveis, nós - líderes atuais - devemos fazer tudo o que for preciso para proteger e garantir seu futuro. Estou muito satisfeita com o crescimento da parceria entre a AUC e a Gavi, que estou certa de que acelerará a redução do número de crianças em dose zero em todo o mundo até 2030", afirmou a Embaixadora Minata Samate Cessouma, Comissária para a Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social.

Por seu turno, o recém nomeado Diretor-Geral do CDC África destacou que *"Em setembro de 2022, a União Africana e o CDC lançaram a [Nova Ordem de Saúde Pública](#), que oferece conhecimentos e um roteiro para os ganhos de saúde no continente. A colaboração entre a AUC e a Gavi será mais relacionada a iniciativas lideradas pelo CDC África para a adoção de vacinas nos Estados-Membros, bem como apoiar investimentos na meta de fabricar localmente 60% das necessidades no continente até 2040."*

Na sua intervenção, o CEO da GAVI comentou que *"Enquanto aliança de governos, parceiros, sociedade civil, indústria e outros, a Gavi tem um compromisso de longa data para apoiar o acesso a vacinas que salvam vidas por meio de programas de imunização sustentáveis e colaborar com os países para fortalecer os sistemas de saúde em toda a África"* e que *"Este MoU é o fortalecimento de nossa determinação compartilhada para proteger mais crianças contra doenças evitáveis por vacinas e ajudar a realizar a visão da UA para a fabricação sustentável de vacinas e a Nova Ordem de Saúde Pública no continente"*.

Através deste [Memorando](#), a União Africana e a Gavi comprometem-se a trabalhar em conjunto para:

- Aumentar e reforçar a imunização de rotina, centrando-se na obtenção de crianças em "dose zero" - crianças que não receberam uma única dose de uma vacina de rotina;
- Montar uma produção regional sustentável de vacinas em África;
- Empenhar-se na defesa conjunta da procura de vacinas de rotina;
- Reforçar a atenção primária e a capacidade de diagnóstico e vigilância de doenças como a febre amarela, a cólera e a febre tifoide;
- Comunicar conjuntamente sobre imunização de rotina, prevenção de pandemias, preparação e resposta, acesso e fornecimento de vacinas.

De recordar que a União Africana e o CDC África estabeleceram em abril de 2021, as Parcerias para a Fabricação de Vacinas Africanas ([PAVM - Partnerships for African Vaccine Manufacturing](#)) para orientar uma meta ousada que permitirá que a fabricação de vacinas africana desenvolva, produza e aumente a oferta de forma sustentável, partindo de menos de 1% existente atualmente. Este objetivo pode ser alcançado através da realização de economias de escala sustentáveis e confiáveis, lançando mecanismos que criam certeza de demanda para os fabricantes, facilitando a aquisição do país.

Os Chefes de Estado e de Governo da União Africana solicitaram ainda à Gavi e a outros parceiros que obtivessem uma percentagem de todas as vacinas produzidas pelo continente. Em dezembro de 2022, o Conselho da Gavi [aprovou um plano para apoiar o desenvolvimento de um ecossistema de fabricação de vacinas diversificado regionalmente](#), baseado em três pilares: suporte para seleção estratégica de antígenos por fabricantes/ países, modelagem de mercado e criação de demanda. A iniciativa, apoiada pela União Africana, CDC África, G7 e outras partes interessadas, também prevê a possibilidade de um quarto pilar, a concepção de um novo instrumento financeiro na forma de um Compromisso de Mercado Avançado (AMC - *Advance Market Commitment*) para a fabricação de vacinas africanas.

De salientar que a pandemia global da Covid-19 e o impacto das alterações climáticas puseram em risco a saúde, a segurança e os meios de subsistência das pessoas em toda a África e impediram os progressos realizados ao longo dos anos para alcançar mais de 400 milhões de crianças com vacinas e para evitar mais de 9,9 milhões de mortes futuras no continente. O foco principal deste novo acordo é forjar novas e reforçadas parcerias para alcançar os milhões de crianças "dose zero", particularmente em ambientes marginalizados, que ainda não têm acesso a vacinas e outros serviços essenciais, para além de fornecerem um quadro concreto para a União Africana e a Gavi abordarem conjuntamente estes desafios, identificar lacunas e monitorar o progresso para alcançar o acesso universal à imunização e gerar impactos positivos no continente.

II Convenção africana sobre comunicação social

A primeira Convenção, destinada a salvaguardar os difíceis ganhos da liberdade de imprensa e segurança dos jornalistas no continente, foi realizada em Arusha, Tanzânia, em 2022. A Convenção de Mídia Africana reúne especialistas em mídia, académicos, estudantes, jornalistas, sindicatos e associações de jornalistas, editores, setores público e privado, incluindo parceiros de cooperação de todo o continente africano e além fronteiras.

A Convenção é um momento de reflexão sobre as tendências que impedem a liberdade de expressão e a liberdade dos media, nomeadamente a persistente deterioração destes

direitos no continente. É também uma oportunidade para reconhecer os países e as instituições que promovem liberdade de expressão prevista em vários instrumentos de direitos humanos da União Africana e sensibilizar os atores políticos para as vantagens de um clima propício à liberdade de expressão.

A Convenção também oferece uma oportunidade para os participantes analisarem a forma como a liberdade de expressão pode ser integrada nos processos de governação continental processos de governação continental e de beneficiar dos principais intervenientes africanos. Tirando lições da pandemia de Covid-19, a Convenção também oferece uma janela para os meios de comunicação africanos refletirem sobre como as suas liberdades podem ser protegidas em futuras pandemias, que os cientistas vem alertando pela sua inevitabilidade.

Atualmente, a paisagem mediática africana é um quadro misto de progresso com certas áreas ainda estranguladas por legislações detestáveis que afrontam a democracia e a boa governação. Há países que fizeram progressos louváveis em conformidade com a Declaração de Princípios sobre o Acesso à Informação e a Liberdade de Expressão em África e outros instrumentos de direitos humanos, ao passo que ainda existem leis retrógradas em alguns países que impedem a liberdade dos media e a liberdade de expressão, e não estão em conformidade com as normas africanas nem com as internacionais.

Muitas das leis retrógradas colocam também sérios desafios para as mulheres jornalistas. A limitada liberdade de imprensa agrava as experiências de género, incluindo a violência *online*, as disparidades salariais entre homens e mulheres, a atribuição de papéis e tarefas que são considerados políticos, perigosos, entre outros. Assim, as perspectivas das mulheres são frequentemente limitadas nas notícias sobre questões políticas e sociais críticas.

Por conseguinte, é importante que se realizem debates e investigações para analisar os impactos específicos da liberdade de imprensa limitada nas mulheres jornalistas. Ao fazê-lo, temos de considerar a variedade de barreiras que enfrentam e que limitam a sua entrada e progressão no sector, e as implicações para elas em termos de liberdade dos media e de liberdade de expressão. A utilização da internet para o trabalho jornalístico transformou-se num campo minado, e as mulheres jornalistas são constantemente visadas em resultado do seu trabalho, em comparação com os seus homólogos masculinos.

Mais uma vez, neste caso, é importante que a Convenção Africana dos Meios de Comunicação Social faça um balanço das práticas e histórias positivas do continente africano e as distribua a todas as partes interessadas.

Apesar dos progressos conseguidos em algumas partes do continente, a segurança dos jornalistas constitui um desafio considerável, uma vez que, em alguns países, continuam a ser arbitrariamente presos, assediados, intimidados, detidos à força sob acusações forjadas e, em certos casos, mortos impunemente, contrariamente às disposições da Declaração de Princípios sobre o Acesso à Informação e a Liberdade de Expressão em África. Estas e outras são algumas das questões que justificam que os intervenientes nos meios de comunicação social africanos se reúnam anualmente para encontrar soluções duradouras.

Zâmbia é um dos países que se esforçou por criar um ambiente propício ao desenvolvimento dos media. Como tal, foi escolhida para acolher a II Convenção Africana dos Meios de Comunicação Social.



A interconectividade política dos países africanos exige uma reunião com representantes de todos os 55 Estados-Membros da União Africana. Assim, mais de 300 delegados locais e estrangeiros, incluindo os Secretários Executivos dos cinco blocos económicos regionais, chefes de órgãos relevantes, vários Ministros da Informação e da Comunicação, relatores especiais para a liberdade de expressão e o acesso à informação, participaram na Convenção de Zâmbia.

O tema escolhido para 2023: *"Construir um futuro de direitos - A liberdade de expressão como motor de todos os outros direitos humanos."* Para mais detalhes sobre a II Convenção, sugerimos a leitura de [Concept Note](#) e da [Declaração Final](#).

Fortalecer os sistemas de saúde em África através da colaboração regional¹⁸³

[Os autores](#) começam suas análises com a constatação de que a África está enfrentando uma série de crises, incluindo mudanças climáticas, surtos de doenças, insegurança alimentar e conflitos. Embora o continente não esteja sozinho para enfrentar esses desafios, seu impacto está sendo sentido de forma aguda em muitos países da região, enfatizando a necessidade urgente de uma abordagem colaborativa e inovadora para abordá-los de forma eficaz para melhorar e proteger a saúde e bem-estar das suas populações.

Uma das maiores lições da pandemia de Covid-19 é a importância da colaboração multissetorial diante das emergências de saúde. A ação internacional bem coordenada provou ser eficaz na resposta a emergências globais de saúde, tendo salvado milhões de vidas em todo o mundo durante a pandemia e, criticamente, em ambientes de renda onde as populações são mais vulneráveis a surtos de doenças infecciosas generalizadas.

Para garantir que todos tenham acesso a cuidados de saúde acessíveis e de qualidade, os governos, as instituições multilaterais, os parceiros de desenvolvimento, a sociedade civil e outras partes interessadas devem continuar a trabalhar em conjunto para construir, financiar e fortalecer os sistemas de saúde. Ao fazer isso, os sistemas de saúde serão capazes de prevenir e mitigar o impacto das emergências de saúde, continuando a fornecer serviços essenciais às populações sem interrupção, um componente crítico para alcançar a cobertura universal de

¹⁸³ Repercussão do artigo publicado no [DEVEX](#) de autoria de **Githinji Gitahi**, CEO do grupo [Amref Health africa](#), a maior ONG internacional liderada por África, alcançando mais de 11 milhões de pessoas por ano através de 150 projetos focados em saúde em 35 países e Sabin Nsanzimana, é Ministro da Saúde do Ruanda desde novembro de 2022, anteriormente, desempenhou funções de Diretor-Geral do Hospital Universitário de *Butare* e do [Centro Biomédico do Ruanda](#) que é membro da [IANPHI](#).

saúde como previsto pelo [Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3](#) em garantir vidas saudáveis e promover o bem-estar para todos em todas as idades.

Embora tenha sido feito um progresso louvável em direção a esse objetivo, há muito mais a ser feito. E durante décadas, a África tem sido vista como um destinatário passivo da ajuda, em vez de um parceiro ativo na solução dos desafios globais da saúde. Esta percepção provou ser prejudicial para o desenvolvimento e prosperidade do continente e foi evidente no auge da pandemia de Covid-19, quando os países africanos lutaram para aceder a produtos essenciais de saúde, como vacinas, diagnósticos e terapêuticas como nações mais ricas desviaram recursos para suas próprias populações.

Essas desigualdades no acesso a produtos essenciais de saúde não só criaram uma crise de confiança entre os países africanos e seus parceiros globais, mas também serviram como um lembrete doloroso da natureza hierárquica da saúde e do desenvolvimento globais, e a posição africana na parte inferior da lista de prioridades internacionais desenvolvidas pelo norte global.

Porém, a África está pronta para a mudança. De conversas em fóruns como a [36ª Cúpula da União Africana](#), a [2ª Conferência Internacional sobre Saúde Pública na África](#) e a [Conferência Internacional da Agenda de Saúde da África](#), é evidente que os países africanos já não estão dispostos a sentar-se e ser participantes passivos em questões de saúde global.

E à medida que a África avança, é importante que se mude o foco da dependência da ajuda externa e se priorize a construção de fortes parcerias africanas. Isso permitirá ao continente assumir o financiamento dos seus sistemas de saúde e coordenar a sua resposta a emergências de saúde em seus próprios termos.

Os países africanos estão prontos para uma colaboração regional mais profunda, autossuficiência no financiamento da saúde e participação ativa em questões globais de saúde. Sabe-se que não podem resolver todos os desafios que enfrentam sozinhos, e há um consenso crescente de que devem unir-se e encontrar soluções para a África, ao mesmo tempo em que criam espaço para a colaboração com outras partes interessadas globais em saúde.

É encorajador testemunhar e participar do foco renovado da África para assumir a sua própria agenda de saúde através da colaboração regional e internacional. Até o momento, várias iniciativas surgiram no continente para apoiar esses esforços. Isso inclui a elevação do [CDC África à uma agência de saúde autônoma](#) para o continente - sinalizando o crescente compromisso entre os Estados-Membros da União Africana para fortalecer a resposta do continente aos surtos de doenças atuais e futuros.

Acrescente-se a isso a [Nova Ordem de Saúde Pública da África](#). Defendido pelo CDC África, este é um quadro que delinea as prioridades do continente para sua segurança sanitária e fornece um roteiro para reforçar as instituições de saúde pública, fortalecer a força de trabalho de saúde, expandir a fabricação local, aumentar o investimento doméstico em saúde, e promover parcerias orientadas para a ação e respeitadas.

A criação da [Agência Africana de Medicamentos](#), com sede em Ruanda, também é um passo significativo para a criação de um ambiente regulatório facilitador para o desenvolvimento do setor farmacêutico. A Agência se dedica a melhorar o acesso a produtos médicos seguros, de qualidade e eficazes no continente, aumentando significativamente a capacidade do continente de responder efetivamente a emergências de saúde pública, promovendo a autossuficiência e aumentando o acesso a medicamentos de qualidade.

Todas essas iniciativas significam um novo amanhecer para um continente que sofreu o impacto das emergências de saúde pública e que permanece entre os mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas e outros desafios emergentes da saúde global. São também provas de que os países africanos podem - e devem - falar a uma só voz para influenciar o desenvolvimento de uma agenda global de segurança da saúde que responda às suas necessidades.

Ao priorizar a colaboração regional e parcerias multissetoriais para desenvolver soluções caseiras para os desafios de saúde de hoje e de amanhã, a África pode construir um futuro próspero, sustentável e equitativo para todos.

24ª Sessão Ordinária da Assembleia de Ministros da Saúde da CEDEAO – Bissau, Guiné-Bissau

De 09 a 13 de maio de 2023, teve lugar em Bissau a [24ª Sessão Ordinária da Assembleia dos Ministros da Saúde](#) dos países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Durante 5 dias, reuniram os Ministros e outros altos responsáveis assim como os parceiros técnicos e financeiros do sector da saúde [dos 15 países](#) que compõem a CEDEAO.

A AMS é o mais alto órgão decisório da organização, instituído pelo artigo 5 do Protocolo que estabelece a [Organização Oeste Africana da Saúde](#) (OOAS) e reúne-se uma vez por ano em suas sessões ordinárias. Por ser o espaço de alto nível que define as políticas sanitária de integração regional, escolhe as prioridades e faz o seguimento do impacto das intervenções em matéria de saúde e o bem-estar da população da sub-região, AMS tem sistematicamente mobilizado não apenas os profissionais, mas também os diferentes parceiros que intervêm na área da saúde.

A 24ª AMS foi a primeira organizada pelo novo Director Geral da OOAS, o **Dr Melchior Athanase Joël Codjovi AÏSSI**, da nacionalidade beninense que assumiu a Direção da Organização no início de agosto de 2022, substituindo o nigeriano que chegou o fim dos seus 4 anos. De notar que o posto do Director Geral é rotativo entre os países com um mandato de 4 anos. Os Diretores gerais são nomeados pelo [Conselho de Ministros da CEDEAO](#) tal como os 5 comissários que compõem a [Comissão da CEDEAO](#) presidida por um Presidente e um vice.

A sessão de abertura desta 24ª AMS foi presidida por Sua Excelência Senhor Soares Sambú, Vice-Primeiro-ministro, Ministro de Estado e do Interior da Guiné-Bissau em representação do Presidente da República da Guiné-Bissau. A cerimónia de abertura foi igualmente marcada pelas intervenções das seguintes personalidades:

- Dr. Melchior Athanase J.C. Aïssi, Director Geral da OOAS,
- S.E. Sr. Haruna Mshelia, Parlamentar, em representação do Parlamento da CEDEAO,
- Senhor Mamadou Serifo Jaquité, Comissário para assuntos sociais da [União Económica e Monetária Oeste Africana](#) (UEMOA),
- Dr. Jean Kaseya, Diretor-Geral do CDC África,
- Senhor Damien Bishop, da GIZ (Alemanha) em nome dos parceiros técnicos e financeiros da OOAS,
- Dra. Martha Phiri, Representante do Presidente do BAD,
- Dra. Joy Phumaphi, Representante de ALMA (Aliança dos Líderes Africanos contra a Malária),
- Dr. Dionísio Cumba, Ministro da Saúde da Guiné-Bissau.

"Recursos Humanos da Saúde nos países da CEDEAO: Formação, Emprego e Retenção" é o tema escolhido para esta 24ª Reunião dos Ministros da Saúde. Além do tema principal, na agenda da AMS também figuram a aprovação do relatório de atividades do ano 2022 da OOAS

e a tomada de decisões e formulação de recomendações aos Estados-Membros sobre todas as questões de interesse para a saúde da população da região apresentadas pelo Director-Geral.

Sessão dos Pontos Focais

Para preparar a sessão ministerial que teve lugar no dia 13 de maio, houve uma série de 3 reuniões importantes. A primeira delas teve lugar no dia 09 de maio e reuniu os Pontos Focais da OOAS nos estados-membros. A OOAS está instalada na sua sede em Burkina Faso. Não tem representações nos países. Para manter contacto regular com os Ministérios, solicitou-se a designação de um alto funcionário em cada ministério da saúde com reconhecida experiência em saúde pública para ser o Ponto Focal (pessoal de ligação) que apesar de manter as suas atividades profissionais com o seu ministério, representa a OOAS em eventos de saúde no país. A reunião dos Pontos Focais da OOAS antes da AMS é assim um espaço de balanço anual das relações da OOAS com os ministérios. São apresentados os relatórios anuais dos Pontos Focais com relevância para as atividades realizadas em nome da OOAS, as dificuldades e sugestões/recomendações para melhoria nos próximos anos. Os pontos relevantes saídos dessa reunião são revertidos no relatório dos peritos para a discussão dos Ministros.

Comité Técnico

Nos dias 10 e 11 de maio, reuniu o Comité dos Peritos de Saúde dos Estados membros. Comité dos Peritos, é o nome dado a reunião técnica que analisa todos os assuntos técnicos que constam na agenda ministerial e formula recomendações a serem apresentadas aos ministros para adoção. Para a 24ª sessão da AMS, os peritos nacionais representando 14 Estados-membros¹⁸⁴ discutiram para além do tema do ano, também assuntos como:

- análise do relatório anual 2022 da OOAS;
- análise da situação dos recursos humanos da saúde no espaço CEDEAO;
- sistemas de saúde comunitária no espaço CEDEAO: viabilidade das políticas sustentáveis baseadas na abordagem “saúde única”;
- necessidade de reforçar os estudos de prevalência das grandes endemias nos países da comunidade;
- estratégias de vacinação com relevância para o controle do poliovírus vacinal e;
- a iniciativa para a eliminação do Paludismo no Sahel, doença essa que continua a ser a principal causa morbilidade e de mortalidade de crianças de menores de 5 anos além de muitas outras consequências na saúde materna.

Na discussão sobre a situação dos recursos humanos nos países da CEDEAO, o comité técnico realçou a importância do capital humano (recursos humanos) rumo ao cumprimento dos objetivos de cobertura sanitária universal para o horizonte 2030 em todos os Estados-membros. No final de dois dias de trabalho, os peritos nacionais formularam recomendações específicas resultando de cada ponto de discussão a intenção dos estados-membros e para a OOAS enquanto organização regional. Algumas dessas recomendações são:

Ao encontro dos Estados-Membros:

- Elaborar/atualizar e implementar os planos nacionais de desenvolvimento dos recursos humanos incluindo estratégias inovadoras destinadas a motivar e reter o pessoal de saúde nos países;

¹⁸⁴ A Serra Leoa não se fez representar na AMS por razões de restrição de viagens oficiais impostas internamente.

- Integrar a problemática dos RHS nas temáticas prioritárias de pesquisa para a saúde a nível nacional;
- Integrar a vacina contra a covid-19 na rotina e colocar ênfase sobre as estratégias de vacinação e de vigilância baseada em casos nas zonas transfronteiriça;
- Reforçar o compromisso político, a mobilização de recursos internos e a multisectorialidade para a eliminação do paludismo;

Ao encontro da OOAS:

- Realizar uma análise global da situação dos Recursos Humanos da Saúde (as capacidades de produções e de absorção, a problemática de migração profissional, etc.) e conduzir reflexões para o desenvolvimento de estratégias inovadoras destinadas a motivar e a reter o pessoal de saúde nos países e no seio do espaço CEDEAO;
- Desenvolver uma política de referência regional de recursos humanos da saúde incluindo a definição e/ou confirmação de critérios e das normas dos indicadores sobre os RHS adaptados ao contexto regional;
- Coordenar com os países as trocas e transferências de vacinas contra a COVID-19;
- Organizar uma reunião de alto nível para a mobilização de recursos para a eliminação das doenças tropicais negligenciadas (DTN) e do paludismo.

Os parceiros (técnicos e financeiros) foram chamados a cooperarem na implementação de todas as iniciativas regionais em matéria de recursos humanos no sector da saúde, com vista a alcançar a cobertura sanitária universal.

O Fórum dos parceiros

Os parceiros técnicos e financeiros que intervêm no sector da saúde seja em alguns países ou a nível de toda a comunidade reuniram em formato híbrido no dia 12 de maio de 2023. A reunião dos parceiros acontece sempre um dia antes da Sessão Ministerial com a presença do Diretor-geral e demais altos responsáveis da OOAS no chamado “Fórum dos Parceiros”. Estiveram presente uma vintena de entidades parceiras das quais destacamos a presença de US Agency for International Development (USAID), Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), Agence française de développement (AFD), o Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), the Global Fund (GF), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Roll Back Malaria (RBM) entre outros. A importância dos parceiros técnicos e financeiros pode ser testemunhada pelo orçamento anual da OOAS. A contribuição dos parceiros representa cerca de 64% com apenas 36% que vem do orçamento interno da CEDEAO. Além da importante contribuição orçamental, os parceiros técnicos têm sido muito determinantes na assistência técnica e apoio a implementação dos programas prioritários de saúde em todos os países da comunidade.

O Diretor-Geral da OOAS aproveitou a ocasião para apelar a uma parceria dinâmica e transparente que promova o diálogo, privilegia a concertação e a sinergia das acções, a fim de evitar a perda de fundos associada à duplicação de intervenções. O DG da OOAS ainda manifestou o desejo de ver as propostas pertinentes e operacionais, saída dos debates, para conduzir às acções coerentes e coordenadas sobre os fatores determinantes da vulnerabilidade dos sistemas de saúde da sub-região e sugerir soluções inovadoras para o reforço dos recursos humanos no sector da saúde. No final das discussões, uma das recomendações saídas do Fórum dos parceiros consiste em solicitar a OOAS a elaborar um plano de acção para a facilitação do Fórum dos Parceiros Técnicos e Financeiros da OOAS, incluindo a revisão do seu Termos de Referência e a atualização da lista oficial dos parceiros.

As principais decisões da 24ª Assembleia de Ministros da Saúde

O encerramento da 24ª Sessão Ordinária da Assembleia de Ministros da Saúde da CEDEAO ficou marcado com a tomada de decisões resumidas no Comunicado Final cujos pontos importantes se destacam:

A Assembleia de Ministros da Saúde, felicitando o Director Geral da OOAS e a sua equipa pelos progressos realizados em 2022, adotou o relatório anual;

Adoção, por unanimidade, do relatório do Comité de Peritos regozijando-se com a relevância de todas as recomendações nele contidas;

Os Ministros manifestaram a sua preocupação face à situação dos Recursos Humanos da Saúde no espaço CEDEAO, caracterizada pela falta de pessoal de todas as categorias para assegurar a cobertura sanitária universal, reafirmando o seu compromisso de encontrar soluções duradouras para a questão dos recursos humanos da saúde e mandatando a OOAS a conduzir reflexões com vista a desenvolver estratégias regionais inovadoras destinadas a motivar e a reter o pessoal de saúde nos países e no espaço CEDEAO;

Em relação à vacinação, os Ministros tomaram nota da situação de subutilização das vacinas disponíveis e das baixas taxas de vacinação contra a Covid-19 nos países da CEDEAO, comprometeram-se a tomar as medidas necessárias a fim de acelerar a vacinação orientada e de solicitar a cancelação ou substituição das encomendas de vacinas em curso e; instaram igualmente a OOAS a coordenar com os países a troca e a transferência de vacinas, consoante as necessidades expressas;

No que respeita a iniciativa de eliminação do paludismo nos países do Sahel, os Ministros reiteraram o seu compromisso de fazer todo o possível (engajamento político, mobilização de recursos internos e multissetorialidade) a fim de atingir, o mais rapidamente possível, o objetivo de eliminação do paludismo.

O Presidente da Guiné-Bissau recebeu em audiência o Director-Geral do CDC África



À margem da AMS, o Director Geral do CDC África foi recebido por S.E. Senhor Umaro Sissoco Embaló, Presidente da Guiné-Bissau. Discutiu-se no encontro os desafios de saúde no continente assim como o reforço do programa do CDC África na Guiné-Bissau e em todo o espaço CEDEAO. Segundo o comunicado do CDC África, a atenção foi também centrada na colaboração mútua necessária para a concretização da visão do recém-nomeado Director-Geral, a fim de melhorar os cuidados de saúde universais e a segurança sanitária do continente. O Director-Geral aproveitou para agradecer o apoio que recebeu de quase todos os países da CEDEAO que culminou na sua nomeação pelos Chefes de Estado.

SADC Capacita agentes comunitários na prevenção e resposta à violência baseada no género em contextos humanitários e pós-conflito em Moçambique¹⁸⁵

A Secretariado da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), em colaboração com a [Missão da SADC em Moçambique \(SAMIM\)](#), realizou workshops de capacitação para representantes comunitários e prestadores de serviços em Pemba, Província

¹⁸⁵ <https://www.sadc.int/latest-news/mozambique-community-representatives-health-police-and-social-welfare-officers-trained>

de Cabo Delgado, Moçambique, sobre o tema "*Prevenção e Resposta à Violência Baseada no Género em contextos humanitários*". Os workshops foram realizados em duas etapas e tiveram como objetivo discutir as funções dos membros da comunidade na identificação e encaminhamento de casos de violência de gênero, bem como as funções, responsabilidades e desafios enfrentados pelos principais prestadores de serviços em garantir a prestação de serviços eficaz e a coordenação das intervenções de GBV em contextos de emergência, conflito e pós-conflito. Um total de 80 participantes foram sorteados de todos os 17 distritos da província de Cabo Delgado.

A violência de gênero é uma manifestação da desigualdade de gênero e da discriminação sistêmica de gênero que não conhece fronteiras sociais, econômicas ou nacionais. As altas taxas de incidência de GBV em situações de emergência e humanitárias são devidas à separação familiar, perturbação da lei e da ordem, pobre proteção do Estado, infraestrutura enfraquecida e mudança das normas culturais e de gênero. A GBV, portanto, requer uma resposta multissetorial, bem como o fortalecimento da colaboração entre os principais provedores de serviços e partes interessadas para que os serviços sejam oferecidos de maneira eficaz e bem coordenada.

Os workshops discutiram instrumentos legislativos regionais e nacionais de GBV, mecanismos de referência, valores e crenças culturais e tradicionais e incluíram visitas de campo a vários pontos de prestação de serviços. Representantes da comunidade participaram do workshop como Defensores da Mudança e reforçaram a prevenção como fundamental na resposta à GBV. O governo de Moçambique se comprometeu a continuar a colaborar com o SAMIM na implementação de programas de gênero na província de Cabo Delgado. Os workshops foram facilitados pelo [Programa de Apoio à Paz e Segurança na Região da SADC](#) (SPSS), financiado pela União Europeia para fortalecer as áreas de prevenção de conflitos, gestão, bem como segurança pública e humana.

Relações diplomáticas entre os países africanos: Visita do Presidente da RDC ao Secretariado da SADC¹⁸⁶

O Presidente da República Democrática do Congo, na qualidade de Presidente *pro tempore* da SADC, Félix-Antoine Tshisekedi Tshilombo, fez uma visita ([agenda da visita](#)) de Estado à Sede do Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, em 10 de maio de 2023. Durante sua visita, ele foi recebido pelo Secretário Executivo da SADC e outras autoridades, para discutir a implementação dos programas da SADC e as prioridades regionais derivadas do Plano de Desenvolvimento Estratégico Indicativo Regional da SADC (RIDSP) 2020-2030 e Visão 2050. Sob a sua liderança, a SADC adotou o tema "*Promovendo a industrialização por meio do agro-processamento, beneficiamento mineral e cadeias de valor regionais para um crescimento econômico inclusivo e resiliente*" na sua 42ª Cimeira em 2022. O Presidente *pro tempore* da SADC é responsável por fornecer diretriz política e controlar o funcionamento da organização.

Resposta aos desastres e emergências na região da África Austral

O Governo da República do Zimbábue assinou em 25 de abril de 2023 o Memorando de Acordo Intergovernamental (MOA) para o estabelecimento do Centro de Operações Humanitárias e de Emergência (SHOC) da SADC, tornando-se o quarto Estado-Membro a assinar o Acordo depois de Moçambique, Namíbia e Tanzânia. O Ministro do Governo Local, Obras

¹⁸⁶ <https://www.sadc.int/latest-news/his-excellency-mr-felix-antoine-tshisekedi-tshilombo-president-democratic-republic>

Públicas e Habitação Nacional, que é também o Ministro responsável pela Gestão do Risco de Desastres, assinou o Acordo em nome do Governo do Zimbabwe e enfatizou a importância de uma preparação bem coordenada e robusta e capacidades de resposta para a região, para que os Estados-Membros possam ser apoiados em situações de catástrofe. Ele destacou que o Zimbabwe considerou pertinente assinar o Acordo face ao ímpeto dos desastres na região da SADC, particularmente o Ciclone Tropical Idai e outros desastres que devastaram a região da SADC, agravando os desafios económicos e dificultando a recuperação dos Estados-Membros e a reconstrução.

O Ministro ainda afirmou que o Zimbábue defende fortemente a noção de Estados-Membros apoiarem uns aos outros, citando o apoio que os Estados-Membros da SADC, incluindo o Zimbábue, forneceram aos esforços de resposta do Malawi após o recente ciclone tropical Freddy em março do corrente ano. Na sua nota, o Ministro aplaudiu o gesto da liderança do Dr. Emmerson Dambudzo Mnangagwa, Presidente do Zimbabwe por convocar um *indaba* nacional que incluiu o Governo, o sector privado e organizações não governamentais nacionais e internacionais para coordenar o apoio do Zimbabwe ao Malawi. A reunião do Conselho de Ministros da SADC realizada em agosto de 2019, em Dar-es-Salaam, Tanzânia, orientou o Secretariado a desenvolver mecanismos regionais de preparação e resposta a desastres, incluindo o estabelecimento do SHOC para coordenar a preparação, resposta e recuperação precoce de riscos de desastres regionais para apoiar os Estados-Membros afetados por catástrofes. A Tanzânia foi o primeiro Estado-Membro da SADC a assinar o Acordo em 23 deste ano, após a assinatura pelo Ministro de Estado no Gabinete do Primeiro-Ministro: Política, Assuntos Parlamentares, Trabalho, Emprego, Juventude e Pessoas com Deficiência na Tanzânia.

A Namíbia tornou-se o segundo Estado-Membro a assinar quando Netumbo Nandi-Ndaitwah, Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Internacional e Cooperação, responsável pela Gestão do Risco de Desastres na Namíbia assinou o Acordo a 14 de março. O terceiro Estado-Membro a assinar o Acordo foi Moçambique e foi assinado pela Verónica Nataniel Macamo Dlhovo.

A criação do SHOC surge no contexto de ciclones destrutivos na região da SADC que ocorreram face à situação de insegurança alimentar, falta de rendimento familiar e aumento dos preços das mercadorias, agravando assim as vulnerabilidades das pessoas. O SHOC, organizado por Moçambique em Nacala, foi lançado a 21 de junho de 2021 por Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente de Moçambique e então Presidente pro *tempore* da SADC e Sua Excelência Dr. Mokgweetsi Eric Keabetswe Masisi, Presidente do Botswana e na altura Presidente do Órgão da SADC para Políticas de Defesa e Cooperação em Segurança.

Desafios para promover o crescimento inclusivo e os ODS na África diante das quedas registradas nos últimos 10 anos¹⁸⁷.

O crescimento médio anual do PIB (Produto Interno Bruto) na África foi de 3,4% entre 2010 e 2021, segundo dados do Banco Africano de Desenvolvimento. Isso está bem abaixo da meta de crescimento médio anual de 7%. Combinado com o crescimento populacional, o PIB por habitante quase não mudou. Ao mesmo tempo, o poder de compra médio em África deteriorou-se devido à inflação, que acelerou nos últimos 10 anos. Além dos desafios de governação, a realidade das economias africanas significa que os períodos de optimismo foram

¹⁸⁷ <https://www.afdb.org/en/news-and-events/inclusive-growth-and-sustainable-development-africa-major-task-regional-development-banks-60889>

muitas vezes interrompidos por choques externos como a Covid-19 e a guerra na Ucrânia, resultando em taxas de crescimento do PIB mais baixas nos últimos anos.

A questão tem levantado dúvidas na região. A Comissão da União Africana, o BAD e a Agência de Desenvolvimento da União Africana – Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (AUDA-NEPAD) conduziram um estudo conjunto para identificar as principais ações necessárias para colocar todos os países africanos no caminho para um crescimento constante de 7 a 10% nos próximos 40 anos. O relatório preliminar do estudo será discutido nas Reuniões Anuais do Grupo do BAD de 22 a 26 de maio de 2023 em Sharm el-Sheikh, no Egito. O evento reunirá especialistas globais em crescimento inclusivo e desenvolvimento sustentável, alguns dos quais trabalharam no relatório.

Abordagens de vários problemas

Além do tema principal do encontro, as questões levantadas tocam diretamente no papel dos bancos multilaterais e regionais de desenvolvimento na promoção do crescimento inclusivo nos países africanos. Hoje, tal objetivo tem múltiplos pilares para promover o crescimento econômico em linha com o papel dos bancos multilaterais de desenvolvimento para estimular o crescimento e apoiar o desenvolvimento sustentável na África. Para isso, podem financiar projetos de infraestrutura (em áreas como estradas, energia e telecomunicações) e iniciativas econômicas que estimulem a geração de empregos e aumentem as receitas.

Em seguida, vem a questão da redução da pobreza: os bancos multilaterais de desenvolvimento podem ajudar a reduzir a pobreza financiando projetos para melhorar as condições de vida das populações. Podem também apoiar os governos africanos na implementação de políticas econômicas e sociais inclusivas e eficazes. Por último, a promoção do desenvolvimento sustentável terá de continuar: os bancos multilaterais de desenvolvimento podem ajudar a promover o desenvolvimento sustentável em África através do financiamento de projetos que protegem o ambiente e apoiam as economias verdes. Eles também podem ajudar os países africanos a se adaptarem às mudanças climáticas, financiando suas iniciativas de mitigação e adaptação.

O Banco Africano de Desenvolvimento compreende a escala dos problemas

O BAD tem um mandato claro para ajudar os países africanos a alcançar seus objetivos de desenvolvimento socioeconômico. O banco está envolvido no financiamento de projetos de infraestrutura, agricultura, energia, educação, saúde e governança e outros setores relevantes para o crescimento econômico e redução da pobreza. Cooperar estreitamente com governos africanos, organizações da sociedade civil e o setor privado para implementar políticas socioeconômicas inclusivas e eficazes. O banco também promove a cooperação internacional e parcerias público-privadas para maximizar o impacto de seus projetos e iniciativas. Mais importante ainda, promove o crescimento econômico verde e a redução das mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que apoia a mudança para energias renováveis, eficiência energética, gestão sustentável de recursos naturais e resiliência às mudanças climáticas.

Análise do progresso na implementação de programas e estratégias setoriais relevantes pelos Ministros da SADC¹⁸⁸

Os Ministros responsáveis pela Agricultura, Segurança Alimentar, Pescas e Aquicultura da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) realizaram uma reunião por videoconferência em 19 de maio de 2023 para avaliar o progresso na implementação dos programas setoriais da SADC relacionados à agricultura, segurança alimentar, pesca e aquicultura, de acordo com a [Política Agrícola Regional \(RAP\)](#) e o [Plano Indicativo de Desenvolvimento Estratégico Regional \(RISDP\) \(2020-2030\)](#).

Presidida por Adrien Bokele, Ministro das Pescas e Pecuária da República Democrática do Congo, a reunião contou com a participação de 80 delegados dos países membros, incluindo Angola, Botswana, República Democrática do Congo (RDC), Eswatini, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

A Secretária Executiva Adjunta da SADC, responsável pela Integração Regional, Sra. Angele Makombo N'tumba, deu as boas-vindas em nome do Secretário Executivo, Sua Excelência Sr. Elias M. Magosi, desejando-lhes deliberações frutíferas. Em seu discurso de boas-vindas, a Secretária Executiva Adjunta destacou os desafios enfrentados pela região, como secas e inundações severas, que afetaram negativamente os setores agrícolas e a segurança alimentar, resultando em perda de vidas, receitas, empregos e meios de subsistência. Ela enfatizou a necessidade de soluções sustentáveis para melhorar a segurança alimentar, incluindo a conservação e a exploração sustentável dos recursos pesqueiros e aquáticos.

O senhor Bokele apelou aos Ministros a priorizarem o desenvolvimento e a implementação de políticas e programas que promovam o acesso a alimentos nutritivos, especialmente para os grupos vulneráveis da sociedade. Ele ressaltou a importância de abordar ameaças como a sobrepesca, pesca ilegal e não regulamentada, poluição e destruição de habitats, e incentivou a adoção de práticas que promovam a conservação e a exploração sustentável dos recursos pesqueiros, garantindo meios de subsistência para aqueles que dependem desses recursos.

A seguir, estão alguns dos principais resultados da reunião:

Os Ministros expressaram grande preocupação com o elevado número de pessoas sofrendo com insegurança alimentar e nutricional na Região (57,8 milhões, um aumento de 50,8 milhões em relação ao ano anterior) e instaram os Estados-Membros a continuarem a implementar e adaptar a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da SADC (FNSS) em suas Estratégias Nacionais de Alimentação e Nutrição, a fim de melhorar a segurança alimentar e nutricional. Eles também apelaram aos Estados-Membros que melhorem os sistemas de alerta precoce e ação rápida para reduzir o impacto dos desastres, acelerem a adaptação às mudanças climáticas (incluindo a promoção da irrigação e da agricultura inteligente para o clima) e implementem medidas de captação e armazenamento de água de chuva para uso durante períodos de seca;

Os Ministros observaram relatos de surtos de doenças dos animais nas fronteiras, como febre aftosa e gripe aviária, em alguns Estados-Membros, que ameaçam o comércio normal na

¹⁸⁸ <https://www.sadc.int/latest-news/sadc-ministers-responsible-agriculture-food-security-fisheries-and-aquaculture-review>

região. Eles instaram os Estados-Membros a continuarem a implementar as estratégias desenvolvidas no Programa de Desenvolvimento Pecuário;

Os Ministros analisaram e aprovaram várias estratégias e políticas, incluindo a Política Regional de Irrigação, a Declaração de Lilongwe para um Diálogo Regional visando a construção de resiliência e adaptação na pesca artesanal e aquicultura na África Austral, e as recomendações sobre a Classificação de Carcaças e Animais Vivos. Eles incentivaram os Estados-Membros a implementarem essas políticas.

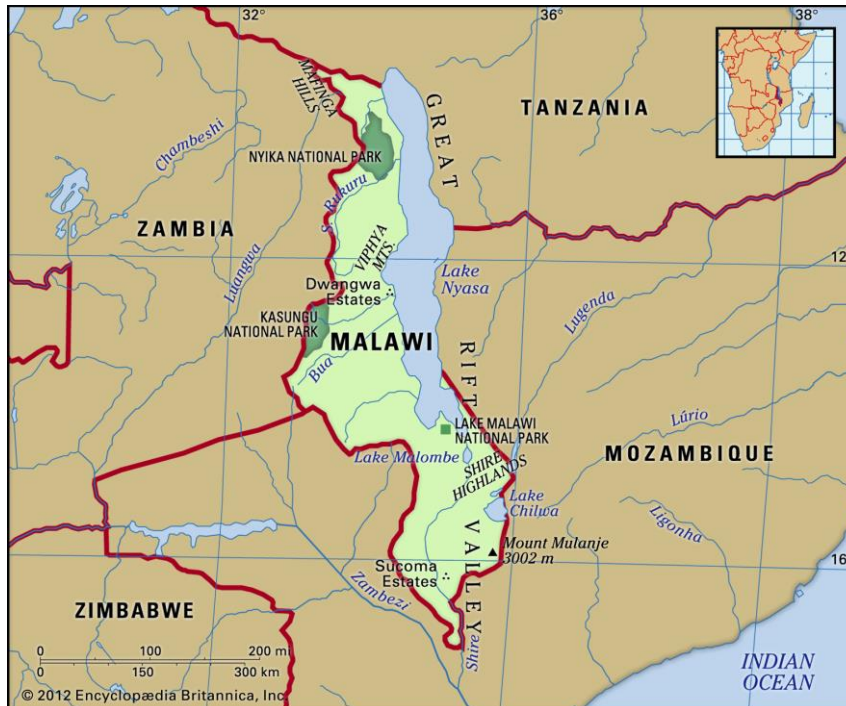
Os Ministros reconheceram o papel crucial desempenhado pelo Centro de Coordenação de Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola para a África Austral (CCARDESA) no apoio aos Centros Nacionais de Pesquisa Agrícola na implementação de soluções agrícolas inteligentes para o clima, visando aumentar a segurança alimentar. Eles ressaltaram a necessidade de recursos para fortalecer o papel do CCARDESA na transformação agrícola e integração regional.

Os Ministros elogiaram diversos parceiros, nomeadamente a Organização Regional Africana de Normalização (ARSO), a União Europeia (UE), a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), a Academia FishFORCE, o Governo Alemão, incluindo a GIZ, a Universidade Lilongwe de Agricultura e Recursos Naturais (LUANAR), o Fundo das Nações Unidas para a Infância e Educação (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), a Organização Mundial de Saúde Animal (WOAH), a *Stop Illegal Fishing* (SIF), a *Water Research Commission* (WRC), o WorldFish e o *World Wide Fund for Nature* (WWF), pelos apoios à implementação de programas regionais e à operacionalização do Plano Regional de Investimento Agrícola (RAIP).

A Comissão Conjunta de Ministros responsáveis pela Agricultura e Segurança Alimentar, Pescas e Aquicultura é diretamente responsável pela supervisão das atividades nos setores da agricultura, segurança alimentar, pescas e aquicultura, com o objetivo de promover a integração regional, conforme orientado pelo Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional (RISDP, 2020-2030), bem como fornecer assessoria política ao Conselho de Ministros.

The Health System in Malawi: An Overview

Chifundo Msokera



A Brief History

The Republic of Malawi has been independent for 58 years, it was a former British colony, and Chichewa is its native language. It is a democratic country with Malawi Congress Party as the current ruling party, it is an old ruling party from the post-independence and post-colonial era in which Malawi was governed by Dr Hastings Kamuzu Banda. Dr Kamuzu Banda made large investments in the current health system (1). The government of Malawi is the biggest provider of health services for all. Although the number of private service providers is growing, many are not equipped to handle complicated cases, and the majority of the population cannot afford private services. Malawi has a population of 20.6 million (2) that is quickly growing, and only 4 referral hospitals and one major referral hospital opened in 1970 where the major conditions and cases go (3).

Demographic Health Data

Since 1995 when the Ministry of Health started to collect demographic health data, there has been a drastic improvement in health indicators but there is still much work to be done in addressing the challenges in health services delivery. More than half of the population in Malawi is composed of those aged 15 years. 72% of Malawians can read and write, however, only 26% of women and 36% of women have had at least secondary education, which is a big contributor to the inequalities. 63% of women versus 81% of men are currently employed. 88% of the population have access to an improved source of drinking water, and only 4% of those in the rural areas have access to electricity compared to 49% of those in the urban setting (4). 70.6% of Malawians live below the international poverty line with 1.90 USD per day (5).

The median age for marriage in Malawi 18 years old, it also a major factor in other maternal and neonatal health indicators. The fertility rate is 4.4, which means on average the

typical Malawian woman will give birth to at least four children in her life time, and the median age for first birth is 19. However perinatal mortality rate is currently 35 deaths per 1000 per live births and is highest among mothers younger than age 20. Under 5 mortality rate is at 77 deaths per 1000 live births, and the maternal mortality rate as of 2017 was reported to be at 634 deaths per 100,000 live births. This is further from the sustainable development goal target of 70 deaths per 100,000 live births(4). In 2020 UNICEF reported that the maternal mortality rate had gone down by 34% globally. From 2000 to 2020, the maternal mortality rate had decreased from 342 to 223 death per 100,000 live death (6). 91% of all births are institutional, and therefore there is a chance that improved accessibility, quality of service and reliable referral systems can improve these health indicators, among other interventions, including social-based interventions and policies to reduce the effects of inequality.

Disease prevalence

There is scarce literature on the disease prevalence and their effects on development and the demand they create on supplies and health services in general; Malawi has a high burden of infectious diseases (7), largely Malaria, diarrhoeal disease, upper respiratory tract infections, HIV, Tuberculosis, Schistosomiasis and non-communicable diseases such as hypertension, diabetes and surgical conditions attributable to malignant and non-malignant conditions such as burns injuries, birth defects, road traffic accidents and benign tumours(8).

Flow of care in the Malawi Health System

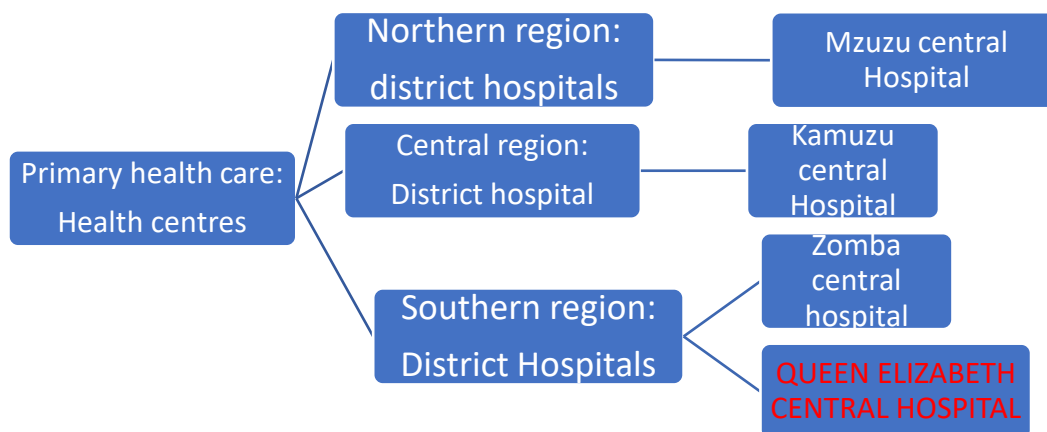


Figure 1: A flow diagram of how the health system is structured

Malawi is divided into 3 regions; North, South and Central region, and has a total of 28 districts. Each district's first point of contact for care is a health centre. These are considered to be the primary healthcare hubs for most districts because they are responsible for implementing preventative programs and educating communities about different diseases. They are typically led by non physician personnel referred to as health surveillance assistants. They have no formal medical training but are trained to test for Malaria and basic danger signs in patients to ensure timely referral to appropriate district hospitals if need be. They are usually assisted by nursing who have trained up to a certificate or diploma level.

District hospitals can be the point of contact for patients who are in close proximity to the facility, or patients are also referred from health centres. District hospitals have at least two to three medical officers that are part of a holistic District Health Management Team that is responsible for the health needs of each district. Medical officers work with clinical officers to

serve patients. Clinical officers are non-physicians that have received at least 3 years of medical training for non-complicated cases. District hospitals do not have specialists, and cases requiring high-dependency units, Intensive care and advanced care or advanced surgical procedures are referred to central hospitals.

Central hospitals are typically the first point of care for patients who live in the cities and have access to them. The system is not stringent in who is allowed to access high-level facilities. However, in certain circumstances, patients have to pay a bypass fee for presenting themselves without referral due to the challenge of resources. Central hospitals, however, each serve their regional district hospitals, with the exception of Queen Elizabeth Central Hospital, which is a major referral facility. All Central hospitals have specialists, they are also teaching hospitals and are equipped to perform specialised procedures and offer intensive care and other advanced aspects of patient care.

At all levels of the health system, health services are free for all Malawian citizens and any other foreigners who find themselves seeking medical aid. All health facility budgets are financed by the government.

Strengthens and challenges

District and tertiary (central) hospitals are decentralised and responsible for their own resources as allocated by the government each fiscal year, depending on their need and their catchment areas.

The Ministry of Health has a Public Health Institute that supports and lobbies for more resources with international, regional and local partners. The Public Health Institute of Malawi (PHIM) is also responsible for research on national research priority agendas that inform the Ministry of Health on where and how to intervene and promote evidence-based decision-making. They are also responsible for responding to public health emergencies and emerging threats.

There is a gross deficiency in the workforce-to-population ratio. In Malawi, the health workers to patient densities are, respectively, 0.019 physicians and 0.283 nursing and midwifery personnel per 1,000 population (9). Mzuzu Central, for example, has 10 doctors that are responsible for treating over 2 million people (10). The infrastructure does not adequately meet the demands of the population, and it is not uncommon to see patients on the floor during peak seasons due to the lack of beds. Medical supplies, equipment and medicines are a challenge and often are attributable to increased patient out-of-pocket spending; this could be anything from patient drugs to a malfunctioning CT Scan requiring patients to pay private clinics and pharmacies. There is scarce literature on health governance and information systems that are underdeveloped and mainly paper-based.

Recommendations

- Health systems investment in underserved and underperforming district hospitals and emphasis on primary health care access and services delivery
- Social Interventions to improve inequality such as; population education or cash transfers.
- Research and information systems rehabilitation to promote evidence-based policy and practice
- International cooperation, regional and global partnerships for workforce training, exchange programs, building infrastructure and training needs.

References

1. Full article: Birthing a Nation: Political Legitimacy and Health Policy in Hastings Kamuzu Banda's Malawi, 1962–1980 [Internet]. [cited 2023 May 22]. Available from: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03057070.2020.1689008>
2. Malawi Population (2023) - Worldometer [Internet]. [cited 2023 May 22]. Available from: <https://www.worldometers.info/world-population/malawi-population/>
3. Queen Elizabeth Central Hospital (QECH) - CLASP [Internet]. [cited 2023 May 22]. Available from: <https://www.clasphub.org/queen-elizabeth-central-hospital/>
4. The DHS Program - Malawi: DHS, 2015-16 - Final Report (English) [Internet]. [cited 2023 May 22]. Available from: <https://dhsprogram.com/publications/publication-fr319-dhs-final-reports.cfm>
5. Global_POVEQ_MWI.pdf [Internet]. [cited 2023 May 22]. Available from: https://databankfiles.worldbank.org/public/ddpext_download/poverty/33EF03BB-9722-4AE2-ABC7-AA2972D68AFE/Global_POVEQ_MWI.pdf
6. Maternal mortality rates and statistics - UNICEF DATA [Internet]. [cited 2023 May 22]. Available from: <https://data.unicef.org/topic/maternal-health/maternal-mortality/>
7. Full article: The increasing prevalence of non-communicable diseases in low-middle income countries: the view from Malawi [Internet]. [cited 2023 May 22]. Available from: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.2147/IJGM.S157987>
8. Varela C, Young S, Groen R, Banza L, Mkandawire NC, Viste A. Untreated surgical conditions in Malawi: A randomised cross-sectional nationwide household survey. *Mal Med J.* 2017 Nov 24;29(3):231.
9. Strengthening human resources for health in resource-limited countries: The case of Medic to Medic in Malawi - PMC [Internet]. [cited 2023 May 22]. Available from: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6526336/>
10. (20+) Facebook [Internet]. [cited 2023 May 22]. Available from: <https://www.facebook.com/projectmalawiusc/photos/mzuzu-central-hospital-is-a-tertiary-hospital-in-the-northern-region-that-serves/1484753491545781/>

While this ethnic and religious diversity in Sudan is what makes it a colourful mosaic of different cultures, customs, and traditions, however at times under incompetent leadership it has led to the protracted situation of conflicts in certain states.

The political scene in Sudan has long been turbulent. Since its independence from the joint rule of Egypt and the United Kingdom in 1956, Sudan has only witnessed short periods of democratic rule that have continuously been disrupted by military coups. The authoritarian regime brought on by the 1989 military coup and instated the rule of Omer al-Bashir, whose time of rule was marked by economic, political, and social failures that had severe consequences on the fate of the country including the secession of South Sudan in 2011. Omer al-Bashir's regime ended in April 2019 during the Sudanese populous movement that led to his removal from power by another coup d'état. This was followed by an agreement to establish a transitional government for two years that would hold elections for the upcoming government. Unfortunately, in October 2021, the military staged another coup to take over from the civilian led government. This then led to the current devastating war over control and power between the military forces and the para-military group called the Rapid Support Forces (RSF), that was created by Omer al-Bashir, and further empowered by the Sudanese Armed Forces.

The political situation in Sudan is incredibly blur and unclear, leaving everyone in a state of uncertainty with regards to the future of the country and the fate of its people.

The Health Situation in Sudan

Sudan is falling behind in the achieving the 2030 Sustainable Development Goals (SDGs), including the third SDG of "Good Health and well-being".

The life expectancy at birth in Sudan is 64.1 years. Fertility rate is at 3.9 and the crude birth rate is 33, while the crude death rate is at 16.7 per 1000 (4). The maternal mortality rate (MMR) is 295 deaths per 100,00 live births and neonatal mortality rate (NMR) is 27 deaths per 1,000 live births, while the infant mortality rate is at 39 deaths per 1,000 live births. The under 5 mortality rates for females and males is 50 and 60 deaths per 1000 live births, respectively (5). The most prevalent communicable diseases in Sudan include malaria, viral hepatitis (by hepatitis E virus), yellow fever, Rift Valley fever, and frequent cholera outbreaks. Non-communicable diseases in Sudan contribute to 52% of recorded deaths and include cardiovascular diseases, which account for almost 28% of deaths, cancers (6%), chronic respiratory diseases (3%), and diabetes (2%).

It is widely accepted that major factors affecting the health of the population lie outside the health system, and these include poverty, education, access to clean water and sanitation services, gender equality, and employment.

Sudan is considered a low-income country, with high rates of poverty: around two thirds of the Sudanese population is living under the national poverty line. The gross national income (GNI) per capita in Sudan is at \$ 590, however there is a great economic and social development disparities across the different regions in the country. Sudan has a Human Capital Index (HCI) of 0.38 and ranks 139 out of 157 countries in HCI, and 170 out of 189 countries in the Human Development Index (HDI) in 2019 (4).

Only 22% of children aged 36-59 months are attending an early childhood education programme. The attendance rate for children of primary school age is 68%, and for adolescents of lower secondary school age is 31%. For youth of upper secondary school age, the attendance

rate is 29%. These rates of dropout can be attributed to early marriage for girls and child labour; 34% of women aged between 20-24 years old were married before they turned 18, and around 18% of children aged between 5-17 years are engaged in child labour. Female Genital Mutilation (FGM) is a prevalent phenomenon in Sudan, and it is estimated that around 87% of girls and women aged between 15-49 years have undergone FGM (5).

In terms of sanitation, only 37% of the population have access to basic sanitation services, and 60% of the Sudanese population have access to basic drinking water services (5).

These statistics highlight how far behind Sudan is in providing favourable social and structural factors that can support the healthy development of the Sudanese people, and how much work is needed by other sectors, as well as the health sector to ensure positive health outcomes for all in Sudan.

Health System Governance and Financing In Sudan

The health system in Sudan is decentralised, with three levels of governance: Federal, State, and Locality (district) levels. The Federal level is where the national health policies, strategies and plans are developed. There is one Federal Ministry of Health (FMoH) and it is located at the capital of Sudan, Khartoum. The FMoH is also responsible for the overall monitoring and evaluation of health programmes, coordination, international cooperation and external relations, as well as training and capacity building.

The State Ministries of Health (SMoH) are responsible for developing each state's health plans and strategies, in alignment with the national funding plans. Localities are concerned with service delivery and programme implementation (6).

Albeit the well organised and up to standard processes of health policy making, the implementation of these policies and strategies is not fully adhered to. This can be attributed to several factors, including rising inflation rates, frequent eruptions of local and inter-communal conflicts, political instability, and the general disinterest of subsequent governments in health spending. For example, efforts were done on federal level to address zoonotic diseases in Sudan through the Public Health Act of 1975 produced by the Public Health Council, whose members include the FMoH, Ministry of Veterinary and Animal Resources, and Agriculture and Corps Ministry (6). The Public Health Act of 1975 can be considered as a corner stone for the One Health approach, however and unfortunately, implementation of the act is not strictly regulated and eventually fell through the cracks. Efforts must be concerted on the three governing levels to fully implement the act and mobilise it to address issues relevant to one health.

Generally, most of the specialised health services are concentrated in the capital, with little attention paid to other states, especially conflict affected ones. This leads to population movement from across Sudan to receive the services, adding further financial pressure on the patients and subsequently contributing to the delay in seeking health attention. These health outcome disparities between the different states are very well pronounced, for example the under-5 mortality rate in East Darfur state (one of the conflict-affected states) is at 112 deaths per 100 live births, the highest in Sudan, while in the Northern State it is at 30 per 1000 live births, the lowest in Sudan (4). This disparity is further mirrored in the distribution of human resources for health (HRH); Almost 70% of the health workers are practicing in urban settings where 30% of the population is living (6). In general, there is one physician per 3,333 population in Sudan and the proportion of medical doctors, nurses, and midwives is 1.23 per 1000 population, still falling behind in achieving the WHO set standard of 2.28 health care

professionals to 1000 population (6). This is further compounded by the “brain-drain” phenomena and mass exodus of physicians from Sudan to other countries in search for better working conditions and favourable financial pay.

As a result of the decades long chronic underfunding and poor investment in the health sector and infrastructure, the health system in Sudan is extremely fragile and unable to respond to the needs of all the populations in Sudan.

The state spending on health in Sudan is around 5% of its GDP, falling way behind on reaching the globally agreed upon percentage of 15% of public expenditure for health. Approximately 75.5% of the total health expenditure is from out-of-pocket payments (7), which creates a challenge to access health services by the disadvantaged and vulnerable populations. To address this concern and provide financial protection to these groups, the National Health Insurance Fund (NHIF) scheme was established in the 1995 which covers 37.3% of the total population, 30% of which are from the formal sector, 22.5% from the informal sector, and the remaining are from different sectors (8). Public funds are used to cover the premiums for families below the poverty line.

The health financing system in Sudan is faced with the challenge of fragmentation of funding sources: Vertical programmes (e.g., tb, malaria, and HIV) are funded by external donors that is managed by the Federal Ministry of Health (FMOH), salaries of health workers and staff are financed by the State Ministries of Health (SMOH), curative care is managed by the Ministry of Health, Ministry of Welfare and Social Security, and the NHIF, while the spending for medical supplies is financed by both user fees payments and claims reimbursements (7).

This variation in financing sources translates to health facilities conforming to different payment and incentive schemes, and different accountability and reporting mechanisms, depending on the funding source, as well as mobilising and allocating funds for different functions. All are additional challenges and concerns to health facilities.

International Cooperation for Health in Sudan

Sudan relies heavily on external funding for implementing health programmes, especially in the conflict affected states of South; East; North; and West Darfur, South; West; and North Kordofan, Blue and White Nile states, as well the Eastern region (Kassala, Al Qadaref and Red Sea states). In 2005, Sudan endorsed the Paris Declaration on Aid Effectiveness. This was followed by the International Health Partnership + Global Compact that was signed in 2011, and the Busan Partnership for Effective Development Co-operation (in 2011).

In 2014, the Sudan Country Compact was developed, in alignment with the aforementioned international agreements, with the aim of fostering and promoting effective partnerships that support the country’s efforts in achieving global health goals including the Millennium Development Goals (MDGs) and the Sustainable Development Goals (SDGs). The compact is signed by the Government of Sudan, Development partners, civil society organisations (CSOs) and implementing partners.

International cooperation between Sudan and external donors/implementing partners is coordinated and governed by the FMOH through the Directorate General of Global Health (DGGH). The DGGH is comprised of several specialised departments that include the 1) multilateral cooperation department, 2) the bilateral cooperation department, and 3) the cooperation agencies department.

The multilateral cooperation department works with multilateral agencies such as the African Union (AU), the European Union (EU), the Intergovernmental Authority on Development (IGAD), as well as development banks including the World Bank (WB), the Arab Bank for Economic Development in Africa (BADEA), and the African Development Bank (AfDB). The department works on developmental projects as well as on areas of technical assistance and funding to the health sector.

The Bilateral cooperation department, which works with governments of several countries in areas of technical assistance and in-kind donations to the health system. The countries that Sudan has signed memorandums of understanding (MoUs) with include Qatar, Jordan, Japan, the United States, China, Turkey, India and Ireland, among others.

The cooperation agencies department coordinates and oversees the programmes and grants provided by several cooperation agencies that include Japan International Cooperation Agency (JICA), the Italian Agency for Development Cooperation (AICS), the Foreign, Commonwealth and Development Office (FCDO), the United States Agency for International Development (USAID), among others.

Other departments in the DGGH coordinate the implementation and funds of UN agencies, International Organisations (INGOs), National organisations (NNGOs), and CSOs. In addition to working with Sudanese diaspora in providing technical assistance and capacity building of the health workers and Ministry of Health personnel.

On a last note,

It is important to note that following the military coup on the 25th of October 2021, most of the external funding that was channelled to the Government of Sudan as a whole for development programmes, and the Ministry of Health in particular, was suspended. This has greatly impacted the capacity of the health sector to respond to the various health needs on the ground, especially when considering the effects of Covid-19 on the health system.

It is without a doubt that the recent violent events that are currently unfolding in Sudan will further set back the health system. The devastating results of these events are now felt by those in the areas of the active conflict and other states. This war is directly affecting the hospitals and health facilities in Khartoum, in addition to the targeting of health staff trying to operate in these difficult and dangerous times, as well as the national central medical supply to the states.

Sudan's health sector is now facing the grave consequences of this war, and whatever small, the progress it was making is threatened with complete undoing and devastation. But the strength and resilience of Sudanese people throughout these difficult years brings us hope that one day we will build back better and stronger.

References

1. Worldometer. Sudan Population [Internet]. 2023. Available from: <https://www.worldometers.info/world-population/sudan-population/>
2. minority rights group international. World Directory of Minorities and Indigenous Peoples [Internet]. Available from: <https://minorityrights.org/country/sudan/>
3. US Department of State. 2021 Report on International Religious Freedom: Sudan [Internet]. 2021. Available from: <https://www.state.gov/reports/2021-report-on-international-religious-freedom/sudan/>

4. WHO EMRO. Country Cooperation Strategy for WHO and Sudan 2022–2025 [Internet]. 2022. Available from: <https://applications.emro.who.int/docs/9789290229704-eng.pdf?ua=1>
5. UNICEF. UNICEF Data: Monitoring the situation of children and women [Internet]. 2021. Available from: <https://data.unicef.org/country/sdn/>
6. Ebrahim EMA, Ghebrehiwot L, Abdalghar T, Juni MH. Health Care System in Sudan: Review and Analysis of Strength, Weakness, Opportunity, and Threats (SWOT Analysis). *Sudan J Med Sci*. 2017 Sep 6;12(3):133.
7. World Bank. Moving Toward UHC [Internet]. Available from: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/929661513159699256/pdf/BRI-Moving-Toward-UHC-series-PUBLIC-WorldBank-UHC-Sudan-FINAL-Nov30.pdf>
8. The Public Health Institute. The Evidence [Internet]. 2014. Available from: <http://www.phi.edu.sd/Newsletter/TheEvidence10.pdf>

A Europa submersa

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

A guerra na Ucrânia ainda ocupa espaço privilegiado na agenda internacional, tendo sido um dos assuntos centrais da reunião do G7, que aconteceu na quinzena. Na condição de convidado, Lula voltou a abordar o tema, sob um viés de busca pela paz. Se ofereceu para um encontro com o presidente ucraniano, que não se interessou. As falas de Lula no G7 são aulas de relações internacionais, como o argumento de que uma paz sustentável não se faz sem diálogo entre as partes.

O presidente brasileiro fez 3 discursos em reuniões de trabalho. Em seus pronunciamentos, criticou a atual arquitetura do sistema internacional, nos âmbitos econômico, financeiro e da segurança, alertando para o risco de uma guerra nuclear. Lula questionou a legitimidade do próprio G7 e defendeu uma reforma das instituições globais, incluindo o Conselho de Segurança.

Seguindo no movimento de crescimento da direita e extrema direita na Europa, as eleições parlamentares da Grécia foram vencidas pelo partido governista Nova Democracia, superando por ampla margem o Syriza (esquerda). Por uma pequena margem, o Nova Democracia não atingiu a cota necessária para formar um governo por conta própria. Apesar de ter conquistado mais de 40% dos votos, o resultado não foi suficiente para garantir um governo sem coalisão. Os partidos terão três dias para formar alianças para governo. Se não houver acordo, a presidente grega, Katerina Sakellaropoulou nomeará um governo provisório para preparar novas eleições em um mês.

Já a Turquia, passa por eleições presidenciais que foram para o segundo turno, ameaçando a continuidade de Erdogan, que está há duas décadas no poder. No páreo, estão o atual presidente, [Recep Tayyip Erdogan](#), e o líder da oposição, Kemal Kilicdaroglu. Erdogan ficou em primeiro lugar, com 49,51% dos votos. Kilicdaroglu veio logo atrás, com 44,88%, confirmando as previsões de uma disputa acirrada entre os dois candidatos. O terceiro colocado, o nacionalista Sinan Ogan, conquistou 5,17% e já declarou apoio a Erdogan.

Enquanto isso, [o continente europeu é atingido por fortes tempestades](#), com decretação de calamidade pública na Bósnia e na Croácia. No norte da Itália, 14 pessoas já morreram, rios transbordaram e estradas estão interditadas. Meteorologistas dizem que é a pior chuva em um século, cujos prejuízos são comparáveis aos de um terremoto. Como se não bastasse, [o Etna entrou em erupção espalhando cinzas por diversas cidades](#) e suspendendo decolagens e aterrissagens em Sicília.

[Na Região Europeia da OMS, as inundações são o perigo natural mais comum que leva a emergências](#), causando grandes danos, perturbações e efeitos na saúde, especialmente devido ao potencial aumento da transmissão de doenças transmitidas por água e vetores durante estes eventos. Os impactos das inundações na saúde surgem diretamente através do contato com a água da enchente ou indiretamente por danos a instalações de saúde, outras infraestruturas críticas, ecossistemas, alimentos e suprimentos de água e sistemas de apoio social. Tais impactos podem ser imediatos e ocorrer dias, semanas ou mesmo meses após o recuo das águas da enchente. A OMS publicou orientações para indivíduos sobre como proteger sua saúde em uma enchente e oferece os seguintes conselhos de saúde pública.

Outro destaque do ponto de vista da saúde, foi a realização de uma sessão especial do Comitê Regional da OMS para a Europa (RCSS3), o órgão de decisão da OMS na Região Europeia. Em formato virtual, a sessão foi realizada a pedido de 30 Estados Membros da Região Europeia da OMS, que apresentaram um projeto de [decisão para fechar o Escritório Europeu de Prevenção e Controle de Doenças Não Transmissíveis da OMS, localizado em Moscou](#), Federação Russa, e transferir suas funções e a gestão de suas atividades para a OMS/Europa, localizada em Copenhague, Dinamarca, até 1º de janeiro de 2024. A Rússia tentou apresentar uma emenda para se estabelecer um subcomitê para investigar o fechamento do Escritório Europeu de Prevenção e Controle de Doenças Não Transmissíveis (NCD Office) da OMS em Moscou, mas a maioria votou contra a alteração proposta. As DNTs são, de longe, a principal causa de mortalidade na Região Europeia da OMS. Juntas, as 4 principais DNTs – doenças cardiovasculares, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas – representam quase 75% das mortes na Região, que abrange 53 países da Europa e da Ásia Central.

Em pronunciamento realizado na 7ª Semana Global de Segurança Rodoviária da ONU, que aconteceu entre 15 e 21 de maio, o diretor regional da OMS para a Europa, [Hans Kluge, sugeriu repensar a mobilidade na Região Europeia da OMS](#). Ele reconhece que mais estradas com mais pistas equivalem a mais carros e que a experiência demonstra que tal expansão é insustentável. Leva à morte, lesões e incapacidades, e contribui para o congestionamento do tráfego, longos deslocamentos e estresse relacionado, bem como doenças não transmissíveis por meio da má qualidade do ar, ruído e oportunidades reduzidas de atividade física, emissões de gases de efeito estufa que contribuem para a mudança climática, impermeabilização do solo e consumo e fragmentação do solo.

Kluge alerta para o trágico custo do modelo de mobilidade atual, com 70.000 mortes por ano e centenas de milhares de lesões não fatais devido a acidentes de trânsito na região europeia da OMS a cada ano. Segundo ele, os acidentes de trânsito matam mais crianças e jovens de 5 a 29 anos na Região do que qualquer outra causa isolada. Traumas graves e evitáveis impõem grande demanda aos já sobrecarregados serviços de saúde, enquanto a incapacidade de longo prazo, mais frequentemente envolvendo jovens, implica em alta demanda em serviços de reabilitação e sistemas de bem-estar.

Para ele, uma nova visão de mobilidade exigiria construir ou redesenhar vias e espaços públicos para todos, priorizando as necessidades de acessibilidade e mobilidade dos mais vulneráveis aos efeitos do transporte motorizado: crianças, mulheres, pessoas com deficiência e idosos.

Três cúpulas estratégicas para a diplomacia da Ásia, do Pacífico e da região árabe

Lúcia Marques

Enquanto os sete países mais poderosos (economicamente)¹⁸⁹ se reuniram em Hiroshima, Japão, para discutir o futuro, mas tendo como principal foco a China e a guerra na Ucrânia, Pequim recebe os cinco líderes da Ásia Central, retomando os laços da Rota da Seda da dinastia Tang¹⁹⁰ para ajudar a garantir o futuro na região. China tenta se posicionar como um parceiro alternativo à Rússia de comércio e segurança.¹⁹¹ A cúpula foi um exemplo de diplomacia e multilateralismo, da escolha do local à declaração final.

A escolha da cidade, Xian, no noroeste chinês, foi significativa e simbólica. A cidade foi berço da dinastia Tang (618-907), uma das mais promissoras e inovadoras dinastias chinesas, que contribuiu para o desenvolvimento do país e da expansão das relações econômicas e comerciais com os países da Ásia Central, principalmente. Xian foi o ponto de partida oriental da antiga Rota da Seda, foi centro de cultura e atividade econômica, lar dos guerreiros de terracota. Atualmente, 17 rotas ferroviárias conectam Xian aos países da Ásia Central e a muitos



A China e os cinco países. Sobrevoadando, de olho nessa aproximação, está a águia americana. Ilustração: Henry Wong

¹⁸⁹ G7 (Estados Unidos da América, Japão, Canadá, Alemanha, França, Itália e Reino Unido)

¹⁹⁰ O segundo imperador Tang, Taizong, era de origem chinesa, por parte do pai, e turca, por parte da mãe. Esse fator contribuiu para que a dinastia Tang fosse caracterizada pela mescla de elementos das duas culturas e fosse mais aberta para inovações, rompendo com algumas das antigas tradições chinesas. O império dos Tang era multicultural: além de turcos e chineses, também abrigava comunidades de origens indiana, persa e árabe, entre outras. Durante o reinado de Taizong, o governo tomou medidas que contribuíram bastante para o desenvolvimento da China: a reforma agrária, instituição de concursos públicos, entre outras. A política de Taizong foi continuada por seus sucessores. Durante a dinastia Tang, a China conheceu uma fase de grande prosperidade e progresso técnico e material. Entre as inovações que marcaram o período está o aparecimento do primeiro relógio mecânico, no ano 732, inventado por um monge budista chinês. Outras invenções que marcaram o período foram a bússola e a técnica de imprimir livros. <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/china-medieval-dinastias-sui-e-tang-reunificacao-e-esplendor-do-imperio.htm?cmpid=copiaecola>

¹⁹¹ A Ásia Central tem sido tradicionalmente considerada o quintal da Rússia e os países da região não condenaram abertamente a invasão de Moscou. Mas também não apoiaram explicitamente a Rússia.

outros destinos asiáticos e europeus, com mais de 1,1 mil viagens de trem realizadas só no primeiro trimestre deste ano.¹⁹²

"Ao longo dos séculos, os povos da China e da Ásia Central se envolveram em extensos intercâmbios, aprendizado mútuo e criaram o brilho da antiga Rota da Seda, deixando um capítulo glorioso na história da civilização humana e do intercâmbio cultural." Lembrou Xi Jinping em seu discurso de boas-vindas aos líderes do Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão, e os convidou a "embarcar no trem rápido do desenvolvimento da China e, juntos, criar um futuro mais brilhante".¹⁹³

Do edifício histórico, às danças e ao cardápio do banquete de recepção, tudo remeteu ao esplendor da dinastia Tang. Hoje não são mais os laços de seda Tang que ligam – são oleodutos e gasodutos que mantêm a região conectada. Para a China, região é uma fronteira crítica para a expansão comercial e a segurança energética do país, e para a estabilidade em Xinjiang, a região do extremo oeste onde vivem os muçulmanos uigures¹⁹⁴, questão controversa entre a China e o Ocidente. Em abril, o volume total de comércio entre a China e os cinco países da Ásia Central ultrapassou 50 bilhões de yuans (US\$ 7 bilhões) pela primeira vez. A China é até agora o maior importador de gás natural da região.¹⁹⁵ Pequim tem buscado laços mais estreitos com a Ásia Central, como um bloco. A região está no topo da agenda diplomática da China. Antes disso, a cooperação da China com os países da Ásia Central era principalmente em níveis bilaterais ou sob plataformas multilaterais, como a Organização de Cooperação de Xangai. Agora, Pequim quer deixar claro mais uma vez a importância que atribui aos laços com a Ásia Central como um todo.

A primeira cúpula China e Ásia Central durou dois dias (18 e 19 de maio) e foi presidida pelo presidente chinês, Xi Jinping, que proferiu um [discurso](#) carregado de história, mas também explicou pela primeira vez à comunidade internacional a política diplomática da China com a Ásia Central de forma integral, concentrada e sistemática.



¹⁹² [China e Ásia Central se preparam para maior sucesso após década de cooperação do Cinturão e Rota \(people.com.cn\)](#)

¹⁹³ [China puxa laços da Rota da Seda da dinastia Tang para ajudar a garantir futuro na Ásia Central | Correio da Manhã do Sul da China \(scmp.com\)](#)

¹⁹⁴ Saiba mais sobre os Uigures em "Por que a China se concentrará também na Ásia Central à medida que a rivalidade dos EUA se intensifica?" disponível em Marques, L. [Cadernos Informe 11-2022, p. 185.](#)

¹⁹⁵ [China puxa laços da Rota da Seda da dinastia Tang para ajudar a garantir futuro na Ásia Central | Correio da Manhã do Sul da China \(scmp.com\)](#)

Os seis chefes de Estado

No discurso, Xi Jinping apontou que o mundo precisa de uma Ásia Central estável, próspera, harmoniosa e bem conectada. Ele também afirmou que a região, abençoada com vantagens geográficas únicas, tem a base, as condições e as capacidades para se tornar um importante centro de conectividade do continente eurasiático, além de fazer suas contribuições para troca de bens, interação entre civilizações e desenvolvimento da ciência e tecnologia no mundo. Xi destacou que o aprofundamento da cooperação China-Ásia Central é uma escolha estratégica feita “pelos líderes desta geração olhando para o futuro, está de acordo com a tendência global predominante e está de acordo com as expectativas das pessoas.”¹⁹⁶

O líder chinês apresentou os **quatro princípios** para construir uma comunidade China-Ásia Central com um futuro compartilhado. **Primeiro**, deve-se persistir no apoio mútuo. **Segundo**, deve-se persistir no desenvolvimento comum. **Terceiro**, deve-se persistir na segurança global. **Quarto**, deve-se persistir na amizade de geração em geração.¹⁹⁷

O líder chinês celebra que a Cúpula estabeleceu uma nova plataforma e abriu novos horizontes para a cooperação China-Ásia Central, através de **oito passos**. **Primeiro** é preciso fortalecer a construção institucional. Através de mecanismos de diálogo em áreas como indústria e investimento, agricultura, transporte, gestão de emergências, educação; **segundo**, expandir as relações econômicas e comerciais estabelecendo tratados bilaterais e desembaraço alfandegário simplificado; **terceiro**, aprofundar a conectividade, através do transporte transfronteiriço de cargas, incluindo aéreo, e construção de armazéns e estabelecimento de plataforma de serviço digital abrangente; **quarto**, ampliar a cooperação energética, através da construção da Linha D do Gasoduto China-Ásia Central em ritmo acelerado, expansão do volume do comércio bilateral de hidrocarbonetos, cooperação em toda a cadeia industrial de energia e fortalecer cooperação em novas energias e uso pacífico da energia nuclear; **quinto**, encorajar a inovação verde, cooperando em áreas como saneamento e utilização de solos salinos e alcalinos e irrigação para economia de água, construindo um laboratório conjunto para agricultura em zonas áridas, também envolve investimentos em tecnologias de desenvolvimento sustentável, inovação e empreendedorismo e ciência da informação e espaço tecnológico; **sexto**, aumentar a capacidade de desenvolvimento, através de plano de cooperação para redução da pobreza por meio da ciência e tecnologia, **sétimo**, fortalecer o diálogo entre as civilizações, através do Programa "Rota da Seda Cultural", instalação de centros culturais, oferta de bolsas de estudo, apoio às universidades, serviços ferroviários especiais para o turismo cultural na Ásia Central; **oitavo**, salvaguardar a paz regional, segurança e defesa, combate ao terrorismo, promoção da segurança cibernética e a aprimorar o papel do mecanismo de coordenação entre os países vizinhos do Afeganistão e a promover conjuntamente a paz e a reconstrução no Afeganistão.¹⁹⁸

Foram adotadas a [Declaração de Xi'an da Cúpula China-Ásia Central](#), seis documentos bilaterais e multilaterais, assim como cem acordos de cooperação em diversos setores.

Entre os destaques da declaração, o estabelecimento de um mecanismo de reunião dos chefes de Estado, sendo realizada a cada dois anos, sob a liderança rotativa. A próxima reunião será em 2025, no Cazaquistão.

¹⁹⁶ https://www.fmprc.gov.cn/esp/zxxx/202305/t20230520_11080697.html

¹⁹⁷ http://www.gov.cn/yaowen/liebiao/202305/content_6874947.htm

¹⁹⁸ https://www.fmprc.gov.cn/esp/zxxx/202305/t20230519_11080163.html

As partes reafirmaram a importância da salvaguarda da independência nacional, soberania e integridade territorial e na adoção de várias políticas internas e externas independentes. Concordam que manter a segurança nacional, a estabilidade política e o sistema constitucional é de grande importância, e se opõem resolutamente ao enfraquecimento do regime jurídico e à instigação de "revoluções coloridas", e se opõem à interferência nos assuntos internos de outros países de qualquer forma e sob qualquer pretexto. Complementando que é soberania de um país escolher de forma independente seu caminho de desenvolvimento e modelo de governança, que não admite interferências. Uma clara manifestação contra posições americanas de interferência nos estados.

Afirmam que a cooperação médica e de saúde devem ser mais aprofundadas, que a construção de um centro de medicina tradicional chinesa deve ser promovida e a cooperação no plantio e processamento de fitoterápicos deve ser realizada para criar uma "rota da seda da saúde".

Expandir a cooperação nas áreas de biossegurança e prevenção de doenças infecciosas perigosas e apoiar a iniciativa de estabelecer uma agência internacional especializada em biossegurança multilateral sob os auspícios das Nações Unidas, também foi ponto da declaração.

As partes saudaram a iniciativa de estabelecer um Centro Regional de Tecnologia Climática da Ásia Central liderado pela ONU em Ashgabat como uma plataforma para transferência de tecnologia para adaptação e mitigação dos impactos das mudanças climáticas.

E o **Afeganistão não ficou de fora**. Todas as partes estão dispostas a continuar trabalhando com a comunidade internacional para ajudar o povo afegão a manter a paz e a estabilidade, reconstruir a infraestrutura social e integrar-se aos sistemas econômicos regional e mundial. Enfatizaram a importância de promover o estabelecimento de um governo inclusivo no Afeganistão, com ampla participação de todos os grupos étnicos e partidos políticos. As partes tomaram nota da iniciativa de estabelecer uma equipe de negociação internacional com o apoio das Nações Unidas para a construção do Afeganistão como um país pacífico, estável e próspero, livre de ameaças de terrorismo, guerra e drogas.

CÚPULA DE LÍDERES ASEAN

Líderes das 10 nações do sudeste asiático¹⁹⁹ (+ Timor Leste, em fase final do processo de adesão ao bloco) se reuniram na cidade pesqueira de Labuan Bajo, no leste da Indonésia, entre os dias 9 a 11 de maio, para a [42.ª Cimeira da ASEAN e reuniões conexas - Portal Principal da ASEAN](#). O encontro crucial para o grupo visou abordar as deficiências institucionais da ASEAN e traçar a direção do progresso para uma das regiões de crescimento mais rápido do mundo nas próximas décadas.

A associação tem sido cada vez mais pressionada a se reformar em meio a grandes rivalidades de poder e expectativas ainda maiores como o motor econômico do "século asiático", em um momento em que a maior parte do mundo está se recuperando lentamente de uma pandemia e uma recessão global.²⁰⁰ A unidade da ASEAN também foi posta à prova depois que as tentativas de resolver uma violenta crise de golpe em Myanmar falharam,²⁰¹

¹⁹⁹ Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia e Vietnã.

²⁰⁰ O bloco sofre, principalmente com a pressão americana em seu projeto de segurança militar para o Indo-Pacífico e de combatividade à China – grande parceiro comercial dos Estados asexanos.

²⁰¹ Indonésia e Singapura condenaram um ataque armado a um comboio humanitário numa estrada entre Taunggyi, capital do estado de Shan, em Myanmar, e a cidade de Hshih seng. O ato de violência

potencialmente dando o tom para os próximos dois anos de mudança de governo em uma região politicamente diversa.²⁰² Por isso as negociações ASEAN-China sobre o Mar Meridional ganharam prioridade e avançam para o próximo passo para o código de conduta para regular o comportamento nas vias navegáveis disputadas.²⁰³

O governo indonésio, atual presidente da ASEAN, anunciou o seu compromisso de dar prioridade ao pilar sociocultural regional, com o objetivo de reforçar a cooperação na proteção dos trabalhadores migrantes, na arquitetura regional de saúde e no reforço do desenvolvimento das regiões rurais.

Além da [declaração final](#), outras 10 declarações foram assinadas. Os destaques são a [Declaração dos Líderes da ASEAN sobre o Desenvolvimento da Visão Pós-2025 da Comunidade da ASEAN](#) e a [Declaração dos Líderes da ASEAN sobre o Avanço da Conectividade de Pagamentos Regionais e a Promoção de Transações em Moeda Local](#), o caminho para desdolarização.

Sobre Saúde, a [declaração](#) observa os impactos devastadores e multidimensionais da pandemia COVID-19, bem como outras doenças infecciosas emergentes e reemergentes, incluindo zoonoses, resistência antimicrobiana (RAM), impacto crescente e outros desafios relacionados às mudanças climáticas em vidas humanas e meios de subsistência, e a necessidade de fortalecer os sistemas de saúde para serem resilientes e responsivos, conforme previsto no Plano da ASEAN. A declaração absorve o conceito ONE Health; faz link com as mudanças climáticas e os determinantes sociais da saúde; destaca o olhar multisetorial e sobre a importância do trabalho colaborativo entre entidades governamentais, não-governamentais e organizações internacionais e parceiros de desenvolvimento. Os Estados propõem desenvolver o Plano de Ação Conjunto ASEAN One Health para melhorar a saúde regional, a capacidade nacional e capacidades com metas que são tangíveis, mensuráveis, através de colaboração intersectorial, inclusive por meio de acordos bilaterais e cooperação multilateral.

Demais declarações:

- [Declaração dos Líderes da ASEAN sobre o recente ataque a um comboio do Centro AHA e da Equipa de Monitorização da ASEAN em Myanmar](#)
- [Declaração dos Líderes da ASEAN sobre o Reforço da Capacidade e da Eficácia Institucional da ASEAN](#)
- [Declaração dos Líderes da ASEAN sobre o Combate ao Tráfico de Pessoas Causado pelo Abuso da Tecnologia](#)
- [Declaração dos Líderes da ASEAN sobre o Desenvolvimento do Ecosistema Regional de Veículos Elétricos](#)
- [Declaração da ASEAN sobre a Colocação e Proteção dos Pescadores Migrantes](#)
- [Declaração da ASEAN sobre a Proteção dos Trabalhadores Migrantes e dos Membros das Famílias em Situações de Crise](#)
- [Declaração conjunta dos líderes da ASEAN sobre o estabelecimento de uma rede de aldeias da ASEAN](#)

parece ter sido concebido como um aviso para a ASEAN não tentar "se intrometer" nos assuntos internos de Myanmar. <https://thejakartapost.us8.list-manage.com/track/click?u=bd0561e599b4e9f9a65093ef9&id=4d49563c2d&e=32cc4cf6e9>

²⁰² <https://www.thejakartapost.com/paper/2023/05/10/asean-at-crossroads-as-leaders-descend-on-labuan-bajo.html>.

²⁰³ [Mar do Sul da China: Asean e Pequim chegam a acordo sobre próximo passo para código de conduta atrasado para regular comportamento em vias navegáveis disputadas | Correio da Manhã do Sul da China \(scmp.com\)](#)

CÚPULA DA LIGA ÁRABE

A 32ª Cúpula da Liga Árabe reuniu em Jeddah, Arábia Saudita, 22 Estados membros e marcou o retorno da Síria ao grupo.²⁰⁴ Afastada há 12 anos desde quando as manifestações no âmbito da Primavera Árabe se transformou numa guerra civil, o retorno da Síria é o resultado dos esforços da diplomacia de Riad e de Abu Dabi e do movimento na mudança da agenda de política externa da Arábia Saudita nos últimos meses. Os esforços da Arábia Saudita para descongelar laços é parte da [política de Riad para aumentar a segurança e estabilidade na região](#),²⁰⁵ que começou com a retomada de relações diplomáticas com seu rival Irã e ganha dimensão geopolítica que vai além do regional.

Nas [quatro reuniões preparatórias](#) para a cúpula, ficou definido a criação de um comitê para acompanhar o desenvolvimento regional com o Irã e formas de abordar a sua interferência nos assuntos dos países árabes, bem como uma reunião para abordar interferências semelhantes por parte da Turquia. Uma das reuniões foi a dos Ministros de Negócios Exteriores. O príncipe saudita, Faisal bin Farhan, disse que o mundo estava passando por grandes desafios que exigiam uma frente unida. "Temos de conceber novos mecanismos para enfrentar os desafios que os nossos países enfrentam e temos de trabalhar em conjunto para a elevação dos povos árabes", disse o príncipe Faisal aos seus homólogos. Sobre a Síria, Faisal disse ainda que cresceu o consenso no mundo árabe de que isolar o país não está funcionando e que o diálogo é necessário, particularmente para lidar com a situação humanitária no país.



O presidente da Síria, Bashar al-Assad, está de volta ao rebanho árabe <https://www.thenationalnews.com/gulf-news/saudi-arabia/2023/05/19/arab-league-summit-saudi-arabia/>

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenskyy, [participou do encontro](#) como convidado de honra da Arábia Saudita. O líder ucraniano estava a caminho da cúpula do G7, da qual também era convidado. Zelenskyy espera ajudar a fortalecer a relação da Ucrânia com o

²⁰⁴ [Cúpula saudita da Liga Árabe começa com retorno de Assad \(thenationalnews.com\)](#)

²⁰⁵ Alcançar estabilidade regional é essencial para a [Visão 2030](#), de Riad lançada em 2016. O plano do príncipe herdeiro que pretende remodelar completamente a economia do reino em uma economia autossuficiente, progressiva e diversificada, envolve metas ambiciosas, aumento de visitantes de 8 milhões para 30 milhões, a redução do desemprego, o aumento da participação das mulheres na força de trabalho e o aumento do investimento estrangeiro.

mundo árabe. "Presos políticos na Crimeia e territórios temporariamente ocupados, o retorno do nosso povo, Fórmula da Paz, cooperação energética. A Arábia Saudita desempenha um papel significativo e estamos prontos para levar nossa cooperação a um novo nível", tuitou ele de Jeddah.



10 príncipe herdeiro saudita, Mohamed bin Salman, cumprimenta os presidentes sírio e ucraniano

A liga [aprova 32 projetos de resolução](#) como parte do plano de ação árabe para 2023 que se concentra na "renovação e mudança": define as prioridades regionais e como planejam enfrenta-las. A agenda da cúpula se concentrou em questões urgentes relacionadas à Síria – impacto de sua guerra civil de 12 anos e nas medidas para abordar a reconstrução e o retorno seguro dos refugiados - e no conflito palestino-israelense. A resolução das crises na Líbia e no Iêmen, bem como o reforço dos laços econômicos e a coordenação dos esforços para combater o terrorismo, também estiveram no topo da agenda.²⁰⁶

A crise no Sudão também foi um dos principais focos do plano de ação da liga, com o comunicado final devendo pedir esforços conjuntos árabes contínuos para alcançar um cessar-fogo permanente e imediato na capital sudanesa. Há quase duas semanas, representantes dos dois lados em conflito travam negociações mediadas por autoridades sauditas e americanas. A situação no Líbano também foi discutida especialmente o impacto de um vácuo presidencial e as péssimas condições econômicas que o país enfrenta.

Falando na véspera da cúpula, o secretário-geral do GCC, Jasem Albudaiwi, disse que a atmosfera positiva na cúpula de Jeddah acabaria reverberando em toda a região, apesar dos desafios geopolíticos restantes. "Não temos uma participação de uma cúpula da Liga Árabe neste nível há vários anos, especialmente durante a última década", disse ele.

O Irã, um dos principais apoiadores do governo sírio no conflito no país, assinou um acordo na China em março para retomar as relações com a Arábia Saudita. Teerã também expressou seu apoio à aproximação de Damasco com seus vizinhos regionais. Espera-se que os laços renovados entre Arábia Saudita e Irã tenham um efeito positivo nos países do Oriente Médio, onde os dois apoiam grupos rivais.

Em 2018, os [Emirados Árabes Unidos foram dos primeiros a restabelecer os laços totais com a Síria](#) e têm trabalhado com o Reino a reintegração de Damasco.

²⁰⁶ <https://sputniknewsbrasil.com.br/20230519/da-siria-ao-sudao-qual-e-a-agenda-da-cupula-da-liga-arabe--28904340.html>

NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA

O significado do retorno da Síria à Liga Árabe: uma nova ordem no Oriente Médio

A devastadora guerra civil na Síria dura mais de 12 anos. Nesse período, meio milhão de pessoas foram mortas, segundo algumas estimativas. Três milhões ficaram com uma deficiência ou mutilação. E metade do país foi forçada a deixar suas casas, incluindo muitos que agora vivem em campos de refugiados em países vizinhos.

Há doze anos a Liga Árabe expulsou a Síria, acusando o presidente al-Assad de iniciar a guerra com uma repressão sangrenta contra opositores de seu governo familiar dinástico. De lá para cá, a economia entrou em colapso e a infraestrutura foi destruída – 70% do sistema elétrico está danificado, uma em cada três escolas está em ruínas e apenas metade dos hospitais está funcionando plenamente. Uma década de guerra custou ao país mais de um trilhão de dólares.²⁰⁷ A expulsão do país não ajudou a mudar o cenário e a crise humanitária se agrava.

Embora as razões da suspensão da Síria ainda existam, um consenso se formou no mundo árabe de que isolar a Síria não está funcionando e que o diálogo é necessário, particularmente para abordar a situação humanitária no país, bem como o retorno dos deslocados. Portanto, a reconstrução e o alívio do sofrimento do povo sírio são prioridades urgentes. Dos 22 países membros da Liga, somente o Catar é contra o retorno do país de Assad,²⁰⁸ mas disse que não atrapalharia um consenso árabe.

O secretário-geral da Liga Árabe, Ahmed Aboul Gheit, enfatizou o compromisso da organização com uma trilha política na Síria.²⁰⁹ Ele disse que a readmissão do país no grupo "não nos coloca em concorrência com ninguém", em referência aos esforços da ONU para implementar as resoluções do Conselho de Segurança.²¹⁰ A readmissão da Síria na Liga foi um primeiro passo em um processo de normalização dos laços e "não o fim da jornada", disse ele. E não significa que todas as questões estejam resolvidas

O Comitê, criado para manter a comunicação direta com o governo sírio para chegar a uma solução abrangente para o conflito,²¹¹ é composto pelo chefe da Liga Árabe e por representantes do Egito, Jordânia, Iraque, Arábia Saudita e Líbano. Para o retorno do país, o grupo pediu uma resolução da crise resultante da guerra civil no país, incluindo a fuga de refugiados para países vizinhos e o contrabando de drogas em toda a região. E o [governo sírio](#) está pronto para avançar na direção certa e no enfrentamento dos problemas urgentes dentro da própria Síria.²¹²

²⁰⁷ [Além das Manchetes: O significado do retorno da Síria à Liga Árabe \(thenationalnews.com\)](#)

²⁰⁸ Arábia Saudita [focada em acabar com o isolamento da Síria](#)

²⁰⁹ [Aboul Gheit: Trazer a Síria de volta à Liga Árabe é um "passo" para a normalização \(thenationalnews.com\)](#)

²¹⁰ A guerra na Síria envolve outros países de dentro e fora da região, que apoiam os lados diferentes da guerra civil, tornando a paz mais difícil.

²¹¹ [Síria "disposta a trabalhar com parceiros regionais" após decisão da Liga Árabe \(thenationalnews.com\)](#)

²¹² Antecipando a cúpula, em declaração conjunta, Síria e Arábia Saudita concordaram em apoiar as instituições do Estado sírio, acabar com a presença de milícias armadas lá e a interferência externa em quaisquer assuntos internos. Ambos os países concordaram com a importância de resolver as dificuldades humanitárias e de proporcionar um ambiente adequado para que a ajuda chegue a todas as partes da Síria.

A disposição de Riad de trazer a Síria de volta ao rebanho árabe, curar a ruptura do reino com o Irã e alcançar a paz no lêmén são parte dos esforços para aumentar a segurança e a estabilidade regionais.

Mas a normalização vai muito além disso e sinaliza uma nova ordem no Oriente Médio, como apontam o analista Steven Heydemann, membro sênior do Center for Middle East Policy.²¹³

Quando vista como uma peça de um quebra-cabeça regional maior, a ressurreição de Assad é mais significativa. Seu retorno ao rebanho árabe marca a consolidação de uma nova arquitetura de segurança regional, uma estrutura para gerenciar rivalidades que talvez seja a mudança mais significativa na dinâmica regional desde a invasão do Iraque pelos EUA. Ao lado de outras medidas que reduziram as divisões regionais – entre Irã e Arábia Saudita; Qatar e seus homólogos no Conselho de Cooperação do Golfo; Turquia e rivais árabes, como o Egito; Israel e Líbano sobre questões marítimas; ou Israel, Emirados Árabes Unidos e Bahrein – a normalização da Síria é um passo adicional para a desescalada de conflitos regionais intratáveis. Os efeitos dessa mudança também são evidentes no lêmén, onde a aproximação saudita-iraniana tornou possível o cessar-fogo mais longo até agora na guerra civil de uma década no país.

Para Heydemann, ao avançar em direção ao engajamento construtivo, os atores regionais aparentemente elevaram o pragmatismo e o realismo sobre as clivagens geopolíticas e sectárias que os dividiram por décadas. Essa mudança, no entanto, não implica o início de uma paz calorosa entre adversários árabes ou entre regimes árabes e o Irã. Não significa que as tensões entre Assad e os regimes tenham diminuído.

O que essa arquitetura de segurança emergente indica é como os atores regionais estão respondendo a mudanças geopolíticas mais amplas, notadamente a diminuição do papel dos Estados Unidos no Oriente Médio e uma ordem internacional cada vez mais multipolar. Como frisa o analista, essas mudanças deixaram os regimes árabes arcando com uma parcela maior do fardo de segurança regional, permitiram que eles rebaixassem as prioridades dos EUA no gerenciamento de ameaças regionais e ampliaram as possibilidades de olhar além dos Estados Unidos, incluindo a China, para superar as diferenças regionais. Se o quadro que emergiu dessas condições não acabar com as divisões regionais, ainda pode servir para evitar que rivalidades duradouras se transformem em conflito aberto. Se isso acontecer, o Ocidente pode testemunhar uma estreia histórica para o mundo árabe: a formação de um quadro de segurança localmente organizado, pós-Guerra Fria, pós-Pax Americana.

Agora, com a aproximação saudita-iraniana, a normalização de Assad, sinais de movimento na resolução do impasse sobre a presidência do Líbano e novo impulso na diplomacia regional de forma mais ampla, os pressupostos de décadas de política dos EUA para a região parecem cada vez mais fora de sincronia com as tendências regionais. Ainda não se sabe até que ponto os realinhamentos regionais irão avançar. Se eles produzem mudanças duradouras no terreno ainda é incerto.

Os impactos dessa mudança nos Estados Unidos já são visíveis e há oposições. Um grupo bipartidário de legisladores apresentou um projeto de lei, à véspera da cúpula árabe,

²¹³ [Normalização da Síria sinaliza nova ordem no Oriente Médio \(brookings.edu\)](https://www.brookings.edu/blog/middle-east-watch/2016/02/11/normalization-of-syria-signals-new-order-in-the-middle-east/)

com o objetivo de impedir o governo americano de reconhecer Assad como presidente da Síria e aumentar a capacidade de Washington de impor sanções.

Enquanto os Estados Unidos e a União Europeia mantiverem as sanções²¹⁴, a Síria provavelmente continuará a ser uma zona de exclusão econômica. Mas provavelmente o atual regime de sanções esteja sob crescente pressão; vide o movimento do Sul Global de autonomia monetária para reduzir a dependência de certas moedas e sistemas de pagamento estrangeiros, refletindo o processo de desdolarização em curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto China e países da Ásia Central se reuniam em Xian e os países árabes se encontravam em Riad, consolidando a força da diplomacia, líderes dos países do G7 se reuniram em Hiroshima para discutir desafios coletivos, incluindo a guerra Rússia-Ucrânia, China, Estreito de Taiwan e muito mais.²¹⁵ Quais resultados devem ser esperados?

O Ocidente reenergizado é um fenômeno relativamente novo no cenário internacional, e muitas partes interessadas, particularmente no Sul Global, se preocupam com sua longevidade. Esta unidade foi uma resposta à agressão da Rússia contra a Ucrânia, em fevereiro de 2022, e tudo indica que uma das principais tarefas da cúpula do G-7 em Hiroshima é sustentar esse impulso.²¹⁶

A inclusão de Austrália, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, Brasil, Vietnã, Comores e Ilhas Cook no G-7 deste ano mostra que o Japão está usando sua liderança para trazer parceiros do Indo-Pacífico e vozes asiáticas para o lado do Ocidente. Os convites da Índia e da Indonésia estão ligados aos seus respectivos papéis como presidentes do G-20 e da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático), enquanto o da Austrália pelos laços de segurança – como membro do QUAD. A presença de estados menores, particularmente aqueles desproporcionalmente impactados pelas mudanças climáticas, como Ilhas Comores²¹⁷ e Ilhas Cook, mostram que a visão de Tóquio para as principais questões econômicas e de segurança devem incluir a palavra desses países. Já a presença do Brasil, depois de tantos anos de fora, gerou dúvidas: tinha segundas intenções por sua recente aproximação com a China? Ou para forçar o encontro do presidente brasileiro com o presidente ucraniano, presente como convidado especial?

Será que o Ocidente quer paz? EUA e Europa estão unidos contra a Rússia por sua guerra na Ucrânia. E se a guerra acabar? O que vai mantê-los unidos?²¹⁸ A China - sua força diplomática e econômica e seu papel na cadeia de suprimentos - está no foco do Ocidente, que tenta cooptar

²¹⁴ A reconciliação árabe com o governo Assad ainda enfrenta a oposição de Washington DC, onde um grupo bipartidário de legisladores apresentou um projeto de lei na quinta-feira com o objetivo de impedir o governo americano de reconhecer Assad como presidente da Síria e aumentar a capacidade de Washington de impor sanções. [Cúpula saudita da Liga Árabe começa com retorno de Assad \(thenationalnews.com\)](https://thenationalnews.com)

²¹⁵ Saiba mais sobre a Cúpula do G7 no capítulo preparado pelo grupo do Pedro Burguer e Paulo Esteves aqui neste caderno 8.

²¹⁶ [Ao redor dos corredores: Japão sedia a cúpula do G-7 \(brookings.edu\)](https://brookings.edu)

²¹⁷ Ilhas Comores formam um arquipélago de ilhas vulcânicas localizadas na costa sudeste da África, a leste de Moçambique e noroeste de Madagascar. É o quarto menor país africano em área territorial.

²¹⁸ Entre os fatores de interesse na manutenção de conflitos está a indústria bélica que movimenta bilhões de dólares. Em dezembro de 2022 o senado americano autorizou um valor recorde de US\$ 858 bilhões para gastos com defesa em 2023. O gasto militar americano é maior que a soma dos gastos dos 10 próximos países que mais investem em defesa. Os gastos militares globais seriam suficientes para atender mais de 200 milhões de pessoas em crises humanitárias.

países do Indo-Pacífico para seu projeto de enfrentamento ao gigante vermelho. EUA e seus aliados no Indo-Pacífico se unem militarmente: assinam acordos para construção de submarinos nucleares, acordos para implantação de bases militares ([Estratégia americana para o Indo Pacífico, em Cadernos CRIS Informe 8-2022, p. 169](#), e [Espírito bélico americano é ruim para todos, em Cadernos CRIS Informe 10-2022, p. 141](#)) ou acordos para segurança marítima no Pacífico.

O G-7 poderia desempenhar uma importante função de definição de agenda global, priorizando os principais desafios e mobilizando recursos para enfrentá-los. No entanto, os líderes muitas vezes sucumbem à tentação de falar sobre tudo e, assim, não priorizar nada, [como aponta](#) o analista Daniel S. Hamilton: eles fizeram 323 compromissos na cúpula de 2022 e 429 compromissos na cúpula de 2021.

Essas e outras críticas foram expressadas pelo presidente brasileiro, Luis Inácio Lula da Silva, em seu [discurso](#) na abertura da Cúpula de Hiroshima. Lula questionou a própria legitimidade do G7 e defendeu uma reforma das instituições globais para permitir que emergentes tenham mais voz nas decisões. O colunista Jamil Chade comenta que Lula ainda criticou o que chamou de "equivoco" do neoliberalismo e, diante dos presidentes das democracias mais ricas do mundo, questionou o fracasso das principais potências em lidar com as crises internacionais. Ao listar os diversos desafios que o mundo enfrenta, Lula afirmou que a solução "não está na formação de blocos antagônicos ou respostas que contemplem apenas um número pequeno de países"²¹⁹

Como exemplo dessa crítica, e olhando para o tema desse observatório, destacamos o pensamento do grupo expresso no [documento final](#), nos itens 33, 34 e 35, sobre saúde global, em especial sobre futuras pandemias, no qual prioriza a "importância de uma comunicação oportuna e transparente e compartilhamento sistemático de patógenos, dados e informações de maneira segura e protegida, garantindo o respeito das regras relevantes de proteção de dados, para vigilância multissetorial e integrada de ameaças à saúde emergentes e contínuas, tanto em tempos normais quanto em emergências..." O documento ignora outras necessidades apontadas no comunicado final do [encontro de ministros da Saúde do G7 em Nagasaki](#), em 13 e 14 de maio, como a necessidade de construção de um ecossistema que facilite o acesso global, equitativo, rápido, eficaz e acessível a contramedidas médicas, incluindo vacinas, diagnósticos e terapias, seguras e eficazes; do reforço dos sistemas de saúde e do financiamento para essas medidas.

Os sete países mais ricos ignoram que solidariedade e equidade são fundamentais, que é preciso garantir as vozes da sociedade civil e dos países menos desenvolvidos e em desenvolvimento sejam ouvidas, que ocupem os espaços decisórios, que tenham o protagonismo partilhado. A [crítica de Richard Horton, no The Lancet](#), sobre colonialismo na saúde global segue essa linha de pensamento e aponta para a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre a arquitetura da saúde global. Também é o que está sendo discutido no série de reuniões organizadas pelo [Geneva Global Health Hub \(G2H2\)](#) para compartilhar, avaliar e debater os desafios da política de saúde e da governança que vão além dos itens cobertos pela agenda formal da 75ª Assembleia Mundial da Saúde, fazendo a ponte entre as políticas de saúde

²¹⁹ <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/05/20/lula-questiona-legitimidade-do-g7-em-cupula-do-bloco-e-quer-reforma-da-onu.htm>

e a realidade das pessoas, abordando os determinantes da saúde e promovendo a governança democrática.

Enquanto isso, os países em desenvolvimento buscam compartilhar e gerar conhecimentos, buscam, através da diplomacia, o diálogo para paz e para o desenvolvimento. **ASEAN** e seus parceiros discutem formas de resolução para o Mar Meridional da China²²⁰ e formas para avançar na reforma da arquitetura da saúde na região, para proteção social das pessoas e dos trabalhadores migrantes e sobre segurança alimentar e agricultura inteligente; a **Liga Árabe** e países do Oriente Médio discutem normalização de laços, retomadas de relações diplomáticas e resoluções de conflitos; **China e países da Ásia Central** falam em avanços nas relações econômicas e diplomáticas e estabilidade regional; e inserem o **Afeganistão** entre as oito prioridades, visando manter a paz e a estabilidade da população afegã, reconstrução da infraestrutura social no país e integrar-se aos sistemas econômicos regional e mundial.

Exemplos de diplomacia, de multilateralismo, de metas concretas e planos de trabalho.

Os países estão cansados de guerras e conflitos. Eles querem desenvolvimento sustentável, segurança alimentar, saúde, ciência e tecnologia, emprego e atenção social, cultura e educação, intercâmbio e turismo, e prevenção e mitigação de desastres.

²²⁰ [China e países da ASEAN fazem acordo por projetos de cooperação no Mar do Sul da China \(people.com.cn\)](http://people.com.cn)

Balanço Administração Nacional de Seguros Médicos da China

André Costa Lobato

Diplomático

• Xi Jinping se reuniu com presidentes Kassym-Jomart Tokayev, do Cazaquistão, Sadyr Japarov, do Quirguistão, Emomali Rahmon, do Tadjiquistão, Serdar Berdimuhamedov, do Turcomenistão e Shavkat Mirziyoyev, do Uzbequistão. O encontro, chamado de “*Cúpula China-Ásia Central*” deve se repetir a cada três anos. Xi disse que a cúpula “criou uma nova plataforma e abriu novas perspectivas para a cooperação China-Ásia Central”²²¹. Além do encontro do grupo, o chinês fez reuniões bilaterais com os cinco colegas das ex-repúblicas soviéticas.



Sanitário²²²

Líderes da Administração Nacional de Seguros Médicos da China²²³ realizaram uma coletiva de imprensa, organizada pelo Conselho de Estado, onde revelaram números, metas e desafios desta agência que foi criada em 2018. O Conselho de Estado tem organizado coletivas com organizações administrativas para discutir as implementações das principais decisões do 20º Congresso Nacional do Partido Comunista de China, que prevê a o "desenvolvimento de alta qualidade do seguro médico". Além do diretor Hu Jinglin, outros funcionários também participaram da coletiva.

A coletiva, de difícil tradução devido ao vocabulário específico, revela, além de informações também a forma como as autoridades do país abordam a questão da cobertura de saúde: ênfase na redução de preços, aumento do acesso dentro das condições financeiras do volume total segurado, aceleração da entrada de novos medicamentos e consumíveis médicos dentro das listas seguradas, assim como a interseção com outras prioridades nacionais, como a política de terceiro filho.

Em seguida, uma edição de alguns pontos apresentados (tradução por computador do chinês para o português)

Cobertura

- De 2018 a 2022, a taxa de participação da população nacional ficou estável em cerca de 95%, e a taxa de reembolso de despesas de internação no âmbito do seguro médico de empregados e das apólices de seguro médico de residentes urbanos e rurais atingiu cerca de 80% e 70%, respectivamente.
- A taxa de participação de pessoas rurais de baixa renda e pessoas atingidas pela pobreza é estável em mais de 99%, e o seguro médico ajudou quase 10 milhões de famílias pobres a se livrar da pobreza com sucesso.

²²¹ http://en.gsttheory.cn/2023-05/19/c_888200.htm

²²² http://www.nhsa.gov.cn/art/2023/5/18/art_14_10627.html

²²³ <http://www.nhsa.gov.cn>

- A receita anual total do fundo de seguro médico básico (incluindo seguro maternidade) aumentou de 2,14 trilhões de yuans para 3,09 trilhões de yuans, e a despesa anual total aumentou de 1,78 trilhão de yuans para 2,46 trilhões de yuans.
- O padrão anual de subsídio per capita para os residentes participarem do prêmio de seguro aumentou de 490 yuans para 610 yuans. Somente em 2022, o subsídio financeiro total chegará a 600 bilhões de yuans.

Custos

- Aceleraremos o ritmo das negociações dos seguros médicos e promoveremos um grande número de variedades exclusivas de medicamentos anticancerígenos e doenças raras, incluídas no seguro médico a preços adequados.
- Para promover a aquisição centralizada, o preço médio de 333 tipos de medicamentos foi reduzido em mais de 50%, e o preço médio de 8 tipos de consumíveis médicos de alto valor, como stents cardíacos e articulações artificiais, foi reduzido em mais de 80%. Por exemplo, após a coleta de stents cardíacos, a proporção de stents de liga de cromo com melhor desempenho de material aumentou de 60% para mais de 90%. Os stents de aço inoxidável que originalmente ocupavam uma grande participação no mercado, mas com desempenho médio, gradualmente se retiraram do mercado.
- A escala de liquidação direta de tratamento médico interprovincial aumentou em 28 vezes. Vamos implementar decisivamente a política de "duas garantias" em resposta à epidemia de COVID-19 e garantir os custos da vacina COVID-19 e da vacinação, de modo a contribuir para a grande e decisiva vitória na prevenção e controle da epidemia.
- Mais de 80% dos novos medicamentos podem agora ser cobertos por seguros médicos no prazo de dois anos após a sua colocação no mercado. Por exemplo, dos 108 novos medicamentos negociados e licitados adicionados no ajuste do catálogo em 2022, 105 são novos medicamentos que estiveram no mercado nos últimos cinco anos, e um número considerável de medicamentos foi aprovado naquele ano e incluído no catálogo de planos de saúde naquele ano.
- Em segundo lugar, o número de medicamentos no catálogo aumentou para 2.967. Nos últimos cinco anos, um total de 618 novos medicamentos foram adicionados ao catálogo de seguros médicos, cobrindo as áreas de tratamento clínico, como infecção pelo novo coronavírus, tumor, doenças cardiovasculares e cerebrovasculares, doenças raras e medicamentos infantis.

Indústria farmacêutica

- O tempo de espera para que novos medicamentos sejam incluídos no catálogo de seguros médicos foi reduzido de uma média de quase cinco anos no passado para menos de dois anos, e alguns novos medicamentos foram incluídos no catálogo de seguros médicos em apenas meio ano.
- Os gastos com novos medicamentos aumentaram de 5,949 bilhões de yuans em 2019 para 48,189 milhões de yuans em 2022, um aumento de 7,1 vezes. (Uma explicação é a ampliação) dos canais de venda de medicamentos.
- Por meio do mecanismo de gestão "dual-channel", alguns medicamentos negociados por seguros médicos que originalmente eram fornecidos principalmente em grandes hospitais podem ser vendidos em 155.000 farmácias de seguro médico designadas em todo o país e incluídos no reembolso do seguro médico.
- [Entre os objetivos para a indústria farmacêutica] é realizar compras centralizadas em volume para combater a inflação dos preços dos consumíveis de medicamentos

- Entre as 10 maiores empresas farmacêuticas, o investimento total em P&D em 2022 foi 2,48 vezes maior que o de 2018.

Governança

- Apoiar a melhoria do mecanismo de compensação do pessoal médico e clarificar que os fundos excedentários formados pelas instituições médicas públicas na reforma dos métodos centralizados de aquisição e pagamento de seguros médicos podem ser utilizados para despesas de compensação de pessoal.
- Reformando o mecanismo de alocação de fundos, a maioria das áreas de planejamento geral estabeleceu um sistema de rotatividade de fundos de seguro médico e pré-pagamento de fundos de seguro médico para instituições médicas no início de cada ano, o que reduz a pressão sobre os hospitais para adiantar fundos.
- Estabeleceremos de forma abrangente um mecanismo de ajuste dinâmico para o preço dos serviços médicos. Ao mesmo tempo em que reduzimos significativamente o preço dos consumíveis de medicamentos, ajustaremos adequadamente o preço dos itens de serviços hospitalares, como cirurgia e medicina tradicional chinesa, que refletem o valor e a capacidade dos serviços técnicos e apoiarão o desenvolvimento de alta qualidade dos hospitais públicos.
- Apoiar ativamente o desenvolvimento de instituições médicas de base e orientar os doentes a comprar medicamentos a nível de base e a usufruir de serviços de gestão de saúde, aumentando a taxa de reembolso do tratamento médico a nível de base e reduzindo a linha de partida para o tratamento médico a nível de base.

Controle

- Aumento da supervisão, com devassa em 1,543 milhão de instituições médicas ilegais e recuperação de 77,13 bilhões de yuans de fundos de seguro médico.
- Desde 2019, a Administração Nacional de Seguros Médicos enviou um total de 184 equipes de inspeção de voo para inspecionar 384 instituições médicas designadas e descobriu que havia suspeita de uso ilegal de fundos relevantes de 4,35 bilhões de yuans.
- Somente em 2022, 2.682 casos foram solucionados, 7.261 suspeitos foram presos e 1,07 bilhão de yuans de fundos de seguro médico foram recuperados.
- Em 2022, rejeitamos e recuperamos 3,85 bilhões de yuans por meio de monitoramento inteligente, representando cerca de 26% do número total de fundos recuperados. Apenas um falso modelo de big data de hospitalização, com pistas fechadas com precisão, prendeu quase 500 pessoas, e o montante envolvido no caso foi de quase 100 milhões de yuans.

Seguros médicos e combate à pobreza

- Em 2022, um total de 97,66 milhões de pessoas carentes foram subsidiadas em todo o país, e a taxa de participação da população rural de baixa renda ficou estável em mais de 99%.
- Sistema triplo de seguro médico básico, o seguro de doenças graves e a assistência médica.
- Primeiro, estabilizar o nível de tratamento hospitalar básico do seguro médico e melhorar o mecanismo de garantia de socorro ambulatorial. Segundo, melhorar o nível de reembolso dos residentes com doenças graves e implementar com precisão o pagamento preferencial para pessoas com dificuldades especiais. Terceiro, melhorar o seguro médico e o sistema de socorro para doenças graves e consolidar a função de garantia do socorro.
- De acordo com o monitoramento, o sistema triplo em 2022 beneficiará 145 milhões de pessoas de áreas rurais de baixa renda para buscar tratamento médico, ajudando a reduzir a carga de custos de 148,7 bilhões de yuans.

Demografia

- Faremos todos os esforços para garantir os benefícios do seguro das funcionárias com três filhos.
- A terceira é tomar múltiplas medidas para melhorar e implementar medidas ativas de apoio à fertilidade. Em julho de 2022, a Administração Nacional de Seguros Médicos e 17 departamentos emitiram conjuntamente os Pareceres Orientadores sobre Melhoria e Implementação de Medidas Ativas de Apoio à Fertilidade, como inclusão da reprodução assistida no escopo do pagamento do fundo de acordo com os procedimentos.

Cobertura Interprovincial

- A demanda por tratamento médico em diferentes locais está aumentando. A Administração Nacional de Seguros Médicos fez progressos nos quatro aspectos seguintes:
- Primeiro, é mais conveniente liquidar as despesas de internação para pessoas em diferentes lugares. Atualmente, existem 68.800 instituições médicas designadas com custos de internação em rede interprovincial em todo o país, um aumento de sete vezes em relação a 2017. A taxa interprovincial de despesas de internamento direto aumentou de menos de 5% em 2017 para cerca de 65% em 2022, beneficiando um total de 20,387 milhões de pessoas.
- Em segundo lugar, o assentamento direto interprovincial de ambulatórios gerais fez um avanço. Pelo menos uma instituição médica designada em cada condado pode reembolsar diretamente as despesas ambulatoriais interprovinciais, e as despesas ambulatoriais gerais nacionais são de 382.100 instituições médicas designadas em rede interprovinciais, beneficiando um total de 6.959.100 pessoas.
- Em terceiro lugar, foram feitos progressos na liquidação direta das despesas ambulatoriais de tratamento relacionadas a doenças crônicas em todas as províncias. Pelo menos uma instituição médica designada em cada área de planejamento global pode reembolsar diretamente as despesas médicas de cinco tipos de doenças crônicas ambulatoriais, a saber, hipertensão, diabetes, radioterapia e quimioterapia ambulatorial de tumores malignos, diálise urêmica e tratamento antiexclusão após transplante de órgãos. O número de instituições médicas designadas em rede interprovincial para doenças crônicas ambulatoriais em todo o país chegou a 24.600, beneficiando um total de 732 milhões.
- Em quarto lugar, contamos com os canais nacionais unificados de arquivamento on-line, como o APP da Plataforma Nacional de Serviços de Seguro Médico e a conta oficial do WeChat da Administração Nacional de Seguros Médicos para alcançar o "escritório on-line" e o "palm office" para registros médicos em diferentes lugares.

Socioeconômico

Pela primeira vez, a China ultrapassou os Estados Unidos como o país ou território número um no ranking de contribuições para artigos de pesquisa publicados no grupo Nature Index de revistas de ciências naturais de alta qualidade. Dados sobre afiliações de autores das 82 revistas acompanhadas pelo Nature Index mostram que a China teve uma participação de 19.373 de janeiro a dezembro de 2022, em comparação com 17.610 para os Estados Unidos (veja 'Reversão de papéis'). Os EUA, porém, permanecem na frente ainda em ciências da vida e em vários outros rankings do tipo²²⁴.

²²⁴ <https://www.nature.com/articles/d41586-022-00571-z>

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

Adhemar Bahadian – Embaixador (aposentado) do Brasil; colunista do *Jornal do Brasil online*

Anna Carole D'Amelio - Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

Ananda Melo King - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Caio Murta - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Ell - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Erica Kastrup – Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutoranda em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz.

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, graduada em Direito e em Comércio Exterior, especialista em Gestão de Organizações de C&T e mestre em Direito Internacional – UERJ

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Gisele Sanglard - Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em História; Mestrado em História Social da Cultura; Doutorado em História das Ciências da Saúde

Harim Baek - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Juliana Ubarana – Docente e pesquisadora da Fiocruz Brasília; Graduação em Nutrição; Mestrado em Saúde Pública, ENSP/Fiocruz

Lara Daibert – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Laurenice Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

Marciglei Brito Moraes - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Rafael Gomes França – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Rafaela Venturella De Negri - Graduação em jornalismo, UFRGS; Mestre em International Security and Development, Jagiellonian University; Co-coordenadora do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social e do Observativa

Renan Amaral Oliveira - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

René Mendes - Professor Titular da Faculdade de Medicina da UFMG (aposentado); Pesquisador Visitante Sênior, Centro de Relações Internacionais em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (CRIS/Fiocruz)

Regina Ungerer - Médica, doutora em ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Rômulo Paes de Sousa - Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

Samia de Brito - Graduação em Relações Internacionais; Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz M

Santiago Alcazar - Diplomata, bacharel em filosofia, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em saúde pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami - graduado em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **65** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2023

Dia 31 de maio – *Saúde Única na fronteira Sul*

Dia 14 de junho – *Agenda da saúde global e a Assembleia Mundial da Saúde*

Dia 28 de junho – *Quo vadis, Covid-19 e outras emergências globais?*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 08/2023

Período: 09 a 23 de maio de 2023

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, PEDRO BURGER e ERICA KASTRUP

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.

235 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.